

UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

GERLANE BEZERRA RODRIGUES MORAIS

**IMAGENS URBANAS, PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA SOCIAL
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Estudo de caso das cidades de Campos de Goytacazes e Vassouras
no estado do Rio de Janeiro

Rio de Janeiro

2013

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL**

GERLANE BEZERRA RODRIGUES MORAIS

**IMAGENS URBANAS, PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA SOCIAL
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Estudo de caso das cidades de Campos de Goytacazes e Vassouras
no estado do Rio de Janeiro

Tese apresentada no âmbito da Linha de Pesquisa Memória Social e Patrimônio, do Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em Memória Social.

Orientadores:

Prof^a. Dra. Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos Dodebei

Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça

Rio de Janeiro
2013

GERLANE BEZERRA RODRIGUES MORAIS

**IMAGENS URBANAS, PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA SOCIAL
NO BRASIL CONTEMPORÂNEO**

Estudo de caso das cidades de Campos de Goytacazes e Vassouras
no estado do Rio de Janeiro

Aprovado em 15/05/2013

Banca Examinadora

Prof^a Dr^a. Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos Dodebei (Orientadora)
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Paulo Knauss de Mendonça (Co-orientador)
Universidade Federal Fluminense

Prof^a Dr^a. Regina Maria do Rego Monteiro de Abreu
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Marcelo Santos de Abreu
Universidade Federal de Ouro Preto

Prof^a Dr.^a Márcia Regina Romero Chuva
Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

Dedicatória

*À Prof.^a Vilma Guimarães, com carinho, expresso minha
admiração, gratidão e estima, pois sem o seu apoio a realização
deste sonho não seria possível*

*Às minhas filhas, Juliana e Gabriela,
com amor e esperança...*

*A realidade apenas se forma na memória; as flores que
hoje me mostram pela primeira vez não me parecem
verdadeiras flores.*

Marcel Proust

Agradecimentos

Aos meus orientadores, Vera Dodebei e Paulo Knauss, a quem quero expressar agradecimentos pelas observações e pelos comentários, mediante os quais generosamente se empenharam em me orientar. Quero dizer que a qualidade que venha a apresentar esta pesquisa deve ser atribuída à excelência intelectual de ambos os professores, que estiveram sempre presentes, não só em meus momentos de dúvidas, fragilidades e incertezas, mas, sobretudo, nos momentos em que precisei enveredar por novos caminhos.

A Juliana e a Gabriela, minhas filhas, e a Maria José, minha mãe, pelo amor e carinho, sentimentos que me acolheram nos momentos mais difíceis, proporcionando-me conforto espiritual e emocional para trilhar este caminho tão árduo que, muitas vezes, requer o fazer solitário. À minha irmã, Tereza Mara (em memória), e à amiga Lilian Chaves, que muito contribuíram para que eu não desistisse deste sonho.

Agradeço a Roberto Novaes de Sá, meu companheiro, a quem devo muitas alegrias que permearam de suavidade e conforto a trajetória desta pesquisa carregada de desafios e, muitas vezes, de intrincadas e hesitantes investigações e (des) conhecimentos.

Aos membros da banca examinadora, em especial a Regina Abreu, que acompanhou de perto este meu percurso desde o mestrado, quando fui sua aluna e, por ocasião da qualificação desta tese, pelos comentários, pelas orientações e pelas sugestões que muito contribuíram para a realização desta pesquisa. Aos demais membros da banca, Marcelo Abreu e Márcia Chuva, agradeço a honra que me concederam em participar da defesa.

Aos professores do Departamento de História da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB), José Raimundo Fontes, por quem tenho uma profunda admiração, com quem discuti os primeiros passos deste meu percurso, Luiz Otávio de Magalhães, pela amizade, pelo carinho, pela confiança que sempre depositou em mim. A Avanete Pereira e Isnara Ivo, pelo apoio e pela amizade. Aos queridos Rosalvo Lemos, Humberto Fonseca, Alexandre Galvão. Um agradecimento especial a Rui Medeiros que, gentilmente, concedeu-me livros e documentos raros de seu acervo particular e que, algumas vezes, deu-me, também, a honra de

sentar-se comigo em sua biblioteca para orientar-me no caminho tortuoso e desafiador desta pesquisa.

Aos funcionários, colegas e amigos da UNIRIO: a Evelyn Orrico, minha co-orientadora do mestrado, com gratidão e carinho, pois devo a ela parte desta conquista, não só pelo privilégio de ter sido sua aluna e participar de seu grupo de estudo em memória e linguagem, mas pelo trabalho que me ofereceu (enquanto eu esperava a liberação de minha bolsa de mestrado do CNPq), como sua assistente de pesquisa, na universidade, logo que cheguei da Bahia.

À amiga Camila Guimarães Dantas, não tenho palavras para expressar minha estima. Nossos caminhos se cruzaram desde o mestrado, na linha de Pesquisa em Patrimônio, nos desafios das etapas do processo seletivo para o doutoramento e, finalmente, na alegria de ingressarmos juntas no Programa de Pós-Graduação em Memória Social para o doutoramento.

A Renata Oliveira, que, com muita propriedade, apresentou ao Comitê Gestor de Bolsa Reuni os critérios justificando a excelência do nosso projeto [meu e da professora Vera Dodebei] de para a aprovação de minha bolsa de doutoramento na UNIRIO. A Prof.^a Leila Beatriz, pelas contribuições conceituais. Ao professor Francisco Ramos Farias, que, como coordenador do PPGMS, sempre foi atencioso e solícito. Ao Sidney Rodrigues, pela ajuda com o banco de dados. A Andressa Faison e Hercília, pela maneira carinhosa e simpática com que sempre me ajudaram nos caminhos burocráticos da pesquisa.

A Alexandre de Gusmão Pedrini, por ter me incentivado a continuar minha pesquisa de dissertação num projeto para o doutoramento. À amiga Vânia Oliveira, que, desde o mestrado, ajudou-me para que eu continuasse no Rio de Janeiro e, assim, pudesse participar do processo seletivo para o doutoramento. A Isabel (Bebel), amiga querida, por seu carinho e apoio.

Às pessoas que, com muita generosidade, acolheram-me ao longo desta pesquisa, tanto em Campos quanto em Vassouras. Em minha primeira visita à cidade de Campos, fui recebida pela família do Sr. Bartolomeu Lysandro e fiquei hospedada na casa de Maria Eugênia Lysandro Santos Abdelkader Magalhães (neta do Sr. Bartolomeu), um solar do século XIX,

tombado pelo Inepac. Agradeço a Maria Eugênia, pelo carinho e pela atenção, pelas fontes de pesquisa, livros e entrevistas.

Ao senhor. Carlos Abdelkader Magalhães (sogro de Maria Eugênia) e à sua família, que também me receberam em sua casa e me concederam entrevistas, livros e me apresentaram a outras pessoas da cidade de Campos. Agradeço ao senhor Jorge Renato Pereira Pinto (em memória), pelas entrevistas e pelos livros, bem como por me conceder, gentilmente, a leitura de seus escritos inéditos sobre a cidade de Campos. A Victor Tinoco Delgado, pela contribuição com fotos e documentos.

A Ronaldo Linhares, pelo empréstimo valioso da rara coleção de livros, escrita por Alberto Lamego (pai) e dedicada, de punho, ao seu bisavô pelo autor. Também pelas entrevistas que me concedeu e por me apresentar à cidade de Campos dos Goytacazes de uma forma muito especial e sensível, nos passeios que fizemos pela cidade, fotografando as imagens escultóricas urbanas e em seus escritos poéticos, livros em que ele declara o seu amor à cidade.

Aos funcionários da Casa da Cultura de Vassouras, especialmente a Alice Amaral; à senhora Dulcina (antiquaria), pela entrevista; ao professor Luiz Benyosef, diretor do Memorial Judaico de Vassouras, pela entrevista e pelos documentos que muito contribuíram para a realização desta pesquisa.

Aos funcionários do Inepac, especialmente Sergio Linhares, aos funcionários do Centro de Memória Fluminense (UFF), em especial a Maria José, pela paciência e pela persistência durante a busca de documentos. A Ana Beatriz Peçanha, funcionária do Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, pelo carinho e pela atenção.

À Fundação Roberto Marinho (FRM), ambiente onde trabalho, expresso minha gratidão, pois sem a compreensão das pessoas desta Casa eu não teria conseguido trilhar este percurso. Em especial, gostaria de expressar meu agradecimento à professora Vilma Guimarães (Gerente Geral de Educação e Implementação).

À Equipe da Fundação Roberto Marinho (FRM), quero dizer que encontrei não só parceiros de trabalho, mas, sobretudo, amigos: A Maria Elisa Mostardeiro, pelo seu carinho, pelos cuidados e pelos conselhos; a Maria de Fátima Gabriel, pela amizade, pelo carinho e pela confiança no meu trabalho. Aos queridos Sandra Portugal, Tereza Farias, Ricardo Pontes, Célia Farias e Edileuza Silva pelo carinho e apoio. A Eric Parrot, pela ajuda com os gráficos; a Márcia Damas e José Henrique, pelo carinho e pelo apoio no decorrer deste trabalho. A Helena Jacobina, Mônica Santos, Antonita Alves, Socorro Capistrano, Cleide Lourenço, Ingrid Bertoldo, Márcia Capra, Adriana Trindade, Lindaci Belo, Janice Maia, Flávia Moletta, Marcelo Moreira, Danielle Menezes, Anne Rocha, Joana Ribeiro, Juliana Lima, Hugo Rosas, Liana Sarmiento, Vera Lúcia, Valéria Dias, Janaína Cunha, Paula Reis, Mauro Cano, Maria Emília, Bernadete Rufino e Luiza Magalhães Abdelkader.

Um agradecimento muito especial à professora Ana Cristina Loureiro Jurema, pelo incentivo e pela confiança que sempre demonstrou pelo meu trabalho. A Maria Cristina Lodi, pela oportunidade de compartilhar, em alguns momentos, dos trabalhos de sua equipe que influenciaram minhas reflexões neste meu percurso. A Marcela Lima, pela preciosa contribuição na revisão final deste texto.

Ao Comitê Gestor de Bolsa Reuni da UNIRIO (Programa de Assistência ao Ensino). Em especial, ao professor Ricardo Silva Cardoso (Pró-Reitor de Pós-Graduação e Pesquisa) e ao professor Paulo Cavalcante de Oliveira Junior (Diretor do Departamento de Pós-Graduação), a Alexandra Amaral e Bárbara Ribeiro Barradas.

Em função da quantidade de pessoas que, de uma forma ou de outra, apoiaram-me neste percurso e contribuíram para a concretização deste projeto, sinto-me em dívida por não poder citar todos. Alguns cruzaram meu caminho na UNIRIO, na UFF, nas salas de aula, nas linhas de pesquisas, nos laboratórios, em congressos, em seminários e em outros espaços acadêmicos. Outros, que fazem parte do meu espaço de trabalho, no dia a dia da FRM, encontro em formações de professores, acompanhamentos pedagógicos, conferências, reuniões, e em trabalhos de pesquisa para a produção de material pedagógico.

Como a memória trabalha na dialética da lembrança e do esquecimento, posso não ter me lembrado, neste momento, de todos aqueles que foram importantes para a realização deste

trabalho. Assim, posso afirmar que os não citados aqui – e que foram importantes para realização desta pesquisa – certamente estarão participando, em outros momentos, com carinho, de minhas lembranças...

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Conselho de Cultura por região

Gráfico 2 – Porcentual de municípios com Conselhos Municipais de Cultura - 2001/2009

Gráfico 3 – Tipos e Qualidade de Conselho Municipal de Cultura por Região

Gráfico 4 – Representatividade dos Conselhos de Cultura por região

Gráfico 5 – Representatividade dos Conselhos Municipais de Cultura

Gráfico 6 – Conselhos Municipais de Preservação do Patrimônio por região

Gráfico 7 – Tipos de Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio

Gráfico 8 – Tipos de Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio

Gráfico 9 – Total de Municípios envolvidos com Conferências Agendadas por Estado em 2009

Gráfico 10 – Comparativo entre a I e a II Conferência de Cultura

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

CFC – Conselho Federal de Cultura

CNDA – Conselho Nacional de Direito Autoral

CNIC- Conselho Nacional de Incentivo à Cultura

CNRC – Centro Nacional de Referência Cultural

CONSINE – Conselho Nacional de Cinema

CEDINE – Conselho dos Direitos dos Negros

DPAH – Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico

EMBRAFILME – Empresa Brasileira de Filmes S.A.

EMURT – Empresa Municipal de Transportes

FUNDACEN – Fundação Nacional de Artes Cênicas

FUNARTE – Fundação Nacional de Artes

FNC- Fundo Nacional de Cultura

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IBAC – Instituto Brasileiro de Arte e Cultura

IBECC – Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura

INEPAC – Instituto Estadual do Patrimônio Cultural

ISEB – Instituto Superior de Estudos Brasileiros

IHGB – Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro

IPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

JK – Juscelino Kubitschek

MEC – Ministério da Educação e Cultura

MinC – Ministério da Cultura

MHN – Museu Histórico Nacional

PAC – Programa de Ação Cultural

PNC – Plano Nacional de Cultura

PRONAC – Programa Nacional de Apoio à Cultura

SPHAN – Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional

SNC – Sistema Nacional de Cultura

RADIOBRÁS – Empresa Brasileira de Comunicação S/A

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNIRIO – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro

UNE – União Nacional dos Estudantes

UERJ – Universidade Estadual do Rio de Janeiro

LISTA DE FOTOS DAS IMAGAGENS URBANAS

- 1- Conjunto Monumental da Abolição
- 2- Escultura do Canhão da Revolução de 1930
- 3- Monumento o Expedicionário (antes da restauração)
- 4- Inscrição do Monumento ao Expedicionário
- 5- Relevo do Monumento ao Expedicionário
- 6- Relevo do Monumento ao Expedicionário
- 7- Imagem do Monumento ao Expedicionário Restaurado
- 8- Placa em Metal com Inscrição do Monumento ao Expedicionário
- 9- Peça em Granito do Monumento ao Expedicionário
- 10- Prédio do Liceu das Humanidades
- 11- Busto do Barão do Rio Branco
- 12- Estátua de Oswaldo Aranha
- 13- Praça Barão do Rio Branco e Correto
- 14- Praça Barão do Rio Branco/Palacete
- 15- Busto de Eufrásia Teixeira Leite
- 16- Memorial Manuel Congo
- 17- Placa em Pedra e Bronze do Memorial Manuel Congo
- 18- Placa em Metal do Memorial Manuel Congo
- 19- Imagem da Pedra Tumular de Levy Morluf
- 20- Imagem do Memorial Judaico na Inauguração
- 21- Imagem do Memorial Judaico em 2007

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	18
PRIMEIRA PARTE – Patrimônio Nacional e Cultural no Brasil: da União aos Municípios	28
Primeiro Capítulo – Patrimônio nacional e unidade cultural	28
1.1 Estado e construção do patrimônio nacional a partir da década de 1930	28
1.1 Patrimônio nacional e cultura pós-Estado Novo	43
Segundo Capítulo – No caminho para a democracia: da unidade à diversidade cultural.....	58
2.1 Cultura e patrimônio cultural: políticas de abertura	58
2.2 Município e cultura no contexto democrático do Brasil	65
2.3 Município e gestão da cultura.....	71
SEGUNDA PARTE – Memória Social e Imagens Urbanas: Campos dos Goytacazes e Vassouras	87
Terceiro Capítulo – Tessituras de memórias	87
3.1 Memória e cidade	87
3.2 Campos dos Goytacazes	92
3.3 Vassouras.....	102
Quarto Capítulo – Imaginária Urbana: ontem e hoje	110
4.1 Imaginária urbana e caminhos da memória.....	110
4.2 Promoção e disseminação de imagens urbanas em Campos dos Goytacazes e em Vassouras.....	118
4.2.1 Imagens urbanas da cidade de Campos dos Goytacazes	118
4.2.2 Campos, imagens urbanas e construção da memória	122
4.2.3 Imagens urbanas de Vassouras	142

4.2.4 Vassouras, imagens urbanas e construção da memória.....	144
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	156
REFERÊNCIAS.....	160
APÊNDICES	175
Apêndice I.....	176
Apêndice II	176
Apêndice III	179
Apêndice IV.....	182
Apêndice V	185
Apêndice VI.....	188
Apêndice VII	189
ANEXOS.....	191
Anexo I.....	191
Anexo II	232
Anexo III.....	2344
Anexo IV	25050

IMAGENS URBANAS, PATRIMÔNIO CULTURAL E MEMÓRIA SOCIAL NO BRASIL CONTEMPORÂNEO

Estudo de caso das cidades de Campos de Goytacazes e Vassouras
no estado do Rio de Janeiro

RESUMO

A pesquisa aborda a construção da memória social no campo do patrimônio cultural no Brasil contemporâneo, tendo como objeto de análise o estudo de caso das imagens urbanas das cidades de Campos dos Goytacazes e de Vassouras, no estado do Rio de Janeiro. Num primeiro momento, dedica-se a historicizar o processo de construção do patrimônio nacional, visando compreender algumas características da relação entre o Estado, a sociedade e a cultura, num contexto de centralização política, e a afirmação das unidades cultural e nacional. Num segundo momento, discute-se como, no contexto de redemocratização da sociedade brasileira, a partir da década de 1980, conjugou-se o processo de afirmação da diversidade cultural como eixo da política cultural no país, com o processo de afirmação do poder municipal. Posteriormente, o estudo concentrou-se na investigação das imagens urbanas das cidades de Campos dos Goytacazes e Vassouras. Para tal, pesquisamos e organizamos dois inventários de imagens urbanas dessas cidades. Ao lado disso, utilizamos diversas fontes e documentos, com o propósito de caracterizar tendências gerais acerca da imaginária urbana das duas cidades. Pontuamos que, no contexto de redemocratização do país, houve aumento e disseminação de imagens urbanas nos espaços públicos urbanos e, além disso, tem-se uma diversidade de objetos, incluindo temas e personalidades antes desprestigiados socialmente. Concluímos que esse fenômeno se expressa como afirmação social do poder local num contexto nacional de autonomização política da municipalidade, promovendo a construção de múltiplas memórias e, por conseguinte, trazendo novas leituras do passado.

PALAVRAS-CHAVE: Patrimônio Cultural; Memória Social; Cidade e Democracia; Imagens Urbanas; Campos de Goytacazes; Vassouras.

IMAGES URBAINES, PATRIMOINE CULTUREL ET MÉMOIRE SOCIALE DANS LE BRÉSIL CONTEMPORAIN

Étude de cas des villes Campos de Goytacazes et Vassouras
dans l'état de Rio de Janeiro

RÉSUMÉ

La recherche se concentre sur la construction de la mémoire sociale et le domaine du patrimoine culturel dans le Brésil contemporain, où l'objet de l'analyse des études de cas sont des images urbaines des villes Campos de Goytacazes et Vassouras, dans l'État de Rio de Janeiro. Dans un premier temps, la recherche est consacré à historiciser le processus de construction du patrimoine national en cherchant à comprendre certaines caractéristiques de la relation entre l'État, la société et la culture, dans un contexte de centralisation politique et d'affirmation de l'unité nationale et culturelle. Deuxièmement, la recherche a pour bût d'expliquer comment, dans le contexte de la démocratisation de la société brésilienne dans les années 1980, le processus d'affirmation de la diversité culturelle comme un axe de la politique culturelle dans le pays a été conjugué au processus d'affirmation du pouvoir municipal. Par la suite, le travail a porté sur l'étude des images urbaines des villes Campos de Goytacazes et Vassouras. Pour cela, nous avons étudié et organisé deux enquêtes sur les images urbaines de ces villes. A côté de cela, nous utilisons plusieurs sources orales et documentaires dans le but de caractériser les tendances générales sur l'imaginaire urbain dans les deux villes. Nous avons souligné que dans le contexte de la démocratisation du pays il y avait une augmentation et une propagation des images urbaines dans les espaces publics et, surtout, la disposition d'une variété des thèmes et des personnalités qui était, auparavant, moins prestigés par la société locale. Nous concluons que ce phénomène est exprimé comme une affirmation social du pouvoir local dans un contexte national de l'autonomisation politique de la municipalité, en promouvant la construction de multiples mémoires et, donc, en apportant de nouvelles lectures du passé.

MOTS-CLÉS: Patrimoine Culturel; Mémoire Sociale; Ville et Démocratie; Images de la Ville; Campos de Goytacazes (Rio de Janeiro); Vassouras (Rio de Janeiro).

URBAN IMAGES, CULTURAL HERITAGE AND SOCIAL MEMORY IN BRAZILIAN CONTEMPORARY AGE

Case study of the cities Campos de Goytacazes and Vassouras
in the state of Rio de Janeiro

ABSTRACT

The research focuses on the construction of social memory and the Brazilian cultural heritage domain in contemporary days, taking by research object a case study analysis of urban images of cities Campos de Goytacazes and Vassouras, in the state of Rio de Janeiro. At first, the work is dedicated to historicize the process of building the National Heritage, seeking to understand some characteristics of the relationship between the State, the society and the culture, in a context of political centralization and of affirmation of cultural and national unity. Secondly, it discusses how, in the context of democratization of Brazilian society from the 1980s, the process of cultural diversity affirmation as an axis of cultural policy in the country was coupled with the process of municipal power affirmation. Subsequently, the study focused on the investigation of urban images of cities Campos de Goytacazes and Vassouras. For that, we have researched and organized two surveys of urban images of these cities. Beside this, we have used several oral and documental sources in order to characterize general trends about the urban imaginary in both cities. We pointed out that in the context of country democratization there was an increase of urban images in public spaces and also that it has a variety of themes and personalities, which was, previously, socially underprivileged. We conclude that this phenomenon is expressed as a social affirmation of the local power in a national context of policy empowerment of the municipality, promoting the construction of multiple memories and, therefore, bringing new readings of the past.

KEYWORDS: Cultural Heritage; Social Memory; City and Democracy; Urban Images; Campos de Goytacazes (Rio de Janeiro); Vassouras (Rio de Janeiro).

INTRODUÇÃO

[...] uma incontestável verdade de que a lembrança se transforma à medida que se atualiza. [...] Seria inútil, com efeito, tentarmos caracterizar a lembrança de um estado passado se não por definir a marca concreta, aceita pela consciência, da realidade presente.

Henri Bergson

A realidade presente me autoriza a sublinhar algumas lembranças de infância na cidade de Vitória da Conquista, quando, há muitos anos, fui visitar minha avó materna, que morava naquela região. No inverno de 1968, cheguei com meus pais àquela cidade. Era a primeira vez que me deparava com um frio tão rigoroso, com temperaturas em torno dos 5° C, numa cidade encravada no sertão do Nordeste. Por lá ficamos algum tempo e, depois, voltamos a Fortaleza, minha cidade natal.

Mesmo não tendo mais retornado àquela cidade durante minha infância, havia em mim um sentimento de afetividade que envolvia muitos momentos vividos por lá e que marcaram minha memória. Assim, passei parte de minha vida me lembrando da cidade de Vitória da Conquista, do Jardim da Praça Principal (conhecido pelo antigo nome de Jardim das Borboletas, hoje Praça Tancredo Neves), da beleza e do perfume das flores, do canto dos pássaros e do frio intenso. Além disso, nunca me esqueci das badaladas do sino português, que parecia controlar o tempo, do alto da torre da Igreja Matriz de Nossa Senhora das Vitórias. Curiosamente, não me lembrava dos monumentos, eu tinha apenas uma difusa lembrança de grandes objetos de “pedra” fixados no meio da praça e no entorno da cidade, mas, sob minha perspectiva de criança, aqueles objetos não representavam nada significativo.

Só retornei à cidade de Vitória da Conquista depois de duas décadas, desta vez para fixar residência, e lá morei por 23 anos. Nessa conjuntura, voltei a estudar e, depois de 20 anos distante dos estudos regulares, ingressei na Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia, no curso de História. Depois desse curso, na especialização, minhas pesquisas sobre o tema que tratam da construção da memória social se iniciaram durante a experiência de campo, quando, pela primeira vez, tive a oportunidade de refletir sobre os fundamentos teóricos e conceituais

relacionados ao tema da Memória Social. A partir desse momento, comecei a olhar para aquele passado de minha infância.

Em minhas recordações sobre a cidade de Vitória da Conquista, pude refletir e perceber que, embora os monumentos marcassem minha lembrança como pontos fixos delimitados no espaço urbano, eles não possuíam, para mim, uma presença significativa enquanto monumentos. Só após aquela experiência no curso, pude compreender que o atributo de valor de patrimônio cultural não é uma qualidade intrínseca do objeto, mas se constitui em uma relação processual e histórica que (re) constrói continuamente a memória. Nesse sentido, aqueles monumentos, que outrora não me diziam nada que fosse representativo, passaram a ganhar sentido e significado, pois, ao me deparar com o campo empírico no qual eles transcendiam em minhas lembranças, pude perceber que estava construindo, por meio de uma narrativa pessoal, uma memória individual, que também era coletiva, na medida em que aqueles objetos *escultóricos urbanos* (monumentos) eram representativos de narrativas sobre a memória e a história da cidade.

Trilhando esse caminho, interessei-me pelo tema dos monumentos e da relação entre esses objetos *escultóricos* e a construção da memória social. Daquele momento em diante, configuraram-se novas perspectivas nesse campo que acentuaram meu desejo de pesquisar sobre a cidade de minhas lembranças e os objetos que nela tinham ganhado “vida”, os monumentos. Em 2007, entrei para o Mestrado em Memória Social, na Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, onde dei prosseguimento ao estudo sobre o tema da Memória Social, nas linhas de pesquisa referentes ao Patrimônio e à Linguagem. Nessa época, pude aprofundar minhas reflexões numa pesquisa sobre a cidade de Vitória da Conquista.¹ Na dissertação de mestrado, discuti o processo de construção da memória social nessa região, com o objetivo principal de compreender o vínculo discursivo patrimonial entre a sociedade conquistense e a coleção de monumentos da cidade.

¹ MORAIS, Gerlane B. Rodrigues. *Monumentos de Vitória da Conquista: Patrimônio Cultural e Discursos de Memórias*. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

Como foi demonstrado naquele trabalho, em Vitória da Conquista, na década de 1980, em pleno processo de redemocratização do país, houve um aumento significativo no erguimento e na promoção de monumentos nos espaços públicos da cidade. Além disso, aparecem temas e personalidades que antes estavam desprestigiados dos espaços públicos citadinos, como, por exemplo, o índio. Essa afirmativa foi ressaltada pelo professor Paulo Knauss durante o processo de qualificação da dissertação, tendo em vista a análise do quadro tipológico/cronológico associado a um banco de dados trabalhado sob a perspectiva metodológica desenvolvida pelos professores Paulo Knauss e Marcelo Abreu.

Ainda durante o processo de qualificação da dissertação, Paulo Knauss levantou a hipótese de que essa dinâmica de erguimento e promoção de monumentos no contexto da redemocratização poderia exprimir um acontecimento histórico de afirmação do poder local, bem como autonomização política dos municípios, consolidado na ordem da redemocratização do Brasil e confirmado na Constituição de 1988. Tal fenômeno poderia ser recorrente em outras cidades brasileiras.

Partindo dessa perspectiva, despertei o interesse em pesquisar as *imagens urbanas*² em duas cidades fluminenses: Campos dos Goytacazes e Vassouras. Embora existam singularidades específicas à formação histórica dessas duas cidades, ambas comungaram de uma importante representatividade política, econômica e cultural no cenário nacional. A cidade de Campos dos Goytacazes foi considerada, no século XIX, um centro comercial importante da economia açucareira e marcou a história nacional na chamada *Idade do Ouro*³, um tempo de opulência da sociedade campista, quando houve um processo de modernização urbana em função, sobretudo, da riqueza, do prestígio e do poder político da elite agrária. Assim, o pressuposto

² Nessa pesquisa, em vez de trabalhar especificamente com o conceito de monumento, iremos a usar o termo *imagens urbanas* e *imaginária urbana*, categorias conceituais sistematizadas por Paulo Knauss. Tal proposta inclui o conceito de monumento e amplia o universo conceitual com tipologias diversas e de caráter distintos. “O termo *imagem* – de que *imaginária* é o coletivo – associa-se à ideia de representação e à noção de símbolo” (Knauss, 1998, p. 46) Portanto, o conceito de *imaginária urbana* integra e extrapola a noção de monumento que se constitui numa peça ou no acervo de peças escultóricas de caráter histórico destinadas à comemoração. Knauss, Paulo. *Imagens urbanas e poder simbólico: esculturas e monumentos públicos nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói*. Centro de Estudos Gerais - Instituto de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade Federal Fluminense. Tese de Doutorado em História, 1998.

³ Ver a respeito em ALVES, Heloísa Manhães. *A sultana do Paraíba: reformas urbanas e poder político em Campos dos Goytacazes, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

da preeminência econômica da cidade foi um elemento importante que favoreceu a construção de uma identidade política e social, com a qual se forjou a ideia de que Campos poderia pleitear o título de capital do Rio de Janeiro. Assim, a cidade exerceu um papel político importante no quadro regional durante o período republicano, especialmente na época da Primeira República.

Já a cidade de Vassouras foi considerada uma das maiores economias cafeeiras do Brasil e, no período imperial, a cidade se destacava como centro cultural do Rio de Janeiro. De acordo com Alberto Lamago (1963), no século XIX, a elite agrária investiu na construção de edifícios públicos, teatro, biblioteca e magníficos palacetes que embelezaram a cidade. Além disso, a educação, que era um privilégio de poucos, tinha excelência no estudo da música, da arte, do latim, do francês, entre outras disciplinas inspiradas nas ideias de educação que tramitavam na Europa, principalmente na França. A cidade se colocava em evidência e, por conseguinte, destacava-se a sociedade aristocrática local, que, por intermédio de suas fortunas, adquiria poder político, prestígio e títulos de nobreza. Nessa conjuntura, Vassouras ficou conhecida pelo nome de *Cidade dos Barões*.⁴

Como discurremos anteriormente, as duas cidades apresentam processos de formação históricos distintos e, nesse sentido, oferecem um campo de estudos bastante promissor no que concerne à proposta desta pesquisa. Além disso, Campos dos Goytacazes e Vassouras, guardadas as suas singularidades, possuem importância paradigmática na formação histórica do estado do Rio de Janeiro. Nessa perspectiva, este estudo de caso se amplia ao olhar as diferenças e as semelhanças nas dinâmicas que envolvem as estratégias patrimoniais que forjaram a construção de memórias a partir do erguimento e da promoção das imagens urbanas, orientando a relação entre a lembrança e o esquecimento no campo em que incidem as disputas de poder.

Pensando nessa possibilidade de estudo, em novembro de 2008, durante o processo final de escrita da dissertação, apresentamos um anteprojeto de pesquisa de doutorado ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social da UNIRIO, com uma proposta de pesquisar as imagens

⁴ Ver em FRIDMAN, Fania. *As cidades e o café*. Revista do Rio de Janeiro, n. 18-19, jan- dez. 2006.

escultóricas urbanas nas cidades de Campos dos Goytacazes e Vassouras, no estado do Rio de Janeiro. Portanto, esta pesquisa de doutoramento pode ser considerada um desdobramento da dissertação, em cuja hipótese se originou a proposição desta tese.

Partimos do pressuposto de que, no contexto de redemocratização do país, houve um aumento no erguimento e na promoção das imagens urbanas nas cidades brasileiras. Ao lado disso, tem-se uma diversidade temática de peças que incluem temas e personalidades antes desprestigiados do tecido social urbano. A pesquisa discute, no campo do patrimônio cultural, o processo de construção da memória social em Campos dos Goytacazes e Vassouras, tomando como eixo central de investigação as imagens urbanas das duas cidades. Buscamos compreender o processo de afirmação do poder local nessas cidades pela imaginária urbana. Assim, qual o horizonte de práticas sociais e sentidos que se configura como condição histórica de possibilidades para a emergência dessas imagens urbanas erigidas nesses espaços públicos? Qual o perfil ou a identidade urbana que a imaginária apresenta nessas duas cidades?

Historicizando o campo do patrimônio cultural no Brasil, buscamos articular uma compreensão sobre o processo de construção do patrimônio nacional, instituído pelo Estado durante os governos caracterizados pelo Estado Novo e pelo Regime Militar. Nesses contextos, avaliamos algumas características em momentos nos quais o controle sistemático sobre a cultura e o patrimônio nacional foram estratégias que contribuíram para afirmar a unidade e a centralização do poder do Estado Nacional. Ao lado disso, buscamos caracterizar o processo de mudança na concepção de patrimônio nacional no Brasil, identificando algumas ações que contribuíram com a ampliação do campo conceitual referente à cultura e à categoria de patrimônio. Avaliamos alguns aspectos da descentralização de poder sobre a cultura e o patrimônio por parte do Estado Nacional, tendo em vista a redemocratização do país.

Como esta tese transita no campo da interdisciplinaridade, e o *corpus* de análise se constitui pelas representações da memória e do patrimônio cultural, construímos uma narrativa fundamentada pelos pressupostos teóricos, conceituais e pelas análises de alguns autores. Entre eles, citamos: Renato Ortiz, que tece considerações sobre cultura, as quais serão de

valiosa contribuição para entendermos as articulações do Estado na pretensa construção da identidade nacional, pelo viés da memória e do patrimônio nacional.

Apropriamo-nos das discussões de Maurice Halbwachs, para quem a memória coletiva é construída na indissociabilidade do tempo com o espaço pelos grupos sociais que organizam uma coerência e uma continuidade que se relacionam à identidade. Partindo dessa perspectiva, o conceito de memória coletiva possibilitou um olhar acerca da construção da memória nacional pelos grupos dominantes.

Ao contrário de Halbwachs, Michael Pollack acentua o caráter destruidor e opressor da memória coletiva nacional, denunciando o processo de *enquadramento da memória* e afirmando que existem outras memórias nas zonas de silêncio e de sombra que estão à margem de história oficial. A concepção de *memórias marginalizadas* trabalhada por Pollack será importante para discutirmos as imagens urbanas erigidas no processo de redemocratização.

As discussões sobre o entendimento da memória serão norteadas também pelos pressupostos teóricos e conceituais sistematizados por Jô Gondar, Vera Dodebei e Regina Abreu, para quem o conceito de memória social deve ser compreendido tendo em vista, pelo menos, quatro preposições: i) ser transdisciplinar; ii) ético e político; iii) como construção processual que parte sempre do presente; iv) não reduzir a representação. Partindo dessa linha de pensamento, Vera Dodebei e Regina Abreu compreendem que a memória implica processo seletivo e, portanto, a definição do que seja considerado um patrimônio se configura em construções da memória social, num contexto de lutas políticas dos grupos sociais que investem na disputa pelo poder de decidir o que lembrar e esquecer.

Paulo Knauss nos ajuda a olhar a cidade na sutileza do termo *imaginária urbana*, que contribui para compreendermos as imagens urbanas como produto simbólico das relações sociais, suportes de memória que materializam o passado na construção do patrimônio cultural.

Krzysztof Pomian nos ajuda a compreender o município como colecionador, sujeito social e coletivo, na medida em que ele acumula objetos escultóricos que trazem referências significativas que sacralizam o passado e, nesse sentido, carregam o atributo de *semióforos*.⁵

Por se tratar de uma pesquisa de tese e levando em consideração os limites impostos pelo tempo e os objetivos traçados para o trabalho, tomamos como recorte central de análise o período de redemocratização do país, embora a narrativa transite por diversas temporalidades do ponto de vista da historicidade.

Esta proposta de tese traz um estudo original, não havendo semelhante conhecimento nas duas cidades. Enquanto estudo de caso, reafirmamos a relevância deste trabalho por considerarmos que essas imagens urbanas, na qualidade de discursos que constroem memórias, trazem lembranças, registros de fatos e acontecimentos que, do ponto de vista de quem as consagra, não devem ser esquecidos. Cabe ressaltar que este estudo, embora trate de imagens escultóricas urbanas do tipo artístico, não tem como foco o campo expressivo da arte. Serão tratados, sobretudo, as bases sociais e o conteúdo narrativo das imagens que expressam o desejo e a construção de memórias nas cidades investigadas.

O estudo teve início com um levantamento bibliográfico de textos, cujos autores trabalham as categorias conceituais direcionadas ao tema proposto. Além disso, pesquisamos em arquivos públicos das cidades de Campos dos Goytacazes e de Vassouras, na Biblioteca Nacional, no Arquivo Público de São Paulo, entre outros arquivos (fontes de acervos particulares e diversos documentos que trouxeram vestígios e narrativas do passado referentes ao processo de domínio e de ocupação das duas cidades fluminenses). A investigação sob essa perspectiva se fez necessária, tendo em vista a importância de considerar o processo de ocupação e

⁵ *Semióforo* vem do grego *semeiophoros*, composta por outras duas palavras: *semeion* – “sinal” ou “signo”, e *phoros* – “trazer para a frente”, “expor”. Sua definição é complexa e engloba vários significados, operando num terreno das relações simbólicas. Um *semióforo* enuncia “um signo trazido à frente ou empunhado para indicar algo que significa e cujo valor não é medido por sua materialidade, e sim, por sua força simbólica: uma simples pedra, se for o local onde um deus apareceu, ou um simples tecido de lã, se for o abrigo usado, um dia, por um herói, possuem um valor incalculável, não como pedra ou como pedaço de lã, mas como lugar sagrado ou relíquia heroica. Um *semióforo* é fundado porque dele não cessam de brotar efeitos de significação. (Chauí, 2005, p. 12).

povoamento do território, para compreender a construção histórica das sociedades, com seus espaços simbólicos e públicos onde foram erigidas as imagens urbanas.

Nesse caminho de pesquisa, construímos dois inventários correspondentes às imagens urbanas das duas cidades. Empregando os princípios metodológicos utilizados pelos professores Paulo Knauss e Marcelo Abreu, com o banco de dados no Programa Microsoft Access, elaboramos uma reflexão cruzando as tendências gerais sobre a caracterização da imaginária urbana. Tal procedimento se dividiu em duas etapas. Na primeira, identificamos as imagens pela indexação das fotografias de todo o acervo de imagens urbanas das duas cidades. Na segunda, tratamos sobre tipologias, data do erguimento das imagens, iniciativa, promoção, tema, logradouro etc. Na terceira, organizamos um inventário para cada cidade, escrevendo um resumo e indexando-o, com o propósito de fundamentar a análise da pesquisa. Por último, identificamos tendências gerais sobre as imagens urbanas, definidas por um levantamento quantitativo e qualitativo de dados e informações. Nesse levantamento, procuramos relacionar as informações sobre tipologia, data, promoção, iniciativa, logradouro etc. Por meio dessa investigação, do contexto histórico do erguimento das peças à luz da produção historiográfica, de outras fontes e documentos, além do campo teórico conceitual da tese, buscamos tecer um estudo acerca da relação entre os objetos da imaginária, a construção da memória e o patrimônio cultural.

Com base na técnica de entrevistas abertas, realizamos uma pesquisa de campo com alguns moradores e estudiosos das duas cidades, pessoas comuns e também personalidades: Jorge Renato Pereira Pinto (pesquisador, escritor e usineiro), Ronaldo Linhares (arquiteto e escritor), Sandra Pereira (professora do Liceu das Humanidades), Eugênia Lysandro (neta de Bartolomeu Lysandro), Carlos Pereira (engenheiro e usineiro), José Carlos Abdelkader (usineiro), Luiza Magalhães Abdelkader (estudante), Luiz Benyosef (pesquisador), Dulcina (antiquaria), entre outras. Cabe esclarecer que se trata aqui de um recurso de pesquisa qualitativa de campo, realizado por meio de conversas não dirigidas que subsidiaram e enriqueceram as análises sobre os dados fornecidos pelo relatório, bem como as interpretações da base historiográfica, entre outros documentos e fontes pesquisados.

Conforme a apresentação do sumário, o texto se divide em duas partes. Na primeira, apresentamos uma discussão que tangencia as questões de construção do patrimônio nacional e a política do Estado de unidade cultural. Partindo dessa perspectiva, analisamos alguns aspectos da relação entre o Estado, a cultura e a sociedade, buscando compreender pontos de mudança política e conceitual no campo da cultura no Brasil, principalmente com o processo de redemocratização.

Na segunda parte, discutimos a construção da memória social, tendo como objeto de estudo as imagens urbanas erigidas nas cidades de Campos dos Goytacazes e de Vassouras, no estado do Rio de Janeiro, e buscando discutir a imaginária urbana como metáforas de poder da memória social.

No primeiro capítulo, apresentamos uma discussão sobre o processo de construção do patrimônio nacional a partir da década de 1930, tentando compreender alguns aspectos das estratégias políticas do Estado na definição do que seria considerado representativo da história nacional e, por conseguinte, definido enquanto patrimônio histórico e artístico nacional. Ao lado disso, apresentamos algumas características que possibilitaram que a União centralizasse as ações e políticas patrimoniais por um longo período, conferindo pouca autonomia aos estados e municípios.

No segundo capítulo, o eixo central fundamentou uma discussão sobre a cultura no contexto de redemocratização, momento em que houve ampliação do conceito de cultura e, por conseguinte, de patrimônio. Novos contornos apontaram para o ângulo da diversidade, da pluralidade e também da descentralização do poder por parte da União. Apresentamos um estudo demonstrativo em gráficos realizado pelo IBGE/Minc, que evidenciou a ampliação da participação da sociedade nos fóruns de deliberação coletiva que tratam de políticas públicas culturais.

No terceiro capítulo, apresentamos uma narrativa pontuando algumas características de formação das sociedades e das cidades de Campos dos Goytacazes e de Vassouras, com o propósito de compreender o processo de construção da historicidade que marcou o perfil dessas cidades. A cidade de Campos é apresentada pela historiografia como uma cidade

marcada pela experiência republicana, já a cidade de Vassouras aparece marcada pela historicidade que corresponde ao tempo do Império no Brasil.

No quarto capítulo, tratamos de discutir a construção da memória social, partindo da análise dos dois inventários de imagens urbanas das cidades de Campos dos Goytacazes e de Vassouras. Para tal, analisamos as imagens urbanas à luz da produção historiográfica, do banco de dados e de outras fontes e documentos. Por meio dessa avaliação, traçamos considerações gerais que caracterizam a relação entre os objetos de imaginária urbana e o processo de construção da memória social. Tais considerações permitiram apontar a relação entre a cidade e a construção da memória no campo do patrimônio cultural no processo de redemocratização do Brasil.

PRIMEIRA PARTE – Patrimônio Nacional e Cultural no Brasil: da União aos Municípios

Primeiro Capítulo – Patrimônio nacional e unidade cultural

[...] a elaboração de um imaginário é a parte inteligente da legitimação de qualquer regime político. É por meio do imaginário que se podem atingir não só a cabeça, mas, de modo especial, o coração [...] as aspirações, os medos e as crenças de um povo. É nele que as sociedades, definem seus inimigos, organizam seu passado, presente e futuro.

José Murilo de Carvalho

Neste capítulo, apresentamos uma discussão sobre a atuação do Estado no que tange o patrimônio nacional, pontuando contextos em que se acentuou a centralidade do poder do Estado nacional: o Estado Novo e o Regime Militar. Partindo dessa análise, procuramos mostrar como a política no campo da cultura e do patrimônio se manteve na esfera da União por longo período, dando pouco espaço às ações dos estados e municípios. Apontamos características e estratégias aplicadas tanto pelo Estado Novo, quanto pelo Regime Militar para manter o poder e o controle sistemático do campo da cultura e do patrimônio nacional.

1.1 Estado e construção do patrimônio nacional a partir da década de 1930

No Brasil, nas décadas de 1920 e 1930, acontecimentos importantes, relacionados ao campo da cultura, propiciaram questões, debates, iniciativas e projetos que iriam sedimentar novas relações entre Estado,⁶ cultura e sociedade. Dentre os projetos e as manifestações que inscreveram mudanças, rupturas ou revisões de paradigmas no cenário nacional, destacam-se: a Semana de Arte Moderna de 1922, ocorrida em São Paulo; a Exposição Internacional Comemorativa do 1º Centenário da Independência, realizada no Rio de Janeiro; a criação do

⁶ As referências conceituais sobre a distinção entre nação e Estado que são apresentadas nesta tese levam em consideração as reflexões de Renato Ortiz em: *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1985.

Museu Histórico Nacional⁷ e, posteriormente, em 1934, a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais.⁸ Tais acontecimentos se deram no horizonte de uma importante transformação do cenário político e social, que se traduziu por dois fenômenos interligados: o fim da Primeira República, momento em que as oligarquias rurais perdem a supremacia do poder político, e a emergência de uma nova classe social, a burguesia.

Após a Revolução de 1930, com o governo de Getúlio Vargas, um novo projeto político começava a ganhar força e se consolidar e, nesse quadro de mudanças, a unidade nacional era

⁷ É importante destacar que o Museu Histórico Nacional (MHN) se constituiu num ícone da construção da memória nacional, idealizado por Gustavo Dodt Barroso, que ficou na direção do Museu entre 1922-1959. Miryan Sepúlveda dos Santos sublinha que enquanto a Exposição Internacional comemorou o centenário da independência e esforçou-se para instituir uma identidade nacional sob os signos “modernos”, o MHN sob o comando de Barroso, voltou-se para o “culto da saudade” numa perspectiva memorialista e militarista. Segundo a autora, o “culto à saudade” teve como base objetos que remetiam a uma experiência de nação que não mais existia e o Museu procurava construir um elo com o passado, de modo a reconstruí-lo por meio da autoridade fornecida por objetos e fragmentos colhidos ao redor dos grandes feitos e de “heróis” da nação. (Santos, 2006). Cabe ressaltar que a formação da *Coleção Regional* do Museu Histórico Nacional voltada para a chamada “cultura popular” pode ter influenciado na ideia de identidade nacional discutida desde este período por intelectuais de diversas tendências políticas e ideológicas, embora se saiba que somente anos mais tarde o tema da “cultura popular” tenha entrado em evidência. Cf. DIAS, Carla Costa da. É importante destacar, também, a criação em 1932, da Escola de Museologia do MHN, que mais tarde seria a Escola da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), idealizada conceitualmente por Gustavo Barroso, que se tornou um dos professores do curso. “As instituições museológicas passaram a ser encaradas sob outra ótica, a saber, como instrumentos de *status*, poder e ufanismo de um novo Estado que se “inventava” e que se “forjava”, tendo a Revolução de 1930 e a ascensão de Getúlio Vargas como marcos fundamentais” (UNIRIO, 2010). Disponível em < <http://www.unirio.br/museologia/escolademuseologia/apresentacao.htm> > Acesso em : 21 de out. 2011.

⁸ A Inspetoria de Monumentos Nacionais foi criada em 1934, como departamento do Museu Histórico Nacional, que na época estava sob a direção de Gustavo Barroso. A criação da inspetoria se insere numa proposta política de definição da nação articulava a projeto intelectual de Gustavo Barroso e, em alguns aspectos, articulada também ao governo varguista. Em 1937, a inspetoria seria substituída pelo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Para uma apreciação sobre o tema ver em: MAGALHÃES, Aline Montenegro. *A curta trajetória de uma política de preservação: a Inspetoria dos Monumentos Nacionais*” In: Anais do Museu Histórico Nacional. vol. 36, 2004. Cabe lembrar que o primeiro órgão oficial de “construção da memória nacional” foi o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), fundado ainda em 1838. O instituto contribui expressivamente no campo da produção historiográfica para construção da memória nacional. Conforme pontua Regina Abreu: “Reunindo biografias capazes de fornecer exemplos às gerações vindouras, sistematizava uma galeria de heróis nacionais. Os heróis representavam pessoas exemplares ou paradigmáticas da nacionalidade, cuja função precípua consistia em, pela repetição de suas histórias, transmitir ensinamentos à população em geral. Com isso, buscava-se garantir a homogeneidade de pensamento no interior da nação, no sentido de congregar em torno de um referencial comum grupo sociais altamente diversificados culturalmente” (Abreu, 1996, p. 180). Ver também em GUIMARÃES, Manuel Salgado. *Nação e Civilização nos Trópicos: O Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o Projeto de uma História Nacional*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro. N 1, 1988, p. 5-27.

questão primordial para a afirmação do poder do Estado.⁹ Como sublinha Boris Fausto (2002), o Estado Novo pretendia promover a integração nacional, eliminando, desse modo, a fragmentação dos estados dominados pelas oligarquias latifundiárias e regionais¹⁰. A cultura, que tinha ganhado ênfase no movimento modernista de 1922, tornou-se, no período varguista, um campo expressivo para a articulação do poder do Estado.¹¹ Nessa conjuntura, foi disseminada a ideia de que a afirmação de uma cultura nacional, construída a partir das raízes do passado, revelaria a identidade cultural brasileira e, por conseguinte, traria a unidade nacional. De um lado, essa ideia promovia certa ruptura com o passado, na tentativa de esquecimento; de outro lado, trazia à tona e valorizava determinados fragmentos desse mesmo passado, mas resignificandi-os. Essa polarização era fundamentada pela ideia de nação.¹² Tal estratégia estava a serviço do Estado moderno.

Jürgen Habermas (1995) destaca que o Estado moderno desempenhou um papel histórico fundamental na secularização das relações tradicionais, homogeneizando a ideia de nação e permitindo, paulatinamente, a formação de identidades nacionais. Ainda, segundo Habermas, certa solidariedade legalmente mediada teria garantido a integração de populações dispersas, substituindo os antigos laços comunitários por uma noção de cidadania com duplo significado cultural e político de pertencimento à nação (Idem, p. 92). O conceito de nação, apesar de poder ser legitimado em diferentes concepções filosóficas, possui sempre uma função pragmática: sustentar a formação e a estruturação dos Estados.¹³

⁹ É interessante lembrar que esse episódio resultou na afirmação do regime despótico de Estado Novo de 1937 e 1945.

¹⁰ Renato Ortiz considera que, embora tenha ocorrido um processo de centralização iniciado com a Revolução de 1930, e intensificado pelo Estado Novo, a sociedade brasileira, entre as décadas de 1930 a 1950, ainda estava fortemente marcada pelo localismo. O governo Vargas não erradicou o poder político das elites oligárquicas, mas redefiniu a balança do poder político. ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira: cultura brasileira e indústria cultural*. São Paulo. Brasiliense, 2001, p. 50-51.

¹¹ Nesse contexto, foram também criados: o Instituto Nacional do Livro, o Serviço Nacional de Radiodifusão Educativa; o Instituto Nacional do Cinema Educativo; o Serviço de Teatro, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística-IBGE. Esses órgãos estavam vinculados e subordinados ao Ministério da Educação e Saúde.

¹² Eric Hobsbawm (2002, p.14) pontua que a ‘nação’, além de fenômeno recente, “deve ser entendida como produto de conjunturas históricas particulares necessariamente regionais e localizadas.” HOBBSAWM, Eric J. *Nações e Nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

¹³ Cf. SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro. Ed. URFJ, 2007, p. 116.

No que tange a distinção entre nação e Estado, Renato Ortiz (1996) introduz a ideia, baseada no pensamento marxista, de que o Estado pode ser entendido como máquina político-administrativa, instituição que detém o monopólio da violência sobre um território determinado. A nação, como um território integrado que amplia a noção de espaço, rompendo o isolamento local, está, sobretudo, ligada ao conceito de modernidade. Nessa perspectiva, a relação entre Estado e cultura toma contornos singulares que expressam o princípio político de afirmação da unidade nacional, com seu discurso próprio de legitimação da ideia de nação.¹⁴ Essa prática era justificada, também, pela perspectiva de inserir o Brasil na era da modernidade e promover a projeção do país no cenário internacional.

[...] a ideia de moderno se associa a valores como progresso e civilização; ela é, sobretudo, uma representação que articula o subdesenvolvimento da situação brasileira a uma vontade de reconhecimento que as classes dominantes ressentem. Daí o fato de essa atitude estar intimamente relacionada a uma preocupação de fundo, ‘o que diriam os estrangeiros de nós’, o que reflete não somente uma dependência aos valores europeus, mas revela o esforço de se esculpir um retrato do Brasil condizente com o imaginário civilizado. (Ortiz, 1988, p. 32).

Renato Ortiz (1985) salienta que o processo de construção da identidade nacional se fundamenta sempre em uma interpretação. Esta, por sua vez, pode ser compreendida enquanto representação. Conforme afirma Roger Chartier, “as representações não são discursos neutros: produzem estratégias e práticas tendentes a impor uma autoridade uma deferência, e mesmo a legitimar escolhas”. (Chartier, 2002, p.17). No Brasil, a prerrogativa de identificar no passado as representações de uma cultura nacional coube a uma elite intelectual e política, que, como mediadora simbólica, confeccionou a relação entre o particular e o universal ao interpretar, a partir da história e da arte, aspectos que representassem a força unificadora da cultura e, nesse sentido, promovessem a unidade em meio à diversidade da cultura nacional. Renato Ortiz afirma que:

A cultura enquanto fenômeno de linguagem é sempre passível de interpretação, mas em última instância são os interesses que definem os grupos sociais que decidem sobre o sentido da reelaboração simbólica desta ou daquela manifestação. Os intelectuais têm neste processo um papel relevante, pois são eles os artífices deste jogo de construção simbólica. (Ortiz, 1985, p. 142)

¹⁴ Cf. ORTIZ, R. *Mundialização da cultura* 2ª Edição, São Paulo. Editora Brasiliense, 1996, p. 43-52.

Num contexto em que a sociedade oscilava entre a dinâmica conservadora e a tendência progressista, pode-se afirmar que, embora houvesse um campo conflitante nos discursos sobre a *origem da nacionalidade* na década de 1930, a construção da identidade nacional, ancorada na interpretação da cultura, encontrou um ponto comum em meio às tensões de diferentes segmentos políticos, ideológicos e sociais.¹⁵ De acordo com Monica L. Velloso, “as elites intelectuais, das mais variadas correntes de pensamento, passaram a identificar o Estado como cerne da nacionalidade brasileira.” (2007, p.148). Segundo Ortiz, esse ponto possibilitou construir uma narrativa histórica do Brasil sem rupturas e sem conflitos, impondo uma memória coletiva como mito unificador da sociedade brasileira (Ortiz, 1986, p. 123).

Sergio Miceli destaca que “os intelectuais recrutados pelo regime Vargas assumiram diversas tarefas políticas e ideológicas determinadas pela crescente intervenção do Estado nos mais diferentes domínios de atividades.” (Miceli, 1979, p.131). Essa elite intelectual direcionou sua atuação para o âmbito do Estado, identificando-o como representante da ideia de nação. Tal postura política iria sedimentar mudanças importantes na esfera da cultura e do patrimônio, dando legitimidade aos discursos do Estado na construção da memória nacional. Paulo Knauss sublinha que “a cultura é instrumento fundamental da ação social que legitima as estruturas de poder, a instalação e a reprodução da ordem social recorrendo a um conjunto de práticas e valores, pelos quais se organizam e se limitam as contradições sociais”. (Knauss, 1998, p. 18). De acordo com George Balandier:

O poder estabelecido unicamente sobre a força ou sobre a violência não controlada teria uma existência constantemente ameaçada; o poder exposto debaixo a iluminação exclusiva da razão teria pouca credibilidade. Ele não consegue manter-se nem pelo domínio brutal e nem pela justificação racional. Ele só se realiza e se conserva pela transposição, pela produção de imagens, pela manipulação de símbolo sua organização em um quadro cerimonial. Estas operações se efetuam de modos variáveis, combináveis, de apresentação da sociedade e de legitimação das posições do governo. (Balandier, 1982, p. 7).

¹⁵ A ideia de identidade nacional foi construída a partir do barroco mineiro dos períodos colonial e imperial. Cabe lembrar que esse projeto político e ideológico teve apoio de alguns dos intelectuais que atuaram no movimento modernista de 1922, no qual transitaram diversas tendências políticas e ideológicas, conforme esclarece Márcia Chuva: “Nomeá-los ‘modernistas’ não seria suficiente, pois os debates em torno da “criação da nação”, que estiveram presentes no modernismo dos anos 20, e foram incorporados às malhas do Estado após 1930, acabaram por evidenciar diferenças cruciais entre as várias correntes que se formaram, constituindo grupos por vezes antagônicos em relação às suas visões de mundo e ao projeto de nação em disputa” (Chuva, 2003). Posteriormente, a criação e a institucionalização de alguns órgãos públicos na área da cultura foram dirigidas por essa elite intelectual, conferindo aos seus integrantes poder político e prestígio social, atributos importantes para legitimar construções discursivas como sendo discursos unânimes.

Nesses termos, pode-se dizer que o Estado impõe estrategicamente seu poder pelo investimento no imaginário coletivo, que se realiza, principalmente, pela manipulação do simbólico instituído: imagens escultóricas, ícones, objetos de culto, museus, bandeira nacional, heróis nacionais, entre outras narrativas que constroem e celebram o passado oficial do país. Pierre Bourdieu ressalta que os símbolos possuem o poder de confirmar ou transformar a visão de mundo, e esse poder simbólico só será eficaz se não for percebido como arbitrário, sendo esta uma forma transfigurada de outras formas de poder (2007, p. 14). Para Cornelius Castoriadis (1986), o simbólico é utilizado pelo imaginário que estrutura os modos de percepção dos indivíduos no mundo:

[...] falamos de imaginário quando queremos falar de alguma coisa ‘inventada’ – quer se trate de uma invenção ‘absoluta’ [...] ou de um deslizamento, de um deslocamento de sentido, onde símbolos já disponíveis são investidos de outras significações ‘normais’ ou ‘canônicas’ [...] é evidente que o imaginário se separa do real, que pretende colocar-se em seu lugar [...]. O imaginário deve utilizar o simbólico, não somente para ‘exprimir’ o que é óbvio, mas para ‘existir’ [...]. Falamos de um imaginário último ou radical, como raiz comum do imaginário efetivo e do simbólico. É finalmente a capacidade elementar e irreduzível de evocar uma imagem. (Castoriadis, 1986, p.154).

Nesse sentido, cabe dizer que a proposta de construção da identidade nacional no período Vargas pode ser entendida, entre outros aspectos, pelo investimento no imaginário social, com a criação de símbolos nacionais que foram legitimados por uma elite intelectual e política e aceitos por parte da sociedade da época. No Brasil, o nacionalismo¹⁶ apresentou-se como fonte de poder nas mãos do Estado. Entretanto, pode-se dizer que esse poder não foi apresentado de forma explicitamente despótica, pois a conquista do nacionalismo era construída com investimentos na cultura, por meio da criação e /ou celebração de símbolos nacionais apresentados à sociedade pelos veículos de comunicação de massa, com forte apelo ao patriotismo construído pelo retorno de fragmentos do passado oficial. Conforme aponta Marilena Chauí:

Num governo de estilo fascista e populista, o Estado passou a usar diretamente os meios de comunicação, (como a Rádio Nacional do Rio de Janeiro) e com a transmissão da ‘Hora do Brasil’. Esta possui três finalidades: ‘informativa, cultural e cívica.’ Divulgava discursos oficiais e atos do governo, procurava estimular o

¹⁶ Para Eric Hobsbawm, “o termo nacionalismo é um princípio que sustenta a unidade política e nacional e deve ser congruente [...]. Além disso, o nacionalismo vem antes das nações. As nações não formam os Estados e os nacionalistas, mas sim o oposto”. (1990, p. 18-19)

gosto pelas artes populares e exaltava o patriotismo, rememorando os feitos gloriosos do passado. (Chauí, 2010, p. 37).

De acordo com a tradição historiográfica, durante o século XX, os Estados Nacionais procuraram estimular e promover a criação de órgãos, instituições e legislações voltadas para a definição e a preservação da memória e do patrimônio nacional, com o propósito de sedimentar uma unidade.

Em 1936, uma das principais medidas adotadas pelo governo de Getúlio Vargas para atender às expectativas de construção de seu projeto de Estado foi pensar na elaboração de um anteprojeto de criação de um serviço federal de defesa do patrimônio histórico e artístico nacional. Embora já existisse a Inspetoria de Monumentos, o governo intencionava criar um órgão mais abrangente, do ponto de vista da preservação, por meio do mecanismo jurídico de tombamento, para construir uma memória representativa da unidade nacional do Estado brasileiro.¹⁷ No momento em que foi pensada a elaboração desse anteprojeto, existiam discursos que partiam de vozes ecoantes em diferentes lugares e distintas posições políticas e ideológicas, mas que se circunscreviam em torno de uma mesma questão: a ideia de construção da nacionalidade brasileira. Esse pensamento era um ponto de confluência entre as diferentes retóricas que pretendiam organizar o projeto de unidade nacional.¹⁸ Na emblemática década de 1930, o Estado tentou afirmar uma função social de equacionar conflitos e interesses divergentes de grupos em favor da unidade nacional. Assim, memória e patrimônio realizam os sentidos e significados que operam na construção de uma identidade nacional, fundamentada, entre outras questões, pelo poder evocativo da memória coletiva.¹⁹

¹⁷ Como já mencionamos, no Brasil, as iniciativas do Estado de defesa do patrimônio nacional pelo poder público têm início com a criação da Inspetoria de Monumentos Nacionais em 1934. Ainda, nesse mesmo ano, a Constituição Federal instituiu no país o princípio da tutela oficial do patrimônio histórico e artístico nacional, em que, no art. 148, “cabe à União, aos Estados e Municípios [...] proteger os objetos de interesse histórico e o patrimônio artístico do país [...]” É importante destacar que, na Constituição de 1934, tem-se a ampliação da atribuição e da competência de defesa dos patrimônios históricos e artísticos sob a tutela também dos estados e municípios. Posteriormente, nas demais Cartas Constitucionais, tal princípio seria mantido e ampliado.

¹⁸ “Propostas diferenciadas como o Estado Novo ou ISEB (Instituto Superior de Estudos Brasileiros) partiam do princípio de que era necessário edificar uma realidade que ainda não havia se concretizado entre nós. O Estado seria o espaço no interior do qual se realizaria a integração das partes na nação” [...] (Ortiz, 2001, p. 50-1).

¹⁹ Não usamos o termo *memória coletiva* de acordo com a distinção proposta por alguns teóricos, como, por exemplo, Jacques Le Goff, que usa o termo para as sociedades sem escrita (Gondar, 2008). Usamos esse termo para nos referirmos ao conceito de memória coletiva proposto por Maurice Halbwachs, com o qual ele identifica uma memória construída pelos grupos sociais. Aqui nos referimos aos grupos sociais dominantes.

Para Michael Pollack, a memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletivo, na medida em que ela é também um fator estritamente importante do entendimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si (Pollack 1992, p. 205). Essa dinâmica entre memória e identidade se tornou importante instrumento de poder político nas mãos do Estado autoritário e conservador na articulação das leituras do passado. Tal fenômeno pode ser observado pelo conceito que Pollack denominou de *trabalho de enquadramento da memória*:

[...] Além de uma produção de discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens, os rastros desse trabalho de enquadramento da memória são objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas etc. A memória é assim guardada e solidificada nas pedras [...] (Pollack, 1989, p. 10).

Entretanto, Pollack ressalta “que a elaboração desse tipo de memória implica um trabalho muito árduo, que toma tempo, e que consiste na valorização e hierarquização das datas, de personagens e dos acontecimentos”. (Pollack, 1992, p. 206) Além disso, “há um trabalho da própria memória em si. Cada vez que uma memória está instituída, ela efetua um trabalho de manutenção, de coerência, de unidade, de continuidade, da organização” [...] (Idem).

Pode-se, então, olhar o contexto de construção da memória nacional pelo Estado Novo, tendo em vista o *trabalho de enquadramento da memória*. Embora se trate de elaborações distintas, tanto a *memória enquadrada*, mencionada por Michael Pollack, quanto a *memória coletiva*, discutida por Maurice Halbwachs, ambas as elaborações conceituais permitem traduzir o projeto político de governo de Getúlio Vargas, que tencionava construir uma identidade nacional, organizada pelos grupos dominantes e tecida pela memória no campo do patrimônio cultural. Conforme afirma Reginaldo Gonçalves:

[...] na medida em que o patrimônio representa uma totalidade, o espaço público é pensado como espaço sem conflitos, porque sem diferenças, sem pluralidade, com todos os seus elementos remetidos ao valor hierarquicamente superior, que é a nação, seu passado e sua tradição (Gonçalves, 2002, p. 121).

Ainda, em 1936, o então Ministro da Educação e Saúde, Gustavo Capanema, solicitou a Mário de Andrade que elaborasse o anteprojeto para a criação do serviço federal de defesa do

patrimônio histórico e artístico nacional. Mário de Andrade aceitou a incumbência, pois a ideia de elaborar esse anteprojeto estava em consonância com seus esforços como Diretor do Departamento de Cultura de São Paulo, onde desenvolvia um trabalho de vanguarda na área do patrimônio e da cultura. As proposições apresentadas no texto do anteprojeto trazem uma nova orientação conceitual da concepção de patrimônio:

Entende-se por patrimônio artístico nacional todas as manifestações de arte ou de arte aplicada, popular ou erudita, nacional ou estrangeira, pertencente aos poderes públicos, a organismos sociais e a particulares nacionais, a particulares estrangeiros, residentes no Brasil [...]. Essas obras de arte deverão pertencer pelo menos a uma das oito categorias seguintes: Arte arqueológica; Arte ameríndia; Arte popular; Arte histórica; Arte erudita nacional; Artes eruditas estrangeiras; Artes aplicadas nacionais; Artes aplicadas estrangeiras (Anteprojeto, 1936).²⁰

É importante sublinhar que a categoria de patrimônio aparece marcada no documento acima pela perspectiva do campo da arte. Esse discurso construído por Mário de Andrade está em consonância com seu engajamento político e seu perfil de intelectual e pesquisador, interessando no reconhecimento e na valorização das diversas culturais regionais. Sua concepção de patrimônio expressa uma lógica em que lugares, narrativas, objetos e práticas artísticas diversas se colocam no mesmo patamar de importância cultural, como elementos representativos da nacionalidade brasileira. Pode-se considerar que o anteprojeto trazia princípios conceituais da concepção antropológica e etnográfica de cultura que valorizavam a diversidade e a pluralidade cultural e, nesse sentido, valorizavam aspectos imateriais das culturas regionais. Além disso, quando Mário apontou a questão do valor da diversidade cultural, estava se referindo a uma base para a elaboração de uma nova síntese da cultura brasileira.²¹

Embora tenha influenciado de forma decisiva a concepção de patrimônio no Brasil, o anteprojeto de Mário de Andrade não foi aprovado. O decreto-lei nº 25, de 13 de novembro

²⁰ Para Mário de Andrade, “a Arte é um apalavra geral, que neste seu sentido geral significa a habilidade com o que o engenho humano se utiliza da ciência, das coisas e dos fatos.” (Andrade, 1981).

²¹ É importante destacar que, no meio intelectual, estavam sendo colocadas discussões no campo historiográfico sobre as questões que buscavam identificar a construção da sociedade brasileira em vários aspectos, procurando apontar a origem da nacionalidade. Como exemplo desse pensamento, podem-se citar alguns nomes: Sergio Buarque de Holanda (Raízes do Brasil de 1902) Gilberto Freire (Casa Grande Senzala, 1933) Caio Prado Junior (Formação do Brasil Contemporâneo, 1934), Silvio Romero (O caráter nacional e as origens do povo brasileiro, de 1881, e a História da literatura brasileira, de 1888), entre outros.

de 1937, que criou o Sphan e instituiu o instrumento jurídico do tombamento dos bens patrimoniais representativos da nação, modificou substancialmente o anteprojeto elaborado por Mário. Segue, em linhas gerais, a concepção de patrimônio editada pelo decreto presidencial na conjuntura do Estado Novo:

Constitui-se patrimônio nacional o conjunto dos bens móveis e imóveis existentes no país e cuja conservação seja de interesse público, quer por sua vinculação a fatos memoráveis da história do Brasil, quer por seu excepcional valor arqueológico ou etnográfico, biográfico ou artístico. (Decreto, 1937).

Comparando-se esse decreto com o anteprojeto elaborado por Mário de Andrade, é perceptível que, além de a categoria de patrimônio privilegiar o campo da história e não da arte, ficaram excluídos do documento aprovado pelo governo os aspectos imateriais da cultura, que traziam uma nova leitura paradigmática da cultura e também do patrimônio. Maria Cecília Londres Fonseca considera, no entanto, que o próprio Mário de Andrade não viu contradição entre o seu anteprojeto e o trabalho desenvolvido pelo SPHAN²². A autora aponta a questão jurídica, relacionada ao instrumento do tombamento, como sendo um ponto crucial no processo de implantação de uma política pública de preservação, pois envolvia a questão da propriedade. (Fonseca, 2005, p.104) Nesse caso, Maria Cecília Londres Fonseca considera que:

A conceituação de patrimônio, propositalmente deixada em aberto, tinha, porém um limite em relação ao anteprojeto: para viabilizar a proteção legal, era necessário referir-se a coisas ('bens móveis e imóveis'), o que marcava a inadequação do instrumento proposto – o tombamento – para proteger manifestações folclóricas, como lendas, danças dramáticas etc. (Fonseca, 2005, p.140)

No projeto editado pelo Estado, a definição de patrimônio era reservada aos bens móveis e imóveis que representavam os fatos memoráveis da História do Brasil. Os tombamentos privilegiaram, a rigor, elementos tangíveis da cultura, sobretudo igrejas, palácios, casas de fazenda, obras de arte, entre outros. O registro de tais bens culturais deveria ser efetivado em quatro Livros de Tombo, divididos por categorias: o Livro do Tombo Arqueológico, Etnográfico e Paisagístico, o Livro Histórico, o Livro das Belas Artes e, por fim, o Livro das

²² Cabe destacar que, em 1938, Mário de Andrade deixou a Diretoria Municipal de Cultura de São Paulo e foi morar no Rio de Janeiro, onde assumiu o cargo de assistente técnico da 6ª Região Administrativa do Sphan no Rio de Janeiro. Em 1941, voltou para São Paulo e permaneceu como colaborador do Sphan. É importante dizer que Mário de Andrade manteve com Rodrigo de Mello Franco, diretor desse órgão, correspondência regular de 1936 a 1945, ano de sua morte. (Andrade, 1981, p. 21)

Artes Aplicadas. Além da divisão conceitual e técnica do Sphan, o patrimônio nacional foi identificado, privilegiadamente, com a arte barroca mineira.²³

Nos primeiros momentos de atuação do Sphan, acentuam-se os tombamentos do patrimônio relacionados ao barroco mineiro, quando foram registrados os testemunhos da presença portuguesa ao longo dos séculos de colonização. Valorizaram-se, sobretudo, os objetos que testemunhavam a participação do Brasil na história das civilizações. (Chuva, 1988). A questão de patrimonialização dos bens que narram a história e a memória de pertencimento à civilização ocidental foi certamente uma das concepções mais significativas na configuração que tomou o processo de construção de um patrimônio nacional no Brasil. (Chuva, 2003). Além disso, o tombamento se tornou um dos meios possíveis de conferir autenticidade aos bens materiais e afirmariam seu caráter único e sua vinculação genuína de continuidade com o passado. (Gonçalves, 1988). Na verdade, uma continuidade com recortes e rupturas, retomando e reconstruindo fragmentos do passado que era propício ao entendimento de unidade nacional idealizada pelo projeto político do Governo Vargas.

Outra medida tomada pelo governo de Vargas, que reforçou o projeto político vigente, resultou no texto constitucional de 1937, que implantou um regime extremamente autoritário e centralizador, o qual ampliou os poderes do Presidente da República, conferindo-lhe a faculdade de governar por decretos-leis, permitindo a intervenção do governo federal nos estados e municípios.²⁴ Como se sabe, uma das preocupações do governo federal era fortalecer o poder central e garantir o enfraquecimento dos poderes regionais que haviam se consolidado na Primeira República. Conforme aponta a historiografia, o ato da queima das

²³ É importante ressaltar, conforme afirma José Reginaldo Gonçalves (2002), que a maioria do corpo técnico do Sphan era composta por arquitetos. Nesse mesmo ano, à Constituição Federal incluiu-se uma nova disposição jurídica em defesa do patrimônio histórico e artístico nacional, estabelecendo, no art. 134, a prática de proteção e preservação desse patrimônio sob a égide do poder público e conferindo punição para os atentados cometidos contra o patrimônio nacional. “Os monumentos históricos, artísticos e naturais, assim como as paisagens ou os locais particulares dotados pela natureza, gozam da proteção e dos cuidados da Nação, dos Estados e dos Municípios. Os atentados contra eles cometidos serão equiparados aos cometidos contra o patrimônio nacional.” (CONSTITUIÇÃO FEDERAL, 1937).

²⁴ No Art. 174 – “A Constituição pode ser emendada, modificada ou reformada por iniciativa do Presidente da República ou da Câmara dos Deputados”. Ainda no Art. 180 – “Enquanto não se reunir o Parlamento nacional, o Presidente da República terá o poder de expedir decretos-leis sobre todas as matérias da competência legislativa da União”.

bandeiras estaduais pelo governo de Getúlio Vargas representou simbolicamente uma ruptura com o regionalismo, ao mesmo tempo em que afirmava o projeto de unificação nacional. Pode-se afirmar que esse ato notabilizado num campo simbólico expressou o confronto político com as resistências impostas pelo regionalismo que, entre outros fatores, refletiu sobre a construção de uma memória nacional unívoca, fato que gerou tensões e contradições entre as representações da cultura regional e nacional, tendo em vista as diversidades regionais do país fortemente marcadas por um campo polifônico, em que coexistiam múltiplas memórias.²⁵

A tensão entre o regionalismo e o poder central pode ser compreendida, entre outros fatores, pelo fato de que Minas Gerais e São Paulo foram estados cuja memória regional sempre marcou com muita ênfase a história nacional. Durante a Primeira República, ambos os estados haviam consolidado uma preeminência econômica e política, esses dois fenômenos se conjugavam com a afirmação de suas memórias regionais. São Paulo se afirmava na vanguarda das inovações nos movimentos da arte moderna e pela tradição histórica que atribuía aos bandeirantes paulistas um prestígio nacional, resultado da consagração efetivada pela história que elegeu esses personagens como heróis da nação. Após a Revolução de 30, Minas Gerais ganha força simbólica por meio do reconhecimento da arte barroca representante da identidade brasileira. Apresenta-se, então, um campo de tensões e disputa pela proeminência cultural e posição política. Os dois estados perdem substancialmente posição em favor do Rio de Janeiro, que, como capital federal, ao contrário dos outros estados, não fomentou um processo histórico de formação de um forte caráter regionalista, em função, sobretudo, de ter representado, durante muito tempo, o centro do país e, assim, a própria ideia de nação.

²⁵ Nesse campo de disputas, um exemplo da tensão entre o projeto nacional e o regionalismo foi marcado, de acordo com Irene Barbosa de Moura, pela forma como foi conduzido o projeto do monumento às bandeiras, em São Paulo, no período do Estado Novo. Esse projeto traduz, de maneira emblemática, o desinteresse do Estado em promover as memórias regionais, pela morosidade do processo para o erguimento e promoção do monumento às bandeiras, justificada com o argumento da falta de verbas.

Pode-se, então, afirmar que o ano de 1937 representou um contexto em que ocorreram grandes investimentos por parte do governo federal na construção de referências culturais materiais relacionadas à memória nacional.²⁶ Nesse sentido, os discursos que trataram da relação entre a memória, o patrimônio e o Estado estabelecem, a rigor, um marco de inauguração e efetivação de uma política oficial de cultura, no âmbito federal, com a instituição do Sphan, em 1937. Porém, é importante relativizar tais discursos, visto que, desde décadas anteriores, a memória nacional estava sendo pensada e construída pela elite intelectual e política. Um marco expressivo dessa construção pode ser exemplificado pelas viagens feitas por Mário de Andrade, que, em 1919, adentrou no estado de Minas Gerais para realizar pesquisas sobre a cultura e, em 1924, voltou com a caravana paulista a Minas²⁷, novamente fazendo pesquisas etnográficas que tinham como objetivo “a recuperação do passado artístico do país ao lado das grandes renovações conceituais instigadas pelas suas vanguardas, em diversas áreas da criação e do saber”. (Andrade, p. 2, 1981). Posteriormente, outras viagens se sucederam pelo Norte, Nordeste e Sudeste do país.²⁸

Outro marco que expressou a preocupação com a memória e o patrimônio nacional se constitui na instituição da Inspetoria de Monumentos Nacionais (IPM), criada em 1934, pelo Decreto nº 24.735, de 14 de julho.²⁹ Esse órgão, instituído para cuidar da preservação da memória e do patrimônio, teve uma vida efêmera, mas uma expressão pragmática, pois tinha como principais finalidades impedir que objetos antigos, referentes à história nacional, fossem

²⁶ O Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional estava vinculado ao Ministério da Educação e Saúde. Como se sabe, ainda não havia um ministério específico para tratar dos assuntos da cultura.

²⁷ Nesta viagem, estavam nomes influentes no cenário cultural do Brasil, como, por exemplo: Tarsila do Amaral, Blaise Cendrars, Oswaldo de Andrade pai e Oswaldo de Andrade Filho, René Thoillier e Dona Olívia Guedes Penteado.

²⁸ De acordo com Rodrigo de Melo Franco, a visão antropológica modernista de Mário sobre o conceito de cultura é evidenciada pelos inúmeros registros (descrições e fotografias) que foram feitos por Mário, retratando as particularidades da cultura nacional, durante suas viagens pelo Brasil. Essa experiência influenciou Mário de Andrade quando ele se empenhou na elaboração do anteprojeto para a criação do Sphan (Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional). Como se sabe, a Semana de Arte Moderna de 22 se constituiu num outro marco expressivo de tentativa de construção da memória nacional e, por conseguinte, da identidade. Vale citar a Inspetoria de Monumentos Nacionais, que precedeu ao Sphan, que representou mesmo efemeramente uma preocupação com a memória regional e com a identidade. ANDRADE, Rodrigo. *Cartas de trabalho* Correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade (1936-1945) MEC-SPHAN Pró-Memória.

²⁹ Vale lembrar que este órgão estava ligado ao Museu Histórico Nacional, sob a direção de Gustavo Barroso.

levados para fora do país, em função do comércio ilegal de antiguidades. Além disso, o IPM cuidava de preservar as edificações monumentais, na tentativa de evitar que fossem destruídas por conta das reformas urbanas, que se faziam presentes naquele momento, em razão do processo de modernização das cidades. Cabe lembrar que uma das primeiras iniciativas da inspetoria foi decretar o tombamento da cidade de Ouro Preto, em Minas Gerais. Conforme sublinha Regina Abreu, nesse período, o conceito de patrimônio estava voltado para a materialidade dos objetos, e a legislação de proteção e preservação do patrimônio estava estreitamente pautada na política de proteção urbanística, paisagística e arquitetônica, mais especificamente ligada ao patrimônio de “pedra e cal” referente aos períodos colonial e imperial.³⁰

A despeito de outras ações de preservação por iniciativa do governo em períodos anteriores, a preocupação com a ação protetora de bens móveis e imóveis, articulada à ideia de patrimônio nacional enquanto categoria, só foi vinculada aos textos constitucionais no Brasil a partir da década de 1930, tratando de projetos voltados para proteção e preservação do patrimônio histórico e artístico nacional sob a responsabilidade do Estado.³¹

Pode-se dizer que a legislação de proteção e preservação do patrimônio como herança cultural do país teve suas bases conceituais inspiradas, sobretudo, na concepção de patrimônio do período da pós-Revolução Francesa. Para Dominique Poulot, “o caso francês ilustra o que o sociólogo Luigi Bobbio designa por concepção nacional de patrimônio, baseada na metáfora da herança, no atributo e na constituição do Estado-Nação moderno”. (Poulot, 2009, p. 25). Comungando com essa afirmativa, Regina Abreu sublinha que, após a Revolução Francesa,

³⁰ É interessante pontuar que a institucionalização de políticas culturais no Brasil é uma prática recente. Pode-se afirmar que um marco internacional na institucionalização do campo da cultura se deve à criação, em 1959, do Ministério de Assuntos Culturais da França, o qual promoveu inúmeras ações que se tornaram referências para alguns países ocidentais. (Choay, 1996).

³¹ É importante ressaltar que, no Brasil, o interesse pela questão da preservação dos bens imóveis representativos da história ou da arte nacional aparece desde o século XVIII. O primeiro registro que diz respeito ao interesse em conservar edificações históricas trata-se da carta de André de Melo e Castro, o Conde de Galveias – vice-rei do Brasil entre 1736 e 1749 –, endereçada ao Governador de Pernambuco, Henrique Luiz Pereira Freire de Andrade, solicitando a conservação do Palácio das Torres, em 5 de abril de 1742. ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*. México, DF: Instituto Pan-americano de Geografia e História. Comissão de História, 1952.

“o conceito de patrimônio se deslocou da esfera privada, ganhando uma dimensão pública e contornos expansionistas numa dimensão conceitual nunca antes promovida.” (Abreu, 2003). Abreu afirma ainda que:

A emergência da noção de patrimônio, como bem coletivo associado ao sentimento nacional, dá-se inicialmente num viés histórico e a partir de um sentimento de perda. [...] Associado à direção histórica naquele momento, o conceito de patrimônio tendeu a ser absorvido como uma herança artística e monumental, na qual a população poderia se reconhecer sob o novo formato do Estado-nação. [...] as heranças dos nobres eram apropriadas como heranças do povo de cada Estado-nação, sendo relidas como novos sinais diacríticos. Uma nova história heróica das nações passou a ser construída [...] a partir de então, o novo sujeito era o povo. (Abreu, 2003, p.31).

No Brasil, em coerência com essas concepções, as bases teóricas e conceituais que fundamentaram o campo do patrimônio cultural enquanto categoria coletiva se articulava, sobretudo, em torno de narrativas totalizantes e pretendiam construir a unidade nacional partindo do investimento na construção de símbolos, imagens, datas oficiais e comemorações, cujo princípio básico estava no reconhecimento pela sociedade da noção de identidade nacional.³² Essa perspectiva cultural tinha como diretriz tácita assegurar e fortalecer o projeto político conservador articulado pelo Estado Novo.³³

³²De acordo com o professor Ricardo Lima (UERJ), é importante relativizar o discurso atribuído ao Sphan pela construção historiográfica, pois, embora esse discurso tenha construído uma memória nacional baseada em valores homogêneos e elitistas, alguns procedimentos do Sphan permitem apontar que essa instituição promoveu práticas que se situavam numa direção oposta, traduzindo-se em outros discursos que valorizavam a diversidade e a pluralidade cultural. Como exemplo, pode-se citar a viagem de Hermes Cruze que, em 1938, foi designado pelo Sphan para fazer uma pesquisa etnográfica na Bahia, com o propósito de coletar objetos da cultura nordestina e organizar uma coleção para o Museu Nacional. Só que a ideia desse trabalho não teve continuidade, afirma Ricardo. (Discurso do professor Ricardo Lima, proferido por ocasião da apresentação do texto de qualificação de tese da doutoranda Vânia Dolores, em 2010, na UNIRIO).

³³ Ainda, durante o Estado Novo, em 1940, uma medida importante de proteção ao patrimônio nacional está presente no Código Penal Brasileiro, que inclui duas disposições punitivas para caso de inflação aos bens considerados patrimônios nacionais: no art. 165, que condena a quem “destruir, inutilizar ou deteriorar coisa tombada pela autoridade competente, em virtude de valor artístico, arqueológico ou histórico: pena – detenção de seis meses a dois anos e multa” No art. 166, sujeita a quem “alterar, sem licença da autoridade competente, o aspecto de local especialmente protegido por lei: pena – detenção de um mês a um ano, ou multa.” Já o texto da Constituição Brasileira de 1946 mantém a legislação anterior de 1937, tanto para a cultura quanto para o patrimônio. No art. 174, reafirma que “o amparo à cultura é dever do Estado”. No campo do patrimônio, o art. 175 estabelece que “as obras, monumentos e documentos de valor histórico e artístico, bem como os monumentos naturais, as paisagens e os locais dotados de particular beleza ficam sob a proteção do Poder Público.”

1.1 Patrimônio nacional e cultura pós-Estado Novo

Conforme pontua Regina Abreu, após a Segunda Guerra Mundial, tem-se a disseminação do conceito antropológico de cultura,³⁴ o qual começou a ganhar expressão, tendo em vista os debates e as discussões em torno da importância de se preservar as singularidades das culturas locais, sob a perspectiva da valorização da diversidade. Tais discussões foram introduzidas no cenário mundial pela UNESCO. Nessa conjuntura, opera-se um alargamento das fronteiras de compreensão e da diversidade e da pluralidade culturais. No Brasil ocorre, então, uma mudança significativa no campo conceitual da cultura.

O novo paradigma do conceito antropológico de cultura atravessa diferentes domínios do campo intelectual e da vida social. Além de ser incorporado em instituições específicas, o conceito antropológico de cultura é apropriado em cursos universitários nos contextos mais diversos. Um destes contextos é o da arte plástica. Uma nova noção de estética se esboça. A idéia de que arte é também uma manifestação cultural e de que as culturas são plurais e diversas altera os cânones de consagração. Toda uma estética da chamada “arte popular” é invocada, desequilibrando os padrões vigentes. (Abreu, 2003, p. 274).

Ainda de acordo com Regina Abreu, como decorrência dessa perspectiva, acentuou-se o processo de valorização das referências culturais³⁵ ligadas às tradições populares como

³⁴ Regina Abreu destaca que os danos causados à humanidade pelas duas Grandes Guerras Mundiais incitaram intelectuais, comunidades e governos do mundo a buscarem uma saída de construção permanente da paz entre os povos e, nesse sentido, a noção de cultura, tal como fora formulada pelos antropólogos culturais na tradição de Franz Boas e de Bronislaw Malinowski, torna-se um conceito em evidência que passa a expressar o sentido de diversidade e valorização da diferença. Tal noção de cultura emerge como solução na luta contra o racismo, o etnocentrismo, o evolucionismo e a hierarquização dos povos numa história única e linear baseada em critérios de progresso e de civilização (Abreu, 2003). É importante pontuar que, nesse mesmo período, a Comissão Nacional do Folclore Brasileiro fundamentou os princípios conceituais que, mais tarde, norteariam a estruturação da Campanha de Defesa do Folclore Brasileiro, criada em 1958.

³⁵ Para Maria Cecília Londres Fonseca, “Quando se fala em referências culturais, se pressupõem sujeitos para os quais essas referências façam sentido (referências para quem?). Essa perspectiva veio deslocar o foco dos bens – que em geral se impõem por sua monumentalidade, por sua riqueza, por seu peso material e simbólico – para a dinâmica de atribuição de sentidos e valores. Ou seja, para o fato de que os bens culturais não valem por si mesmos, não têm um valor intrínseco. O valor lhes é sempre atribuído por sujeitos particulares e em função de determinados critérios e interesses historicamente condicionados. Levada às últimas consequências, essa perspectiva afirma a relatividade de qualquer processo de atribuição de valor – seja valor histórico, artístico, nacional etc. – a bens, e põe em questão os critérios até então adotados para a constituição de patrimônios culturais, legitimados por disciplinas como a história, a história da arte, a arqueologia, a etnografia, etc. Relativizando o critério do saber, chamava-se atenção para o papel do poder.” A expressão referência cultural tem sido utilizada, sobretudo em textos que têm como base uma concepção antropológica de cultura, e que enfatizam a diversidade não só da produção material, como também dos sentidos e valores atribuídos pelos diferentes sujeitos a bens e práticas sociais. Essa perspectiva plural de algum modo veio a descentrar os critérios considerados objetivos, porque fundados em saberes considerados legítimos que costumavam nortear as

valores plurais distintivos da nacionalidade. No Brasil, esse discurso incluía, sobretudo, o tema do folclore, cujas discussões se ampliavam nos debates acadêmicos, institucionais e nos mais diversos espaços públicos. (Abreu, 2003).

O Brasil dessa conjuntura vivia sob os auspícios da Constituição de 1946,³⁶ que tinha características acentuadas de desenvolvimento econômico. Além disso, “a Carta introduziu o primeiro mecanismo de transferência intergovernamentais da esfera federal para os municípios, excluindo os estados, na tentativa de diminuir os desequilíbrios verticais.” [...] (Souza, 2005, p. 108). Os recursos para os municípios foram ampliados, com o intuito de diminuir sua dependência dos estados. Nesse sentido, essa Constituição foi, ao mesmo tempo, centralizadora, a favor do governo federal, e localista, porque transferiu alguns impostos estaduais para os municípios e por fazer com que os estados passassem a transferir parte de seus impostos para os municípios.³⁷ Com relação à Constituição de 1937, a de 1946 ampliava os direitos individuais, aumentava a autonomia dos municípios, pois extinguiu o papel dos interventores escolhidos pelo Poder Executivo, e, assim, limitava o poder do Presidente da República. Um ano após a promulgação dessa Carta, num contexto nacional de princípios constitucionais democráticos, insere-se o movimento da Comissão Nacional do Folclore Brasileiro,³⁸ criada em 1947,³⁹ que reforçava os debates sobre a importância das tradições populares no âmbito das referências culturais, traduzindo as suas particularidades locais e regionais. Assim, foi sendo construído um campo propício para a valorização das diversidades

interpretações e as atuações no campo da preservação de bens culturais. (Fonseca, s/d, p. 112). Disponível em < http://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/politicas_sociais/referencia_2.pdf > Acesso em 12 de dez. 2010.

³⁶ A Constituição de 1946 restabelece a independência dos três poderes, a autonomia de Estados e Municípios e as eleições diretas. (Constituição dos Estados Unidos do Brasil, 18 de setembro de 1946).

³⁷ SOUZA, Celina. *Federalismo e Gasto Social no Brasil: Tensões e tendências*. Lua Nova Nº 52- 2001. Disponível em< <http://www.scielo.br/pdf/ln/n52/a02n52.pdf> > Acesso em: 12 de dez. de 2011.

³⁸ Essa comissão estava vinculada ao Instituto Brasileiro de Educação, Ciência e Cultura (IBECC) e, por intermédio do Ministério do Exterior, ligava-se à UNESCO. Esse movimento reuniu nomes importantes do cenário intelectual brasileiro, como Cecília Meireles, Câmara Cascudo, Gilberto Freire, Gustavo Barroso, Renato Almeida, Edson Carneiro, entre outros.

³⁹ Na esteira dessa iniciativa, tem-se o “estímulo de produção e importantes trabalhos sobre lendas, mitos, rituais, festas, celebrações. Saberes e modos de fazer artesanatos, culinária música, arte e cultura popular.”(Abreu, 2004, p. 273).

regionais, retomando o discurso de Mário de Andrade, sob o signo do conceito antropológico de cultura, doravante disseminado pela UNESCO.⁴⁰

Podemos dizer que a valorização do folclore, articulada com a ideia de diversidade regional, implicou a relativização da própria noção de cultura, que passou a ser representada não só pelos bens de natureza material com valor histórico e artístico, ligados aos períodos colonial e imperial, mas também pelas referências culturais relacionadas às tradições populares, consideradas representativas da ideia de nação. No Brasil, começava-se, então, a reforçar um vínculo entre a construção de memórias, o processo indenitário e o patrimônio cultural, ancorado em uma concepção mais abrangente da categoria de patrimônio, posta pelos debates e discussões tanto na esfera nacional quanto internacional.

Na década de 1950, no horizonte mais amplo da história nacional⁴¹, apresentava-se um novo cenário político, econômico e cultural, configurado no governo de Juscelino Kubitschek. Esse período, que José Oscar Beozzo chama de *redemocratização da sociedade*,⁴² foi marcado pela crença no projeto de industrialização e modernização⁴³ e pela construção da nova capital do país.

A política nacional desse período estava centralizada na perspectiva do desenvolvimento econômico e social.⁴⁴ Tal política trazia o *slogan* de 50 anos em 5 (cinquenta anos de desenvolvimento em cinco anos de mandato). Esse discurso fazia parte do Plano de Metas⁴⁵

⁴⁰ Do ponto de vista institucional, cabe mencionar a importância das iniciativas desencadeadas pela UNESCO, como, por exemplo, as Conferências, os Seminários e as “cartas patrimoniais” que representaram importantes instrumentos de valor normativo e orientador de políticas culturais para os países membros.

⁴¹ É importante lembrar que neste período o Brasil estava sob o regime democrático, que teria fim no Golpe de 1964.

⁴² Cf. BEOZZO, José O. In: *A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização*. FAUSTO, Boris. História Geral e Civilização Brasileira. O Brasil Republicano: economia e cultura (1930-1964) Difel / Difusão Editorial. 1984, p.273.

⁴³ Para Renato Ortiz (1991), os anos 40 e 50 marcaram um momento ainda incipiente de uma sociedade de consumo de massa no Brasil, que iria se afirmar nas décadas de 1960 e 1970, pela consolidação do mercado de bens culturais.

⁴⁴ Segundo a tradição historiográfica, o discurso de JK se fundamentava na articulação dos meios para romper com o que se considerava o atraso econômico e cultural da nação.

⁴⁵ O Plano de Metas foi elaborado sob a orientação de Lucas Lopes e de Roberto Campos, por meio de um trabalho em conjunto com o BNDE e o Conselho Nacional de Desenvolvimento. Esse trabalho tinha como

do Governo de JK. Segundo Maria Vitória Benevides, é um momento de consolidação da industrialização, no qual houve “a congregação da iniciativa privada – acrescida substancialmente de capital e tecnologia estrangeira – com a intervenção contínua do Estado, como orientador dos investimentos através de planejamento”. (Benevides, 1979, p. 202). Ainda segundo a autora, a atuação do governo junto à sociedade envolvia um posicionamento político e ideológico que apresentava o governo como um “instrumento deliberado e efetivo do desenvolvimento econômico”. (Idem, p. 202). Com essa imagem, houve o fortalecimento das ideias políticas do Estado:

A ideologia de Estado alcançou seus maiores índices de influência política. Basta lembrar a respeito que não apenas o ISEB foi uma agência do Estado como resguardava sempre uma ênfase em suas diversas variantes de concepção nacionalista. (Weffort, 1966, p. 72).

Apesar de o Instituto Superior de Ensino Brasileiro⁴⁶ (ISEB) ter sido oficialmente um órgão ligado ao Estado e ter uma influência significativa no governo de Juscelino Kubistchek, Renato Ortiz aponta que o seguinte:

objetivo central identificar os setores relacionados à estrutura econômica e social do país que precisavam de investimentos e que, devidamente estimulados, poderiam apresentar capacidade de crescimento. Assim, foram criadas 30 metas específicas, distribuídas em cinco setores: energia, transporte, indústria de base, alimentação e educação. Para uma apreciação sobre o Projeto de Metas do governo JK, ver em Carlos Lessa, *15 Anos de Política Econômica*, 3ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1982. Ver também em Celso Lafer, *JK e o programa de metas (1956-1961): processo de planejamento e sistema político no Brasil*, Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

⁴⁶ O ISEB foi instituído em 1955, com sede no Rio de Janeiro, e estava vinculado ao Ministério da Educação e Cultura. Tinha como finalidade promover pesquisas, estudos e debates nos campos da Sociologia, da Política, da Economia, da Filosofia, entre outros, que possibilitassem a compreensão crítica da realidade brasileira, visando à elaboração de instrumentos teóricos que viabilizassem o incentivo e a promoção do desenvolvimento nacional. Há um fato interessante a destacar, no dia 20 de dezembro de 1956, chegava ao fim o primeiro ano letivo da primeira turma apelidada de “Turma Barão de Mauá”, que tinha 65 estudantes. Na ocasião da formatura, essa turma foi homenageada pelo Presidente da República Juscelino Kubitschek, que foi seu paraninfo. O instituto era composto de intelectuais de várias origens e especificidades, entre eles, destacam-se Hélio Jaguaribe, Inácio Rangel, Roland Corbisier, Cândido Mendes de Almeida, Álvaro Vieira Pinto, Ewaldo Correia Lima. Esses estudiosos disseminavam as ideias do governo por meio de conferências, seminários, palestras e produção bibliográfica que sustentavam a necessidade e a urgência de mudanças nos anos 50. Segundo Luiz Carlos Bresser Pereira, tais intelectuais traziam uma visão que se apresentava coerente e abrangente do Brasil e de seu processo de industrialização e desenvolvimento. (Pereira, 1982). Ver também em Renato Ortiz (1985, p. 45-67), ele chama atenção para os anos 50, e as intervenções políticas dos intelectuais ligados ao ISEB levantaram discussão acerca de conceitos como “cultura alienada” “colonialismo” ou “autenticidade cultural”. Além disso, Ortiz tece algumas considerações sobre o pensamento social construído pelo ISEB, acerca da relação entre cultura e nacionalismo desenvolvimentista.

Não se constituiu uma ‘fabrica de ideologia’ do governo Kubitschek. Se de fato o Estado desenvolvimentista procurou uma legitimação ideológica junto a um determinado grupo de intelectuais, não é menos verdade que os avatares desta ideologia caminharam em um sentido oposto ao do Estado brasileiro. O período de Kubitschek se caracteriza por uma internacionalização da economia brasileira justamente nos momentos em que se procurava ‘fabricar um ideário nacionalista’ para diagnosticar e agir sobre os problemas nacionais. (Ortiz, 1985, p. 46-47)

Renato Ortiz aponta que, no âmbito cultural, a influência do ISEB foi marcante, pois “toda uma série de conceitos políticos e filosóficos que são elaborados no final dos anos 50 se difundiram pela sociedade e passaram a construir categorias de apreensão da realidade brasileira”. (Ortiz, 1984, p.47). “Além disso, ao conceber o domínio da cultura como elemento de transformação socioeconômica, o ISEB⁴⁷ se afasta do passado intelectual brasileiro e abre perspectivas para se pensar a problemática da cultura brasileira em novos termos.” (Idem, p. 46).⁴⁸

Na década de 1960, de acordo com Aldo Paviani, o país estava imerso numa grave crise política e econômica. Dois momentos contribuíram para potencializar a conjuntura dessa crise: primeiro, a renúncia do Presidente da República Jânio Quadros; segundo, o período curto, mas extremamente conturbado, do governo de João Goulart.⁴⁹ Assim, “enquanto minavam-se as bases políticas desse governo, esboçavam-se planos para a tomada do poder, numa aliança de militares com empresários temerosos de um governo sindicalista”. (2003, p.66). Ainda segundo Paviani, diante dessas crises, abriu-se um amplo leque no ideário político de ações que sustentariam algumas ideias e projetos das forças conservadoras.

⁴⁷ Cf. Renato Ortiz, 1985. Neste texto, o autor tece algumas considerações sobre esses movimentos e a inserção de intelectuais de renome no cenário nacional, como, por exemplo, Carlos Estevam Martins (diretor do CPC), que era ligado ao ISEB, e Paulo Freire. Segundo Ortiz, a teoria *isebiana* que aproxima os dois movimentos está na base do conceito de “alienação cultural” que transita tanto pelas forças de esquerda marxistas quanto pelo pensamento católico e incide em alguns campos referentes à cultura, como, por exemplo, o teatro e o cinema.

⁴⁸ Já no início dos anos 60, dois movimentos investiram, de maneira diferenciada, nos ideais políticos tratados teoricamente pelo ISEB, o Movimento da Cultura Popular no Recife e o Centro de Cultura Popular da UNE. (Ortiz, 1985, p. 48). Pode-se dizer que esses movimentos foram iniciativas importantes que contribuíram para se pensar a cultura de forma mais pragmática, envolvendo aspectos e perspectivas de emancipação das camadas populares. Esses movimentos visualizavam o campo da cultura.

⁴⁹ Para uma apreciação sobre o governo de João Goulart, ver em FERREIRA, Marieta M. de. (org.) *João Goulart: entre a memória e a história*. Editora FGV. Rio de Janeiro, 2006.

Essas forças contraditoriamente se alimentaram nas trocas de apoios com setores militares e empresariais dos Estados Unidos da América, sem cortar os liames com tendências nacionalistas de alguns militares brasileiros. Nesse caldo controverso, ganha destaque a intervenção estatal. (Paviani, 2003, p. 66).

Como se sabe, foi nesse período que ocorreu a transferência da capital federal para Brasília, sendo criado o estado da Guanabara, transformando o município do Rio de Janeiro em unidade federativa.⁵⁰ Começava-se, então, “o debate sobre o futuro do ex-Distrito Federal, revelaram-se os impasses e as contradições de uma nova identidade para a cidade, bem como e seu papel como novo ente federativo.” (Motta, 2006, p. 7). De acordo com Marieta Ferreira, “se o fato de deixar de ser capital poderia deixar saudades, ser Guanabara representaria um novo status na federação”. Além disso, “as elites cariocas imediatamente se mobilizaram na esfera jurídica, cultural e política para conquistar um novo lugar: do Rio capital do país”. A partir da instituição do estado da Guanabara, tem-se um contexto interessante para analisar e compreender a dinâmica da política carioca. “A criação do novo estado foi na verdade resultado das lutas travadas pela elite carioca para realizar um antigo sonho: conquistar a autonomia política, e afastar a influência do governo federal.” (Ferreira, s/d, p. 12). Desde a instalação do Estado Novo, “a autonomia política do Distrito Federal foi extinta e submetida por um projeto que colocava o Rio de Janeiro /Distrito Federal como lugar de onde emanaria a centralização política administrativa e de onde seria exercido o poder de Getúlio Vargas.” (Motta, 2006, p. 6) Esse contexto gerou inúmeras interpretações e polêmicas sobre o destino do Rio de Janeiro, que sempre se constituiu como eixo central do país, um polo cultural do Estado Nacional em formação.

De acordo com a tradição historiográfica, a transferência da capital para Brasília pressupõe rupturas, mudanças políticas, econômicas e culturais com realidades locais e regionais. Essas transformações geraram debates que ganharam impulso nos discursos da Imprensa, no Parlamento, nos espaços acadêmicos e nas ruas, alimentando as incertezas sobre o destino da

⁵⁰Cf. MOTTA, Marly Silva da. *Mania de Estado: o chaguismo e a estadualização da Guanabara*. História Oral, São Paulo, nº 3, p. 91-108, jun. 2000. Na eleição realizada em 03 de outubro de 1960, foi eleito Carlos Lacerda, da UDN, para governar a Guanabara; com o primeiro governador, foram eleitos os primeiros deputados do Estado, em número de 30, que tiveram a incumbência de elaborar a Constituição do novo Estado da Federação. O Partido da UDN fez seis governadores e se tornou uma força política no cenário nacional, porque elegeu também o Presidente da República, Jânio Quadros (2000).

identidade do Rio. Entretanto, o Rio de Janeiro, na década de 1960, continuou a ser identificado como símbolo do Brasil, “constituindo não apenas um importante componente da identidade da cidade, mas também do país como um todo”. (Motta, 1992, p. 25). Assim, por muito tempo, o Rio de Janeiro iria permanecer como símbolo cultural do Brasil e cenário das decisões políticas federais, cuja identidade iria estar também relacionada com a referência da história nacional e da memória coletiva forjada pelos grupos dominantes.

Para Maurice Halbwachs (2006), a construção da memória coletiva relacionada ao espaço sedimenta identidades, atualiza ou reconstrói memórias com suas referências de continuidades afetivas. Pode-se dizer que essa memória de continuidade foi reforçada, conforme sublinha Vânia Oliveira (2011), com a instalação do primeiro núcleo do Museu do Folclore no Rio de Janeiro, no mesmo terreno do Palácio de Catete, justamente quando o palácio deixa de ser sede do governo federal, em 15 de novembro de 1960. Esse acontecimento emblemático reforçou um discurso sobre a construção da memória nacional, atribuindo legitimidade ao Rio de Janeiro na vanguarda do campo cultural no país.⁵¹

A instalação do primeiro núcleo do museu de Folclore em ‘pavilhão’ no Parque do Museu da República [...] no edifício onde o poder maior da nação funcionou durante tanto tempo [...] de onde três presidentes da república deram apoio político às ações do Movimento Folclórico Brasileiro. Concretizava-se também desse modo a expressão museológica de defesa de Gustavo Barroso sobre o nacional: a elite e o povo estavam finalmente lado a lado, representando e reconstruindo a memória brasileira. (Oliveira, 2011, p. 118).

Olhando por essa ótica, pode-se relacionar que a criação da Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico (DPAH), em 1964,⁵² estava inserida na perspectiva de fortalecimento da memória

⁵¹ É interessante ressaltar que a inauguração do museu se deu no contexto de comemorações do quarto centenário da cidade do Rio de Janeiro.

⁵² Segundo Sergio Linhares (diretor do departamento de documentação do Inepac), a política de preservação de bens culturais no estado do Rio só ganha força com o aparecimento de órgãos locais que auxiliam na identificação e na proteção legal dos marcos simbólicos da cidade. No Rio de Janeiro, surge um serviço de patrimônio ainda na época em que era Distrito Federal: a Divisão de Patrimônio Histórico e Artístico – DPHA, criada em 1964, da qual o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural, o Inepac, é o sucessor legal. Seu primeiro ato foi tomba o Parque Lage, onde hoje funciona a Escola de Artes Visuais, ligada à Secretaria de Estado de Cultura. Na década de 1980, surge o Departamento Geral de Patrimônio Cultural, o DGPC, responsável pelos tombamentos municipais, atualmente uma subsecretaria da Secretaria Municipal de Cultura.

local e da identidade nacional. Pode-se inferir, ainda, que esse projeto tencionava afirmar uma memória nacional pela referência da história, da memória e do patrimônio cultural no território fluminense, resgatando e preservando heranças e referências culturais locais.⁵³ Esse campo da cultura seria usado estrategicamente pelos militares quando, em 1964, eles assumiram o Governo no Golpe.⁵⁴ O Estado apresentou-se com o discurso de “força protetora da nação” e, por extensão, da sociedade. Daquele momento em diante, uma nova relação entre o Estado, a cultura e a sociedade iria se configurar, fundamentada pela retórica da segurança nacional⁵⁵ e do desenvolvimento econômico.⁵⁶ Durante o regime militar, o Estado elaborou um projeto de maior controle institucional do campo da cultura e foram criadas novas instituições, entre elas, Embrafilme e Funarte.

Além disso, “o Estado baixou inúmeras leis, decretos, portarias, que disciplinaram e organizaram os produtos, a produção e a distribuição dos bens culturais – regulamentação da profissão de artista e de técnico.” [...]. (Ortiz, 1985, p. 88).

O movimento cultural pós-1964 se caracteriza por duas vertentes que não são excludentes: por um lado, se define pela repressão ideológica e política, por outro, é um momento da história brasileira onde mais são produzidos e difundidos os bens culturais. [...] Percebe-se, pois, a importância de se atuar junto às esferas culturais. Será por isso incentivada a criação de novas instituições, assim como iniciará todo um processo de gestação de uma política de cultura. (Ortiz, 1988, p. 116)

Em 1966, no âmbito nacional, foi criado o Conselho Federal de Cultura, órgão que representou uma das primeiras iniciativas dos militares de “integração cultural em nível nacional” (Ortiz, 1985, p. 109). O presidente Castelo Branco, na ocasião da sessão inaugural do Conselho, demonstrou em seu discurso a necessidade de o governo desenvolver um plano

⁵³ Ainda na década de 1960, foi instituído o Conselho Estadual de Cultura do Rio de Janeiro, que teve origem após a transferência da Capital Federal para Brasília.

⁵⁴ É importante ressaltar que o ISEB foi extinto pela Regime Militar.

⁵⁵ Segundo Ortiz, a ideologia de segurança nacional estava fundamentada na origem da política de telecomunicações que se prolonga enquanto aparelho ideológico e político. Nesse sentido, o espaço de atuação das empresas privadas encontrava-se delimitado pelos critérios que orientavam as atividades do Estado autoritário. Nessa relação, muitas vezes, entravam em choque, os interesses da empresa em relação aos do Estado. (Ortiz, 1985, p. 88).

⁵⁶ Na esteira desses discursos, uma medida jurídica importante relacionada à segurança e à proteção do patrimônio nacional foi tomada pelo governo militar.

de abrangência nacional para a cultura. Sem novidades, para compor o Conselho, foram recrutados intelectuais que estiveram ao lado do golpe militar. (Ortiz, 1985).

Recrutados nos institutos Históricos e Geográficos e nas Academias, esses intelectuais conservadores e representantes de uma ordem passada irão se ocupar da tarefa de traçar as diretrizes de um plano cultural para o país. [...] Porém é importante compreender que, para o Estado, sua incorporação permite estabelecer uma ligação entre o passado e o presente. Ao chamar para o seu serviço os representantes da ‘tradição’, o Estado ideologicamente coloca o movimento de 64 como continuidade, e não como ruptura, concretizando uma associação com as origens do pensamento sobre cultura brasileira, e que vem se desenvolver desde os trabalhos de Sílvio Romero.⁵⁷ (Ortiz, 1985, p. 91)

Renato Ortiz afirma que a primeira preocupação dos membros do Conselho Federal de Cultura era com a identidade nacional que “se realiza no Ser do homem brasileiro: democrata por formação e espírito cristão, amante da liberdade e da autonomia”. (Ortiz, 1985, p. 96). A segunda preocupação estava centrada na “objetividade dessa cultura que se traduz pela materialidade legada pela história” (Idem). Em última instância, o interesse maior desses intelectuais estava na preservação dos bens culturais: museus, patrimônio histórico, arquivos e folclore (Ortiz, 1985).

A política cultural praticada nos primeiros anos dos governos militares reforçava o sentimento de civismo, com forte apelo ao nacionalismo, ao humanismo e a tradição. Vale ressaltar que, do ponto de vista conceitual, a categoria cultura popular ganhou impulso, nos meios acadêmicos e políticos, incentivando os discursos e debates que diferenciavam ou assimilavam tal categoria ao folclore.⁵⁸ Entre as diferentes perspectivas ideológicas, havia uma tendência comum em apontar o folclore como parte integrante da identidade nacional.⁵⁹

⁵⁷ Segundo Marilena Chauí (1996, p. 48), Sílvio Romero produziu o primeiro trabalho científico sobre ‘o caráter nacional brasileiro’. Estas pesquisas incluíam o tema do folclore. É interessante observar, conforme aponta Dolores, que “as ações para pesquisa, valorização e difusão do folclore brasileiro têm sua gênese no final do século XIX, através dos escritos de Sílvio Romero (1851-1914), numa atividade quase solitária”. (Dolores, 2011, p. 34)

⁵⁸ Cf ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 1985, p. 68-78.

⁵⁹ É interessante destacar que, durante o período do Regime Militar, houve uma profusão de museus no país. Esse fenômeno estava relacionado à estratégia dos grupos políticos dominantes envolvidos no discurso de construção do nacionalismo.

Nessa conjuntura, é inaugurado o *Museu do Folclore*,⁶⁰ no Rio de Janeiro, instituição que se reservou à representação das tradições populares nacionais.⁶¹

O advento do Estado militar possui na verdade um duplo significado: por um lado se define por sua dimensão política; por outro, aponta para transformações mais profundas que se realizaram no nível econômico [...] o Estado militar aprofunda medidas econômicas tomadas no governo Juscelino, às quais os economistas se referem como ‘a segunda revolução industrial no Brasil. [...] em 64 é um momento de reorganização da economia brasileira que cada vez mais se insere no processo de internacionalização do capital [...] em termos culturais essa reorientação econômica traz consequências imediatas, pois, paralelamente ao crescimento do parque industrial de produção e do comércio interno de bens materiais, fortalece-se o parque industrial de produção de cultura e do mercado de bens culturais. (Ortiz, 1985, p. 114).

Como se sabe, nos governos militares, as intervenções do Estado em várias áreas e setores da esfera pública se faziam de maneira vertical. Com isso, o campo da cultura sofreu alterações em função direta dos interesses do Estado, refletindo nas políticas públicas de alcance nacional, que visavam garantir seu poder, legitimando sua ideologia. É um momento em que as instituições e os órgãos federais foram paulatinamente transferidos da cidade do Rio de Janeiro e instalados na nova capital do país, Brasília.⁶² De acordo com Aldo Paviani:

Brasília, recém inaugurada, é abalada pelas crises políticas referidas, que puseram em cheque a permanência da Capital no Planalto Central. Sucessivos boatos sustentavam a volta do Poder federal para o Rio de Janeiro. Todavia, com o golpe de 1964, os militares viram em Brasília a possibilidade de aplicar teorias geopolíticas e instaurar o grande “projeto de integração nacional”. (Paviani, 2003, p.67) (*grifos nossos*)

⁶⁰ O Museu do Folclore Edson Carneiro é integrado ao Centro Nacional de Folclore e Cultura Popular. Observa-se que na atribuição do nome ao museu tem-se uma separação conceitual entre folclore e cultura popular. Sobre o tema da problemática da cultura popular e do folclore, ver em ORTIZ, Renato. *Cultura popular e identidade nacional*, 1985, p. 69-78.

⁶¹ Como já afirmamos anteriormente, a instalação do primeiro núcleo do museu aconteceu em 1960. Em 1964, é inaugurado o museu no anexo do Museu da República.

⁶² É interessante observar que as instituições importantes no âmbito cultural, de dimensões nacionais, como a Academia Brasileira de Letras, a Biblioteca Nacional, o Museu Nacional de Belas Artes, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, não foram transferidas para a nova capital, continuando sediadas no Rio de Janeiro. O fato de essas instituições permanecerem no território fluminense reflete a questão da construção e da preservação de continuidade da memória da cidade. Esses espaços podem ser lidos como *lugares de memórias*, onde foram preservados “rastros do passado” enquanto parte da memória nacional. Essas instituições eram dirigidas por uma elite intelectual que participou do processo de construção da identidade nacional legitimada pelo Estado. Usamos a expressão *lugares de memória* na perspectiva discutida por Pierre Nora no texto: *Entre memória e história: a problemática dos lugares*. In: *Projeto História*. São Paulo, nº 10, dez. 1993.

A despeito das diferenças que separam o projeto pós-revolução de 1930, que começou a se organizar no primeiro período do governo Vargas, e o golpe militar de 1964, a ideia de *integração nacional*, central naquele projeto, persiste no governo militar, com novos contornos. Pode-se inferir que diante dessa nova governança, centralizadora, conservadora e autoritária, a ideia de integração foi matizada pela monumentalidade da cidade de Brasília, que se materializava à luz dos discursos patrimonialistas, ainda estreitamente ligados à concepção elitista de cultura e unidade nacional. Afonso Carlos Marques dos Santos sublinha que:

Abstraídas ou não as intenções de seus autores, [Brasília] constitui-se numa metáfora, cada vez mais ampliada, da crença do Estado como propulsor da vida brasileira. Metáfora de dimensões dramáticas, quando confrontada a essa enorme contradição que é o Estado Brasil, de costas para a multiplicidade e diversidade de um país fragmentado. [...] Lembremo-nos de que é no interior desse Estado que se elabora a memória, ou melhor, as concepções de memória que ordenam a área de patrimônio cultural. (Santos, 2007, p. 116) (*grifos nossos*)

Como um fenômeno recorrente em períodos anteriores, a construção de uma memória nacional se apresentava como estratégia política importante para o governo militar que pretendia realizar a tão almejada *integração nacional*, um fator essencial para garantir a supremacia de poder do Estado. Para atingir tal objetivo, o Estado se alardeou como entidade promotora do desenvolvimento econômico e social, apresentando-se como *propulsor da vida brasileira*. Além disso, Brasília estava inserida na perspectiva de modernidade. Este pressuposto reforçava o projeto ideológico do Estado, no qual a nova capital representava, conforme sublinhou Antônio Carlos Carpinheiro, a monumentalidade aplicada à construção de um novo signo da República.

Brasília, como capital, é um lugar do governo, mas também representa a nação. Afora as razões do Estado- a ocupação do território nacional- e as de segurança das instituições, uma nova capital deveria representar a afirmação da nacionalidade, já que o Rio de Janeiro representava a colônia e o império- a monarquia - e era, então necessário um signo da República. (Carpinteiro, 2003, p. 175).

Embora a cidade de Brasília representasse uma nova imagem, cujo simbolismo se associava à renovação da ideia republicana, a cidade era fruto de continuidades do Estado autoritário e conservador que pretendia unificar sua força a partir de diversos mecanismos, entre eles, a construção simbólica de um novo espaço de poder que aparentemente não carregava

continuidades. Pode-se dizer que Brasília ergueu-se traduzindo uma nova imagem de Brasil, ao mesmo tempo em que refletia, em sua monumentalidade, a guarda de fragmentos do passado: aspectos representados não só pela materialidade de sua construção arquitetônica, mas, sobretudo, pela expressão simbólica de poder e pela centralização dos grupos dominantes, que estavam na esfera do governo federal, estadual ou municipal, construindo o presente a partir da tentativa de domínio sobre o passado. Eric Hobsbawm afirma que “o passado é uma dimensão permanente da consciência humana, um componente inevitável das instituições, valores e outros padrões da sociedade humana”.⁶³ (Hobsbawm, 1997).

Nesse sentido, o Rio de Janeiro, já destituído da condição de capital federal investiu em instituições e mecanismos que reforçavam elementos representantes do passado como estratégia de afirmar sua memória local. Em 1969, instituiu-se pelo Decreto-Lei nº 2, de 11 de abril,⁶⁴ o Conselho Estadual do Tombamento, no antigo Estado da Guanabara,⁶⁵ que elaborou os critérios e conceituou os bens que poderiam ser tombados no estado. Quinze anos mais

⁶³ Para Eric Hobsbawm “[...] passado, presente e futuro constituem um continuum. Todos os seres humanos e sociedades estão enraizados no passado – o de suas famílias, comunidades, nações ou outros grupos de referências, ou mesmo de memória pessoal – e todos definem sua posição em relação a ele, positiva ou negativamente. Tanto hoje como sempre: somos quase tentados a dizer “hoje mais que nunca”. E mais, a maior parte da ação humana consciente, baseada em aprendizado, memória e experiência, constitui um vasto mecanismo para comparar constantemente passado, presente e futuro. As pessoas não podem evitar a tentativa de antever o futuro mediante alguma forma de leitura do passado. Elas precisam fazer isso. Os processos comuns da vida humana consciente, para não falar das políticas públicas, assim o exigem. E é claro que as pessoas o fazem com base na suposição justificada de que, em geral, o futuro está sistematicamente vinculado ao passado, que, por sua vez, não é uma concatenação arbitrária de circunstâncias e eventos” (Hobsbawm, 1997).

⁶⁴ De acordo com o Decreto-Lei nº 2, de 11 de abril de 1969, podem ser considerados de interesse para a preservação os bens públicos ou particulares com as seguintes características: construções e obras de arte de notável qualidade estética ou representativas de determinada época ou estilo; prédios, monumentos e documentos vinculados a fato memorável da história local ou a pessoa de excepcional notoriedade; monumentos naturais, sítios e paisagens que possuam especial atrativo ou sirvam de habitat a espécimes interessantes da flora ou da fauna local; sítios arqueológicos.

⁶⁵ Atualmente ainda em vigor, o Conselho Estadual de Tombamento-CET tem como principal atribuição a proteção ao patrimônio cultural do Estado, no que se refere a documentos, obras e locais de valor histórico, artístico e arqueológico, por meio de pareceres sobre atos de tombamento de bens de interesse cultural e pronunciamentos quanto a propostas de intervenção para os bens protegidos. O CET é constituído de 12 membros, dos quais oito são de livre nomeação do Governador do Estado, e escolhidos entre pessoas de notório saber. (Inepac, 2011). O Conselho Estadual de Tombamento – CET, órgão consultivo e de assessoramento do Governo do Estado do Rio de Janeiro, integra a estrutura da Secretaria de Estado de Cultura e, no desempenho de suas atribuições, atua em estreita colaboração com o Inepac. Com mandato de seis anos, fazem parte também dessa composição o Diretor Geral do Inepac, um representante do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), um do Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e um do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan).

tarde, quando foi efetuada a fusão dos Estados da Guanabara e do Rio de Janeiro, foi criado o Instituto Estadual do Patrimônio Cultural (Inepac).⁶⁶ Pode-se inferir que a instituição desse órgão refletiu as tensões e mudanças políticas institucionais de redefinição do Estado. É interessante observar que a instalação desse instituto após a fusão aponta um caminho na tentativa de diminuir ou equacionar as tensões relacionadas ao campo de afirmação do patrimônio regional. Apesar de o Rio de Janeiro ter sido, por muito tempo, centro das decisões de poder, o Estado não tinha abertura política para tratar da demarcação com visibilidade nacional o seu campo do patrimônio regional. Convém reafirmar que a IMN tentou consolidar os interesses estaduais, mas logo foi substituída por um órgão mais abrangente, que se afirmou no nível federal.

Durante muito tempo, as políticas públicas de preservação do patrimônio foram reservadas ao âmbito federal, cujo projeto se afirmou na construção da unidade nacional nos governos autoritários de exceção. Renato Ortiz faz uma reflexão interessante que contribui para sintetizar a compreensão sobre a articulação do campo da cultura organizado pelo Estado nas décadas de 1930 e 1960, diz Ortiz:

Se comparamos a ditadura militar ao Estado Novo podemos apreender algumas analogias e diferenças que esclarecem o papel do Estado em relação a cultura. Nas duas ocasiões, 37 e 64, o que define na sua política é uma visão autoritária que se desdobra no plano da cultura pela censura e pelo incentivo de determinadas ações culturais. Da mesma forma que o governo militar desenvolveu atividades na esfera cultural, Vargas cria uma série de instituições como o Instituto Nacional do Livro, o Instituto Nacional do Cinema Educativo, museus, bibliotecas, além de sua atuação decisiva na área do ensino. Ao lado dessa plêiade de promoções o braço repressor do DIP não deixa de se manifestar. Talvez pudéssemos dizer que o Estado militar tem uma atuação mais abrangente, uma vez que a política cultural de Capanema tinha limites impostos pelo próprio desenvolvimento da sociedade brasileira. Porém, o que diferencia esses dois momentos é que em 64 o regime militar se insere dentro de um quadro econômico distinto. (Ortiz, 2001, p. 116-17)

⁶⁶ Segundo as informações de Sérgio Linhares (2011), paralelamente às atividades de sua atribuição, o Inepac desenvolveu alguns projetos de grande importância, como a edição do Guia de Bens Tombados pelo Estado do Rio de Janeiro, a criação do Banco de Dados do Inventário de Bens Culturais do Estado do Rio de Janeiro, a reedição do Santuário Mariano, obra raríssima editada em Portugal em 1723, com o registro fotográfico das imagens de Nossa Senhora, originais e ainda existentes, o Distrito Cultural da Lapa, o Inventário dos Caminhos Singulares, o levantamento de bens arquitetônicos nos Caminhos do Ouro, do Açúcar, do Café e do Sal, em parceria com o SEBRAE e a UNESCO; a digitalização do acervo da Divisão de Folclore; o Inepac virtual, além da informatização da instituição.

Como foi possível observar no decorrer desse texto, tanto no período do Estado Novo quanto do Regime Militar, as políticas públicas no campo da cultura do patrimônio se mantiveram na esfera da União, dando pouco espaço para as ações no âmbito dos estados e dos municípios, numa perspectiva que visava, sobretudo, à centralidade política fundamentada pela ideia de unidade nacional.

A despeito das diferenças que separam as duas formas de governo, ambas carregavam um princípio básico norteador da política cultural que era recorrente: uma política centralizadora, cujo projeto principal era fortalecer a ideologia do Estado autoritário, assegurada entre vários fatores pelo controle direto dos meios de comunicação, teatro, cinema, música, educação, entre outras instâncias. Para tal, o primeiro governo investiu na construção de uma memória nacional alicerçada pela unidade com um viés elitista e conservador, já o segundo governo, apesar de conservador, primou por dar novos sentidos à memória nacional, atribuindo-lhe um duplo significado que se conjugava: o povo e a elite. Ambos traziam um forte apelo ao nacionalismo e ao civismo pautado na crença de que o Estado deveria organizar e definir as políticas públicas da cultura e de patrimônio sem a intervenção direta da sociedade civil. Entretanto, o início da abertura política, no final da década de 1970, começava a configurar o processo de construção de uma nova relação entre o Estado, a cultura e a sociedade, que seria marcada pelo enfoque na diversidade cultural da nova perspectiva econômica do campo da cultura e pela possibilidade de inserção da sociedade nos conselhos municipais que tratavam de políticas ligadas aos mais variados temas sociais, inclusive da cultura e do patrimônio.

Cabe dizer que, nesta esteira de mudanças, a categoria de patrimônio transitou do ponto de vista conceitual por três campos: num primeiro momento, teria a atribuição de valor artístico, mas sistematizado apenas no discurso do anteprojeto de Mário de Andrade, pois, no projeto aprovado pelo governo em 1937, a rigor, o valor histórico se afirmou como o mais representativo da memória nacional. Com o processo de abertura política e de redemocratização do país, os discursos latentes sobre a diversidade cultural ganharam força e possibilitaram ampliar o debate sobre o tema da memória e do patrimônio, agregando novos valores. É, sobretudo, a partir desse processo de abertura política que a categoria de patrimônio abarcará a categoria cultural. Essa perspectiva ganhará novos contornos, alargando o debate no campo das tradições populares e abrindo novos horizontes para a valorização da

diversidade cultural, promovendo, assim, visibilidade ao campo. Dessa forma, um processo de diálogos e debates entre os governos e a sociedade iria contribuir para pensar na possibilidade de criar novos mecanismos de preservação dessas culturas, que seriam consideradas também distintivas da identidade nacional.

Segundo Capítulo – No caminho para a democracia: da unidade à diversidade cultural

A noção de bem cultural continua muito tradicional e muito enraizada nos princípios clássicos. [...]. Nós podemos inserir no conceito de bem cultural toda uma ampla gama importantíssima de comportamentos, de fazeres, de formas de percepção de uma realidade que na verdade não está cristalizada, da qual sequer há ainda uma representação clara, mas que justamente pela sua fragilidade, pela sua vitalidade, pela importância como indicadores de uma formulação de identidade cultural, são bens que precisam ser preservados.

Aloísio Magalhães

Neste capítulo, apresentamos uma discussão que tangencia aspectos sobre o processo de abertura política e redemocratização do país, mais precisamente, no campo da cultura e do patrimônio. Trata-se de um momento em que o tema da diversidade cultural e a valorização de aspectos imateriais ligados às tradições populares ganham força política. Nesse contexto, ocorre a descentralização do poder federal, e os estados e os municípios começam a expressar sua autonomia. Pode-se dizer que o campo da cultura e do patrimônio se tornaria representativo dessa demonstração de poder e afirmação da democracia.

2.1 Cultura e patrimônio cultural: políticas de abertura

De acordo com Sergio Miceli (1984), durante o governo do General Ernesto Geisel, na gestão do ministro Ney Braga, algumas mudanças significativas fortaleceram a área da cultura. Nesse momento, há a criação de órgãos estatais ligados ao campo da cultura, da arte e das comunicações, tais como o Conselho Nacional de Direito Autoral (CNDIA), o Conselho Nacional de Cinema (CONSINE), a Empresa Brasileira de Comunicação S.A (RADIOBRÁS), o Programa de Ação Cultural (PAC) e a aprovação do plano nacional de cultura, entre outros. Sérgio Miceli afirma que a meta dos governos militares para a cultura na década de 1970 foi articulada ao desenvolvimento econômico dessa área:

A importância político-institucional desse ideário de uma conduta consistiu, sobretudo, no fato de haver logrado inserir o domínio da cultura entre as metas da política de desenvolvimento social do governo Geisel. Foi a única vez na história republicana que o governo formalizou um conjunto de diretrizes para orientar suas atividades na área cultural, prevendo ainda modalidades de colaboração entre os órgãos federais e de outros ministérios. (Miceli, 1984, p.57).

Em julho de 1975,⁶⁷ ainda no governo de Geisel, fora do âmbito do MEC, foi pensado um projeto que resultou na criação do Centro Nacional de Referência Cultural (CNRC).⁶⁸ O Ministério da Indústria e Comércio e o governo do Distrito Federal firmaram um convênio prevendo a formação de um grupo de trabalho, sob a direção de Aloísio Magalhães. Sobre esse projeto de parceria e articulação, Maria Cecília Londres Fonseca ressalta que o objetivo principal do CNRC era “o traçado de um sistema referencial básico para a descrição e análise de dinâmica cultural brasileira”. (MEC/SPHAN/FNPM, 1980; Magalhães, 1985; Fonseca, 1997). Ainda de acordo com Fonseca, o termo “referência” era usado estrategicamente para caracterizar a atividade do centro, que propunha se distinguir das demais instituições oficiais museológicas, para propor uma nova forma de atuação no âmbito da cultura e, nesse sentido, examinar a absorção crítica dos valores exógenos, da modernidade, da tecnologia e do mercado. A reação a esse processo devia ser buscada na cultura, domínio particular da diversidade, com o objetivo de propiciar o desenvolvimento econômico, a preservação cultural e a criação de uma identidade para os produtos brasileiros (Fonseca, 1979, p. 115).

Renato Ortiz (1985, p. 87) pontua que, “os planos dos governos anteriores (69-73) enfatizam, sobretudo, a dimensão econômica do desenvolvimento” [...], apenas como elementos discursivos. Porém, Ernesto Geisel coloca o discurso em prática, “ao introduzir um novo dado: a distribuição de renda e das oportunidades.” [...]. “O período do ‘milagre’ abre novas possibilidades para realizações e empreendimentos culturais.” (idem, p. 87). Ainda segundo Ortiz, nesse contexto, a articulação da política cultural do governo militar se fez de forma paradoxal. Isso porque, ao mesmo tempo em que praticava uma política de opressão e violência àqueles que ousavam se insurgir abertamente contra o regime, apoiava e promovia, a partir dos anos 1970, intelectuais e artistas em diversas atividades culturais. Isso significa dizer que, concomitantemente à censura e à repressão política, havia um esforço modernizador nas áreas de comunicação e cultura, por meio da ação direta do Estado. (Ortiz, 1985).

⁶⁷ É interessante lembrar que este ano foi também o ano de fusão do Estado do Rio, momento em que foi criado o Inepac.

⁶⁸ O Centro Nacional de Referência Cultural deu origem à Fundação Pró-Memória, em 1979.

Nessa esteira de intervenções e mudanças, Aloísio Magalhães é nomeado para assumir a direção geral do IPHAN – Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional, anteriormente, Sphan. Segundo Fonseca, Aloísio leva sua experiência do CNRC para articular uma nova política pública para a área da cultura no Brasil.

Mudaram-se os tempos, mudaram-se as vontades, muda-se o ser, muda-se a confiança. Todo o mundo é composto de mudança, tomando sempre novas qualidades. (Magalhães, 1985, p.19).

Esse instigante fragmento do poema de Luiz de Camões faz parte do discurso proferido por Aloísio Magalhães ao tomar posse na direção do Iphan, em março de 1979.⁶⁹ É importante destacar a concepção de cultura e o conceito de patrimônio adotado por Aloísio:

[...] o conceito de bem cultural no Brasil continua restrito aos bens móveis e imóveis contendo ou não valor criativo próprio, impregnado de valor histórico (essencialmente voltados ao passado), ou aos bens de criação individual espontânea, obras que constituem o nosso acervo artístico (música, literatura, cinema, artes plásticas, arquitetura, teatro), quase sempre de apreciação elitista. [...] Permeando estas duas categorias, existe vasta gama de bens – procedentes sobretudo do fazer popular- que por estarem inseridos na dinâmica viva do cotidiano não são considerados como bens culturais nem utilizados na formulação de políticas econômicas e tecnológicas. No entanto, é a partir deles que se afere o potencial, se reconhece a vocação e se descobrem os valores mais autênticos de uma nacionalidade. (Magalhães, 1985, p. 60). (*grifos nossos*)

Nesse discurso, os bens culturais são integrantes da vida cotidiana de diversos segmentos da sociedade brasileira, incluindo a diversidade e a pluralidade cultural das manifestações e expressões populares, numa percepção antropológica do conceito de cultura alinhada às concepções discutidas por Mário de Andrade e já preconizadas pela UNESCO. O discurso de Aloísio aponta valores da visão antropológica e etnográfica de cultura. Ele sugere que a cultura, vista sob esses aspectos, apresenta o “mais autêntico de uma nacionalidade”. Entretanto, Regina Abreu pontua que:

A assimilação do conceito antropológico de cultura iria oxigenar o campo do patrimônio no Brasil, porém, não se tratava de substituir a política de proteção urbanística, paisagística e arquitetônica iniciada pelo antigo SPHAN, mas de trazer novos elementos que iriam acompanhar os debates e as discussões intelectuais nacionais e internacionais (Abreu, 2005, p. 275).

⁶⁹ Aloísio Magalhães esteve à frente do Sphan / Pró-memória de 1979 a 1983.

Reginaldo Gonçalves destaca que, com a entrada de Aloísio Magalhães na direção do Iphan, há uma mudança substancial na concepção de cultura e de patrimônio cultural:

[...] Inicia-se um processo de renovação ideológica e institucional da política oficial de patrimônio cultural quem sob sua liderança, se desenvolveu desde os anos setenta. Esse processo desencadeou um debate, de certo modo ainda atual, entre defensores de diferentes e opostas narrativas sobre o patrimônio cultural brasileiro. A partir da segunda metade dos anos setenta, a narrativa assumida por Rodrigo e pelo SPHAN, veio a ser desafiada por Aloísio e seus seguidores, que faziam uso de uma nova estratégia de narração da identidade nacional brasileira e, conseqüentemente, assumiam uma concepção diversa do patrimônio cultural. As posições assumidas nesse debate podem ser interpretadas como efeitos de diferentes estratégias de autentificação da identidade nacional. (Gonçalves, 1996, p. 37).

Segundo Regina Abreu (2005, p. 46), “a proposta de Aloísio Magalhães adotava uma perspectiva mais culturalista do patrimônio, formando um grupo de colaboradores que faziam críticas à proposta de Rodrigo até então hegemônica.” Nesse sentido, abria-se uma possibilidade para o debate, pois “a visão desse grupo era de que a nação incluía diferentes culturas que se expressavam em suportes diversos, e não apenas arquitetônicos, que acabaram se constituindo o grande elenco de bens preservado.”⁷⁰ (Idem). Aloísio tece algumas considerações sobre o que ele definia enquanto bem cultural:

É muito difícil definir bem cultural numa nação que ainda não se estabilizou em sua formação. Vários contextos, vários momentos, vários hábitos, vários costumes poderão caracterizar e gerar um bem cultural. Ele não é uma coisa estática, necessariamente fixa, mas depende de algumas constantes que possam ser identificadas, algo que tenha sido rejeitado na trajetória do país. Não tem que ser necessariamente original ou autóctone [...]. Esse conceito determina o cuidado com o bem em criação e com o já estabelecido, este que eu chamo de vertente patrimonial. (Magalhães, 1985, p. 71)

Essa perspectiva mais culturalista, voltada para diversidade cultural, só iria se desenvolver, no Brasil, com o processo de abertura política, na década de 1980. Nesse contexto, apresentou-se um novo panorama estrutural no país, que se afirmou com a mobilização da sociedade, de

⁷⁰ Porém, conforme sublinha Regina Abreu, a morte prematura de Aloísio Magalhães e o acirramento de disputas no órgão (Sphan) impediram que vingassem uma proposta culturalista de patrimônio, permanecendo a visão até então hegemônica (Abreu, 2005).

intelectuais e de grupos políticos a favor da democracia. Um marco expressivo dessa mudança estrutural encontra-se na Campanha pelas *Diretas já*.⁷¹

Nessa esteira de mobilização, aconteceu a institucionalização do Fórum Nacional de Secretários de Cultura, em Curitiba,⁷² um movimento desencadeado pelos estados, que reuniu políticos, intelectuais, artistas, entre outros grupos sociais.⁷³ Essa iniciativa teve repercussão nacional não só por levantar questões conceituais e pragmáticas no campo da cultura e do patrimônio cultural, mas, sobretudo, devido ao momento político que apontava novos horizontes de mudanças radicais no país. Naquela ocasião, foi organizado o projeto para o I Encontro Nacional de Política Cultural,⁷⁴ que seria realizado em Minas Gerais, na cidade de Ouro Preto, em 21 de abril de 1984. O encontro teria sido pensado por José Aparecido de

⁷¹ Para uma apreciação sobre o tema, ver em OLIVEIRA, Domingos L. Dante de. *Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

⁷² José Aparecido de Oliveira (1917-2007) era mineiro, foi Deputado Federal pela União Democrática Nacional (UDN), Secretário da Cultura do Estado Minas Gerais, Governador do Distrito Federal e Embaixador do Brasil em Portugal.

⁷³ A Comissão Executiva do Fórum Nacional de Secretários de Cultura, escolhida em votação unânime, era assim construída: deputado José Aparecido de Oliveira, Joaquim Itapary, do Mararão e Rosário Congro Neto, do Mato Grosso do Sul, vice-presidentes; Fernando Ghignone, do Paraná, secretário-geral; Fábio Magalhães, secretário de cultura do município de São Paulo, secretário; Acyr de Castro, do Pará, e professora Annie Viana da Costa, do Amapá, tesoureiros. Foi institucionalizado o fórum como entidade permanente, tendo sido aprovadas os estatutos, que preveem como seus objetivos “formular diretrizes de uma política cultural comum, reunir esforços, captar recursos e organizar meios para as políticas e atividades nas diversas áreas da cultura que ocorrem no território brasileiro, respeitando as características heterogêneas de Estados e regiões.” (Arquivo Técnico Administrativo do Iphan- 1984).

⁷⁴ Documento do Arquivo Técnico Administrativo do Iphan – 1984. Neste documento, encontram-se recortes de Jornais, Ata da Reunião de Secretários de Cultura em Curitiba e textos do Encontro Nacional de Cultura. Seguem algumas proposições discutidas no fórum que são interessantes situar: 1- propõe que se estabeleça, com a responsabilidade do MEC, a interação da Educação e da cultura, através de um plano de Trabalho Conjunto; 2- a necessidade de que o Convênio Anual único celebrado com os governos estaduais e executado pelas Secretarias de Educação seja ampliado, o que se forma com celebração de convênio específico para a área da cultura; 3- realização de seminários, para debate nacional sobre a função educativa dos museus e seu valor no contexto da política brasileira, visando à sua atualização e dinamização [...]; 4- efetivo envolvimento das comunidades nos programas de preservação [...]; 5 - ideia de organizar o I Encontro Nacional de Políticas Culturais; 6- desenvolvimento de ampla campanha de conscientização sobre a preservação e utilização de bens culturais [...]; 7- prioridade para conservação e permanência do patrimônio; 8- integração das ações dos órgãos de planejamento urbano e regional às atividades desenvolvidas pelos órgãos de defesa do patrimônio; 8- integração das ações dos órgãos de planejamento urbano e regional às atividades diversas de defesa do patrimônio cultural.

Oliveira,⁷⁵ Darcy Ribeiro e Celso Furtado, à luz das aspirações ideológicas postuladas por Mário de Andrade, na década de 1930.⁷⁶ José Aparecido, ao falar sobre a escolha da data e do local do encontro, justificou seu discurso, exemplificando a simbiose entre a cultura e a política.

Para o secretário de Cultura de Minas Gerais e presidente do Fórum Nacional de Secretários de Cultura, José Aparecido de Oliveira, local melhor para a abertura do Encontro não poderia ter sido escolhido ‘ haja vista que Ouro Preto sediou a primeira manifestação cultural coletiva consciente, com o evento da Inconfidência Mineira. [...] O secretário da Cultura de Minas cita, como exemplo da dinâmica cultural, as manifestações do povo brasileiro pelas eleições diretas. ‘ Além do contexto político, as manifestações pelas eleições diretas demonstram a expressão e as aspirações do povo no momento atual. Evidentemente, por sua atualidade e importância o tema eleições diretas será abordado, com destaque pelos participantes do Encontro, afirmou o secretário (Jornal da Tarde, 1984).

É interessante destacar dois pontos do encontro que parecem significativos: o primeiro corresponde ao dia de abertura, reservado à data de 21 de abril, dia de Tiradentes, figura emblemática da história e da memória nacional, ícone construído pela República. O segundo ponto, não menos expressivo, é o lugar que foi escolhido para sediar a abertura do encontro, a cidade de Ouro Preto, patrimônio da humanidade e *lugar de memória nacional*, onde foi forjada a construção da identidade cultural brasileira nas décadas de 1930 e 1960.

Intelectuais de todo o país iniciaram ontem, em Belo Horizonte, um debate que vai durar até a quarta-feira desta semana buscando diretrizes que, reunidas, comporão o plano nacional de cultura a ser executado pelo futuro presidente da república. O debate, com o nome de ‘Encontro Nacional de Política Cultural’, é promovido pelo Fórum Nacional dos Secretários de Estado da cultura, e foi aberto pelo governador Tancredo Neves, no Palácio das Artes. Através desse debate, os intelectuais, liderados pelos Secretários de cultura de 16 Estados brasileiros pretendiam criar a convicção, nas áreas do governo federal, de que ‘ a cultura não pode ser tratada como sobremesa, que deve ser sempre o prato principal’, como definiu o vice-governador do Rio de Janeiro, Darcy Ribeiro, na conferência de abertura dos trabalhos. Pretendem, ainda, alocar mais recursos para as atividades culturais, que através de doações do Tesouro

⁷⁵ Secretário de Cultura de Minas Gerais e Presidente do Fórum Nacional de Secretários de Cultura. Posteriormente José Aparecido iria ocupar o Ministério da Cultura, como titular da pasta.

⁷⁶ Além deste projeto, outras proposições discutidas no fórum são importantes destacar, como, por exemplo, a discussão sobre o percentual destinado à área da cultura, que correspondia a aproximadamente 5-6% do orçamento do MEC, um percentual que, segundo alguns especialistas, fragilizava a atuação política cultural e a administração desse campo, por ser insignificante. Além dessas questões, a conservação e a preservação do patrimônio nacional e, por conseguinte, a definição de patrimônio nacional eram temas que começavam a se afirmar num campo de ampliação dessa categoria, incluindo um novo sujeito social – o povo –, tendo em vista o novo horizonte político e social que se configurava no país.

Nacional, quer através de contribuições da iniciativa privada. (Jornal da Tarde, 1984)
(grifos nossos)

A representatividade marcada pelos 16 estados que participaram do encontro já expressava o interesse e a mobilização dos estados no campo da cultura. A despeito das diversas variáveis ideológicas e políticas presentes entre os agentes responsáveis pelo movimento, todos os discursos apontavam para um denominador comum (no plano nacional) a necessidade de mudanças estruturais no campo da cultura⁷⁷. A matéria jornalística acima destaca que o tema central das discussões ambicionava promover o reconhecimento e a valorização da importância da cultura. Tal reconhecimento passava pelo discurso da identidade nacional.

Logo na abertura do encontro, José Aparecido fez um discurso apelativo ao governador de Santa Catarina, Esperidião Amin, pedindo ao governador a devolução, para o estado de Minas Gerais, de um exemplar da Constituição Americana que pertenceu aos Inconfidentes e fora levado para Santa Catarina em 1860, pelo historiador Mello Moraes. Esse discurso fundamentava-se numa retórica de perda de identidade, o qual se caracterizou num tema recorrente em outros discursos,⁷⁸ que se conjugava com o discurso da busca da identidade.

⁷⁷Podemos dizer que tal proposição situava-se numa dimensão pragmática que contribuiria para a democratização da sociedade. É importante pontuar que um dos objetivos do encontro sinalizava a elaboração de diretrizes para o novo plano nacional de cultura, incluindo uma redefinição orçamentária de recursos federais para a área. A ideia de investimento na cultura pela iniciativa privada ganhou destaque nesse encontro e, dois anos depois, iria se concretizar com a promulgação da Lei Sarney de incentivos fiscais, de 1986. Posteriormente, as leis de incentivos fiscais iriam garantir grandes investimentos no campo da cultura por parte da iniciativa privada.

⁷⁸ É interessante observar o discurso de José Aparecido, no qual ele argumenta que a identidade brasileira pode ser representada a partir de Minas Gerais. Em entrevista ao *Jornal Folha de São Paulo*, no dia 15 de abril de 1984, José Aparecido falou sobre o encontro e mencionou dois projetos importantes para o estado de Minas Gerais: o primeiro era transformar o dia 21 de abril em Dia da Cultura. “[...] o primeiro passo para tornar o dia 21 de abril o dia da Cultura, será dado ainda este mês, quando o governador Tancredo Neves fizer a abertura simbólica do Encontro Nacional de Política Cultural, em Ouro Preto”. O segundo projeto a que José Aparecido se refere se tratava do resgate do Painel de Cândido Portinari sobre a Inconfidência, vendido ao governo de São Paulo. O secretário faz um apelo à intelectualidade paulista e menciona que espera contar com a sua ajuda no sentido de recuperar o painel e trazê-lo de volta ao estado de Minas Gerais. Diz ele: “O espantoso é que tenha deixado ele [Painel] ser transferido para São Paulo. E o mais espantoso, ainda, é o governo daquele Estado não querer devolvê-lo.” É interessante observar duas questões que aparecem no discurso do secretário: uma traduzida pelo sentimento e afirmação da identidade nacional pela regionalidade do solo mineiro, simbolicamente representada pela memória da Inconfidência; e a segunda questão, que diz respeito ao sentimento de perda da identidade regional que retoma a *retórica da perda* da identidade nacional representada, entre outras questões, pela ausência da obra de Portinari. Já que Minas Gerais representava de maneira emblemática a ideia de “ontologia da nacionalidade”, não poderia perder parte de seu patrimônio. Esses dizeres de José Aparecido fortaleciam a ideia de continuidade da construção da memória nacional, fenômeno indissociável da identidade, que, no discurso de Aparecido, tinha como matriz principal a referência do patrimônio histórico mineiro.

O jornal *Folha de São Paulo* traz a seguinte manchete: “Em busca de uma identidade cultural no Encontro de Política Nacional de Cultura, em Minas, uma opinião é consenso: o país ainda não encontrou a sua verdadeira face”. (Jornal *Folha da São Paulo*, 1984). Nesse sentido, é importante pontuar que os discursos sobre a perda e a busca da identidade se complementavam, na medida em que visavam estabelecer marcos do passado que dessem conta de afirmar a identidade brasileira. Mas onde estaria essa representação da identidade brasileira? Um consenso se conjugava nos discursos de perda e de busca – o Brasil teria de encontrar sua identidade no discurso da unidade, mas agora entraria um elemento latente – a valorização da diversidade de maneira horizontal presente nas culturas regionais relacionadas às tradições populares. No Dossiê do Arquivo Técnico do Iphan (1985), em meio a inúmeros documentos que se referem ao encontro de 1984, pode-se observar que os discursos já traziam uma perspectiva de valorização da diversidade cultural. Em alguns casos, contudo, mantinham um traço conservador, tendo em vista a construção de uma memória hierarquizada e elitista dominante que se fazia presente. Ainda, durante o encontro, foi discutida a criação do Ministério da Cultura independente. Para alguns pesquisadores, essa discussão fazia parte dos debates nos bastidores do Conselho Federal de Cultura, desde muito tempo⁷⁹. Entretanto, ainda não tinha entrado no âmbito do debate público.

2.2 Município e cultura no contexto democrático do Brasil

Com o fim do regime militar e o início do processo de redemocratização do país, ocorreram importantes mudanças estruturais no governo brasileiro, mas aqui iremos nos ater ao que interessa mais diretamente ao tema: a relação entre Estado, cultura e sociedade. Como se sabe, em 1985, durante o governo do presidente José Sarney, houve a separação do MEC (Ministérios da Educação e da Cultura), foi criado o Ministério da Cultura – MinC,⁸⁰ que teve

⁷⁹ Ver sobre esta questão na nota de rodapé, n. 52. Cf. COHN, Gabriel (1984, p 88-89).

⁸⁰ Maria Cecília Londres observa que “a criação do Ministério da Cultura no governo Sarney foi parte de um arranjo político, e não uma reivindicação da sociedade ou mesmo de setores ligados à cultura. A sucessão de quatro ministros da Cultura, de 1985 a 1990- José Aparecido de Oliveira, Aloísio Pimenta, Celso Furtado, e novamente José Aparecido de Oliveira- não chegou a alterar a posição secundária, para não dizer a indiferença da classe política e da sociedade diante desse ministério durante a Nova República. A assembléia Nacional Constituinte, realizada em 1987-1988, veio demonstrar que essa indiferença se estendia à própria questão da cultura enquanto questão relevante para a sociedade brasileira.”(Fonseca, 2005, p. 137). Entretanto, cabe sublinhar que a iniciativa de criar um ministério exclusivo, no momento da transição para democracia, significou

como titular da pasta José Aparecido de Oliveira. A criação deste ministério significou um acontecimento importante para o campo da cultura que mudaria substancialmente as políticas culturais no país, garantindo a entrada do setor privado nos investimentos na área da cultura:

No entanto, a separação entre os ministérios, também trouxe perdas, Educação e Cultura tomaram caminhos opostos e a separação administrativa acabou gerando uma separação conceitual. Perdeu a Educação, com políticas dissociadas da dimensão da arte, da criatividade e da diversidade cultural; perdeu a Cultura, com políticas baseadas numa visão exclusivamente comercial, voltadas para o entretenimento e esquecidas de seu papel na promoção da cidadania. (Texto base da II Conferência Nacional de Cultura, 2010).⁸¹

Em 1986, o Estado brasileiro, com a finalidade de criar novas fontes de recursos para impulsionar o campo de produção artístico-cultural, promulgou a lei de incentivos fiscais, a Lei nº 7.505, que ficou conhecida como Lei Sarney. O principal escopo dessa legislação era o de estimular investimentos no setor cultural, por meio do sistema de renúncia fiscal. Assim, foi introduzido o mecenato privado, que, segundo alguns autores, constituiu-se num instrumento fundamental de modernização da política cultural. Em 10 de abril de 1987, foi promulgada a Lei nº 7.596, pela qual os municípios brasileiros conquistaram o direito de sediar Fundações Municipais de Cultura, as quais teriam autonomia administrativa e cujo patrimônio seria gerido pelos órgãos de direção e funcionamento custeados por recursos da União e de outras fontes. Essas fundações seriam instituídas e mantidas pelo Poder Público, com a finalidade de executar atividades de interesse coletivo. (IBGE, 2006, p. 72).

Com a promulgação da Constituição de 1988⁸², a relação entre Estado, a cultura e a sociedade ganha novas configurações. Começa a se esboçar o processo de ampliação na participação da sociedade civil nos fóruns e debates, bem como nas decisões políticas ligadas ao campo da cultura. O texto constitucional afirma uma descentralização de recursos e responsabilidades

um passo importante para reconhecer a importância da cultura na construção da cidadania e para o entendimento e a valorização da diversidade cultural.

⁸¹Texto base da II Conferência Nacional de Cultura (Brasília, 2010)

⁸²Em termos jurídicos, no Art. 215, o reconhecimento do princípio de cidadania cultural em que “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes de cultura nacional, e apoiará a valorização e a da difusão das manifestações culturais” no primeiro parágrafo “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígenas e afro-brasileiras, e das de outros grupos participantes do processo de civilização”. Esse artigo é um importante instrumento legal de democratização da cultura e afirmação da cidadania.

em algumas áreas da administração pública, inclusive da cultura. Os municípios passaram a ter maior autonomia e responsabilidade sobre a elaboração de políticas setoriais.

Mudanças radicais em várias esferas da estrutura administrativa do governo iriam se efetivar na década de 1990, com o governo do Presidente da República Fernando Collor de Mello. Conforme aponta Lia Calabre (2007), o campo da cultura sofreu um esfacelamento no âmbito administrativo federal: o Ministério da Cultura foi extinto; no lugar dele, foi criada uma Secretaria de Cultura vinculada diretamente à Presidência da República. Foram extintos, também, a Fundação Nacional de Artes Cênicas – Fundacen; a Fundação do Cinema Brasileiro; a Embrafilme; a Fundação Nacional Pró-Leitura, o Conselho Federal de Cultura e o Conselho Consultivo do Sphan. A Fundação Pró-Memória e o Sphan foram transformados em Instituto Brasileiro do Patrimônio Cultural, e a Funarte, em Instituto Brasileiro de Arte e Cultura – IBAC. Além disso, diversos projetos e programas relacionados à área da cultura foram abandonados, enquanto outros foram transformados.

A Lei Sarney foi revogada e, com isso, o governo federal atribuiu maior responsabilidade das atividades culturais aos estados e municípios. Em substituição à Lei Sarney, o governo Collor promulgou outra Lei Federal de Incentivo à Cultura (Lei nº 8.313, de 23 de dezembro de 1991), conhecida como Lei Rouanet. Essa lei instituiu políticas públicas para a cultura, como o Programa Nacional de Apoio à Cultura – Pronac. Tal política de incentivos fiscais possibilitou às empresas e aos cidadãos aplicarem parte do imposto de renda devido em ações culturais. Lia Calabre aponta algumas questões referentes à lei que foram negativas. A primeira corresponde ao processo de alterações que a lei sofreu, tendo em vista a taxa de abatimento de impostos dos patrocinadores da cultura, que chegou a 100% do total investido, sendo esse um dinheiro público que seria pago de impostos, servindo a interesses particulares. Outra questão negativa diz respeito ao fato de que a concentração de investimento ficou reservada às regiões e capitais do Sudeste (Calabre, 2007).

Com a derrubada do governo de Fernando Collor, começa um processo de reorganização político-administrativa que alcançará também o campo da cultura. Em 1992, no governo de Itamar Franco, o Ministério da Cultura foi recriado, assim como alguns órgãos e instituições que anteriormente estavam ligadas a esse ministério. Posteriormente, no governo de Fernando

Henrique Cardoso, intensificou-se o processo de elaboração de políticas públicas na área da cultura voltadas cada vez mais para as leis de mercado, nas quais o Estado reduz sua intervenção, estimula o deslocamento deste poder sobre as políticas culturais para o “mercado”. É interessante observar que nesse momento houve um movimento inverso ao que havia ocorrido no contexto dos governos autoritários: Estado Novo e Regime Militar.

Na gestão do ministro Francisco Weffort, sob a presidência de Fernando Henrique Cardoso, foi o momento da consagração desse modelo que transferiu para a iniciativa privada, através da lei de incentivo, o poder de decisão sobre o que deveria ou não receber recursos públicos incentivados. Ao longo da gestão Weffort, a lei Rouanet se tornou um importante instrumento de marketing cultural das empresas patrocinadoras (Calabre, 2007, p. 8)

Na década de 1990, as políticas públicas culturais estavam voltadas mais para a questão de preservação do patrimônio histórico, os bens de natureza material, chamados de *pedra e cal* (monumentos, igrejas, palácios, obras de arte etc.), bens que representavam, de forma simbólica, a ideia de memória nacional. O tema das tradições populares, da diversidade e da pluralidade cultural já eram questões recorrentes, entretanto a ideia de unidade cultural ainda prevalecia em meio a tensões, debates e fragilidades conceituais em torno do tema da cultura nacional. Assim, acentuaram-se as divergências teóricas conceituais e ideológicas, que partiam da elite intelectual e política que atuava nos órgãos e nas instituições governamentais referentes ao campo da cultura e do patrimônio, além de discursos até mesmo contrários à ideia de unidade promovida pelo Estado.⁸³

Nessa arena de contradições, em novembro de 1997, ocorreu um Seminário em Fortaleza, onde foi estruturado um documento que reafirmava a urgência de estudos para a criação de um registro como forma de proteção do patrimônio imaterial representante da diversidade das culturas locais.⁸⁴ Três anos mais tarde, o Governo Federal Brasileiro criou o *Programa Nacional do Patrimônio Imaterial*, instituído pelo Decreto Federal nº 3.551, de 04 de agosto

⁸³ É importante pontuar que o Ministro da Cultura Francisco Weffort permaneceu no cargo durante os dois mandatos do governo do presidente FHC, fato interessante, tendo em vista os governos anteriores, o Ministério da Cultura ter tido, em 10 anos de existência, nove ministros na direção.

⁸⁴ Idem, p. 12. (Calabre, 2007)

de 2000. O decreto estabeleceu dois mecanismos de valorização dos aspectos imateriais do patrimônio cultural: o *inventário* de bens culturais e o *registro* dos bens considerados merecedores de distinção por parte do Poder Público. Foram instituídos quatro livros de registros.⁸⁵ Conforme pontua Regina Abreu, o processo do registro é coordenado pelo Iphan, cabendo ao Conselho Consultivo do Patrimônio Cultural a competência de inscrever os bens culturais de natureza imaterial nos livros de registros. Recomenda-se que a inscrição do registro seja revista a cada 10 anos, no sentido de que seja possível avaliar e identificar as modificações sofridas ou ocorridas naquela manifestação. Dois anos mais tarde, na Conferência Geral da UNESCO,⁸⁶ uma importante medida foi tomada mediante a elaboração do documento que trata da Declaração Universal sobre a Diversidade Cultural. Tal documento orientou os Estados Membros no tocante às políticas culturais e aos direitos culturais que foram substancialmente alargados.⁸⁷

Em 2003, no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ocorreu o *Seminário Cultura século XXI*,⁸⁸ realizado na cidade de Fortaleza, onde o então ministro da cultura Gilberto Gil fez um discurso afirmando o posicionamento do presidente em relação a esse campo:

⁸⁵ a) Livro de registro dos Saberes (para registro de conhecimentos e modos de fazer); b) Livro das Celebrações (para as festas, os rituais e entretenimento); c) Livro das Formas de Expressões (para inscrição de manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas); d) o Livro dos Lugares (destinados à inscrição de espaços onde se concentram e reproduzem práticas coletivas.)

⁸⁶ Documento disponível em: < <http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>.> Acesso em 08 de mar. 2011.

⁸⁷“Os direitos culturais são parte integrante dos direitos humanos, que são universais, indissociáveis e interdependentes. O desenvolvimento de uma diversidade criativa exige a plena realização dos direitos culturais, tal como os define o Artigo 27 da Declaração Universal de Direitos Humanos e os artigos 13 e 15 do Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais”.(UNESCO, 2002). Como se sabe, o Brasil historicamente tem acompanhado as iniciativas desencadeadas pela UNESCO, no que corresponde às políticas públicas, principalmente, na área da cultura e do patrimônio cultural. Cabe, entretanto, ressaltar que os direitos culturais já estavam previstos na Constituição Brasileira de 1988, na qual “o Estado garantirá a todos o pleno exercício dos direitos culturais [...]”. A questão do respeito à diversidade cultural também é parte integrante do texto constitucional, em que “o Estado protegerá as manifestações das culturas populares, indígena e afro-brasileira, e das de outros grupos [...]”(CONSTITUIÇÃO, 1988), conforme já mencionamos anteriormente. O tema da valorização da diversidade cultural já era um discurso recorrente, antes mesmo desse texto constitucional, partindo de diversas vozes e de diferentes lugares, como foi apresentado no decorrer deste texto, no discurso de Mário de Andrade e, guardando as devidas diferenças, no discurso de Aluísio Magalhães, dentre outros.

⁸⁸ Disponível em < <http://www.revistamuseu.com.br/emfoco/emfoco.asp?id=1529>> Acesso em 10 mar. 2012.

[...] Cultura não no sentido das concepções acadêmicas ou dos ritos de uma "classe artístico-intelectual". Mas em seu sentido pleno, antropológico. Vale dizer: cultura como a dimensão simbólica da existência social brasileira. Como usina e conjunto de signos de cada comunidade e de toda a nação. Como eixo construtor de nossas identidades, construções continuadas que resultam dos encontros entre as múltiplas representações do sentir, do pensar e do fazer brasileiros e a diversidade cultural planetária. Como espaço de realização da cidadania e de superação da exclusão social, seja pelo reforço da autoestima e do sentimento de pertencimento, seja, também, por conta das potencialidades inscritas no universo das manifestações artístico-culturais com suas múltiplas possibilidades de inclusão socioeconômica (Gil, 2003).

A despeito da adoção do conceito antropológico de cultura pelo novo governo, para concretizar essas ideias, seria necessário elaborar um plano de reformulação da estrutura do Ministério da Cultura. De acordo com Lia Calabre, um dos maiores desafios enfrentados pelo governo Lula seria resgatar o papel institucional do Estado, como órgão formulador, executor e articulador de políticas de cultura. No início da gestão do ministro Gilberto Gil, havia uma previsão de alterações radicais na lei de incentivo. Entretanto, tais alterações não ocorreram, apenas foram criados alguns critérios e normas para tentar redistribuir os recursos oriundos da dedução de impostos de maneira mais democrática entre as regiões, tendo em vista que a região Sudeste obtém mais da metade desses recursos. (Calabre, 2007).

Uma pesquisa realizada⁸⁹ pelo IBGE e IPEA, concluída em 2009, referente aos anos de 2007 a 2009, ainda demonstra a persistência da desigualdade na distribuição dos recursos oriundos da dedução de impostos. Em 2009, cerca de R\$ 1 bilhão foi destinado à cultura por meio de renúncia fiscal, sendo que 79,11% desse percentual foram captados pela região Sudeste, enquanto a Norte ficou com 0,45%, a Centro-Oeste, com 3,84%, a Nordeste, com 6,91%, e a Sul, com 9,69%. Pode-se inferir que essa distorção de aplicação de recursos gere outra distorção que se refere ao acesso dos indivíduos aos bens culturais. Os indicadores da pesquisa do IBGE trazem este percentual: somente 14% dos brasileiros vão ao cinema uma vez por mês, 92% nunca frequentaram museus, 93% nunca foram a uma exposição de arte, 78% nunca assistiram a um espetáculo de dança e 92% dos municípios brasileiros não têm cinema, teatro ou museu (IBGE, 2009). Segundo as fontes consultadas, pode-se afirmar que

⁸⁹ Cultura em Números: anuário de estatísticas culturais. 2009 - Brasília, MinC.

esse demonstrativo se verifica quando a região Sudeste sinaliza possuir a maior concentração de indivíduos que têm acesso aos bens culturais.

Entretanto, cabe ressaltar que uma série de medidas importantes tomadas pelo governo Lula iria começar a mudar significativamente as políticas culturais no Brasil. Vale ressaltar que foi durante esse governo que se instituíram o Plano Nacional de Cultura (PNC)⁹⁰ e o Sistema Nacional de Cultura⁹¹ (SNC), órgãos que apresentam propostas que visam contribuir para democratizar o acesso ao campo da cultura no país, com a finalidade de mediar a relação de integração entre a cultura, o Estado, os municípios e a sociedade.

2.3 Município e gestão da cultura

Conforme o discurso oficial do governo federal, o Sistema Nacional de Cultura (SNC) se constitui no principal instrumento para que o Ministério da Cultura possa desenvolver

⁹⁰É interessante ressaltar que, em novembro de 1966, quando foi criado o Conselho Federal de Cultura, alguns planos de cultura foram apresentados ao governo, em 1968, 1969 e 1973, mas nenhum deles foi integralmente posto em prática (Calabre, 2007). O Plano Nacional de Cultura (PNC) “tem por finalidade o planejamento e a implementação de políticas públicas de longo prazo voltadas a proteção e promoção da diversidade cultural brasileira. Diversidade que se expressa em práticas, serviços e bens artísticos e culturais determinantes para o exercício da cidadania, a expressão simbólica e o desenvolvimento socioeconômico do país. Previsto na Constituição Federal desde a aprovação da emenda 48 em 2005, o PNC encontra-se em fase de sistematização das diretrizes elaboradas e pactuadas entre Estado e sociedade, por meio da realização de pesquisas e estudos de debates e encontros participativos. O processo de construção do PNC é realizado em parceria pelos poderes executivo e legislativo do governo federal e visa à aprovação do projeto de lei do PNC, que tramita na Câmara dos Deputados desde 2006. As atividades conclusivas da etapa preparatória para a aprovação do PNC abrangem uma série de Seminários Regionais e discussões promovidas pela internet. Os objetivos que orientam o PNC fundamentam no fortalecimento institucional e na definição de políticas públicas que assegurem o direito constitucional à cultura. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/site/categoria/politicas/plano-nacional-de-cultura/>>. Acesso em 08 de mar. 2011. É importante ressaltar que o Plano Nacional de Cultura foi aprovado pelo Senado Federal, em 9 de novembro de 2010.

⁹¹“O Sistema Nacional de Cultura tem como objetivo propor uma estrutura que integre, articule e organize a gestão cultural, aproximando as administrações federal, estaduais e municipais e a sociedade civil, no intuito de criar uma política de Estado, ou seja, que não seja afetada nas trocas de governo. A PEC nº 34 também assegura a transparência e o controle social do setor cultural, a partir da implementação de conselhos de cultura, fundos de cultura e outras formas de participação nas políticas públicas de produtores culturais e da comunidade em geral”. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/site/2012/09/13/sistema-nacional-de-cultura-41/>>. Consultado em: 06 Nov. 2012. Cabe dizer que o Plenário do Senado Federal aprovou, em 13 de setembro de 2012, a proposta de Emenda à Constituição que criou o SNC, que se insere no artigo 216-A.

políticas culturais para os estados e municípios.⁹² Atualmente, o SNC apresenta mudanças estruturais significativas que se atualizam mediante a nova relação entre o Estado, a cultura e a sociedade, num processo que visa à descentralização do poder e à democratização da cultura.

Partindo dessa perspectiva e incentivados pelo SNC, os municípios vêm desenvolvendo estratégias para fortalecer a autonomia e promover a participação da sociedade civil. Um exemplo disso tem sido a instituição dos Conselhos Municipais de Cultura. Os conselhos foram criados inicialmente na década de 1950.⁹³ Apesar de a sua instituição ter sido um grande avanço, eles só se tornaram um espaço importante e representativo de participação social, de debates e mediações de interesses após a década de 1980. As atribuições desses órgãos gestores municipais de cultura giram em torno de formular e implementar políticas públicas a partir da realidade do município com a participação da sociedade civil. Dada a complexidade da área cultural, essa política deve abranger a infraestrutura, a criação de instituições, os espaços de circulação, a difusão da cultura, a legislação de incentivo e a preservação do patrimônio cultural, entre outras atribuições. (IBGE, 2006).

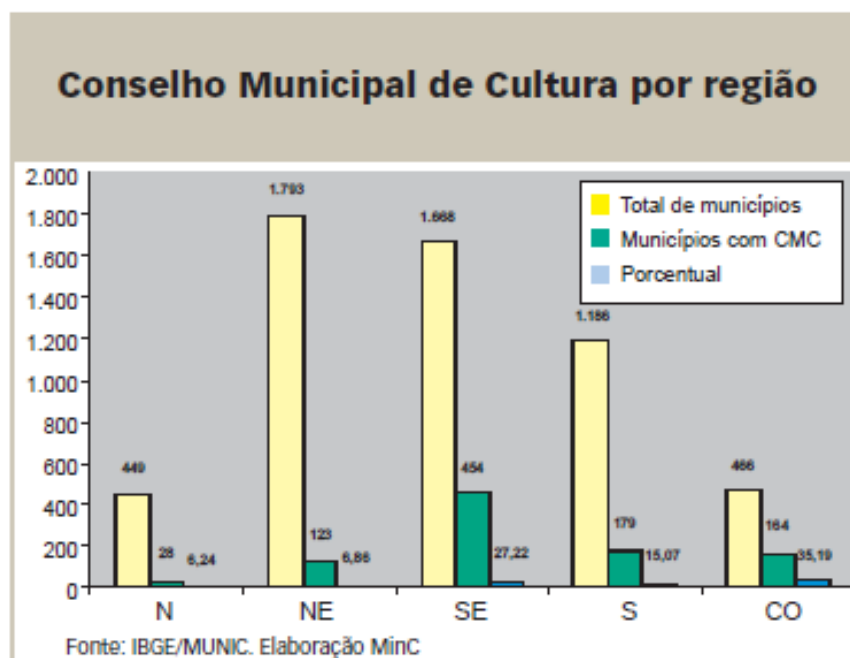
No gráfico a seguir, é possível visualizar o total de municípios por região, bem como a quantidade de conselhos e o porcentual que esses números representam.⁹⁴

⁹² Para que os estados e municípios possam fazer parte do Sistema Nacional de Cultura é necessário que assinem um e publiquem um *Acordo de Cooperação Federativa*. Feito isso, é preciso que cada cidade construa o seu sistema de cultura por meio de leis estaduais e municipais, além da instituição de alguns órgãos, como: secretaria de cultura ou órgão equivalente; conselho de política cultural; conferência de cultura; plano de cultura e sistema de financiamento à cultura com existência obrigatória do fundo de cultura. Além desses órgãos, os estados e o Distrito Federal deverão ter uma comissão de negociação e pactuação entre os gestores estaduais e municipais. Para concretizar as novas ideias no campo da cultura, criou-se um documento, intitulado *As Metas do Plano Nacional de Cultura*, que a longo prazo pretende implementar um modelo inovador de gestão para o campo da cultura. (As metas do Plano Nacional de Cultura, 2012).

⁹³ Uma década mais tarde, foram criados os Conselhos de Preservação do Patrimônio cultural. Esses órgãos estavam ligados ao Conselho Nacional de Cultura, que regia a Política Federal de Cultura.

⁹⁴ As fontes têm por base os dados da pesquisa dos documentos: *Perfil dos Municípios Brasileiros* 2006, (MUNIC) e CULTURA EM NÚMEROS: Anuário de Estatísticas Culturais. Fundação Nacional das Artes FUNAT. Rio de Janeiro [Brasília: Minc, 2009.] Disponível em < <http://www.cultura.gov.br/site/2009/09/08/minc-divulga-primeiro-anuario-de-estatisticas-culturais-do-pais/>. > Acesso em 26 de jun. 2012.

Gráfico 1 – Conselho de Cultura por Região



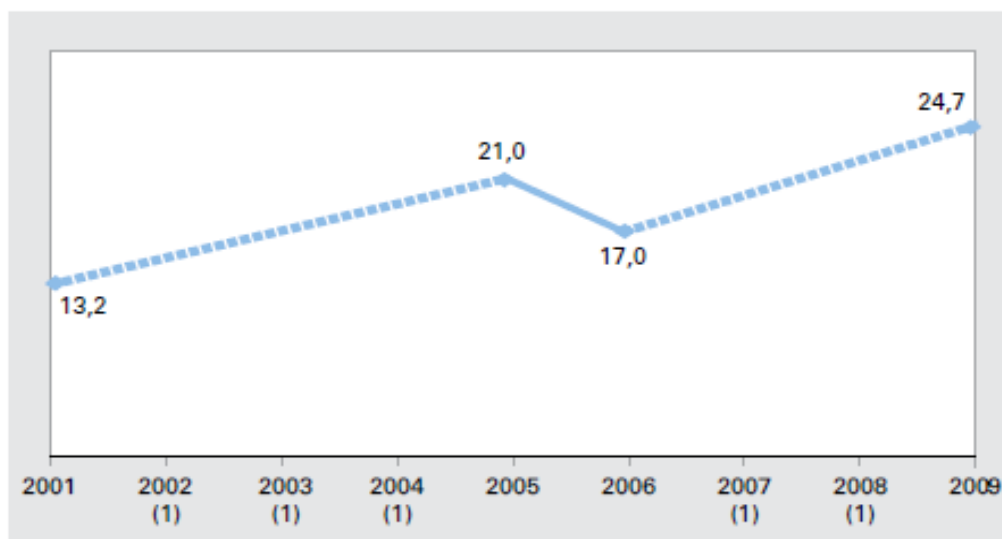
Do total dos municípios brasileiros, cerca de 948 possuem esse órgão como gestor da cultura. A coluna verde indica os municípios com a presença de conselhos, e a coluna azul informa o percentual de municípios com existência desse órgão. Pode-se observar que o percentual mais elevado encontra-se nas regiões Centro-Oeste e Sudeste, respectivamente (Cultura em Números, 2009). Na observação do gráfico, a predominância dos conselhos na região Sudeste não apresenta um dado novo. Curiosamente, aparece um número expressivo na região Centro-Oeste, presume-se que o destaque apareça no estado do Mato Grosso do Sul.⁹⁵ Esse dado é recorrente em outros percentuais, ligados às questões culturais, conforme apresentaremos mais adiante.

O gráfico a seguir traz o percentual de municípios com Conselho de Cultura, entre 2001 e 2009. Por meio do gráfico, pode-se observar que houve um aumento no número de municípios com conselhos, de 13, 2%, em 2001, para 24, 7%, em 2009.⁹⁶

⁹⁵ Pode-se supor que, sendo um estado relativamente novo, este tenha incorporado com mais dinamismo as conquistas constitucionais de 1988, vinculadas às políticas públicas culturais.

⁹⁶ Uma avaliação do IBGE relativiza a função e a composição destes conselhos criados entre 2001 e 2009: “A despeito da multiplicação dos conselhos municipais [entre 2001 e 2009] não existe um padrão recorrente quanto

Gráfico 2 – Porcentual de Municípios com Conselhos Municipais de Cultura – Brasil - 2001/2009

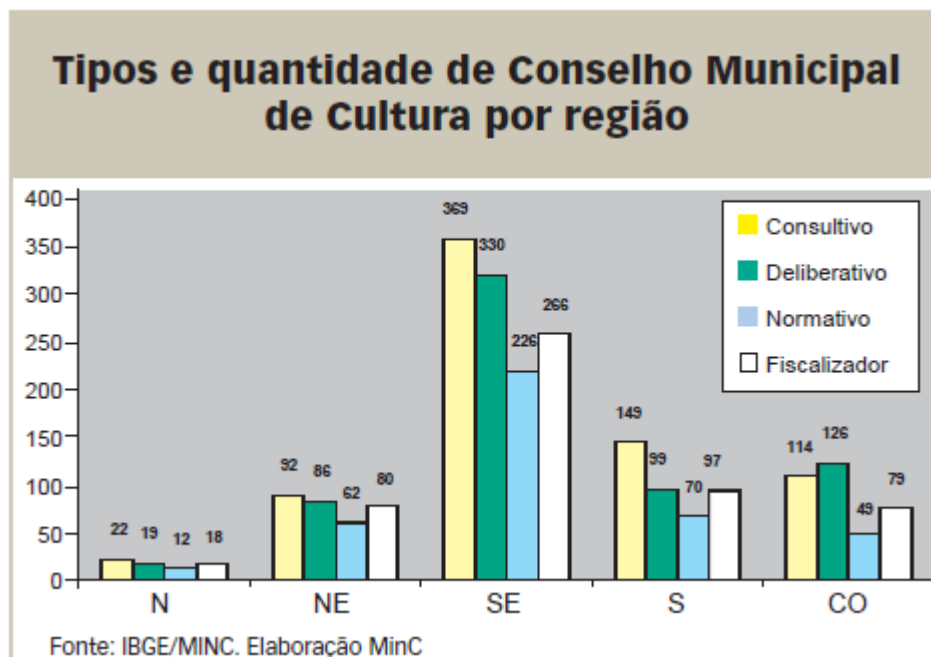


Fonte: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Pesquisa de Informações Básicas Municipais 2001/2009.

(1) Obtido por interpolação linear.

O gráfico a seguir mostra os tipos de Conselhos Municipais de Cultura e o percentual de cada tipo por região.

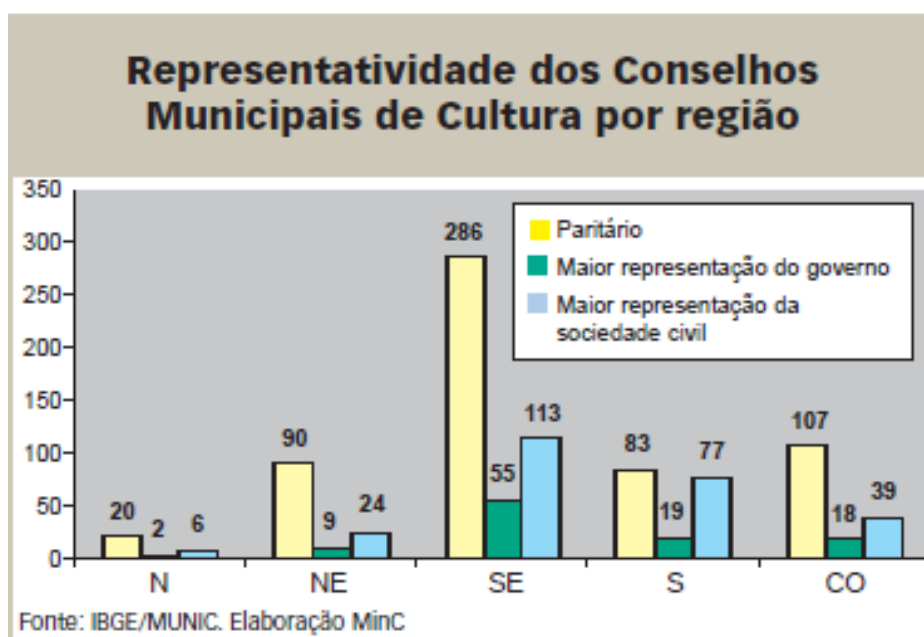
ao seu funcionamento, suas funções ou composição, e, em alguns casos, não passam de meras instâncias formais sem o exercício de uma prática efetiva. Em outros casos, são controlados pelo poder executivo municipal, sem uma autonomia ou exercício na articulação com os setores da sociedade civil.” (IBGE, 2009) Em que pese às informações geradas pelos indicadores do IBGE sobre a fragilidade em que repousa os conselhos, eles não estão esvaziados enquanto espaço de poder coletivo, instituídos com finalidades democráticas.

Gráfico 3 – Tipos e qualidade de Conselho Municipal de Cultura por Região⁹⁷

O gráfico mostra os tipos e a quantidade dos Conselhos Municipais de Cultura por região, conforme os tipos: Consultivo (amarelo), Deliberativo (verde), Normativo (azul) ou Fiscalizador (branco). Não há um rigor absoluto na determinação do tipo de conselho. Alguns podem ter concomitantemente mais de uma atribuição definidora do tipo (Cultura em Números, 2009). Conforme se observa, o tipo de Conselho Consultivo possui uma maior representatividade nas regiões do Nordeste, Sudeste e Sul. Já o Conselho Deliberativo, aponta maior expressividade na região Centro - Oeste. O Fiscalizador supera o Normativo em todas as regiões. Pode-se inferir que a presença destacada do tipo Deliberativo, perdendo apenas para o Consultivo por uma pequena diferença já aponta para um entendimento da importância do campo da cultura, tanto pelo governo quanto pela sociedade civil. Tal suposição pode ser fundamentada na representatividade paritária por região, onde predominam esses conselhos, conforme os demonstrativos dos gráficos a seguir.

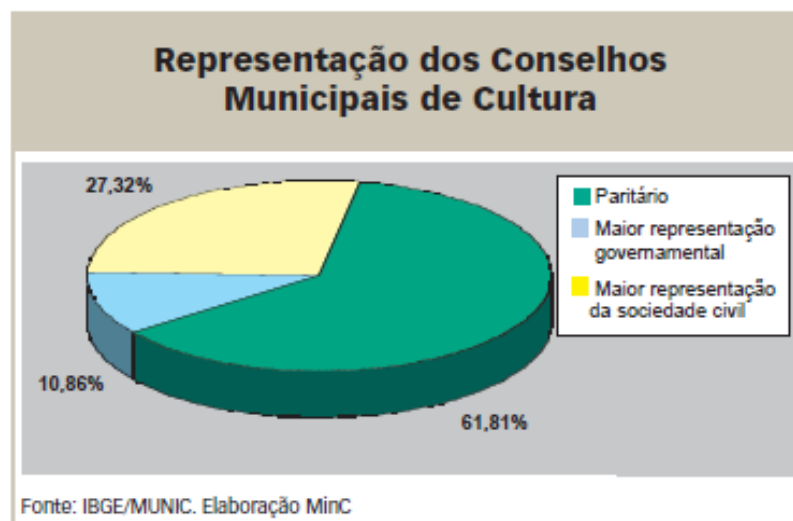
⁹⁷ Fonte: IBGE/MUNIC. Cultura em números: anuário de estatísticas culturais, 2009. Brasília: Minc, 2009.

Gráfico 4 – Representatividade dos Conselhos de Cultura por Região



É interessante observar que, embora a representatividade paritária predomine no percentual relativo às regiões, a composição feita pelo governo é inferior à composição feita pela sociedade civil em todas as regiões. Tal comparação pode indicar que, nesse contexto, está havendo mobilização e interesse da sociedade civil pelo campo da cultura, que vem paulatinamente ganhando evidência, não só pela possibilidade de inclusão social via democratização do acesso à cultura, mas também pelo caráter pragmático reservado a alguns bens culturais que podem oportunizar o fomento de políticas públicas de desenvolvimento socioeconômico e sustentável das regiões.

Gráfico 5 – Representatividade dos Conselhos Municipais de Cultura

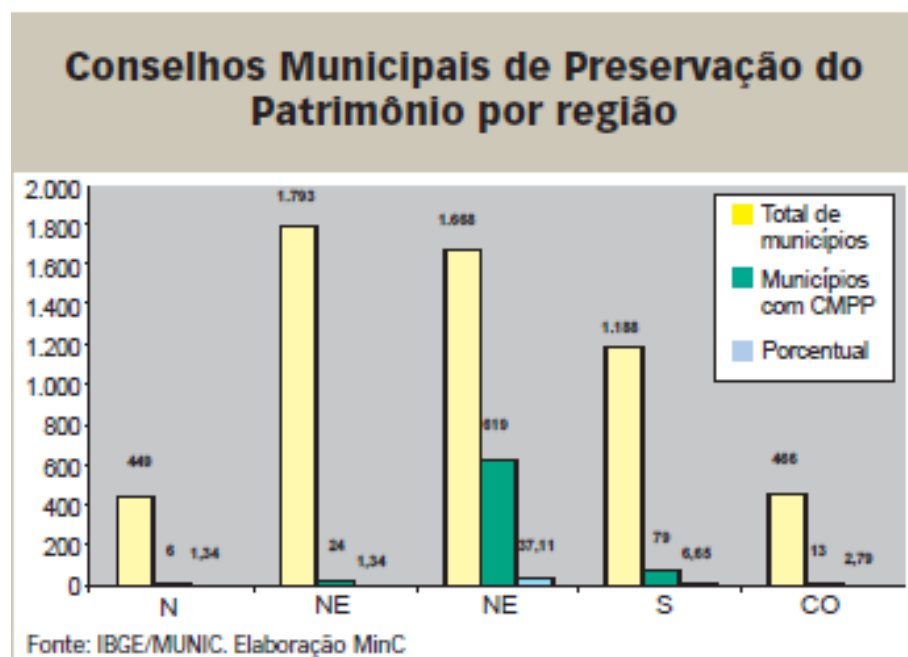


Como é possível observar, o percentual maior, indicado pela cor verde 61, 81%, corresponde à representatividade paritária; maior representatividade do governo; maior representatividade da sociedade civil. As fontes consultadas trazem o percentual de origem dos representantes da sociedade nos Conselhos Municipais de Cultura, onde cerca de 70% dos representantes são originários de entidades relacionadas com grupos artísticos. Com relação à periodicidade das reuniões, cerca de 60% reúne-se, no máximo, a cada três meses. O percentual é dado pelo total dos municípios que apresentam a característica com relação a todos os que possuem um Conselho Municipal de Cultura (948).⁹⁸

Outro tipo de conselho relacionado ao campo da cultura, presente em alguns dos municípios brasileiros, corresponde ao Conselho de Preservação do Patrimônio Cultural. O gráfico a seguir apresenta o total de municípios nas regiões, bem como a quantidade de municípios em que o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio está presente, em cada região. A coluna azul informa o percentual de municípios com existência de conselhos. Observa-se que o percentual mais elevado encontra-se na região Sudeste.

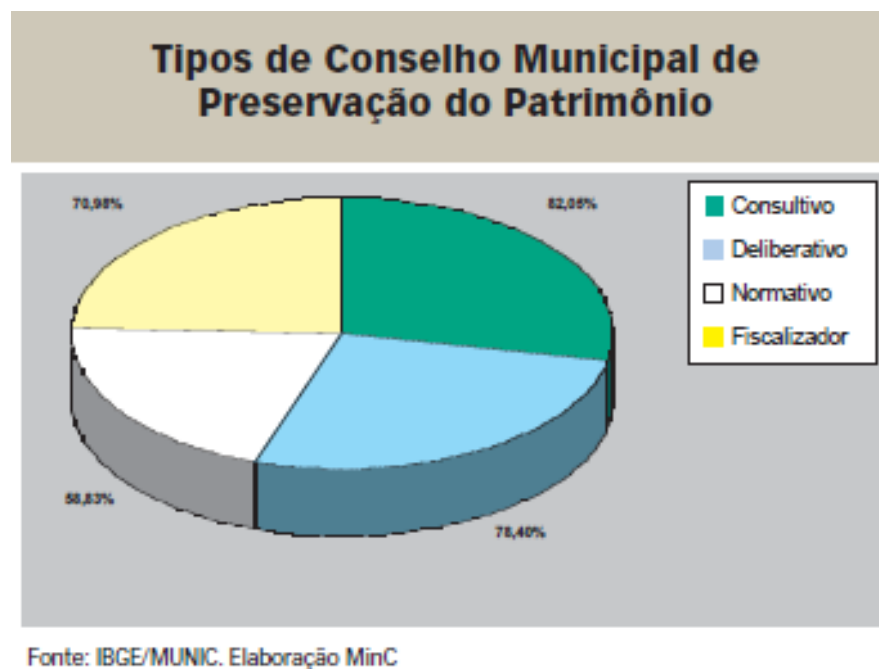
⁹⁸ Cultura em números: anuário de estatísticas culturais, 2009. – Brasília: Minc, 2009.

Gráfico 6 – Conselhos Municipais de Preservação do Patrimônio por Região



O percentual mais elevado de Conselhos de Preservação do Patrimônio encontra-se na região Sudeste.⁹⁹

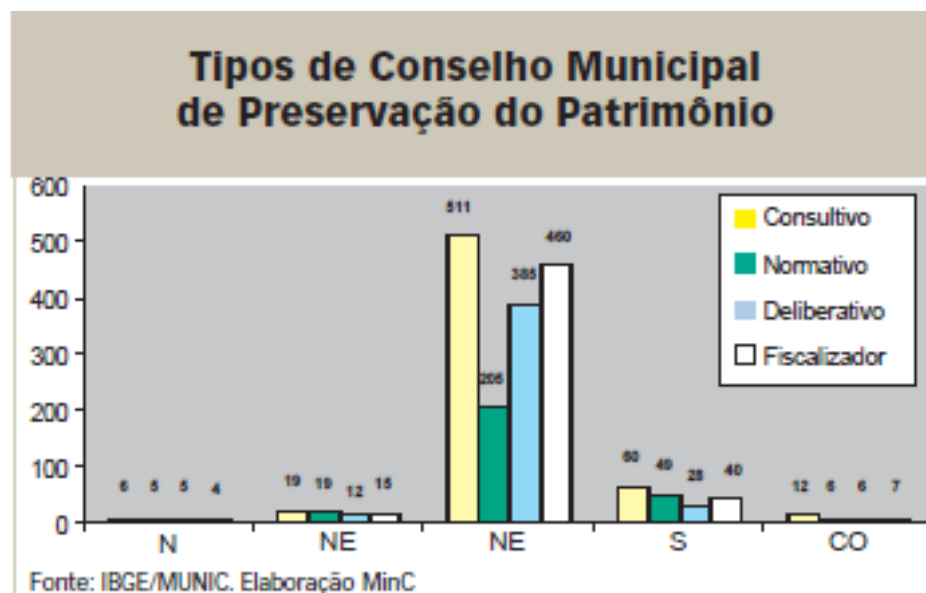
Gráfico 7 – Tipos de Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio



⁹⁹ Obs. A sequência das siglas (N, NE, SE, S, CO) A sigla no documento original do IBGE está com um erro de digitação; na terceira sigla “NE”, lê-se SE (Região Sudeste). No gráfico nº 08 da página seguinte, também.

Os números indicam que alguns conselhos apresentam mais de uma das características, de modo que o percentual de municípios com Conselhos Consultivos é superior aos demais.

Gráfico 8 – Tipos de Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio



Os maiores números referem-se aos Conselhos Consultivos e Fiscalizadores. O gráfico mostra a predominância da região Sudeste com relação à existência de municípios com esses conselhos. De acordo com o *Anuário de Estatísticas Culturais*, na composição desses Conselhos de Preservação do Patrimônio, por região, predomina o tipo paritário. Já com relação à escolha dos representantes nesses conselhos, ela se dá por indicação conjunta entre governo e sociedade civil, sendo que no que se refere à origem dos representantes predominam pessoas ligadas às escolas e universidades; em seguida, estão as pessoas ligadas às associações com finalidades culturais. O percentual é elaborado tendo em vista o total de municípios que possuem este conselho – 741 municípios. Cerca de 70% dos conselhos reúnem-se com frequência, uma vez a cada três meses (2009).

Além desses conselhos, outros mecanismos importantes de fortalecimento da autonomia dos municípios no campo da cultura podem ser verificados com a instituição de órgãos como: Fundo Municipal de Cultura, Política Municipal de Cultura, Consórcios Intermunicipais, Plano

Municipal de Cultura, Legislação de Fomento à Cultura e Conferências Culturais, instrumentos alinhados ao Sistema Nacional de Cultura.¹⁰⁰

De acordo com os dados divulgados pelo Ministério da Cultura, atualmente, cerca de 5% dos 5.564 municípios do Brasil possuem Fundo Municipal de Cultura.¹⁰¹ No tocante à Política Municipal de Cultura, praticamente todas as regiões apresentam percentuais elevados, superiores a 50%. Já no que se refere aos estados, a maior parte apresenta municípios com elevados percentuais de Política Municipal de Cultura. Contudo, alguns deles demonstram percentuais abaixo de 40%. Já em relação aos Consórcios Intermunicipais, os percentuais são bastante discretos, apenas 128 municípios brasileiros possuem esse tipo de órgão. No que confere aos Planos Municipais ou Intermunicipais de Cultura, as regiões Sudeste e Nordeste apresentam os melhores percentuais. Os estados do Ceará seguido do Mato Grosso do Sul apresentam os melhores percentuais. Alguns estados e municípios não atingiram o percentual de 1%. Sobre a Legislação de Fomento à Cultura, os municípios trazem um percentual baixo, pois em nenhuma das regiões o percentual de municípios atingiu, com esse recurso, 10%. Contudo, é importante pontuar um indicativo relevante no que diz respeito à Legislação Municipal de Proteção ao Patrimônio Cultural, política pública presente na região Sudeste,¹⁰² que se destaca com um percentual de 39% de seus municípios com esse tipo de legislação (MinC, 2009, p. 210).

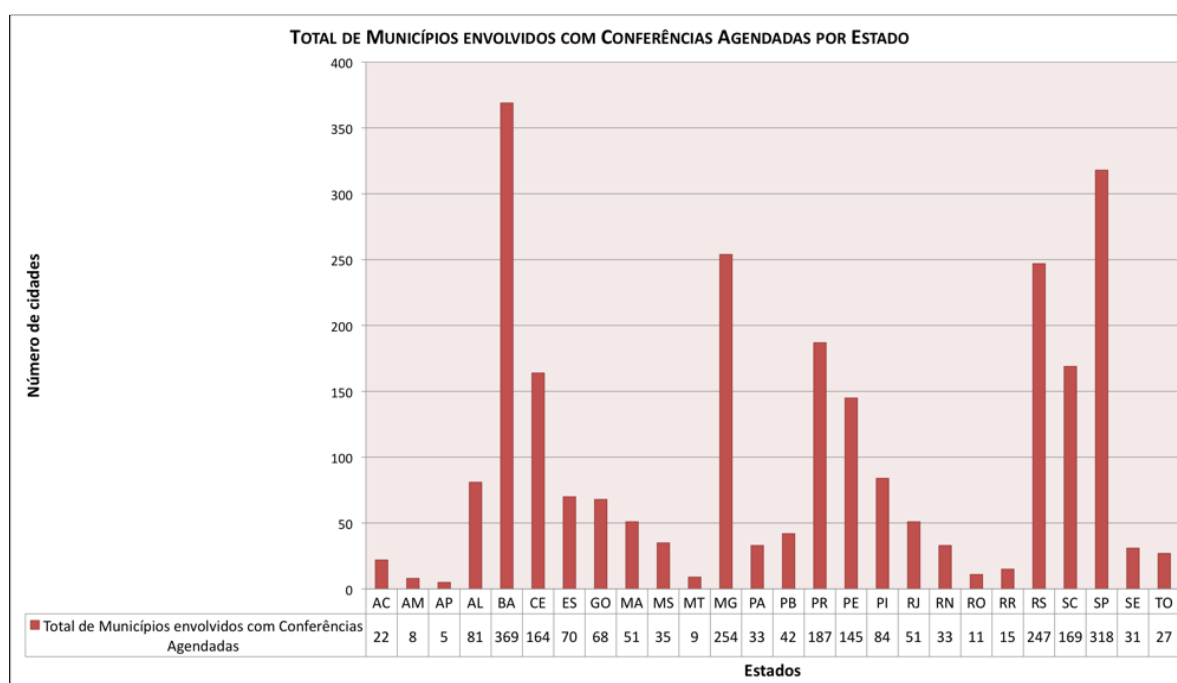
¹⁰⁰ Para que os municípios possam aderir ao Sistema Nacional de Cultura (SNC), são necessárias a assinatura e a publicação do Acordo de Cooperação Federativa, além da obrigatoriedade de instituírem nos municípios: secretaria de cultura ou órgão equivalente; conselho de política cultural; conferência de cultura e sistema de financiamento à cultura com existência obrigatória do fundo de cultura. No que confere ao percentual de municípios que aderiram ao Sistema Nacional de Cultura, as regiões Sul e Sudeste apresentam os melhores números. Entretanto, em relação aos estados, o Ceará apresenta um percentual mais elevado, com um total de mais de 80% de adesão por parte de seus municípios ao SNC. (MinC, 2009).

¹⁰¹ O estado do Mato Grosso do Sul apresenta um percentual de município que possuem Fundo Municipal da Cultura bastante elevado em relação ao total dos municípios do Brasil. Cerca de 40, 87% dos municípios do Mato Grosso do Sul possuem esse órgão. O Rio de Janeiro, por exemplo, possui 9,78%, São Paulo, 8,73%, e Ceará, 33%. Esses são os percentuais mais elevados. (Cultura em Números, 2009, p. 2006).

¹⁰² Em Campos dos Goytacazes, existe um Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal e leis de preservação do patrimônio arquitetônico do município. Tal documento faz parte do Plano Diretor Urbano, criado pela Lei nº 7972, de 31 de março de 2008.

Pode-se afirmar que a redemocratização do país levou à participação da sociedade civil nos debates no campo da cultura e do patrimônio, conforme indicam as pesquisas do IBGE de 2009, na amostra das conferências. Por exemplo, na I Conferência Nacional de Cultura, participaram 1.192 municípios envolvendo autoridades governamentais e sociedade civil, o que resultou em uma série de decisões, inclusive na organização do Plano Nacional de Cultura, que se tornou Projeto de Lei¹⁰³ (IBGE, 2006). Já na II Conferência Nacional de Cultura, realizada em 2009, participaram cerca de 2.529 municípios. O gráfico a seguir traz um demonstrativo da participação dos municípios agendados por estado:

Gráfico 9 – Total de Municípios envolvidos com Conferências Agendadas por Estado em 2009¹⁰⁴



Conforme o gráfico anterior, 2.529 municípios participaram de conferências municipais ou intermunicipais em todo o país, representando 45,45% de todas as cidades brasileiras. É

¹⁰³ Para uma apreciação sobre esse assunto, ver no Texto da II Conferência Nacional de Cultura, 2010 p. 8.

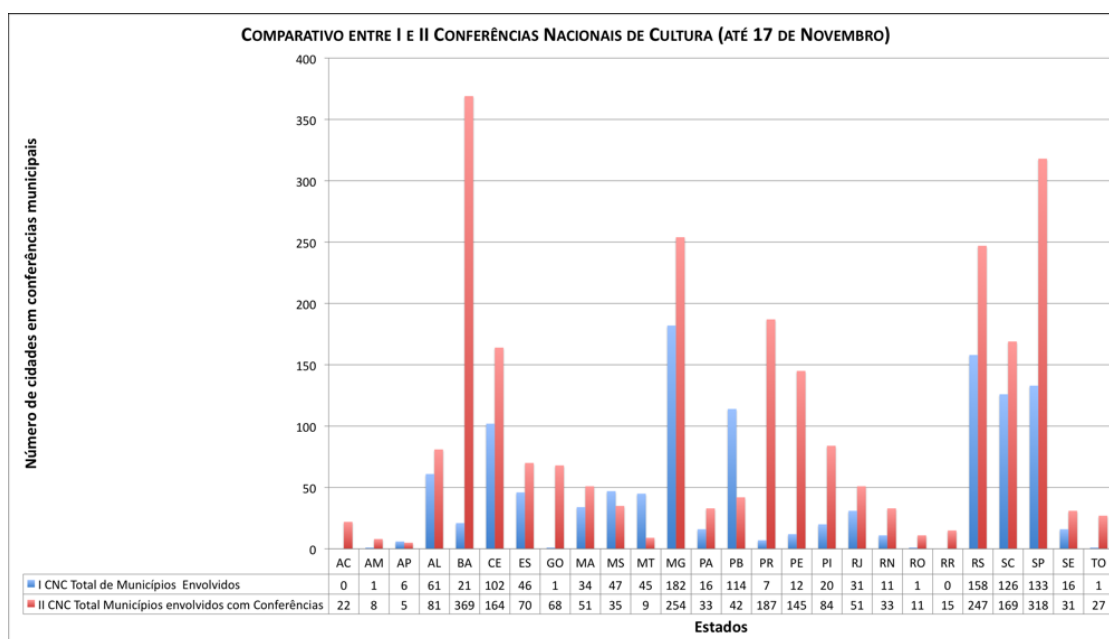
¹⁰⁴ Fonte Comissão Organizadora da II Conferência Nacional de Cultura. Disponível em <<http://blogs.cultura.gov.br/cnc/comissao-organizadora-divulga-estatisticas-das-pre-conferencias-setoriais/>> Acesso em 02 de mar. de 2012.

interessante observar que apenas Acre e Roraima chegaram a realizar conferências em 100% das cidades, seguidos do Espírito Santo, com 89,74%, Ceará, com 89,13%, e Bahia, com 88,48%. Cabe ressaltar que a Bahia foi o estado que mais mobilizou cidades, com 369 participantes nas conferências territoriais. Em termos regionais, o Nordeste foi a região que mais mobilizou seus municípios, com a participação de 55,77 % dos municípios, o que corresponde a cerca de 1 mil municípios do país, número ainda relativamente baixo. (IBGE, 2009) ao relacionar o total de municípios do Brasil.

Como foi demonstrado no gráfico, o Rio de Janeiro apresenta uma participação incipiente, 51 municípios do estado participaram da conferência, o que equivale a pouco mais de 50%. Cabe aqui dizer que, da região Norte Fluminense, o município de Campos dos Goytacazes (maior município do estado, com grande potencial econômico, turístico e cultural) não teve representante no evento.¹⁰⁵ Nesse período, Campos ainda não tinha uma secretaria exclusiva para cultura, fato que pressupõe a falta de interesse das autoridades governamentais (locais) pelo assunto. A cidade de Vassouras, na região Centro-Sul Fluminense, foi representada na Conferência pela Secretaria de Cultura-Turismo (as duas instâncias formam uma única secretaria).¹⁰⁶ Segue o gráfico com o comparativo da participação dos municípios nas duas últimas conferências nacionais, em 2005 e 2009.

¹⁰⁵ Fonte: Comissão Organizadora. Disponível em < <http://blogs.cultura.gov.br/cnc/comissao-organizadora-divulga-estatisticas-das-pre-conferencias-setoriais/>> Acesso em 02 de mar. de 2012.

¹⁰⁶ Até o momento, a cidade de Vassouras não tem uma secretaria exclusiva para Cultura, fato que é recorrente em grande parte dos municípios brasileiros. Conforme as fontes consultadas, apenas 4,2 % dos municípios têm secretaria municipal exclusiva para cultura (IBGE, 2009).

Gráfico 10 – Comparativo entre a I e II Conferência de Cultura¹⁰⁷

Comparando os números, observa-se que houve aumento significativo na participação dos municípios na II Conferência de 2009, que corresponde há um percentual de 112% (IBGE, 2009). Esse número ainda inda não é expressivo, mas já demonstra a mobilização e o interesse que tem despertado a sociedade em torno do tema relacionado à cultura.¹⁰⁸

No contexto nacional, em 2010, a proposta da *Nova Lei da Cultura* apresentada ao Congresso Nacional traz a ideia de renovação do Fundo Nacional de Cultura (FNC) que se torna um mecanismo central de financiamento do setor, criando formas mais atualizadas de fomento e projetos. A proposta se traduz pelo desejo de garantir que os recursos cheguem diretamente aos proponentes, sem intermediários e com maior participação da sociedade, por meio da Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), que dará origem às comissões setoriais.¹⁰⁹

¹⁰⁷ Fonte: Comissão Organizadora. Disponível em < <http://blogs.cultura.gov.br/cnc/comissao-organizadora-divulga-estatisticas-das-pre-conferencias-setoriais/>> Acesso em 02 de mar. de 2012

¹⁰⁸ É importante destacar que o número de conferências municipais aumentou expressivamente em relação ao número de intermunicipais, pois todos os 26 estados e o Distrito Federal realizaram conferências. Essas informações foram retiradas do Caderno de Propostas: Conferências Municipais, Estaduais, Distritais e Livres (II Conferência Nacional de Cultura, 2010).

¹⁰⁹ Um exemplo desta mudança se refere ao repasse automático de 30% dos recursos do Fundo Nacional de Cultura para estados e municípios. Disponível em <<http://www.cultura.gov.br/site/categoria/apoio-a-projetos/mecanismos-de-apoio-do-minc/lei-rouanet-mecanismos-de-apoio-do-minc-apoio-a-projetos/fundo->

(MINC, 2010). A *Nova Lei* visa fortalecer as políticas públicas de cultura nos estados e municípios, impulsionando o Sistema Nacional de Cultura (SNC), com o objetivo de desburocratizar o campo. Com isso, devem-se equacionar as desigualdades, tanto no que se refere à distribuição de recursos financeiros entre as regiões, quanto no que tange à promoção do desenvolvimento da economia no campo da cultura. O documento ainda traduz o compromisso de desenvolver políticas para promover o acesso dos indivíduos aos bens culturais. Nesse cenário de propostas e desejos de mudanças, outro importante instrumento de democratização da cultura foi estruturado em 2011, com 53 metas para o Plano Nacional de Cultura. Tais metas se fundamentam em linhas gerais por três dimensões complementares: 1) a cultura como expressão simbólica; 2) como direito de cidadania e 3) como campo potencial para o desenvolvimento econômico com sustentabilidade. (MinC, 2012).

No Brasil, a partir do contexto de redemocratização do país, mudanças significativas que se expressam nas políticas públicas no campo da cultura e do patrimônio cultural, impulsionadas pelos movimentos sociais e pelo poder federal, redefiniram o papel social de intervenção tanto do poder municipal, quanto da sociedade civil, nestas áreas. Apesar de afirmarmos que em Campos dos Goytacazes e Vassouras a participação da sociedade e do poder municipal nas questões relacionadas à cultura e ao patrimônio cultural tenha ainda pouca expressividade, como em quase todas as cidades brasileiras, temos que considerar alguns aspectos relevantes que se traduzem pela nova face das políticas públicas postuladas pela Constituição de 1988. Ainda de maneira incipiente, alguns grupos sociais vêm se mobilizando e organizando eventos no campo da cultura que põe em evidência e, de certa forma, fortalecem culturas afrodescendentes, as quais, antes estavam à margem da memória local e nacional. Um exemplo que podemos citar trata do Movimento Negro, em Vassouras, que promove palestras seminários e conferências que tratam de debates sobre políticas de inclusão social que se relacionam o âmbito municipal e nacional. Tem-se ainda, nesta cidade, uma prática interessante, conforme apontamos no decorrer deste texto, a utilização de espaços antes privados (casarões tombados como patrimônio cultural) de forma democrática, como centros

culturais, museus e bibliotecas, espaços que se tornaram públicos, abertos diariamente à visitação e à pesquisa.

Já no município de Campos dos Goytacazes, no campo das políticas de patrimônio, em 2002, o poder municipal sancionou a criação do Conselho de Preservação do Patrimônio Arquitetônico do Município (COPPAM), que tinha sido previsto desde a implementação do Plano Diretor Urbano, em 1991. Em 2008, foi instituída a Lei de Proteção Municipal do Patrimônio de nº 7972, de 31 de março de 2008. Embora a legislação de patrimônio no nível municipal tenha tido início ainda na década de 1930, a partir desse novo cenário político de redemocratização, essa legislação toma novos contornos e ganha impulso expressivo envolvendo a participação da sociedade civil. Em 2011, seria instituída a Secretaria de Cultura.¹¹⁰ De acordo com Elis Araújo Miranda (2011), desde 2003, a cidade de Campos dos Goytacazes tem um setor cultural gerido por três fundações: a) Fundação Oswaldo Lima; b) Fundação Cultural Trianon e c) Fundação Zumbi dos Palmares. Até 2003, a receita de Cultura era destinada à Secretaria de Educação e Cultura, não às fundações. Somente em 2011, a Secretaria de Cultura passou a agregar as três fundações. Ainda segundo Miranda, a cidade de Campos, desde 1999, apresenta um crescimento na arrecadação de *royalties* e vem mantendo esse crescimento há 10 anos. Miranda afirma que, mesmo com um orçamento vultoso, com recursos recebidos dos *royalties* de petróleo, a cidade carece de preservação de seu patrimônio cultural, pois alguns prédios históricos estão bastante deteriorados. Além disso, não há investimento da Secretaria de Cultura em entretenimento, como cinema, artes, entre outros. Tendo o ano de 2009 como referência, o orçamento total do município alcançou a casa dos bilhões, com a cifra de R\$ 1. 423.568,12. Juntas, as três fundações geriram nesse ano o montante de R\$ 12. 220.672,1. Ou seja, mais um dos municípios ricos do petróleo que não investe nem 1% do seu orçamento no setor cultural. Mesmo não sendo nem 1%, esse valor não é insignificante. O que Campos dispõe para o setor cultural é mais que o orçamento total de muitos municípios brasileiros. (Miranda, 2011. p. 10).

¹¹⁰ Em 2011, o presidente do Conselho de Preservação do Patrimônio, Orávio de Campos Soares decretou o tombamento do Patrimônio Material do Município de Campos dos Goytacazes, os seguintes objetos: “bustos, estátuas, efígies, marcos comemorativos e monumentos, consideradas de grande expressão cultural e histórica e referências dos foros de civilização.” [...] [ver documento em Apêndice III] Decretou, também, o registro do Patrimônio Imaterial do Município [ver documento em Apêndice I].

A despeito do investimento público no campo da cultura e do patrimônio que se traduz numa percentual pouco favorável a realização de um trabalho no campo da cultura que potencialize o desenvolvimento cultural e a democratização da cultura na cidade de Campos, conforme aponta Miranda, podemos afirmar que tanto em Campos, quanto em Vassouras, a partir deste período de redemocratização tem-se configurado movimentos que partem da sociedade e do poder público local de construção e preservação do patrimônio cultural e da memória local.

Tendo em vista as devidas singularidades, destes dois municípios, interessa-nos compreender o processo de configuração do patrimônio cultural nas duas cidades a partir de elementos epistemológicos da histórica e, sobretudo, da memória social que se expressam pela imaginária urbana como um produto simbólico das relações e práticas sociais que emergem com o processo de redemocratização do país.

SEGUNDA PARTE – Memória Social e Imagens Urbanas: Campos dos Goytacazes e Vassouras

Terceiro Capítulo – Tessituras de memórias

As cidades, como os sonhos, são construídas por desejos e medos, ainda que o fio condutor de seu discurso seja secreto, que as suas regras sejam obscuras, suas perspectivas enganosas, e que todas as coisas escondam uma outra coisa.

Ítalo Calvino

O atributo da memória é garantir a continuidade do tempo e permitir resistir à alteridade, ao tempo que muda, às rupturas que são o destino de toda a vida humana – um elemento essencial da identidade, da percepção de si e dos outros.

Henry Rousso

Neste capítulo, trataremos de discorrer sobre alguns aspectos de construção da cidade e da sociedade de Campos dos Goytacazes e de Vassouras, no estado do Rio de Janeiro. Nossa justificativa para historicizar o processo de construção das cidades se fundamenta na problematização da pesquisa que versa sobre as duas coleções de imagens escultóricas urbanas, as quais foram distribuídas ao longo do processo histórico de formação dessas cidades. Tais coleções fazem parte da construção de pontos de referências para a memória social que mobiliza o passado, mas com implicações que partem do contexto do presente. Qual o horizonte de práticas sociais e sentidos que se configura como condição histórica de possibilidades para a emergência dessas imagens urbanas que serão interpretadas no quarto capítulo? Partimos do princípio de que, somente remetendo essas imagens às referências históricas estruturais de onde elas provêm, poderemos compreender a construção da imaginária urbana enquanto *metáforas de poder* que constroem memórias nos espaços públicos das cidades.

3.1 Memória e cidade

A memória tem representado um campo importante para o estudo e a compreensão das sociedades, das práticas e das relações sociais. Como esta pesquisa trata de investigar a construção da memória nas cidades de Campos dos Goytacazes e de Vassouras, apropriamo-

nos de fontes e documentos fornecidos pela História, com o propósito de alicerçar nossa investigação.¹¹¹

Voltando um olhar analítico para a memória (*mnémosyne*) nas sociedades do mundo grego antigo, é possível observar a função social de poder da memória. Conforme aponta Michelle Simondon, a memória era uma deidade que ostentava duas faces: “uma voltada para o passado, outra para o futuro; uma mesma figura mítica presidia tanto a consagração da glória futura quanto a revelação dos feitos pretéritos.” (Simondon, 1982, p. 122). A memória era “a potência, o liame que perpassava de um extremo a outro (do passado ao futuro), a toda a temporalidade da existência humana”. (Magalhães, 2002, p. 241).

Para os gregos antigos, o que estava em jogo nesse contexto não era uma memória voltada para a temporalidade histórica, mas para a sua transcendência. Existia uma perfeita intimidade entre o tempo e o espaço, que possibilitava teoricamente a quem possuísse a memória do Grande Tempo ter acesso a outras dimensões cósmicas. Essa solidariedade entre tempo e espaço mítico implicava na relação simbólica com o duplo e cuja temporalidade escapava a do homem condicionado por uma historicidade linear (Sá, 1987, p. 49). E, conforme aponta Mircea Eliade, nessa relação: “o passado emergia como uma dimensão do além”. (Eliade, 1972, p. 108).

De acordo com a tradição ocidental,¹¹² o espaço onde a memória encontrava ancoragem para expressar seu poder e se projetar atravessando temporalidades, eram nas cidades da Grécia Antiga, entre os séculos VII e VIII a.C., nos espaços coletivos, onde eram narrados os cantos

¹¹¹ A relação entre memória e história já foi sistematicamente discutida por muitos teóricos de formações distintas, como Maurice Halbwachs, Pierre Nora, Jacques Le Goff, dentre outros que, ora diferenciam história e memória, ora aproximam os campos conceituais, ou privilegiam um campo em detrimento do outro, ou ainda tecem considerações que valorizam ambos os campos conceituais. Não é nosso propósito retomar tal discussão, propomos, antes, chamar a atenção para a importância que este debate suscitou, promovendo inovação de métodos e objetos de pesquisa no domínio das ciências sociais e humanas. Atualmente, as pesquisas pautadas no estudo da memória social têm ocupado um lugar de destaque na produção do conhecimento, incentivando um crescente interesse entre os historiadores em desenvolver pesquisas voltadas para essa área do conhecimento. Isso se deve, sobretudo, às mudanças epistemológicas que ocorreram no âmbito da História, em especial, pela ampliação de conceitos, os quais reorientam a postura do historiador, pela renovação das correntes e dos métodos que sinalizam novos objetos, novos temas e novas fontes.

¹¹² Para uma apreciação desse tema, ver em Jean Pierre Vernant: *Mito e pensamento entre os gregos*. São Paulo, Difel, 1973.

poéticos, como, por exemplo, *A Ilíada* e *A Odisseia*, que resgatavam o passado e projetavam o futuro. Assim, essas narrativas construíram um modelo da cultura ocidental e, ao mesmo tempo, serviram de explicação da realidade aristocrática. Esses cantos descreviam os feitos memoráveis dos deuses e dos heróis, com a intenção não só de salvar tais feitos do esquecimento, mas também de projetar e assegurar a sobrevivência imorredoura dos ilustres agentes e de tais proezas extraordinárias para o futuro. (Magalhães, 2002). O mito correspondia, pois, à totalidade do cosmos, da natureza humana e do sobrenatural. As narrativas míticas não se localizavam no tempo cronológico. A dimensão da temporalidade era fundamentada nas genealogias. Seu estatuto de verdade era inquestionável, sendo revelada pela *mnémosyne* a pessoas especiais, tais como os poetas e os adivinhos. Assim, cabia à memória a função social de guardiã da tradição aristocrática e mantenedora dos laços de coesão social. (Vernant, 1973).

Já na Grécia Clássica, em Atenas, no limiar do século V a.C., a *polis* (cidade) era um lugar, por excelência, de definição dos assuntos públicos, onde os cidadãos tomavam parte nas assembleias deliberativas e eram considerados membros da democracia ateniense. Esse espaço de deliberação das questões públicas localizava-se no centro da *polis*. Todas as questões que diziam respeito ao âmbito político, social ou cultural eram definidas na parte central da *polis*. De acordo com Jean Pierre Vernant (1973), embora nesse período a razão como instrumento de compreensão de mundo já estivesse sobreposta, ainda havia a tensão entre o mito e a razão. Portanto, a *mnémosyne* era concebida como uma divindade capaz de responder à coesão dos laços sociais, caracterizando-se ainda como um mecanismo importante de poder. Nessas sociedades, a memória estabeleceu uma função social e política entre a dialética da lembrança e a do esquecimento em favor da supremacia do poder. Segundo Nicole Loraux (1988), na Atenas Clássica, a edição de decretos políticos que manipulavam o uso do esquecimento era comum. Isso significa que era proibido lembrar as desgraças sofridas por Atenas. Só do louvor e das glórias atenienses era permitido recordar. Assim, a cidade foi se constituindo num espaço privilegiado, onde se afirmavam as relações sociais, políticas e culturais de poder estabelecidas, entre outras instâncias, pela manipulação da memória. Para Knauss:

O espaço não se apresenta como um elemento natural ou físico, mas sobretudo como produto social, resultado das disputas em torno do território. Esses sentidos, que são

socialmente construídos, revelam maneiras de sentir e de pensar a sociedade. [...] (Knauss, 1998, p.13) .

Num universo mais amplo do mundo antigo, a relação entre a memória e a cidade estava presente, também, nas construções arquitetônicas e esculturas, como, por exemplo, nos templos, nos palácios e nas tumbas. De acordo com Lewis Mumford (1965), as cidades antigas constituíam, a rigor, um espaço reservado à monumentalidade, que se traduzia como uma expressão de poder, tanto nas cidades do Ocidente quanto nas do Antigo Oriente Próximo (Egito e Mesopotâmia). Assim:

As pesadas paredes de argila bem cozida ou de sólida pedra davam às efêmeras funções do Estado a certeza de estabilidade e segurança, de poder ininterrupto e de autoridade inabalável. O que hoje chamamos de arquitetura monumental é, antes de tudo, a expressão do poder [...]. A cidade, com suas muralhas fortificadas, seus baluartes e fossos, impunha-se com admirável exibição de uma agressividade sempre ameaçadora, que adquiria concentrações letais de suspeita e ódio vingativo, assim como de não cooperação, nas proclamações dos reis. Os monarcas egípcios, não menos que seus correspondentes mesopotâmicos, gabavam-se, em seus monumentos e tabuinhas, de seus feitos pessoais, mutilando seus principais cativos (Mumford, v. 1, 1965, p. 65-92).

A expressão de poder anunciada nas cidades antigas pela monumentalidade arquitetônica, além de expressar um princípio de poder, era também um artifício que se apresentava como uma reserva de segurança contra os inimigos. Sabe-se que o mundo antigo foi orientado sob o signo da guerra. Assim, as imagens gravadas em objetos (monumentos, peças, esculturas etc.), que representavam os feitos aniquiladores dos egípcios sobre os seus inimigos, podem ser apreciados enquanto vestígios de memórias. Analisando pela ótica da construção da memória, pode-se dizer que essas sociedades antigas tinham o objetivo, entre outros, de causar temor aos possíveis invasores, pois, naqueles espaços gravados, construía-se discursos de memórias, nos quais se pontuava um fundamento expressivo: a lembrança ou o não esquecimento.

Nas cidades antigas, a vida e a energia humana eram traduzidas em forma de arte [...]. Cada geração podia agora deixar seus depósitos de formas e imagens ideias: oratórios, templos, estátuas [...] documentos entalhados e pintados em muralhas e colunas, que satisfaziam ao antiquíssimo desejo de imortalidade, da parte do homem, fazendo-se presente nas mentes das gerações posteriores [...] Mesmo ameaçada de extinção, orgulho e ambição se apegavam às pedras da cidade, pois a

arte antecedeu a palavra escrita na fixação de formas simbólicas ‘externas’ daquilo que, de outro modo, haveria de desaparecer (Munford, 1965, v. 1, p. 98).

O trecho anterior destaca uma prática social, em que o homem deixa sua marca, numa dimensão mais ampla do desejo de memória. Na cidade antiga, essa prática não se restringe apenas ao campo de poder político, de domínio sobre o outro ou como reserva de segurança contra os possíveis inimigos. Essa prática alarga-se no sentido da vaidade humana. Essas duas dimensões – o poder e a vaidade – funcionavam como mecanismos carregados de sentidos e significados discursivos de determinadas memórias sociais, que não eram excludentes, pelo contrário, até poderiam se complementar.

Na contemporaneidade, em diversos campos do conhecimento, discute-se a potencialidade da memória, cujo fenômeno do esquecimento aparece como centro das discussões. Mas, diferentemente da Grécia Clássica, onde a memória só era permitida em função do louvor e das glórias conquistadas, a memória na cidade contemporânea é preservada em termos mais amplos, nos dois sentidos. Tanto as glórias do passado quanto os infortúnios são fatos que podem vir a ser preservados pela memória social. Não obstante, cabe compreender como e quem vai determinar o que lembrar e o que esquecer.

As cidades, além de serem complexos urbanos compostos de espaços territoriais concretos públicos e privados, definidas pelo seu aspecto arquitetônico e monumental, onde se revela a paisagem artificial confeccionada pela ação humana, são também espaços simbólicos, construídos por relações sociais de poder, onde são (re) inscritos valores, crenças, costumes, tradições, entre outras práticas sociais. E, conforme sublinha Knauss (1998, p.36), “a cidade apresenta-se como discurso de natureza histórica”. Assim, pensar a cidade e a relação com a construção da memória implica uma reflexão sobre como ocorreu o povoamento, a ocupação e, posteriormente, como se constituiu a sociedade urbana em suas práticas de organização social, política e cultural.¹¹³

¹¹³ Sabe-se que o processo de povoamento do Brasil se constituiu na tomada dos espaços territoriais, geralmente definido em disputas, conflitos e guerras que propiciavam aos vencedores não somente a conquista do espaço territorial, mas, sobretudo, o domínio político e cultural sobre os povos vencidos. (Morais, 2009).

3.2 Campos dos Goytacazes

Aqui e agora em 2008, vejo a Praça [Santíssimo Salvador] como ela é: Cercada a leste e a oeste, por prédios antigos e outros bem modernos. Uns altos outros mais baixos. Alguns chegam a 50 metros de altura e ainda existem aqueles que não ultrapassam os 10 metros. Na paisagem arquitetônica encontramos edificações do século Dezoito (18), Dezenove e Vinte. Em direção norte, a poucos metros de distância vejo as águas do rio Paraíba e para o lado sul, a majestosa Basílica Menor erguida pelo saudoso Monsenhor Barros Uchoa. Fico a pensar como chegamos neste final de milênio às circunstâncias que observo e imagino as transformações que surgiram nesta região, desde o último milhão de anos. Aqui neste centro, o meu imaginário descortina os campos, o rio o mar, as lutas tectônicas e as batalhas dos elementos da natureza formando uma paisagem geográfica que se tornou na maior planície litorânea do Brasil. Avalio a presença da fauna e da flora, dos primitivos habitantes e a chegada dos pioneiros. (Pinto, 2008)¹¹⁴

De acordo com Alberto Lamego (1925),¹¹⁵ o território onde hoje está situado o município de Campos dos Goytacazes fazia parte da Capitania de São Tomé, conhecida também por

¹¹⁴ Jorge Renato Pereira Pinto era natural de Campos dos Goytacazes, formado em Engenharia Industrial e Geografia. Em Campos dos Goytacazes ele trabalhou como empresário do açúcar. Foi professor e pesquisador, passou mais de 50 anos estudando e escrevendo sobre o município de Campos. Em 2011, conversei com o senhor Jorge Renato, que me presenteou com suas publicações e alguns textos inéditos sobre Campos. Em 06 de fevereiro de 2012, lamentavelmente o senhor Jorge Renato faleceu, ao 85 anos de idade. Ele pertencia à família de José Carlos Pereira Pinto, do mesmo grupo familiar de Bartolomeu Lysandro. O seu sobrinho (Luiz Carlos) é casado com a Eugenia (neta) de Bartolomeu Lysandro (família que me hospedou). Jorge Renato, com base em seus estudos sobre a região de Campos, disse que as terras da cidade foram usurpadas pelo governador do Rio, Salvador Correia de Sá e Benevides, e que os herdeiros da capitania perderam seus direitos sobre as terras para o governador e alguns padres do Mosteiro de São Bento. (Pinto, em *prelo*). Ainda de acordo com o autor, no que se refere aos índios, a partir do final do século XVIII, não aparecem mais comentários ou registros sobre eles nos documentos oficiais (produzidos pela Coroa Portuguesa) que falam sobre a região de Campos. O que marcou fortemente a presença da nação indígena Goytacaz, que um dia viveu aqui, ficou registrado pela denominação deles no nome da cidade: Campos dos Goytacazes, “lembança dos tempos coloniais, ironia estabelecida pelo homem branco, talvez, por remorso ou por razões intuitivas, que passaram despercebidas.” (Pinto, em *prelo*). Texto retirado do Livro (em *prelo*) Capítulo I-Campos dos Goytacazes: *O Campo das Delícias*. PINTO, Jorge R. 2008. Cabe aqui ressaltar que algumas informações sobre as imagens urbanas da cidade de Campos foram fornecidas pelo Sr. Jorge Renato, em 2011.

¹¹⁵ Alberto Lamego nasceu no Rio de Janeiro, em 9 de outubro de 1870, pertencia a uma família da aristocracia rural fluminense. Em 1892, iniciou sua carreira em Niterói e, posteriormente, em Campos, para onde se transferiu após contrair núpcias com Joaquina Maria do Couto Ribeiro. Nesta cidade, contribuiu com a imprensa local, escrevendo para o *Monitor Campista* e a *Folha do Comércio*. Redigiu o *Segundo Distrito*, em 1897, e ainda colaborou com o *Jornal do Comércio* e com o *Estado de São Paulo*. Em 1906, foi morar na Europa com a família, onde permaneceu até 1920. Em Portugal, pesquisou sobre a história de Campos dos Goytacazes na Torre do Tombo e no Arquivo do Conselho Ultramarino. Ainda em Portugal, deu início à formação de suas coleções de arte, livros e manuscritos, adquirindo-os em leilões de livreiros, de bibliotecas e de casas fidalgas extintas. São dessa época seus primeiros estudos: *Autobiografia e inéditos de Cláudio Manoel da Costa*, publicado em 1912, na *Revista da ABL*, e *Papéis inéditos sobre João Fernandes Vieira*, que veio a lume na *Revista do IHGB*, no mesmo ano. Em 1913, foi publicado o primeiro volume de sua obra de maior relevância *Terra Goytacá à luz*

Paraíba do Sul, que foi outorgada¹¹⁶ pelo rei D. João III, a Pero de Góis da Silveira.¹¹⁷ Essa região, no século XVI, era expressivamente habitada por diversas nações indígenas, com predominância dos índios goitacás. Essa palavra tem algumas variações e traduções. Alberto Lamago traz algumas, entre elas, a tradução de Bezerra de Menezes, que propõe a derivação remontando à etimologia da palavra *guita-guaçu*, ou ‘índios grandes’, da qual derivou para *guiataguás-guaçu* e *guaitacás* (Lamago, 1944). Para Hervér Salgado Rodrigues (1988), nenhuma nação indígena era mais fascinante. Por mais que tenha sido discutida e estudada, o que nos deixou foi um rastro de mistério.¹¹⁸

Julio Feydit, que em 1900 escreveu sobre a história de Campos dos Goytacazes, narra que, no século XVI, um Frei de nome Simão de Vasconcelos, ao escrever sobre a vida do Padre de Almeida da Companhia de Jesus na Província do Brasil, citou algumas referências do território de Campos.

O lugar considerado em si, era naquelle tempo huma paragem das mais notaveis e apraziveis que há em todo este Brazil. São Campinas Fermoziſsimas dalgumas vinte ou mais leguas d’ espaço, quase todo tam razo como o Mar; tam verde, enfeitado e retalhado da Natureza, que parecem outros Campos Elysios, e sam chamados os Campos dos Goytcazes; há n’ elles formosas Alagoas e huma de tanta grandeza, que do meio della mal se encherge Terra d’ huma parte e d’ outra. São suas Agoas doces e habitadas d’ infinidade de Patos e outras Aves semelhantes. (Feydit, 1900, p.9).

Essa descrição apresenta a exuberância da paisagem comparada aos *Campos Elysios*, lugar imaginado pelos gregos antigos como morada dos deuses. O texto retrata também o espaço ocupado pela água doce, dando ênfase à abundância dessa água. Essa característica poder ter

de documentos inéditos. Ver em: FERNANDES, Rui. *Uso do passado*, XII Encontro Regional de História – Anpuh- Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro.

¹¹⁶ O documento de doação consta do ano de 1536, dando inúmeros direitos ao seu possuidor. Essa capitania partia do rio Macaé e seguia até o rio Itapemirim. A doação representava um prêmio por serviços prestados à Coroa Portuguesa. Pero de Góis tinha um sócio chamado Martim Ferreira, com quem havia organizado a expedição para conhecimento e tomada de posse da região (Pinto, p. 38).

¹¹⁷ Pero de Góis, fidalgo português, chegou ao Brasil com a expedição de Martim Afonso de Souza, no século XVI. Segundo Alberto Lamago (1925), Martim Afonso teria fundado a Vila de São Vicente, construído o primeiro engenho de açúcar e fundado a Capitania de Santos. Posteriormente, Martim Afonso volta para Portugal e deixa a incumbência de fundar outras vilas a Pero de Góis e Ruy Pinto.

¹¹⁸ Hervér Salgado Rodrigues nasceu em Campos dos Goytacazes. Formou-se em Direito e foi professor. Ingressou no jornalismo, dirigindo o jornal *Monitor Campista*. Em 1945, adquiriu o jornal *A Notícia*, o qual dirigiu por 45 anos.

sido um fator importante que chamou a atenção dos colonizadores para a ocupação da região, ainda no início da colonização portuguesa. Continuando a minuciosa descrição, o texto reafirma a beleza do lugar, mas enfatiza, também, os perigos e as dificuldades de penetrar na região.

Porém ainda que estas campinas sejam fermosas em si, sudedelhos o que aos Campos Elysios attribuem os antigos, que custaria muitos grandes trabalhos e perigos, o aver de chegar a elles, por que por uma parte os cerca a Natureza [...] outra parte habitada toda de varias nações de gente de diversa lingua, e pela maior parte inimigas entre si e tudo casta de tapuias. Era um lugar suspeito, e arriscado a todo o homem que ouvesse d' aportar casta de gentio goitacaz, não tinha pazes firmes com ninguém, e percorria todo espaço de seu distrito continuamente, assi do Sertam à suas caças, como marítimo a suas pescas; toda a pessoa estranha que encontrava, fazia parto de seus dentes: era está a melhor iguaria sua, a carne humana. (Feydit, p. 9-10).¹¹⁹

A descrição confere uma singularidade ao território, relacionando as terras com seus primeiros habitantes, os índios. Para além da força da natureza, havia outro obstáculo ao domínio da região, os “nativos”. Os índios e a natureza eram fatores aliados contra o domínio dos conquistadores.¹²⁰ Apesar das inúmeras dificuldades apresentadas pela descrição nesses textos, no que se refere ao domínio dessa região, ela despertou o interesse da Coroa Portuguesa, sendo sistematicamente dominada e povoada pelos lusitanos, ainda no primeiro século da colonização.

Em 1538, Pero de Góis aportou à margem direita o rio Itabapoana¹²¹ e, em 1538, fundou a vila que deu o nome de *Vila da Rainha*.¹²² De acordo com as fontes consultadas, Pero de Góis

¹¹⁹ A citação segue conforme a escrita original do texto de 1900. Texto do acervo da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro.

¹²⁰ Alguns pesquisadores afirmam que, embora os conquistadores utilizassem armas de fogo na guerra de conquista contra os índios, o extermínio de muitas nações se deu de forma silenciosa. Isso ocorreu tendo em vista que grande parte dos índios morria por conta de doenças infectocontagiosas que os europeus transmitiam ao entrarem em contato com os índios ou de forma intencional, quando esses conquistadores deixavam suas roupas infectadas espalhadas pela floresta. Em Vitória da Conquista, na Bahia, objeto de minha pesquisa de mestrado, os índios foram envenenados no chamado *Banquete da Morte* (Moraes, 2009).

¹²¹ O rio Itabapoana é uma fronteira natural entre o estado do Espírito Santo e o estado do Rio de Janeiro. Esse rio destaca-se pelo seu potencial hidroelétrico, possuindo várias cachoeiras em seu curso. Nasce na segunda montanha mais alta do país, a Serra do Caparaó, que abriga o terceiro pico mais alto do Brasil, o Pico da Bandeira, com 2892 metros (Pinto, 2010).

¹²² De acordo com as fontes consultadas, o nome da vila foi em homenagem à rainha da Áustria, esposa do rei D. João III. É importante destacar que Alberto Lamego, analisando as cartas que Pero de Góis havia enviado ao rei de Portugal d. João III, levanta a hipótese de que a Vila da Rainha não teria sido fundada às margens do rio Paraíba do Sul, pois, nas cartas, Pero de Góis narra alguns aspectos do lugar onde ele fundou a vila, e nesse lugar

plantou cana-de-açúcar na região e conseguiu conviver em paz com os índios *Goytacás* por aproximadamente quatro anos.¹²³ Depois desse período, resolveu voltar a Lisboa, com o objetivo de conseguir capitais com seu sócio Martim Ferreira, para instalar um engenho. Quando voltou ao Brasil, Pero de Góis encontrou a vila destruída pelos índios.

Dificuldades à parte, Pero de Góis conseguiu reerguer a vila e instalou o Engenho Real. Mas os conflitos com os índios recomeçaram e novamente a localidade foi arrasada. Consta que Pero de Góis escreveu algumas cartas ao amigo e sócio, Martim Ferreira, contando sobre seus planos e sonhos com relação à Capitania, que, segundo Pero de Góis, foram todos frustrados. Em uma dessas cartas, ele narra que, após oito anos de muito trabalho, o que havia sobrado eram dívidas. Ele escreveu, também, uma carta ao rei de Portugal, narrando sobre o infortúnio que levou à ruína da Capitania. De acordo com as fontes consultadas, em 1548, Pero de Góis abandonou a vila e retornou a Portugal. Um ano depois, ele retornaria ao Brasil com Tomé de Souza. Por aproximadamente três anos, Pero de Góis prestou serviços à Coroa Portuguesa e, em 1551, retornou a Portugal, desde quando não se tem mais notícias dele.

Por volta de 1601, Gil de Góis, um descendente de Pero de Góis, interessou-se pelas terras da antiga Capitania de São Tomé e aportou na região próxima ao rio Itapemirim, com sua família, escravos e outras pessoas. Entre seus objetivos, destacava-se o desejo de reerguer a Capitania. Mesmo contando com as adversidades que se impunha ao domínio da região, sobretudo, em função de conflitos com os índios, Gil de Góis fundou outra vila e lhe deu o nome de *Santa Catarina das Amós*.¹²⁴ Entretanto, os conflitos com os índios goitacás faziam-se recorrentes e, depois de oito anos, os conflitos se agravaram, quando os índios destruíram a Vila. De acordo com as fontes consultadas,¹²⁵ o agravamento dessa situação teria ocorrido em

apresenta-se um rio cuja margem possui muitas cachoeiras. O rio Paraíba do Sul não se encaixa na descrição do lugar narrado.

¹²³ De acordo com os registros históricos, Pero de Góis foi o primeiro a introduzir o plantio da cana-de-açúcar na região do norte fluminense, por volta do século XVI. Segundo Alberto Lamego (1944), o primeiro engenho de açúcar da região só teria surgido por volta do século XVII. A criação de gado se deu posteriormente, com os sete capitães herdeiros da capitania.

¹²⁴ O nome da vila foi também uma homenagem à rainha esposa do rei D. João III.

¹²⁵ Inclusive, a narrativa do Sr. Jorge Renato Pereira Pinto.

função da descoberta de um romance entre Gil de Góis e uma índia, filha de um chefe guerreiro. Conta-se que a esposa de Gil de Góis, com ciúmes, teria mandado dar uma surra na índia, que ficou gravemente ferida. Os índios, revoltados com o acontecido, destruíram a vila. Posteriormente, Gil de Góis teria abandonado a Capitania e ido residir com sua família na Espanha. Apesar dessa narrativa, o fato é que, por volta do ano de 1619, Gil de Góis renunciou à Capitania em favor da Coroa Portuguesa. Como a Capitania foi renunciada pelo donatário herdeiro, o rei de Portugal determinou ao então governador do Rio de Janeiro, Martins Correia de Sá e Benevides, que as terras da Capitania de São Tomé fossem divididas e concedidas em sesmarias. Assim, em 1627, a Capitania foi doada aos sete capitães:¹²⁶ Miguel Maldonado, Miguel da Silva Riscado, Antônio Pinto Pereira, João de Castilho, Gonçalo Correia de Sá, Manuel Correia e Duarte Correia. Dos sete capitães, apenas Miguel da Silva Riscado se estabeleceu na região perto da Lagoa Feia.

Em 1648,¹²⁷ o território norte fluminense teria despertado o interesse do governador do Rio de Janeiro Salvador Correia de Sá e dos Padres Beneditinos. Nesse mesmo ano, o governador do Rio de Janeiro tinha em mãos um documento tratando da posse da região que teria sido obtido, de forma ilícita, por meio da usurpação das terras. (Pinto, em *prelo*).

Segundo Alberto Lamego (1941), por volta de 1659, dois missionários franceses teriam chegado às terras de Campos. Eles fundaram um aldeamento indígena às margens do rio Paraíba. Em 1672, os capuchinhos Jaques e Paulo prosseguiram os passos dos seus antecessores, trazendo dos sertões um grande número de índios para a aldeia já fundada. Alguns anos depois da chegada dos missionários, em 1676, a Vila de São Salvador dos Campos foi fundada.

Em 1682 [os missionários] requereram uma ordinária, para fazerem face as despesas da missão e aos 20 de Dezembro do dito ano, o príncipe D. Pedro ordenou ao bispo do Rio de Janeiro que tirasse ‘uma exacta informação da fôrma como procediam esses missionários no aldeamento do gentio’. (Lamego, 1941, p. 8)¹²⁸

¹²⁶ De acordo com Lamego (1974), a doação feita aos capitães representava o reconhecimento da Coroa Portuguesa por serviços prestados em guerra contra os índios e corsários estrangeiros na colonização das terras.

¹²⁷ Na cidade tem um monumento com uma inscrição que atribui a fundação da vila ao General Salvador Correia de Sá e Benevides, por volta do ano de 1688.

¹²⁸ Texto escrito conforme a fonte original.

Como se sabe, a prática de fundar aldeamentos indígenas era uma estratégia recorrente da Coroa Portuguesa em suas colônias. Conforme os textos consultados, nos aldeamentos que constituíssem mais de 100 casas, era reservada uma légua de terras em quadra para sustentação dos índios e missionários.¹²⁹ Mas os conflitos pela posse das terras envolvendo índios, missionários religiosos e elites agrárias locais continuaram como práticas recorrentes no território.

Um desses conflitos é descrito por Alberto Lamago, em que a Companhia de Jesus, instalada na região de Campos dos Goytacazes, em 1702, propôs ação de despejo contra os índios que estavam aldeados naquele território. Os jesuítas alegaram que as terras doadas aos índios pertenciam à companhia. Além disso, o aldeamento não possuía 100 casas, mas apenas 10 ou 12. Ainda alegaram que as terras estavam devolutas. Fazia apenas dois anos que entrara em vigor a lei de “proteção” às “reservas” indígenas. Quando os jesuítas requereram a posse das terras sob a afirmação de que eram devolutas, encontraram testemunhos do que afirmavam. Foi chamado a relatar sobre a situação das terras Martim Correia de Sá, procurador do Visconde de Asseca, e filho do donatário da Capitania do Paraíba do Sul, que testemunhou contra os índios. Os jesuítas ganharam a ação contra os índios e tomaram posse das terras, mas não despejaram os índios. (Lamago, 1941).

Em 1729, o Frei Geraldo de Jesus Maria escreveu um requerimento ao procurador da Província da Conceição do Rio de Janeiro, relatando a injustiça da sentença que foi deferida contra os índios daquela região. O frei fala no documento como representante dos índios.

Depois desse episódio, os conflitos e as disputas continuaram. A família dos Assecas, que dominou a região por mais de 100 anos, entrou em disputas pelas terras de propriedade indígena. Essa prática se tornou uma ação recorrente, cuja interferência da Coroa Portuguesa quase sempre era deferida contra os índios, tendo em vista o poder dos *senhores de terras* que

¹²⁹ Esse território, por alvará decretado pela Coroa Portuguesa em 1700, era de propriedade indígena, constituindo-se em reservas para sobrevivência desses povos.

requeriam a posse e conseguiam testemunhos e provas contra os índios.¹³⁰ Com os índios aldeados e o território sob a égide dos agentes da Coroa Portuguesa, consolidou-se o projeto de domínio e investimentos na região.

De acordo com Jorge Renato, a atividade canavieira campista surge em meados do século XVII. O pesquisador relata que, em 1783, Campos dos Goytacazes contava com 278 engenhocas e produzia 125.580 arrobas de açúcar. Já em 1828, eram 700 engenhocas, além do engenho a vapor. Mas, apesar do aumento no número de engenhos e de cana plantada, Campos não tinha conhecido o desenvolvimento oriundo da Revolução Industrial: “O lavrador ainda era um primário e desconhecia qualquer apetrecho mais moderno. Em plena Revolução Industrial, o lavrador campista ainda não sabia o que era o arado. Usava enxada rudimentar e o braço escravo”. (Pinto, 2006, p. 167).

No século XVIII, o Vale do Paraíba havia recebido um número expressivo de escravos que foram trabalhar nos engenhos e nas lavouras de cana-de-açúcar. De acordo com a fonte consultada, nesse período, a região de Campos concentrava o maior contingente de escravos da província do Rio de Janeiro, cerca de 60% da população. O maior engenho da região, o de Nossa Senhora da Conceição e Santo Inácio, possuía 1.400 escravos. A presença dos negros na região se constituiu num fator importante não só para a economia, mas também para a composição social da cidade.¹³¹

No século XIX, o trabalho escravo foi intenso na região de Campos, momento em que o açúcar tornou-se o principal produto da região, o que gerou inúmeras modificações no cenário urbano e rural, como informa Julio Feydit:

¹³⁰ Documentos antigos referentes à formação da cidade de Campos dos Goytacazes apresentam narrativas que evidenciam disputas por terras e inúmeros conflitos na região: num primeiro momento, entre os primeiros donatários da Capitania e os índios, num segundo momento, um movimento de insatisfação, entre os herdeiros da Capitania, os índios, grupos religiosos e as autoridades regionais que despertavam o interesse pela planície.

¹³¹ Nas entrevistas abertas que fiz com algumas pessoas em Campos, encontrei narrativas sobre a presença de indivíduos estrangeiros (comerciantes) no século XIX, que teriam sido importantes para a economia da cidade e para a formação histórica da sociedade. Os negros não foram mencionados como indivíduos importantes para esse processo.

Em 1837 todos os engenhos de açúcar então existentes, tinham as moendas de pau, e as tachas ou caldeiras de bronze. Naquele ano o inglês Alexandre Davidson começou a tornear o ferro e o bronze, e fundou a mais importante fundição desses metais, que o município de Campos tem possuído. Desde então as moendas de pau transformaram-se em moendas de erro, as tachas de cobre, em vasos de ferro fundido (Feydit, 1900, p. 431)

Segundo Jorge Renato, Alexandre Davidson foi responsável também pela introdução do vapor como força motriz para os engenhos de açúcar e para os barcos que navegavam no rio Paraíba do Sul. Em 1883, Campos já tinha luz elétrica, a modernização dos espaços tanto rural quanto urbano se evidenciou em 1835, no período em que a Vila de S. Salvador foi elevada à categoria de cidade. Em 1837, foi projetada a construção do Canal de Macaé pelo engenheiro inglês John Henry Freese. A sua construção foi autorizada por lei da Assembleia Provincial do Rio de Janeiro, em 19 de outubro do mesmo ano.¹³² Ainda em 1837, Campos começou uma reforma urbana pensada pela elite regional, para promover a imagem de poder da cidade:

Os planos de urbanização expressavam o projeto político das elites: o da construção das condições para Campos sediar a capital do Estado do Rio de Janeiro, patamar para o controle da política estadual. A recorrência da busca da projeção política via a defesa da capitalidade para Campos ou a efetivação do projeto de autonomia administrativa no cenário da federação, demarcou os interesses das elites locais em assegurar seu domínio econômico no nível regional e estadual. No imaginário da elite, a riqueza e fausto a credenciava ao exercício de um papel mais proeminente na política fluminense (Alves, 2011, p. 5).

Em 1883, Dom Pedro II inaugurou o primeiro serviço de iluminação pública, tornando Campos dos Goytacazes a primeira cidade do Brasil e da América Latina a receber iluminação pública elétrica, por meio de uma termelétrica a vapor acionadora de três dínamos com potência de 52 KW, que fornecia energia para 39 lâmpadas.¹³³ Para além desse acontecimento singular que deu destaque à cidade, a construção da Estrada de Ferro Carangola, ligando Campos às localidades situadas à margem esquerda do rio Paraíba,

¹³² Este canal é considerado uma das maiores obras de engenharia do país da época do Império. O canal tem a largura de 15 metros e um percurso que se estendia por 106 quilômetros, sem levar em consideração os diversos canais de derivação. Considerando-se apenas a sua extensão, é o segundo canal artificial mais longo do mundo, sendo superado apenas pelo Canal de Suez (163 quilômetros), e superando o Canal do Panamá (82 quilômetros) (Pinto, 2011).

¹³³ Informação adquirida em conversa com o Sr. José Renato Pereira Pinto, em 2011.

principalmente, Campos-Macaé, favoreceu os engenhos e as usinas de açúcar.¹³⁴ As engenhocas foram desaparecendo paulatinamente, cedendo lugar aos engenhos, que iam se modernizando e foram substituídos por modernas unidades produtivas – os engenhos centrais e as usinas – com tecnologia inglesa e francesa (Alves, 2011). Essa modernização formou uma elite regional poderosa, que se constituíam pelos chamados *barões do açúcar*, pelos viscondes, marqueses e por outros nobres que conseguiam seus títulos de nobreza com suas fortunas. Um poder social e aquisitivo exibido na arquitetura e no mobiliário das casas e dos palacetes, no embelezamento da cidade e nos investimentos na educação e na cultura da região. Na década de 1880, Campos possuía uma organização chamada de *Sociedade União Artística Beneficente* fomentadora de atividades culturais, possuía 32 estabelecimentos de ensino, quatro livrarias, uma biblioteca com cerca de 6.000 volumes, dois teatros, três lojas maçônicas, três associações musicais e 15 jornais, sendo que o *Monitor Campista*, fundado em 1840, constituía-se no terceiro jornal mais antigo do Brasil (Alves, 2011).

Ainda no século XIX, a cidade de Campos dos Goytacazes se tornou um grande centro de produção agrícola e comercial da economia açucareira do país. A sociedade viveu um período de opulência, no qual houve um processo de modernização urbana em função, sobretudo, da riqueza, do prestígio e do poder político da elite regional. Para Alberto Lamago, “o município e Campo, sob todos os pontos de vista, esteve sempre na vanguarda dos demais do Brasil” (1942, v.V p. 389). A historiografia apresenta a cidade na vanguarda da modernidade representada pelo “progresso tecnológico: o vapor, as vias férreas, a iluminação a gás, a eletricidade novos meios de locomoção”. (Alves, 2009, p. 56). A indústria do açúcar, o comércio e as ideias republicanas foram disseminadas, entre outros, por José do Patrocínio. Entretanto, conforme aponta Heloisa Manhães Alves:

[...] se, por um lado consideramos a modernidade emblemática, no processo de transformações do espaço urbano em Campos, por outro, a permanência da tradição foi uma constante neste processo como um recurso de expressão de uma identidade por meio de cerimônias, símbolos que evocam um passado ainda presente no imaginário coletivo. (Alves, 2009, p. 54)

¹³⁴ Esta ferrovia foi um empreendimento custeado pelos proprietários de terras e comerciantes por meio de sociedade por ações (Pinto, 2011).

Assim, a cidade conjugava modernidade e tradição fundamentada no pressuposto de preeminência econômica e política da elite agrária, que se constituiu num elemento importante, favorecendo a construção de uma identidade política primada pela crença na permanência e na continuidade do poder. Essa perspectiva criou um horizonte de expectativas com o qual essa elite construiu a ideia de que Campos poderia pleitear o título de capital do Rio de Janeiro.

Com o pé na tradição e um olhar voltado para modernidade, a elite buscou constantemente imprimir ao município melhorias, notadamente no seu centro urbano, no boulevard do comércio e da Imprensa, cartão postal do cosmopolitismo, do novo, do que é moderno. (Idem, p.55)

No século XX, a cidade passou por três reformas urbanas, mas foi no início do século XXI, mais precisamente em 2001, que o espaço urbano passou por uma reforma significativa de intervenção no trânsito, fato que ocasionou mudanças na paisagem urbana. De acordo com Ronaldo Linhares, a reforma se caracterizou pelas necessidades de adequar, ao traço modernizador, que sempre caracterizou a identidade arquitetônica da cidade, dois fatores: mais segurança no trânsito e evidenciar a beleza da cidade na valorização de pequenos detalhes do espaço urbano.¹³⁵

Como foi possível observar, a tradição historiografia apresenta a cidade de Campos dos Goytacazes com uma identidade marcada pela modernidade e ideias republicanas. O município de Campos se destacou no final do século XIX, como centro comercial importante da economia açucareira. A sociedade campista formou uma elite cujo pressuposto de preeminência econômica se traduziu num elemento importante que favoreceu a ideia de que Campos poderia pleitear o título de capital do Rio de Janeiro. Na Primeira República, a cidade exerceu um papel político importante no quadro regional afirmando uma identidade republicana.

¹³⁵ Plano Viário de Trânsito da Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. Empresa Municipal de Transportes (EMURT). Quarto projeto urbanístico executado na cidade. *Plano Viário de Trânsito Livre*. O arquiteto responsável – Ronaldo Linhares – ocupou o cargo de presidente da EMURT por um período de 12 anos. Algumas ruas e avenidas foram alargadas, rotativas foram construídas, e algumas obras de arte escultórica de cunho decorativo [Anexo I] e outras imagens que traziam narrativas foram erigidas ao longo de vias públicas pelo arquiteto Ronaldo Linhares.

3.3 Vassouras

De acordo com os registros históricos, o domínio do Vale do Paraíba do Sul e a implantação do café no território fluminense foram fenômenos decorrentes de migrações vindas, sobretudo, da região de Minas Gerais. Segundo Alberto Lamago, no limiar do século XVII, por meio de concessões de sesmarias, os mineiros começaram a investir na região do Vale do Paraíba do Sul, plantando café, açúcar, entre outros produtos de subsistência, nessa fase, a agricultura era praticada em pequena escala. Para dominar e explorar, de fato, essa região, foi preciso, antes, expulsar os índios que habitavam o vale.¹³⁶ A ocupação do território fluminense se deve a “[...] imperativos políticos, econômicos e sociais”. (Lamago, 1963, p. 126). O início dessa ocupação se deu com a abertura de uma nova estrada que saía das margens da Guanabara, atravessava a região do Vale do Paraíba e a Mantiqueira e atingia as terras auríferas, empreendimento que foi atribuído a Garcia Rodrigues Paes,¹³⁷ por volta do século XVII. A abertura desse caminho iria estreitar a ligação entre Minas Gerais e o Rio de Janeiro, pois na medida em que encurtou a distância entre os territórios. Dessa forma, uma viagem entre as duas localidades, que durava aproximadamente 16 semanas, passou a ser feita em apenas em duas. Além disso, esse caminho foi sendo povoado, dando início à ocupação da serra fluminense.

Alberto Lamago (1963) afirma que, em fins do século XVIII, os índios que habitavam a região de Valença já tinham sido aldeados. De certa forma, livres dos conflitos com os índios, os tropeiros começaram a transitar com mais frequência e em mais segurança pelos rios Paraíba e Preto, seguindo pela margem esquerda do Paraíba, até a localidade conhecida por Descanso. De lá, atravessavam o Paraíba, para sua margem direita, à altura do rio das Mortes. Os tropeiros acompanhavam o curso do rio das Mortes. Acima desse rio, ficava a sesmaria de

¹³⁶ Para apreciação sobre os povos indígenas que habitavam a região, ver em Tambasco J. C. Vargens 1936. A vila de Vassouras e o vale médio do Paraíba. A conquista da terra e a formação das bases agrícolas (1780-1833). Vassouras: Edição do autor, 2007, p. 65-90. Ver também SILVA, Joaquim Norberto. Memória histórica e documentária das aldeias de índios da província do Rio de Janeiro. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, XVII (1854).

¹³⁷ Garcia Rodrigues Paes Leme era sertanista da região de São Paulo, filho de Fernão Dias Paes, conhecido como “o caçador de esmeraldas”, chegou à região pelo direito de concessão de sesmarias. Ver em Memória da Fundação de Vassouras: domicílio do povoamento à criação da vila. Rio de Janeiro. O Globo, 1933.

Luiz Homem de Azevedo e Francisco Rodrigues Alves, que foi concedida em 5 de outubro de 1782, ficando conhecida pela denominação de Vassouras e Rio Bonito. (Lamego, 1963, p. 126.) De acordo com José Mattoso de Maia Forte (1940), a ocupação do território onde está localizado o município de Vassouras tem início nas primeiras décadas do século XVIII. Dois caminhos foram trilhados na direção desse território: primeiro, a região que se estende das margens do Paraibuna e do Paraíba e vai subindo a até a Serra da Viúva; o segundo, o da Sacra Família do Caminho Novo do Tinguá, em cuja margem direita do Paraíba se ergueu o povoado de Vassouras.¹³⁸ A primeira sede do território foi a Vila de Pati do Alferes, permanecendo aproximadamente 13 anos como sede da Comarca.¹³⁹

No século XIX, mais precisamente em 1833, Vassouras é elevada à categoria de vila, tornando-se a nova sede regional pelo Decreto-Lei de 15 de janeiro. A Vila de Pati do Alferes ficou, então, subordinada aos domínios de Vassouras. Pelo efeito do Decreto-Lei nº 108, de 23 de dezembro de 1837, foi criada a freguesia de Nossa Senhora da Conceição da Vila de Vassouras. Em 1892, por decretos estaduais dos dias 8 de maio e 3 de junho, tem-se a criação do distrito de Vassouras. (Idem, 1940, p. 6). O distrito tornou-se centro da Comarca, compreendendo no seu termo as freguesias da Sacra Família e Pati do Alferes. Em setembro de 1857, Vassouras foi elevada à categoria de cidade e tornou-se, por excelência, um centro da produção cafeeira, uma das mais ricas cidades da província do Rio de Janeiro. Stanley Stein sublinha que “o café, no Brasil, moldou padrões sociais e econômicos do passado e do presente. A fazenda de café de meados do século XIX era a base da economia nacional: seu núcleo político, econômico e social”. (Stein, p. 1954).¹⁴⁰ Para Celso Furtado (1968), a cafeeicultura no Vale contou, no seu início, com os recursos “ociosos” advindos da decadência da mineração. Esse fenômeno, associado à disponibilidade de condições humanas e materiais, possibilitou a rápida expansão cafeeira no Vale do Paraíba. Como a Proclamação da Independência política, em 1822, e a Constituição de 1824 haviam garantido a continuidade

¹³⁸ IBGE, Sinopse Estatística do Município de Vassouras. Estado do Rio de Janeiro, p. 3, 1948.

¹³⁹ Para apreciação das questões que envolveram a transferência da sede da Comarca de Pati do Alferes para Vassouras, consultar Inácio Raposo. História de Vassouras 2ª edição, 1978, p. 19-31.

¹⁴⁰ STANLEY, Stein. *Vassouras: Um município brasileiro do café, 1850-1900*. (1. ed. 1957). Rio de Janeiro: Nova Fronteira, p. 13, 1990. Para apreciação do modelo sobre alguns aspectos da economia no município de Vassouras, ver em STEIN, 1957, p. 27-110.

da escravidão, os mineiros puderam contar com o trabalho escravo daqueles que antes trabalhavam nas minas de ouro. Além disso, os mineiros continuariam a comprar mais escravos num mercado que se ampliava possibilitando a compra expressiva de mais braços para lavoura do café.¹⁴¹ Em menos de cinquenta anos de exploração intensa, o café transformaria radicalmente o modo de vida rural daquela região do Vale. Entre os anos de 1853 e 1854, “a agricultura do município desenvolveu-se tanto que deu asas ao comércio e, sobretudo, à indústria de Vassouras”. (Lamego, 1963, p. 96). Nesse contexto em que o poder econômico de Vassouras estava em evidência, afirmou-se também o prestígio político da cidade. Inácio Raposo narra um acontecimento que, segundo ele, leva a cidade a se posicionar contra os agentes administrativos do Império: uma disputa política na qual não só a cidade saiu vencedora, como demonstrou uma sapiência extraordinária na articulação de sua elite política. A cidade se uniu numa frente única, deixando de lado as divergências partidárias em favor do coletivo. Esse momento marcou a memória da cidade pelo movimento político da sociedade vassourense contra a reforma judiciária proposta pelo Império.¹⁴² A despeito do compromisso de “cumplicidade” dos barões do café com relação ao Império, Vassouras e os barões fizeram oposição à reforma judiciária, e a cidade saiu vencedora, com prestígio político fortemente justificado pela conjuntura econômica e pela posição de unidade social e política regional.

Conforme os documentos consultados, em Vassouras, há uma particularidade que conferiu certa unidade e coesão a essa sociedade. Na interface entre a economia e a sociedade, uma instituição de peso se apresentou com um papel agregador: a família. Esta fundamentava as relações sociais e refletia na dimensão política a unidade local e regional. As esferas econômica e política mantinham relações estritas com a estruturação dos núcleos familiares do município.

[...] O parente mais próximo, ou mesmo o mais distante por nascimento ou matrimônio, quase sempre estava em condições de atender às necessidades (do

¹⁴¹ De acordo com Lamego, p. 156-7, Vassouras, no auge de sua produção cafeeira, deve ter possuído uma das maiores populações negras escravas do Brasil. De 36 mil habitantes de Vassouras, 20 mil eram escravos. O autor menciona que Vassouras só perdia essa posição estatística escravista para Campos dos Goytacazes.

¹⁴² Ver em RAPOSO, Inácio. *História de Vassouras*. 2. ed. Niterói: SEEC, 1978.

outro parente). Além do mais, onde um número limitado de famílias de fazendeiros possuía vastas extensões de terra um município onde o contato social era restrito, os casamentos inter intrafamiliares tendiam a embaçar a distinção entre empréstimos e ajuda familiar. (Stein, 1985, p.42).

Em outros termos, a formação das famílias era organizada tendo em vista agregar cada vez mais os membros das mesmas famílias que, por conseguinte, estruturavam a organização da sociedade de Vassouras. E, assim, realizavam-se casamentos endogâmicos que, segundo consta, era uma estratégia usada pelas famílias com o objetivo de manter suas fortunas e, em alguns casos, até aumentá-las. Partindo dessa perspectiva histórica, tem-se a construção da sociedade com base na unidade familiar. Para Michael Pollack (1992), a família, as regiões, os partidos, as igrejas etc. são referências importantes do passado que servem para manter a coesão dos grupos e das instituições que compõem a sociedade, “para definir seu lugar respectivo, sua complementaridade, mas também as oposições irredutíveis”. (1992. p. 9) Pollak diz:

Que para manter a coesão interna e defender as fronteiras daquilo que um grupo tem em comum, em que se inclui o território [...], eis as duas funções essenciais da memória comum. Isso significa fornecer um quadro de referências e de pontos de referências (Pollack, 1992, p. 9).

Partindo dessa argumentação, Pollak diz que “o trabalho de enquadramento da memória se alimenta do material fornecido pela história”. (Pollack, 1992, p. 9). Em Vassouras, a história foi marcada pelas narrativas sobre a coesão das famílias aristocratas. É nesse contexto que se encontrava a família Teixeira Leite, que, conforme aponta Stanley Stein, teve uma relevante função social para a cidade de Vassouras, pois, durante 40 anos, esse grupo exerceu um papel importante na sustentação financeira do município. Francisco Teixeira foi responsável por inúmeros empréstimos monetários feitos a diversos fazendeiros da região. Há relatos de que o princípio fundamental dos empréstimos era baseado na solidariedade e na ajuda mútua (Stein, 1985). O inventário de Francisco Teixeira Leite¹⁴³ traz uma referência sobre essa questão:

Que cada um de vocês seja amigo do outro, sempre unidos e se ajudando mutuamente, seguindo o exemplo admirável de seus avós e tios [...] diligentes,

¹⁴³ Desta família, destacou-se uma figura feminina emblemática, a filha mais velha de Francisco Teixeira Leite, Eufrásia Teixeira Leite, que se tornou um mito na cidade.

disciplinados e econômicos, de modo a não caírem em desgraça. (Stein, 1985, p. 43)¹⁴⁴

Esse discurso apresenta uma característica marcante que se traduz pela singularidade da sociedade vassourense. Embora essa sociedade reservasse alguns aspectos semelhantes aos das demais da sua época – escravocrata, patriarcal e elitista –, havia um ponto diferencial que se sustentava pelo princípio de solidariedade que se afirmou na construção e na manutenção de um modelo de sociedade em cujo imperativo de poder coletivo regional organizado em um núcleo familiar aristocrático era uma prática disseminada. Essa prática construiu a ideia de que unidos seriam mais fortes. Pode-se considerar que o discurso inscrito no testamento acima representa um trabalho construído pela memória coletiva:

Se nossa impressão pode apoiar-se não somente sobre lembranças, mas também sobre a de outros, nossa confiança na exatidão de nossa evocação será maior, como se uma mesma experiência fosse começada, não somente pela mesma pessoa, mas por várias (Halbwachs, 1990, p. 25)

A memória coletiva tem uma forte tendência a transformar os fatos do passado em imagens sem rupturas. Para isso, a memória elabora uma continuidade entre o passado e o presente, afirmando-se a partir da coesão social que se traduz pela leitura das lembranças dos grupos sociais enquanto unidade.

Colaborando com a ideia de coesão e unidade social, fatos interessantes podem ser inferidos: o aparecimento tardio da imprensa na cidade e a restrição feita ao jornal para que não fossem publicadas matérias sobre intrigas e discussões pessoais. Inácio Raposo esclarece que “tal exigência se deve, sobretudo, ao medo das desarmonias que poderia ela trazer numa sociedade em que eram todos parentes e amigos”. (Raposo, 1978, p. 158). Para Alberto Lamego, “o que torna mais extraordinário esse fenômeno é que, sendo uma das mais cultas da terra fluminense, a sociedade vassourense, deveria com justa razão ser dada à crítica”. (Lamego, 1963, p.162). Lamego acrescenta que quando surgia imprensa em Vassouras, em Campos dos Goytacazes a Imprensa já havia surgido há mais de 70 anos. É evidente que a conjuntura social de Vassouras, tinha um caráter político de preservação da unidade social voltada para os interesses coletivos, numa perspectiva eminentemente aristocrática de conciliação entre os grupos dominantes que serviam aos interesses exclusivos da elite regional.

¹⁴⁴ STANLEY, Stein p. 43. Inventário de José Texeira Leite. 1884.

Alberto Lamego aponta que “em Vassouras, distanciada da costa, veremos num milagre de coesão cultural, toda a sua nobreza agrária unir-se para a criação de um grande centro urbano.” (1963) Um fato inusitado havia ocorrido em Vassouras, a íntima e inexplicável associação entre o campo e a cidade, conjugando altos investimentos feitos pela aristocracia rural no espaço urbano (Lamego, 1963). Destacava-se na cidade a arquitetura palaciana, que constitui uma marca da identidade de Vassouras, num passado registrado pela riqueza, pelo prestígio e pelo poder.

José Luiz Pasin sublinha que, em 1840, com o reflexo da riqueza produzida pelo café no Vale do Paraíba, as cidades do vale passaram por um processo de crescimento e urbanização que se refletia na estruturação das ruas iluminadas, nos teatros em movimento, na edificação de chafarizes, nos colégios religiosos com aulas de francês, etiqueta e dança, nos cemitérios com túmulos de mármore de Carrara, nos grêmios literários, nos clubes recreativos e na navegação a vapor pelo rio Paraíba. (Pasin, 1988). Não obstante, a expressão dessa riqueza não se limitou a transformar a vida rural fluminense. Muitas vezes, os grandes fazendeiros de café possuíam também uma residência na cidade, onde ostentavam o luxo das construções palacianas e o requinte do mobiliário, afirmando o prestígio e o poder dessa elite rural, que não se limitou ao Vale do Paraíba ou às outras áreas cafeeiras, mas chegou até a corte, deixando sua marca na paisagem urbana da cidade do Rio de Janeiro:

As próprias sedes municipais ornaram-se com jardins, vivendas e palácios, quando existiam ricas fazendas de café nas suas proximidades. Assim se passou com Vassouras, Valença, Paraíba do Sul, Juiz de Fora, Nova Friburgo, Campinas etc. [...] Ao contrário do que dizem os compêndios, não foi só a presença da família real portuguesa que concorreu para embelezar o Rio de Janeiro. A corte civilizou-se, porque nela se concentrou riqueza, expressa em palácios e palacetes com mobiliário rico, empregados envergando livre, carruagens luxuosas percorrendo as ruas, vida noturna nos teatros e nos bailes. E quem mais concorreu para isso foi a nobreza do café. (Valverde, 1967, p. 54-55).

No século XIX, com o crescimento econômico de Vassouras, a sociedade afirmou-se numa posição proeminente, também, no campo da cultura, que destacou a cidade e o Vale do Paraíba para além das fronteiras regionais. Segundo Lamego (1963), a aristocracia rural aplicava somas importantes de investimento financeiro no embelezamento e na infraestrutura da cidade, na cultura e na educação. Como exemplo, pode-se citar a instalação na Câmara

Municipal da Biblioteca Popular de Vassouras, que abrigou mais de 4.000 exemplares, um acervo de obras sobre literatura nacional e estrangeira, além de gravuras de valor. Alberto Lamago destaca que o gosto refinado da sociedade se deve, sobretudo, ao investimento na educação:

Uma tal preocupação pela boa música por intérpretes mundialmente conhecidos, não resulta de mera curiosidade de ricos, de um exibicionismo ‘rastaquera’ de provincianos. É ela fruto de toda uma nova geração educada em primorosos colégios como o Vassourense, o Braga, o Andrade, os de Madame Grivet e da condessa de La Hure, estas últimas a levarem para a pequena cidade a cultura e o refinamento de Paris. O célebre educador barão de Tauphoeus em 1873 transferiu-se para Vassouras, onde leciona no Colégio para Adolescência. Com todo êsse preparo intelectual de sua mocidade é que Vassouras recebe constantemente as companhias teatrais, aplaudidas ou pateadas em casas repletas de bom gosto e entusiasmo. (Lamago, 1963, p. 162)

Nesse período, o Vale do Paraíba se tornou o centro da economia do Segundo Império, sendo a região mais agraciada com os títulos de baronato. Esses "barões do café" controlaram não só a economia, como também tinham influência na política do Império até o longo e progressivo início do processo de enfraquecimento da decadência da economia, que começou a se configurar a partir de 1870, momento em que o Vale começou a sentir os sinais da decadência (Stein, 1961).

A tradição memorialista¹⁴⁵ costuma atribuir a Vassouras denominações que são recorrentes: a cidade é conhecida pelos nomes de “Cidade dos Barões”; “Princesa do Café”, “Pequeno Pedaco do Céu do Brasil,” “Paraíso” e “Cidade Cromo”. No aniversário de 115 anos de Vassouras, o Jornal *Correio de Vassouras* de 1949 traz um discurso do Dr. Jaime Delgado Mota, no qual ele descreve a cidade:

[...] Com efeito: Vassouras, cuja delicadeza de contornos a todos nós encanta, merece bem o apelido. [cidade Cromo] Vassouras é como uma fonte que abre em meio o deserto ao viajante que passa como aquela que metinga a sede ao sedente, nossa bela Vassouras renova o espirito e vitaliza o corpo dos que aqui aportam, como se viessem eles de uma longa jornada. O forasteiro que goze da amenidade de seu clima e do bom convívio de sua gente, retorna infalivelmente ao seu seio e, quando o faz, não vem só: arrasta consigo alguém mais para conhecer o pequeno paraíso escondido na terra de Araribóia !... (Jornal *Correio de Vassouras*, 1949).

¹⁴⁵ Este termo está sendo usado para apontar as narrativas dos moradores de Vassouras e para apresentar os discursos dos jornais, como, por exemplo, a matéria jornalística do *Correio de Vassouras*, de 1949.

Esse discurso elabora uma imagem idealizada da cidade cujos atributos exaltam sua excelência anfitriã, no acolhimento aos visitantes.¹⁴⁶ Atualmente, Vassouras ainda recebe um número considerável de visitantes que são atraídos pela singularidade histórica, cujos traços do passado ficaram marcados na arquitetura dos casarões e palacetes construídos no período imperial.

O centro de Vassouras preserva parte desse acervo patrimonial do século XIX e reutiliza alguns desses espaços, antes privados, com atividades de apreciação coletiva (museus, casa de cultura, entre outros).¹⁴⁷ Também faz parte do patrimônio da cidade a coleção de imagens escultóricas urbanas que se encontram edificadas no espaço público. Essas imagens de base histórica e conteúdos narrativos retratam fragmentos do passado da cidade.

De acordo com a tradição historiográfica, Vassouras guarda no presente a observância de um passado que incorpora atributos aristocráticos e conservadores, traços delineados pelo perfil de cidade imperial, que, no século XIX, era movida pela riqueza, pelo poder e pelo prestígio dos “barões do café.” Assim, a cidade se afirmava pela proeminência social e política de sua elite rural aristocrática.

¹⁴⁶ Os jornais destacavam a presença na cidade de figuras importantes do meio poético, intelectual e político, como Olavo Bilac, Cândido Mendes, Guimarães Passos, Luiz Mirat, José Geraldo Bezerra de Menezes, dentre outros. A historiografia memorialista exalta esses personagens, relacionando-os com o prazer e o gosto de estarem na cidade, para afirmar a excelência dos atributos do local, já conhecidos pelas denominações que nomeavam Vassouras.

¹⁴⁷ O conjunto histórico urbanístico e paisagístico está protegido pelo processo de tombamento 566-T-57, de 26.06.1958, do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional IPHAN - MinC. [ver em Apêndice VI]. Em 24 de dezembro de 1984, Vassouras foi declarada, por força de lei, em Estância Turística.

Quarto Capítulo – Imaginária Urbana: ontem e hoje

A imaginária urbana de caráter histórico e artístico pode ser considerada uma unidade de significantes, um suporte de mensagem no contexto da sintaxe urbana. Como inscrição na paisagem edificada, ela participa de uma estrutura de significação do território da cidade, operando uma articulação entre a ordem espacial e a ordem temporal, revelando conteúdos históricos acerca da sociedade.

Paulo Knauss

Talvez hoje seja a arte – mais do que a política ou a ciência – o domínio fundamental para entender os processos de subjetivação em curso na sociedade contemporânea.

Andréa França

Neste capítulo, apresentamos os dois inventários de imagens urbanas das cidades de Campos dos Goytacazes e de Vassouras. A partir dessa fonte, cruzamos outras informações e documentos, para fazer a caracterização geral da imaginária urbana de cada cidade, expondo as singularidades históricas que se tornam suportes para a construção da memória social. Que memórias são representadas nessas cidades a partir da imaginária urbana? A imaginária urbana reafirma um perfil das cidades que se caracteriza pela construção histórica? Cabe ressaltar que **organizamos os inventários** de imagens urbanas com base no critério de investigação restrito ao perímetro urbano dos municípios.¹⁴⁸ A justificativa para tal procedimento se dá tendo em vista a densidade, visibilidade e o caráter de coleção urbana atribuída aos acervos. Assim, além da análise individual das peças, pode-se relacionar uma imagem ao conjunto de obras escultóricas das cidades.

4.1 Imaginária urbana e caminhos da memória

O termo *imagem* – de que *imaginária* é o coletivo – associa-se à ideia de representação e à noção de símbolo. Nesse caso, pode confluir-se tanto com marcos e monumentos, como, particularmente, estátuas e obras de escultura. Uma imagem, então se objetiva em forma de expressão material, o que identifica com a produção artística. Ao lado disso, a imagem define-se como representação plástica ou como elemento que evoca algo por relação simbólica ou semelhança. O termo refere-se a

¹⁴⁸ É importante pontuar que não tratamos das imagens urbanas fora da cidade de Campos e de Vassouras. Embora utilizemos a palavra município, em algumas ocasiões, entendemos que a cidade (centro administrativo) é representativa do município, tanto do ponto de vista jurídico, quanto simbólico. Em Campos existem algumas imagens escultóricas erigidas em povoados e distritos, fora o circuito urbano.

conceito e ideia, enquanto reprodução mental de algo, especialmente, de sensação. A associação com a morte, ou mortos, ou simplesmente com o passado é outra relação sugerida pela etimologia. O sentido da categoria de imaginária extrapola, assim, o universo particular das figuras humanas e o dos objetos de estatuária a produção plástica escultórica. Ao lado disso, as noções de monumento e marco, delimitadas por seu conteúdo temporal e espacial, também podem ser abarcadas pela categoria de *imaginária* caracterizada pelo conjunto de imagens do tempo e do espaço. (Knauss, 1998, p. 45)

A *imaginária urbana* define-se, portanto, pelo acervo de diversas imagens identificadas com a cidade. Essa definição evidencia o caráter amplo, variado e complexo que abrange esse conceito, possibilitando reunir uma multiplicidade de objetos materiais que se acumulam nos espaços das cidades: esculturas, marcos, placas, ícones, chafarizes, estátuas, conjuntos monumentais, monumentos,¹⁴⁹ objetos decorativos etc. (Knauss, 1998). Esses objetos de imaginária (imagens urbanas) possuem especificidades que relacionam as categorias de tempo e de espaço na cidade a acontecimentos, fatos, eventos, figuras históricas, personalidades políticas, intelectuais, artistas etc., que se tornaram referências do passado. Dessa forma, tais objetos de imaginária são passíveis de investigação social, pois, quando interrogados, podem revelar sentidos e significados sobre o passado relacionados com a história e com a construção de memórias e, por conseguinte, com a construção da memória social.¹⁵⁰

Por sua vez, a memória social, ao encontrar suporte nos objetos de imaginária, organiza o espaço simbólico da cidade, que se caracteriza pelo princípio dinâmico que se move entre a lembrança e o esquecimento. Importa salientar, nesses termos, que o sentido dos objetos de imaginária incide nos fenômenos aparentemente opostos que, no entanto, complementam-se: morte e vida. Em outros termos, se por um lado tais objetos marcam a morte ou a ausência; por outro, evocam a vida traduzida pela lembrança e, portanto, trazem a presença.¹⁵¹ Ao lado

¹⁴⁹ Cf. Alöis Riegl. *O culto moderno aos monumentos: sua essência e sua gênese*. Editora da UGG: Goiânia, 2006. As referências conceituais sobre monumentos levam em consideração os pressupostos teóricos e conceituais deste autor.

¹⁵⁰ Conforme sugerido por Marcelo Abreu (2001), a produção de peças de imaginária urbana pode ser considerada uma estratégia de consagração do social a partir do importante estudo de Regina Abreu sobre a coleção de Miguel Calmon. ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: história, memória e estratégias de consagração no Brasil*. Rio de Janeiro, Rocco; Lapa, 1996.

¹⁵¹ Carlo Ginzburg, numa obra intitulada *Olhos de madeira* (2001), introduz uma reflexão sobre a função da representação, diz ele: “Por um lado, a “representação” faz às vezes da realidade representada e, portanto, evoca a ausência; por outro, torna visível a realidade representada e, portanto, sugere a presença. Mas a contraposição poderia ser facilmente invertida: no primeiro caso, a representação é presente, ainda que como sudâneo; no

disso, novas interpretações e sentidos acerca da imaginária podem surgir, compondo e/ou modificando as relações entre a imaginária e a sociedade.¹⁵²

Cabe apontar um exemplo interessante da cidade de Vitória da Conquista, onde uma escultura em aço erigida na cidade se tornou um símbolo curioso e polêmico que deu origem a diversas interpretações, as quais nada têm a ver com a intenção proposta pelo governo do Estado de “construir a lembrança do sofrimento com a falta de água e preservar a memória do feito do governo” (obra de abastecimento e saneamento) conforme o depoimento do arquiteto Mauricio Monhóis, esta obra foi feita a pedido do Governo do Estado, na década de 1990. É uma obra de arte que representa a vida: são canos de aço que brotam de uma fonte de água natural e projetam o recurso natural indispensável à existência: a água. Na década de 1990, o Governo do Estado da Bahia fez uma grande obra de saneamento básico e abastecimento de água na cidade de Vitória da Conquista e em Salvador. A intenção de erguer o monumento era de não deixar a sociedade conquistense esquecer o sofrimento com a falta da água que passava a cidade por anos a fio. Como a obra de abastecimento de água foi um trabalho subterrâneo, logo cairia no esquecimento. Portanto, o governo queria preservar a memória de sua obra a partir do monumento. A intenção era demarcar o antes e o depois: dois tempos da memória social, tendo como referência a obra governamental. No entanto, essa estratégia não funcionou, pois a sociedade tem uma relação com o monumento que em nada se reporta à obra do governo. Alguns grupos sociais dizem que a peça está erigida em um lugar místico, onde os extraterrestres devem pousar, outros relacionam o monumento a uma obra de arte, uma alegoria, dizendo ser essa peça o *maior porta caneta* do mundo. Outros dizem, ainda, que o monumento encontra-se num lugar sagrado, pois embaixo dele tem uma fonte de água, sendo, portanto, uma peça sagrada. Ainda, segundo Monhóis, esse monumento divide a

segundo, ela acaba remetendo, por contraste, à realidade ausente que pretende representar.” (Ginzburg, 2001, p. 85). Assim, as imagens urbanas podem ser lidas no campo das representações. No entanto, não é meu propósito abordar esses objetos nesse campo, mas pensar como a memória pode ser construída por esse suporte que são os objetos urbanos, pois, ao serem edificadas na concretude dos espaços públicos, tais objetos sugerem a ausência, ao mesmo tempo em que evocam a presença. E, nesse sentido, tais imagens edificadas fazem parte também do universo das representações.

¹⁵² Não é raro o desconhecimento dos indivíduos acerca do conteúdo narrativo de origem das imagens urbanas. Isso não esvazia um papel simbólico desempenhado pela imaginária, pois, algumas vezes, a esses objetos são atribuídos outros sentidos e/ou eles demarcam o espaço cotidiano na cidade e servem de marco para encontros, referência de identificação de lugares, entre outros.

sociedade em grupos específicos, e cada grupo tem uma definição que se mantém, com algumas diferenças, desde a inauguração do monumento. Nele não há placas que identifiquem a peça com o Governo do Estado, as placas foram arrancadas. Nesse contexto, a sociedade deu ao monumento várias interpretações, exceto a que foi intencional no momento de sua promoção.¹⁵³

Como as imagens demarcam pontos fixados em determinados espaços urbanos, elas transitam por diversas temporalidades e estão expostas a inúmeras interpretações e, algumas vezes, atualizam-se no tempo, sempre vulneráveis à dialética da lembrança e do esquecimento, fenômenos indissociáveis da construção da memória. A partir dessa dinâmica, as imagens inscritas no ambiente urbano podem revelar o debate da cidade e, nesse contexto, as imagens entram em disputa, dialogam e se expõem às diversas interpretações. Assim, incide sobre o espaço urbano a observância do poder das imagens de transmitir, como portadoras de mensagens, um conteúdo narrativo, formando uma ponte entre dois mundos – dos vivos e dos mortos – e, nesse sentido, fazendo uma ponte entre o presente, o passado e o futuro. Imortalizar-se garantindo uma lembrança sob a dimensão do tempo é o propósito dos grupos sociais que erguem as imagens urbanas no espaço da cidade. Maurice Halbwachs (2006) pontua a indissociabilidade do tempo e do espaço na memória coletiva. Para ele, o tempo na memória só se realiza quando encontra a resistência no espaço:

Quando tocamos na época em que já não conseguimos imaginar os lugares, nem mesmo confusamente, chegamos também a regiões que, para lembrar, é preciso que nos transportemos em pensamento fora do espaço, pois ao contrário é justamente a imagem do espaço que, em função de sua estabilidade, nós dá a ilusão de não mudar pelo tempo afora e encontrar o passado no presente – mas é exatamente assim que podemos definir a memória e somente o espaço é estável o bastante para durar sem envelhecer e sem perder nenhuma de suas parte. (Halbwachs, 2006, p. 189)

As imagens urbanas, expostas nos espaços citadinos, podem se tornar referências materiais significativas do passado e, nesse sentido, participam da construção de memórias e, por conseguinte, da construção de identidade dos grupos sociais. Ao lado disso, essas imagens podem carregar o atributo de *semióforos*, na medida em que se tornam objetos que se afirmam pelo valor simbólico de seu passado (Pomian, 1984).

¹⁵³ Entrevista aberta com o arquiteto Mauricio Monhóis, responsável pela arte do *monumento da água* em Vitória da Conquista-BA, 29 de junho de 2008.

Podemos considerar as imagens urbanas objetos de uma coleção compreendida a partir dos pressupostos conceituais definidos por Krzysztof Pomian (1984). Esse autor enumera quatro critérios para definir uma coleção: primeiro, são objetos acumulados fora do circuito das atividades econômicas; segundo, devem estar em lugar fechado; terceiro, devem estar sob proteção; e quarto, devem estar expostos ao olhar dos homens. Pode-se dizer, então, que a *imaginária urbana* cumpre os quatro critérios definidos por Pomian para considerar uma coleção. Para isso, é preciso, antes, considerarmos a cidade enquanto colecionador, sujeito coletivo que acumula e organiza objetos em seu espaço urbano.¹⁵⁴

Ainda, para esse autor, uma coleção é definida pelo conjunto de objetos que se encontram acumulados com o propósito determinado de garantir uma comunicação do visível com o invisível. O visível é parte integrante do mundo real, dos vivos, enquanto o invisível é aquilo que não se vê, que se encontra no mundo dos mortos, no passado. Esse fenômeno da comunicação com a esfera do invisível é universal, está presente em todas as sociedades, ultrapassando as fronteiras do tempo, em todas as classes de objetos acumulados e também em todas as relações entre os objetos de uma coleção e seus destinatários. Assim, a disposição dos objetos ao olhar define ou estabelece a relação de comunicação entre o mundo do visível (presente) e do invisível (passado). Nessa ponte entre esses dois mundos, a memória se torna sacralizada no objeto que se encontra exposto ao olhar (Pomian, 1984).

Essa prática de colecionar as imagens escultóricas urbanas nas cidades conduz uma dinâmica do olhar sobre a cidade. “Pode-se dizer, então, que ao conduzir o olhar, a escultura conceitua a cidade ao propor uma produção de sentido particular”. (Knauss, p.1, 2003). Dessa forma, “a história urbana pode ser tratada a partir da escultura, na medida em que caracteriza uma dimensão da história do olhar, especificamente, o olhar sobre a cidade”. (Idem).

¹⁵⁴ O segundo critério que identifica uma coleção pode ser justificado na medida em que se considera a cidade um ambiente fechado delimitado por suas fronteiras municipais, que se caracterizam por demarcarem um determinado espaço local. Consideramos, antes, o espaço fechado do ponto de vista simbólico.

O costume de distribuir objetos escultóricos nas cidades teve sua matriz num movimento iniciado na França do século XIX, que ficou conhecido por *estatuamania*. No Brasil, esse movimento de erguer esculturas públicas teve início no mesmo século, na cidade do Rio de Janeiro, então sede da Corte Imperial, no Largo do Rocio, em março de 1864, quando foi inaugurada a estátua equestre em homenagem a D. Pedro I, destinada a celebrar um personagem da história do Brasil (Knauss, 2003).¹⁵⁵ Marcelo Abreu sublinha que:

À primeira vista, pode-se acreditar que o erguimento de esculturas públicas nas cidades seja um movimento neutro. Contudo, sua pesquisa evidencia que a história da escultura pública é um campo de disputa em torno de imagens urbanas que identificam a coletividade e o seu lugar de localização. A lógica monumental da escultura baseada na estrutura narrativa e no estabelecimento de relações entre ordem espacial e ordem temporal no plano do simbólico, se torna uma operação historiográfica socialmente compartilhada a partir de rituais de promoção do projeto escultórico, subscrição pública, inauguração e culto. Como recurso de memória a imaginária urbana escultórica se revela um capítulo da história da imagem como produção social. (Abreu, 2001, p. 6)

Knauss frisa que a cidade do Rio de Janeiro, então Capital do Império do Brasil, ao erigir a imagem de D. Pedro I, estabeleceu uma consagração histórica e celebrou um personagem da história nacional. Por essa ótica, a cidade apresenta uma memória imperial tecida por fios de bronze, que assume uma posição de vanguarda no movimento de disseminação das imagens urbanas de caráter histórico nos centros públicos citadinos do Brasil.

Ainda no século XIX, na cidade de Vassouras, foi erigido um monumento para homenagear D. Pedro II.¹⁵⁶ No século XX, em Vitória da Conquista, por volta de 1940, foi erigido um marco em homenagem aos portugueses (bandeirantes) João da Silva Guimarães e João Gonçalves da Costa, fundadores da cidade e, em 1950, um outro marco para consagrar Getúlio Vargas. Na cidade de Campos dos Goytacazes, foi erigido um monumento ao Soldado fazendo dupla homenagem, aos voluntários da pátria e aos pracinhas da Segunda Guerra Mundial. Assim:

¹⁵⁵ Para apreciação sobre o tema, ver em KNAUSS, Paulo. *O sorriso da cidade: imagens urbanas e história política de Niterói*. Fundação de Arte Niterói, 2003.

¹⁵⁶ A peça foi erigida para comemorar o aniversário do imperador e por conta da sua visita à cidade de Vassouras, em 1869. (chafariz D. Pedro II)

As imagens urbanas como emblemas da cidade, instauram no plano simbólico a identidade urbana da cidade. Como metáforas de poder, as imagens urbanas se tornam instrumentos do poder simbólico, sacralizando e legitimando a ordem social vigente e as estruturas de poder da sociedade. A imaginária urbana afirma, então, a cidade como espaço de poder simbólico. (Knauss, 1998, 221-222)

Assim, o erguimento e a promoção de imagens urbanas com o intuito de homenagear personalidades e eventos da história nacional se tornou uma prática recorrente no Brasil. O soldado brasileiro,¹⁵⁷ figura do Exército ligada às guerras, e o Presidente da República, Getúlio Vargas¹⁵⁸, são personalidades/eventos e temas predominantes nas cidades no século XX, antes do processo de redemocratização da década de 1980.

Para legitimar o erguimento dessas imagens pelo poder público (Estado), elas trazem um discurso grafado, geralmente em placas de bronze, que promovem o princípio de gratidão. Tal princípio, conforme sublinha Knauss, estrutura a instauração da imagem na relação de gratidão que se estabelece da sociedade em direção ao Estado. Dessa forma, sobre a imagem urbana, Knauss pontua:

Ao venerar o fato do passado e o personagem sacraliza-se a própria ordem social presente, articulando os tempos a partir da história do Estado. Aos povos cabe agradecer [...] esse princípio de gratidão instaura as bases da relação da Sociedade com o Estado a partir da construção de uma memória acerca do passado histórico que afirma a vontade geral como medida da unidade nacional. (Knauss, 1998, p. 81)

Podemos afirmar que quase todas as cidades brasileiras possuem imagens urbanas com tipos de personalidades históricas e temas relacionados ao Estado e à história nacional, que trazem o enunciado de gratidão. Assim, a imaginária urbana participa da construção da memória

¹⁵⁷ MATTOS, João Baptista de. *Os monumentos nacionais*. A força expedicionária no bronze. Separata da Revista Militar Brasileira, N°s 1 e 2, jan e jun 1960.

¹⁵⁸ No município de Vitória da Conquista, encontra-se erigido um monumento em homenagem a Getúlio Vargas, inaugurado com a presença dele na cerimônia, em 1950. Na cidade do Rio de Janeiro, encontram-se erigidas algumas imagens urbanas em homenagem à figura política do estadista Getúlio Vargas. Em 1954, foi erigido um busto na Praça Marechal Floriano, na cidade do Rio; no bairro da Glória, encontra-se o memorial inaugurado em 2004. Em Paquetá, na Praça São Roque, tem-se outra imagem, sem data. Em Benfica, na Praça Getúlio Vargas, encontra-se um busto inaugurado em 1966. Em Campos dos Goytacazes, no Distrito de Tócos, encontra-se um busto em homenagem a Getúlio Vargas, edificado em 1955. Em Nova Friburgo, há uma escultura de Getúlio Vargas, na praça que leva o seu nome, inaugurada em 1955. Existem outras imagens urbanas em homenagem ao estadista no estado do Rio e em outros estados brasileiros. Aqui apresentei apenas algumas a título de exemplo.

nacional, entrelaçando Estado e sociedade. Podemos dizer, então, que a expressão de poder simbólico do Estado seria um traço significativo afirmado pelo erguimento e pela promoção das imagens urbanas nos espaços públicos das cidades, que teve início ainda no final do século XIX e se consolidou nas oito décadas que se seguiram, já no século XX.

Essa expressão de poder sofreria transformações em sua estrutura de forças, a partir do processo de redemocratização do país, após a década de 1980. Partindo dessa perspectiva, um novo movimento de erguer imagens urbanas parece surgir nas cidades. O exemplo da cidade de Vitória da Conquista pode ser ilustrativo desse processo. A cidade baiana possuía, em 2010, uma coleção de 16 peças escultóricas, que começou a ser distribuída entre 1926 e 2010. Mais de 50% do total de peças foram erigidas depois da década de 1980. Além disso, aparecem temas e personalidades que antes estavam desprestigiados socialmente, como, por exemplo, o índio. Há também aumento do erguimento de imagens com temas universais relacionados às religiões. De modo geral, percebe-se, nas peças de imaginária erigidas após a década de 1980, maior heterogeneidade temática e um movimento de inclusão de memórias no tecido social urbano.

Portanto, onde, antes, eram exibidas imagens de personalidades políticas e temas ligados ao Estado e à história nacional, apresenta-se um universo polifônico em que as promoções das imagens urbanas se articulam em meio às disputas simbólicas e às novas construções de memórias. Conforme já sublinhamos, no decorrer deste texto, o aumento do erguimento e da promoção dessas imagens urbanas nesta cidade, durante o processo de redemocratização, expressa o poder e a autonomia do município, fenômeno que pode ser recorrente em outras cidades brasileiras (Morais, 2009). Nesse contexto, podemos relacionar as disputas simbólicas com o processo social em torno de legitimidade de direitos sociais que emergem como prática inerente ao processo democrático.

Como exemplo, apresentamos o estudo de caso sobre as cidades de Campos dos Goytacazes e Vassouras, no estado do Rio de Janeiro. Para verificar tal hipótese, utilizamos, conforme pontuamos, uma metodologia de pesquisa com base nos princípios orientados pelo trabalho

dos professores Paulo Knauss e Marcelo Abreu,¹⁵⁹ além dos documentos e das fontes que constam na referência bibliográfica.

4.2 Promoção e disseminação de imagens urbanas em Campos dos Goytacazes e em Vassouras¹⁶⁰

Nesta parte, apresentamos os quadros tipológicos/cronológicos organizados a partir do inventário das imagens urbanas das cidades Campos dos Goytacazes e de Vassouras. A organização do inventário se deu mediante pesquisa empírica nas duas cidades, consulta de diversas fontes como jornais, documentos relativos às duas cidades, referências bibliográficas, conversas informais, trabalho fotográfico etc. Tal procedimento resultou nos bancos de dados/resumos e relatórios das imagens urbanas (Anexos I, II, III e IV). A primeira amostragem apresenta o quadro da cidade de Campos dos Goytacazes, com o propósito de discutir a coleção de imagens urbanas dessa cidade, tendo como referência principal o inventário. Posteriormente, seguimos o mesmo procedimento metodológico para discutir a coleção da cidade de Vassouras. Nesse estudo de caso sobre as coleções das duas cidades, buscamos estabelecer tendências gerais, definidas pelo levantamento quantitativo e qualitativo de informações, dados e referências conceituais.

4.2.1 Imagens urbanas da cidade de Campos dos Goytacazes

¹⁵⁹ Cf. ABREU, Marcelo Santos & KNAUSS, Paulo. Caracterização da Imaginária urbana no Rio de Janeiro: Relatório III – Projeto da Cidade. Niterói. LABHOI –Departamento de História –UFF-1995.

¹⁶⁰ É importante destacar que a análise do banco de dados levará em consideração os dados mais relevantes do ponto de vista da supremacia ou predominância das peças, tendo em vista o propósito da discussão do texto.

Séc./Déc.	XX	XX	XX	XX	XX	XXI	Sem data	Total
Tipologia	10/20	30/40	50/60	70/80	90/2000	2010		
Busto	01-1912 01-1914	01-1931 01-1931 01-1947	01-1961 01-1964 01-1966 01-1962 01-1962				03	13
Equipamento Urbano							01	01
Estátua		1-1947 1-1942		01-1989			01	04
Ícone				01-1986		1-2010		02
Escultura/ Objeto decorativo					01-1999 01-1999			02
Marco				01-1985 01-1982 01-1985	01-1916 01-1990 01-1990 01-1990 01-1998 01-1999 01-2008 01-2006			11
Conjunto monumental					01-2008			01
Placa	01-1916		01-1965		01-2002			03
Cabeça					01-1992			01
Efígie					01-1999	01-2010		02
Total	03	05	06	05	14	02	05	40

Tendo em vista o quadro acima e o inventário [Anexos I-II] de peças (imagens urbanas), a cidade de Campos dos Goytacazes possui uma coleção de 40 peças que foram erigidas num período de tempo que corresponde a 98 anos, entre os séculos XX e XXI. Em relação à data do erguimento, apenas cinco peças não foram identificadas. Nas décadas de 1910/20, foram erigidas três peças. Nas décadas de 1930/40, cinco peças. Nas décadas de 1950/60, foram erigidas seis peças e, em 1970, não consta nenhuma. Essas peças datadas equivalem a um total de 14 peças, que correspondem ao período que antecede o processo de redemocratização da década de 1980. O intervalo de tempo do primeiro erguimento de 1912, para o último, em 1966, é de 58 anos. Importa destacar que, na década de 1960, tem-se aumento expressivo de bustos, um total de cinco promoções.

A supremacia dos bustos (13 peças) é uma característica da coleção e é acompanhada pela predominância de personalidade política como tema (11 peças). Logo em seguida, tem-se o evento enquanto tema relacionado com a cidade (seis peças). [Anexo II/Tabela 1]. Já no período que corresponde ao contexto de redemocratização após a década de 1980, foram erguidas 20 peças, um aumento expressivo, num intervalo de tempo entre a primeira, de 1982, e a última, em 2010, de 40 anos. Tal fato comprova a hipótese desta tese, tendo em vista o aumento no erguimento e na promoção de imagens após esse período. Além disso, na década de 1990, aparecem na cidade temas e personalidades relacionadas às lutas democráticas, como, por exemplo, o “monumento à liberdade”, que traz o tema da escravidão [Anexo I], o “monumento ao índio”,¹⁶¹ o “conjunto monumental representando uma família de escravos” [ver a imagem em Apêndice IV] e uma imagem de “Zumbi dos Palmares.”¹⁶² Cabe ressaltar que estas três últimas peças – “índio” (1990-2006), “família de escravos” (1992-2006) e

¹⁶¹ O monumento do índio é do escultor José Ludugelli. O material predominante é a argamassa, a imagem foi composta da figura do índio, com arco e flecha apontados para o céu, colocado no alto de uma montanha artificial, e a seus pés a figura de um animal, supostamente uma onça. Erigida em 1990, na Av. Nilo Peçanha, entrada da cidade. Esta peça de imaginária, segundo o Sr. Jorge Renato, é de extremo mau gosto, feia e de material ruim e, por isso, algumas pessoas não queriam aquela representação da memória dos índios na entrada da cidade. A peça foi retirada em 2006 e levada para o Arquivo Público Municipal, mas não foi erigida lá. Ainda segundo o Sr. Jorge Renato, de maneira geral, o personagem histórico não era posto em questão, mas a maneira de perpetuar a memória. (Entrevista aberta feita em agosto de 2010, na casa do Sr. Jorge Renato, em Campos dos Goytacazes).

¹⁶² Neste mesmo contexto, três imagens urbanas de caráter decorativo foram erigidas na cidade pelo poder público.

“Zumbi” (1992-2002) – não estão no banco de dados, pois foram erigidas e, depois, removidas. Segundo o Sr. Orário de Campos Soares (Secretário de Cultura), essas três peças de imaginária foram removidas no ano 2000. De acordo com os relatos de alguns moradores, essas duas últimas peças foram retiradas do espaço onde foram erigidas para abrir a Rua Carlos Lacerda, onde havia o “Corredor Cultural”.

Na década de 1990, a Rua Carlos de Lacerda havia sido fechada ao trânsito e se tornou palco conhecido pelo nome de “Corredor Cultural”, no centro da cidade, entre a Avenida Sete de Setembro e a Avenida Rui Barbosa. Nesse local, havia, além das imagens urbanas citadas, painéis em metal com gravuras que narravam alguns momentos da Inconfidência Mineira. Essas peças destacavam-se como cenário para a escultura de Tiradentes.¹⁶³ Para o poder público municipal, as imagens da família de escravos, do Zumbi e do índio constam como desaparecidas.¹⁶⁴

A partir do período de redemocratização, observa-se um movimento na promoção de objetos de imaginária urbana, em que a cidade acentua o erguimento, o deslocamento e a remoção das imagens urbanas. Tal prática pode caracterizar-se como um fenômeno que pressupõe autonomia municipal. Pode-se supor que a cidade, ao participar como sujeito social dessa circulação de objetos, no espaço público urbano, afirma uma autonomia perante o Estado, mas essa ação só se legitima do ponto de vista democrático, na medida em que envolve um processo de participação da sociedade.

Quanto à forma de aquisição e iniciativa, há o predomínio do poder público em erigir e promover as peças [Anexo II/Tabela 2]. O governo foi responsável por erigir 35 peças, um percentual elevado (87,05%) do total da coleção. Das 40 peças, apenas quatro foram provenientes de doação. Em relação à aquisição e ao tema, as peças erigidas pelo poder

¹⁶³ As peças se encontram no Arquivo Público Municipal de Campos.

¹⁶⁴ Existem outras peças desaparecidas: o busto de Bartolomeu Lisandro, que foi removido da Praça do Santíssimo Salvador por ocasião da reforma da praça, em 2004; o busto do General Gaspar Dutra, erigido nessa mesma praça em 1948, entre outras peças.

público com temas de personalidades correspondem a 18 peças, enquanto o evento se traduz por 11 peças. [Anexo II/Tabela 3]. De acordo com Knauss, “a tipologia se define, entre outras coisas, com os suportes materiais” (Knauss, 1998, p. 120). A coleção de imagens urbanas da cidade de Campos dos Goytacazes se define pelo material em bronze/concreto, que predomina na confecção dos bustos, apresentando um total de 12 peças. [Anexo II/Tabela 4].

No que corresponde aos lugares de exposição dessas peças, a predominância encontra-se no erguimento dos marcos nas ruas, com nove peças, seguido pelos bustos, com um total de oito nas praças. Em seguida, tem-se uma variedade de peças nas praças, em pequeno número: esculturas, ícones, estátuas, equipamento urbano, placa, cabeça, efígie, conjunto monumental. [Anexo II/Tabela 5]. Conforme aponta Knauss (1998), no estudo sobre a imaginária urbana do Rio de Janeiro, os lugares privilegiados para construção dos objetos urbanos se localizam nas praças. Em Campos, tem-se uma prática equivalente à da cidade do Rio de Janeiro, como também à cidade de Vitória da Conquista (Moraes, 2009).

4.2.2 Campos, imagens urbanas e construção da memória

Do universo da coleção de imagens urbanas de Campos, três peças parecem dialogar, fazendo uma interseção com temas e personalidades relacionadas ao Império: 1- conjunto monumental da Abolição, 2- monumento ao Expedicionário ou Soldado, 3- busto do Barão do Rio Branco. [ver inventário em Anexo I]

A primeira está localizada na Praça do Canhão,¹⁶⁵ onde foi erigida, em 2008. Trata-se de uma imagem que representa uma cena, com cinco estátuas em tamanho real: a figura da Princesa Isabel sentada com uma pena na mão prestes a assinar a Carta da Abolição da Escravatura, o campista José do Patrocínio, que parece discursar sobre o tema, uma criança indígena sentada no chão e uma mulher negra com um bebê nos braços.

¹⁶⁵ Este conjunto foi erigido anteriormente em frente ao Palácio de Cultura, em 2003. Foi transferido para a Praça do Canhão em 2008. Não descobrimos o motivo da transferência.

Figura 1 - Conjunto monumental da Abolição



Foto 1 - Fonte: autora, 2011

A composição da cena traz uma tríade com elementos locais caracterizada da seguinte forma: 1) o campista José do Patrocínio, líder do movimento abolicionista; 2) uma mulher negra com um bebê no colo, que representa a população escravizada; 3) a menina índia no chão, como símbolo municipal, representando Campos no movimento de transformação social. Outra caracterização da cena é fundamenta pela Princesa Isabel, que representa o Império no Brasil. A cena ganha força simbólica na cristalização do momento em que a Princesa Isabel se prepara para assinar a Carta da Abolição, atenta ao discurso de José do Patrocínio. Assim, a figura da princesa ganha notável visibilidade.

A praça em que se instalou o monumento é conhecida como Praça do Canhão¹⁶⁶, pois, do lado oposto dessa imagem que simboliza a abolição, encontra-se um canhão da Revolução de 1930. Ainda que a história das peças não se relacione, é impossível não deixar de sugerir sua

¹⁶⁶ Este conjunto monumental estava erigido em frente ao Palácio da Cultura, um prédio construído em 1937, sede da Fundação Cultural Jornalista Osvaldo Lima e da Biblioteca Nilo Peçanha. O espaço abriga também o *Pantheon* dos Heróis Campistas. Lá estão os restos mortais de José do Patrocínio, Saldanha da Gama e Nilo Peçanha.

conexão a partir do logradouro comum. A imagem do canhão parece confrontar a imagem da abolição.

De todo modo, é evidente que as duas peças relacionam a história local e do município com a história das transformações sociais no Brasil e em Campos dos Goytacazes. Por essa ótica, o passado atualiza-se no tempo presente, na valorização de elementos comuns próprios da história das lutas democráticas no Brasil.

Figura 2 - Marco histórico da Revolução de 30



Foto 2 - Fonte: autora, 2011

A segunda imagem urbana é monumento ao Expedicionário ou Soldado, erigido na Praça do Santíssimo Salvador. A imagem faz homenagem aos voluntários da pátria, que foram para a Guerra do Paraguai, e aos pracinhas, que foram para a Segunda Guerra Mundial. Nesse local, há um mausoléu destinado a abrigar os restos mortais dos soldados mortos a partir da Guerra do Paraguai.

Alberto Lamago (1942) nos conta que, quando terminou a Guerra do Paraguai, a Câmara Municipal de Campos promoveu reuniões para discutir a ideia de erigir um monumento em homenagem aos voluntários campistas. Em 22 de março de 1870, sob a presidência da

Câmara de Campos, o Dr. Tomaz Coelho, o vereador Dr. Miranda Pinto, apresentou uma proposta de organizar uma comissão a fim de deliberar sobre a homenagem aos campistas que partiram para a guerra.¹⁶⁷ Os conselheiros encarregados da missão foram João de Almeida Pereira, Josino do Nascimento da Silva, Barão da Carapebús e o Dr. Candido Gomes de Vasconcelos Guanabara que, reunidos, propuseram:

Proponho que esta Câmara manifeste o seu regosijo, pela faustosa notícia da terminação da guerra, fazendo celebrar um solene Te-Deum a que assistirá, e para o qual convidará todas as autoridades e habitantes deste município. Que sufraguemos com uma missa solene pelos dignos mortos nos campos de batalha-a dignidade nacional lhes deve eterna gratidão. Proponho finalmente, que se nomeie e encarregue a uma comissão de promover pelo município, os meios de erigir um monumento de gratidão com que se perpetuem os nomes dos briosos voluntários campistas. Que se solenise com pompa o ato inaugurado do dito monumento, sendo para esse fim convocado pela Câmara Municipal, o concurso dos filhos e de todos os habitantes de Campos. (Sala das Sessões, 22 de Março de 1870 *apud* Lamego, p. 206, v, V).¹⁶⁸ (*grifos nossos*)

O princípio de gratidão que aparece no discurso dos conselheiros é recorrente ao longo da história, especialmente no caso de imagens urbanas que retratam personalidades políticas ligadas ao Estado. Contudo, a despeito desse discurso, dos festejos e das sessões na Câmara Municipal de Campos, organizadas para discutir a ideia de erguer um monumento em homenagem aos campistas, este não foi erigido. Conforme pontua Alberto Lamego:

Quanto à ideia do monumento tão bem recebida pelo público, bem depressa foi esquecida, como também os voluntários campistas. Nunca é tarde para resgatar uma dívida. A nossa mocidade que todos os quadrantes da pátria se vai levantando para cultura a memória dos que deixaram nos nossos anais a suave recordação de seus feitos, lembramos a ereção de um singelo monumento em que se perpetue o patriotismo dos abnegados voluntários campistas. (Lamego 1942 v.V, p.207)¹⁶⁹

¹⁶⁷ Segundo Alberto Lamego, a notícia da vitória da Guerra do Paraguai não chegou à cidade de Campos no dia 18 de março de 1870, momento em que começaram os festejos que se prolongaram por muitos dias, com discursos inflamados na Praça São Salvador saudando o Imperador, a Marinha, a Religião Católica, o Exército e os voluntários da pátria campistas. Além disso, os Barões de São Fidelis e de Boa Viagem declararam livre o ventre de seus escravos. No centro da praça, foi levantada uma coluna em homenagem aos defensores da pátria. É interessante dizer que, em 1862, o pintor francês Clovis Arrault veio em Campos, onde fez alguns retratos. Foi contratado pela Câmara de Campos para pintar o embarque dos voluntários campistas para a Guerra do Paraguai, pela quantia de dois contos de réis. Em 1869, ele voltou para a França, onde começou a pintar a tela, mas veio embora e fixou morada em Campos, onde, em 1876, terminou a obra de arte. O quadro foi exposto na Câmara Municipal, no dia 7 de setembro de 1876. (Lamego, 1942, p. 208,v. V).

¹⁶⁸ Cabe dizer que as citações estão transcritas conforme as fontes.

¹⁶⁹ Não encontramos outras fontes que tratam deste assunto. Apenas um texto de Julio Feydit, em 1900, no qual ele faz referência aos campistas que foram para a Guerra do Paraguai [ver em Anexo VII].

Em 1947, a ideia foi retomada, época em que se decidiu erigir uma estátua para homenagear o Soldado na Praça São Salvador, que faz dupla homenagem aos combatentes campistas da Guerra do Paraguai e da Segunda Guerra Mundial. Esta é a fotografia da imagem tirada em 2010, antes da restauração:

Figura 3 - Expedicionário/Soldado



Foto 3 - Fonte: autora, 2010¹⁷⁰

¹⁷⁰ Em 2010, o monumento ainda não tinha sido restaurado. Nas inscrições da peça estavam faltando muitas letras. Em 2011, a peça passou por uma restauração, sendo cercada por grades e por um jardim.

Figura 4 - Inscrição em bronze na parte lateral do pedestal do monumento¹⁷¹



Foto 4 - Fonte: autora

No alicerce do monumento, há uma construção em pedra que traz uma inscrição em bronze homenageando o Capitão Teodoro de Almeida Batista, morto na Batalha, em maio de 1866, na Guerra do Paraguai. Em cima desse alicerce, tem uma base em pedra que sustenta a estátua cercada de informações: na parte frontal da base, aos pés do soldado, tem uma coroa em bronze com a seguinte inscrição: *Campos, à glória eterna dos que lutaram pela Pátria*; um pouco mais abaixo, uma pequena placa identificando o autor da obra: *Obra do escultor campista Modestino Kanto. 1889-1967*. A parte posterior traz uma frase musical escrita em bronze: *Brasil marcha de guerra: Todo vigor que o nosso corpo encerra é teu, Brasil amado. 1917-1918*. As outras laterais da base trazem dois relevos com imagens esculpidas em metal.

¹⁷¹ Esta inscrição estava na lateral do pedestal da imagem, antes da restauração.

Figura 5 - Relevo lateral do monumento

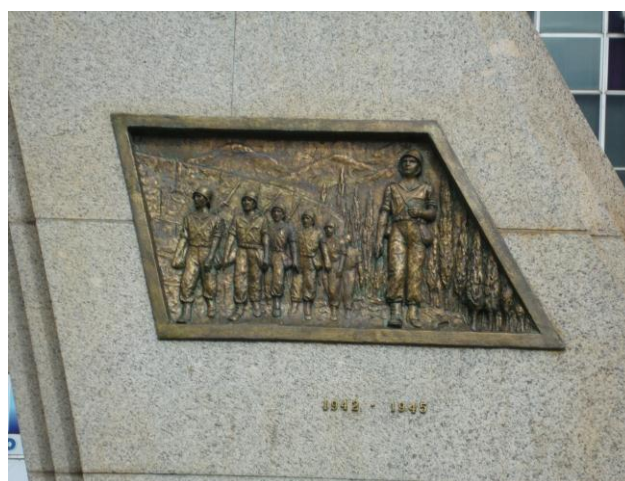


Foto 5 - Fonte: Victor Tinoco

Este se encontra à esquerda. A cena apresenta um homem segurando as mãos de uma mulher e, ao fundo, um pouco mais acima, a figura de dois anjos sobrepondo-se ao caos da guerra. Embaixo da cena, as datas de 1864-1870. Uma visão romântica da guerra que não parece exaltar a vitória, mas a despedida e a morte. É possível que este relevo tenha sido inspirado na tela pintada por Clovis Arrault, que retrata o embarque dos campistas para a Guerra do Paraguai.

Na outra lateral, à direita, o relevo apresenta um grupo de soldados em marcha com um oficial à frente, no comando, e um pouco abaixo do quadro, as datas 1942-1945.

Figura 6 - Relevo da lateral do monumento



Fonte 6 - Fonte: Victor Tinoco

Este relevo diferencia-se do anterior em muitos aspectos, mas um que nos chama atenção é o fato de que neste não aparece o tema da morte. Aqui, os soldados estão em marcha, apontando um horizonte. A imagem valoriza aspectos positivos da ordem e da disciplina e, nesse sentido, pode-se relacionar esta imagem à construção da memória nacional. Conforme a intenção de promoção do monumento, os dois relevos produzem sentidos que se reportam a dois tempos: Império e República. Embora distintos, um elemento comum associa os relevos e as formas de governo: a figura do Soldado, que simboliza o encontro do Estado com o cidadão.

Em 14 de abril 1947, o monumento ao Expedicionário Soldado foi inaugurado com uma grande festividade. O ato inaugural foi noticiado pelo jornal *Folha do Comércio*. De acordo com a reportagem, nesse dia, o município decretou feriado e, às 8 horas da manhã, teve início a comemoração, que contou com a participação de autoridades municipais e estaduais. Integravam uma comitiva o representante do Presidente da República, o governador do estado, chefes de gabinete do governo federal, entre outras personalidades políticas, militares e civis. O ato inaugural da imagem urbana aconteceu às 8 horas de manhã, com uma missa solene oficiada pelo bispo Otaviano Pereira de Albuquerque, na catedral do Santíssimo Salvador. Em seguida, aconteceu a translação dos despojos de Teodoro de Almeida, depositados na urna do monumento. Logo depois, teve lugar à solenidade de inauguração do monumento, na Praça Santíssimo Salvador, com o prefeito de Campos, Aquiles Sales. Ao término dessa fala, uma revoada de aviões, seguida de um desfile militar. Dando prosseguimento ao evento, o governador do estado do Rio de Janeiro, Coronel Edmundo Macedo e Silva, disse o seguinte:

Meus concidadãos:

Não somos, atualmente, diferentes do que fomos no passado. Bem avisada se mostrou a comissão, que tomou a seu cargo realizar esta obra, pensando em reunir os restos de um veterano glorioso da guerra do Paraguai à memória dos que tombaram em solo europeu. Sucumbiram, sem dúvida, pela mesma idéia, a de defender a Pátria, em qualquer emergência, com sacrifício da própria vida. É a realização da promessa que canta o conscrito nos quartéis e que está inscrita no Monumento: Todo o vigor que o nosso corpo encerra é teu, só teu, Brasil amado! (*Folha do Comércio*, 1947).

O discurso do governante faz referência à comissão de jornalista¹⁷² que viabilizou a obra. Ao dizer “Não somos, atualmente, diferentes do que fomos no passado”, Edmundo Macedo faz referência a outra comissão que se reuniu em 22 de março de 1870, com o propósito de organizar o empreendimento em homenagem aos voluntários da pátria. Essa alusão ao passado traduz o sentimento de civismo que ele atribui aos antepassados, que é retomado na atualidade, em abril de 1947. Nesse sentido, celebra a nação em duplicidade ao materializar o passado no discurso e no monumento. Encerrando seu discurso, o governador Edmundo Macedo conclui:

Esta festa é de Campos. Aceitando ao convite para comparecer a ela, desejei manifestai-vos o apreço em que tive a vossa ideia e em que vos tenho. A presença aqui de altas autoridades federais, incluindo o representante do Sr. Presidente da República, demonstra que na capital do país o pensamento é o mesmo. Os campistas destemidos, altivos e patriotas, merecem bem essas marcas de consideração e simpatia. Podeis orgulhar-vos do monumento que, de agora em diante, possa fazer parte do conjunto desta linda praça. São os campistas de hoje dizendo aos do futuro: procedam como nós, para a glória dos fluminenses e para a grandeza da Pátria comum. (*Folha do Comércio*, 1947).

No discurso, o evento de inauguração do monumento relaciona a presença das autoridades federais e estaduais ao prestígio social e político dos campistas. Enfatiza os atributos cívicos desses cidadãos para legitimar a consideração marcada pela presença das autoridades. O ato de inauguração do monumento se insere no investimento simbólico de integração e unidade nacional. Ao homenagear os combatentes campistas que foram para as guerras, o município investe no seu próprio reconhecimento perante a União. Nesse movimento, o município integra-se ao Estado nacional, pois, ao realizar tal celebração, reafirma a unidade nacional e, por conseguinte, atualiza a construção dessa memória.

¹⁷² De acordo com a reportagem do jornal, o monumento foi erigido pelo povo, por meio de subscrição pública sob a responsabilidade da *Comissão Pró-Monumento ao Expedicionário* que teve à frente os Srs Thiers Cardoso e Alcides Carlos Maciel, como representantes da Imprensa.

Figura7 - Imagem do monumento ao Expedicionário/Soldado



Foto 7- Fonte: autora, 2011

Em 2011, a peça escultórica e o espaço que ela ocupa passaram por uma reforma. O alicerce que trazia um texto em letras de bronze fazendo referência ao Capitão Theodoro de Almeida Batista foi substituído por uma placa em metal com as letras pintadas, mas foi mantido o conteúdo original do texto:

Aqui jazem os restos mortais de Manoel Theodoro de Almeida Batista, do 4º Batalhão de Voluntários da Pátria. Cavaleiro da ordem de Cristo, ferido na Batalha de Tuyuty a 24 maio de 1865. Faleceu em Buenos Aires a 1 de julho do mesmo ano, com 22 anos. Nas asas do gênio das batalhas foi aos pés do Senhor depor seus louros, na flor da mocidade. Deixou a Pátria, história um nome ilustre. À sua mãe, irmãos e amigos, os prantos da saudade.

Figura 8 - Placa em metal com o texto em homenagem ao Capitão Theodoro de Almeida Batista

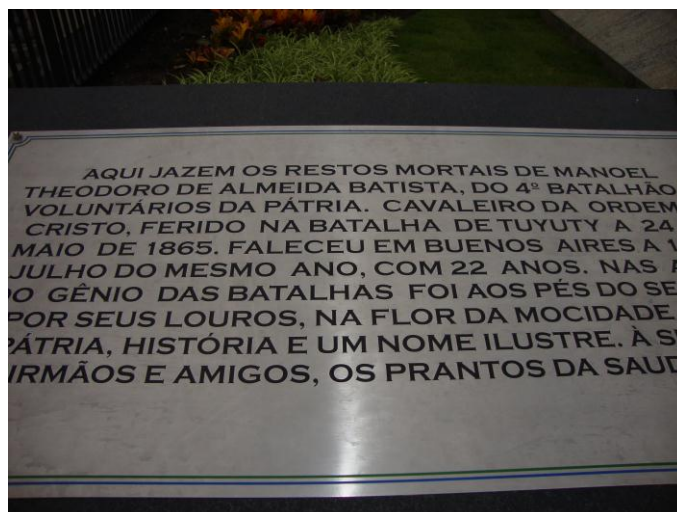


Foto 8 - Fonte: autora, 2011

Na base em pedra que sustenta o monumento, foram mantidos os textos com as informações que havia antes da reforma. Ao lado, separado do monumento, foi construída uma base em granito que traz, de um lado, a placa com o texto em homenagem ao Capitão Theodoro de Almeida Batista e, do outro lado, uma placa com os nomes dos pracinhas que foram para a Itália na Segunda Guerra Mundial. Na mesma placa, paralelo ao nome dos homenageados, tem outro texto com o emblema do Lions Club. Veja a placa:

Figura 9 - Placa em metal com o nome dos pracinhas campistas que foram para a Segunda Guerra Mundial



Foto 9 - Fonte: Victor Tinoco, 2013

O lado esquerdo traz a seguinte inscrição:

Heróis de Campos dos Goytacazes na 2ª Guerra Mundial

Amaro Ribeiro Dias (data) Ernezito José das Chagas (data) Ignácio Gomes (data)
Jesuíno Ventura (data) José Peçanha de Carvalho (data) José Amaro de Souza
Peçanha (data).

Do lado direito, outra inscrição:

Homenagem do Lions Club de Campos dos Goytacazes
Ano Leonístico 77/78
Inaugurado em 14 de abril de 1947

A data que a se refere o texto, como vimos, é a data de inauguração, em 1947, do monumento. Não encontramos fontes que façam referência à ligação do Lions Club com a peça de imaginária. Na outra extremidade da base em granito, há também esta placa em bronze, marcando a presença do poder público municipal, que traz o seguinte texto:

Campos, minha cidade, meu amor.

Monumento ao Expedicionário restaurado em 05 de agosto de 2011. Rosinha Garotinho (Prefeita) Cesar Romero Braga (Secretário Municipal de Obras e Urbanismo) Orávio Romero Soares (Secretário Municipal de Cultura). Colaboradores: Genilson Soares, Vilmar Rangel- Wellington Paes. Projeto: Nahri Ramos de Andrade-Arquiteta.

Como podemos observar, há uma apropriação da memória pelo poder municipal, que deixa marcado no bronze os nomes da prefeita e de seus secretários de governo. Há também uma referência ao Lions Club, que deixa sua marca. A partir dessa perspectiva, outras memórias entram em disputa pela lembrança. A prática da restauração feita por este governo municipal incide numa recorrência que tangencia a apropriação da memória em vários lugares e objetos públicos de forma curiosa. Encontram-se na cidade outros bens patrimoniais que levam a

marca do governo só porque mudaram de lugar.¹⁷³ Dessa forma, o governo municipal cria pontes entre o passado e o presente para projetar uma memória no futuro.

Embora aconteça com frequência esse tipo de procedimento, em que uma qualidade de informações que nada têm a ver com a peça de imaginária se mistura à identificação do conteúdo histórico, esse monumento garante sua base de composição histórica, nas informações pontuais acerca da peça grafadas em bronze. Além disso, a praça onde se encontra a imagem do Soldado é um local privilegiado da cidade.¹⁷⁴ Lá estavam erigidas outras imagens urbanas, mas, com a reforma da praça, em 2004, estas foram deslocadas. Se, por um lado, a cidade perde partes de suas referências históricas, por tirar as peças de imaginária; por outro, a estátua do Soldado ganha maior visibilidade. Sem concorrência na disputa pelo espaço, a peça fica exposta ao olhar do transeunte. Esse monumento é o único de Campos que cujo conteúdo histórico a maioria das pessoas reconhece, identificando a imagem do Soldado e sua relação com o evento das guerras e o passado da cidade.¹⁷⁵ Ao lado disso, Campos comemora o *Dia da Vitória dos Aliados* na Segunda Guerra Mundial, um evento nacional promovido pelo Exército, que acontece na Praça do Santíssimo Salvador.¹⁷⁶ Assim, podemos dizer que, no plano simbólico, essa imagem urbana organiza o entrelaçamento da sociedade e do Estado.

Apesar de a imagem aparecer num contexto de mudanças e rupturas em relação ao tempo, ela traz elementos de continuidade que se relacionam com a memória do Império no Brasil. Ao

¹⁷³ A efígie de Benta Pereira, erigida na Praça Nilo Peçanha, leva a marca do governo, com uma placa em bronze fazendo referência à restauração da peça com os nomes dos secretários e da prefeita. Curiosamente, a peça não foi restaurada, apenas deslocada. Outro exemplo trata-se do local onde, segundo os historiadores, começou o povoamento da região pelos Sete Capitães, onde eles teriam chegado pela primeira vez e construído um curral para a criação e gado, em 1633, na Baixada Campista. Lá foi construída a capela de Nossa Senhora do Rosário no século XVIII. De acordo com alguns moradores, nesse local havia uma placa que fazia referência a essa história. A prefeitura, em 1992, fez uma reforma e, quando eu estive lá pesquisando e fotografando, não encontrei nada que fizesse referência à história do lugar, apenas uma placa da prefeitura que trazia o nome da Igreja de Nossa Senhora do Rosário e o nome do prefeito Anthony Garotinho, responsável pelo reforma.

¹⁷⁴ Em 1948, foi erigido nesta praça o busto de para homenagear Eurico Gaspar Dutra, então presidente da República. Em 2004, o busto foi deslocado. Hoje, a peça consta como desaparecida.

¹⁷⁵ Este monumento foi facilmente identificado pelos transeuntes (pesquisa feita em 2010/2011), que passam sempre perto da imagem e, também, pelas pessoas que residem na cidade.

¹⁷⁶ Segundo a Associação dos ex-combatentes de Campos, todos os anos a cidade comemora o *Dia da Vitória* desde a inauguração do monumento.

comemorar os voluntários da pátria, celebra-se o sentimento cívico, elemento de continuidade de referência e de identidade coletiva. A imagem urbana do Soldado se caracteriza pela marca dos símbolos políticos, militares e nacionais. Ela relaciona dois tempos que transitam entre o presente e o passado em dois contextos históricos distintos: Império e República. A partir dessa relação, apresenta-se um espaço onde coexistem duas construções de memórias que dialogam entre rupturas e continuidades. A despeito das diferenças que constroem essas memórias, ambas, enquanto produtos sociais servem para afirmação simbólica do Estado.

A terceira imagem corresponde ao busto em homenagem ao Barão do Rio Branco, localizado na Praça Barão do Rio Branco, em frente à antiga residência do Barão da Lagoa Dourada (José Martins Pinheiro). Desde 1884, tornou-se o Liceu das Humanidades.

Figura10 - Palacete - Liceu das Humanidades/busto do Barão do Rio Branco¹⁷⁷



Foto 10 - Liceu das Humanidades - Fonte: autora, 2011

¹⁷⁷ O Liceu das Humanidades foi criado pelo decreto 2503, de 22 de novembro de 1880. No dia 16 de julho de 1883, o então presidente da província do Rio de Janeiro, Bernardo Avelino Gavião Peixoto, nomeou uma comissão com a finalidade de promover donativos para a construção ou aquisição de um prédio para o Liceu. A comissão arrecadou 14 contos de réis e, em 4 de dezembro de 1883, o palacete do barão foi arrematado pela quantia de 25 contos de réis, tendo a referida comissão entrado com a quantia restante, que foi bancada pela Câmara Municipal. (Tavares & Miranda, 2009, p. 111). De acordo com Jorge Renato, no testamento do Barão da Lagoa Dourada, ele deixou o palacete para Crisanto Leite Pereira de Sá e sua mulher, D. Mariana Sá, em usufruto. Mas, se a cidade de Campos dos Goytacazes fosse capital da província, o palácio seria convertido em Próprio Nacional, para ser o Palácio da Presidência. O barão deixou muitas dívidas, e o palacete foi leiloado.

Figura 11 - Busto do Barão do Rio Branco



Foto 11 - Fonte: autora

Na primeira visita à cidade, durante a pesquisa de campo, tomamos conhecimento, a partir de conversas informais com alguns grupos familiares de Campos, de que este busto representava a figura do Barão da Lagoa Dourada.¹⁷⁸ Além disso, foram revelados alguns aspectos da história do barão: o financiamento em dinheiro feito por ele ao imperador, em virtude da Guerra do Paraguai, e as circunstâncias da morte do barão, no Rio Paraíba, onde se suicidou. Detalhes da vida desse aristocrata foram narrados em tons acalorados pelo grupo.¹⁷⁹ Dessa forma, pela confiança que depositamos nas narrativas, não nos preocupamos em investigar com mais rigor se a imagem correspondia à figura narrada. Embora a figura retratada pelo busto seja muito parecida com a do Barão do Rio Branco, não discordamos das afirmativas acerca da imagem. No decorrer da pesquisa, quando começamos a cruzar as fontes e os

¹⁷⁸ A cidade não tem nenhuma imagem escultórica urbana erigida em homenagem ao Barão da Lagoa Dourada.

¹⁷⁹ Pesquisas empíricas: conversas informais com grupos de famílias da cidade (agosto de 2010/agosto de 2011). Conversas por telefone e *e-mail* (2012/ 2013).

documentos com o inventário já organizado, deparamo-nos com um equívoco: o nome do barão que representava a imagem não era o mesmo das narrativas, mas uma figura de projeção nacional: o Barão do Rio Branco.¹⁸⁰

Desfeito esse equívoco, construía-se outro: a ideia de que existe uma imagem em bronze do Barão da Lagoa Dourada na praça ainda persiste na cidade. Agora, com algumas discordâncias, atribuem a identidade do Barão da Lagoa Dourada à estátua (sem identificação exposta, erigida na mesma praça) de Oswaldo Aranha. A despeito da indumentária que a imagem apresenta, esculpida num estilo de roupa elegante do século XX, a afirmação continua. Esta é a imagem da estátua de Oswaldo Aranha:

Figura 12 - Oswaldo Aranha



Foto 12 - Fonte: autora, 2010

Podemos pressupor que, ao afirmar que existe uma imagem em bronze do Barão da Lagoa Dourada na praça, o grupo social tencionou construir uma memória coletiva e local, da qual

¹⁸⁰ O site da Prefeitura de Campos dos Goytacazes, constituído em 2011, contribuiu para identificar a imagem do Barão do Rio Branco, além do inventário sobre os monumentos nacionais, organizado pelo Coronel José Baptista Mattos em 1952. Entre diversos cargos de governo ocupado pelo Barão do Rio Branco, ele foi Ministro das Relações Exteriores no governo de Nilo Peçanha.

faz parte e, certamente, pode transitar com mais segurança entre o presente e o passado da cidade.

Figura 13 - Praça Barão do Rio Branco/Coreto



Foto 13 - Fonte: Inepac

Figura 14 - Praça Barão do Rio Branco/Palacete



Foto 14 - Fonte: da internet (referência na bibliografia)

O espaço, ao materializar referências significativas do passado, constitui-se em um *lugar de memória*. Assim, a cidade, conforme sublinha Maurice Halbwachs (2006), é, por excelência, um espaço de memória coletiva:

[...] o espaço é uma realidade que dura: nossas impressões se sucedem umas às outras, nada permanece em nosso espírito e não compreenderíamos que seja possível retomar o passado se ele não estivesse conservado no ambiente material que nos circunda. (Halbwachs, 2006, p. 170).

A imagem da paisagem urbana oferece um sentido de estabilidade, que se traduz pela concretude dos espaços solidificados em jardins, praças, prédios, imagens escultóricas, casas, ruas, avenidas etc. Esses espaços socialmente construídos garantem um retorno seguro a uma dimensão no tempo que é conhecida, o passado. Essa relação traz, em si, a impressão de continuidade e de segurança em algo que não está exposto a grandes mudanças:

[...] Não é muito fácil modificar as relações que se estabelecem entre as pedras e os homens [...]. Quando um grupo humano vive por muito tempo em um lugar adaptado a seus hábitos, não apenas a seus movimentos, mas também seus pensamentos se regulam pela sucessão das imagens materiais que os objetos exteriores representam para ele [...] As pedras e as matérias não oferecem resistência. Os grupos resistirão e, neles, você irá deparar com a resistência, se não das pedras, pelo menos de seus arranjos antigos. (Halbwachs, 2006, p. 163)

Halbwachs atribui umas das formas de resistência da memória coletiva ao espaço, como, por exemplo, as *imagens espaciais*. Ele nos mostra a relação que se estabelece entre as imagens e os indivíduos no domínio subjetivo. Segundo o autor, é nessa relação que surge um vínculo de segurança e continuidade; mesmo que a cidade sofra uma destruição e seja reconstruída, o que já foi estabelecido no âmbito desse espaço social com a dimensão do pensamento, das marcas e das lembranças dos grupos sociais poderá resistir. A resistência toma a forma de fragmentos do passado que se tornam memórias coletivas. Para Vera Dodebei:

A preservação de objetos que são a representação dos modos de viver de uma população, de uma cultura, tais como os fragmentos, as evidências ou as provas, permite reavaliar nossas ações no presente, pois como esse confronto entre memória e projeto que as identidades se estabelecem ou a diferença é criada como possibilidade de resistência. Por serem circunstanciais, os acontecimentos, quando evocados, revocados ou atualizados, tornam-se tanto singulares quanto coletivos. Singulares porque emergem de um processo de construção de subjetividade e coletivos porque pertencem aos espaços de troca dessas subjetividades. (Dodebei, 2005, p. 53),

Assim, o palacete, a praça e o busto se tornaram referências importantes da história local, onde o grupo social preserva sua identidade e atualiza sua memória coletiva. Estes ícones relacionados representam certa continuidade de uma cultura que propicia ao grupo afirmar expectativas, que já sucumbiram, mas que fundamentam a proeminência do poder local, marcado pelo prestígio social que, no passado, legitimava aspirações de reconhecimento nacional.¹⁸¹

No entorno da Praça Barão do Rio Branco, existem duas ruas que fazem homenagem ao Barão da Lagoa Dourada e à sua esposa: à direita do palacete, a *Rua Barão da Lagoa Dourada*, à esquerda, a *Rua Baronesa da Lagoa Dourada* e, ao fundo, a *Rua Salvador Corrêa*.¹⁸² Esses nomes não foram modificados com o advento da República.¹⁸³ Outras ruas ainda guardam a observância dos nomes de personalidade do tempo do Império. Estas ruas, à época do rompimento da República, tiveram seus nomes trocados, para homenagear figuras históricas e eventos relacionados à República. Entretanto, algumas ruas continuam sendo conhecidas e chamadas pelos nomes antigos.¹⁸⁴ Trata-se de uma prática cotidiana, que passou de geração a geração, chegando aos dias atuais como demonstração da preservação de determinada memória. Kevin Lynch salienta que “os nomes são, por exemplo, importantes na cristalização da identidade” (Lynch, 1959, p. 121).

¹⁸¹ Conforme as fontes consultadas, o palacete onde residiu o Barão da Lagoa Dourada se tornou um símbolo do prestígio, da riqueza e do poder da aristocracia campista.

¹⁸² Salvador Corrêa de Sá e Benevides ocupou, por várias vezes, o cargo de Governador do Rio de Janeiro e, em 1674, obteve para seus filhos, o primeiro Visconde de Asseca, Martim Correa de Sá, e para João Correa de Sá, a doação da Capitania de São Tomé, que incluía a região onde hoje está a cidade de Campos. Conforme já apresentamos a narrativa de Jorge Renato, eles foram usurpadores das terras de Campos dos Goytacazes.

¹⁸³ O espaço onde se situa a Praça Barão do Rio Branco denomina-se “quadrilátero histórico”: conjunto arquitetônico estruturado no entorno da Praça Barão do Rio Branco, que corresponde aos seguintes marcos históricos: 1- o prédio do Liceu de Humanidades de Campos, construído em meados do século XIX, para residência do Barão da Lagoa Dourada; 2- o prédio da Vila Maria, edificado nas primeiras décadas do século XX; 3- o do Fórum Nilo Peçanha, atualmente ocupado pela Câmara de Vereadores de Campos e cuja construção é do século XX, e 4- a Praça Barão do Rio Branco. (Tavares & Miranda, 2009) Este conjunto arquitetônico foi tombado em 1988 pelo Inepac.

¹⁸⁴ Cf. CARVALHO, Waldir P. *Gente que virou nome de rua*. Biografia, a vida e a obra dos homens e mulheres que fizeram a história de Campos. v. 1, 1985. Seguem os nomes antigos e atuais: antiga Rua do Rosário (atual Carlos Lacerda), Rua Formosa (atual Tenente Cardoso), Rua Ouvidor (atual Marechal Floriano), Rua do Príncipe (atual Marechal Deodoro), Rua dos Bondes (atual Conselheiro José Fernandes), Rua do Gás (atual Goytacazes).

Por outro lado, conforme vimos no decorrer deste texto, a historiografia aponta a cidade de Campos dos Goytacazes como uma identidade republicana, marcada pela vanguarda dos movimentos nacionais, republicanos e antiescravista. Alberto Lamego sublinha que:

Todos os movimentos nacionais encontraram os campistas apostos. Quando foi decretada a lei de 13 de maio de 1888 que extinguiu a escravidão no Brasil, poucos escravos existiam no município de Campos, pois os fazendeiros já haviam concedido as suas cartas de liberdade. A proclamação da República não causou surpresa aos campistas: a propaganda democrática tinha já envolvido todas as camadas sociais. (Lamego, 1942, p. 205-251) .

A cidade de Campos aparece nos textos históricos como a mais proeminente do país desde o período do Império. Considerada um centro comercial importante da economia açucareira, o município se destacava pela modernização urbana, em função, sobretudo, da riqueza e do prestígio político de sua aristocracia agrária, que se afirmava pela construção de uma identidade política republicana no município. Desse modo, diante da identidade republicana e progressista cultivada por essa elite campista e confirmada pela tradição historiográfica, pode parecer surpreendente a significativa presença de elementos imperiais que marcam a imaginária urbana da cidade. Ao lado disso, os antigos nomes das ruas que foram trocados, mas que a sociedade ainda preserva, trazem elementos da memória social relacionada ao passado imperial.

Diante disso, chama nossa atenção, no caso da imaginária urbana, que o investimento simbólico valoriza o passado escravista e imperial, em conexão com outros tempos: a imagem do barão ligado à República se identifica com o barão dos tempos imperiais; a imagem dos heróis da Segunda Guerra Mundial aponta para o soldado da Guerra Oitocentista; a imagem da princesa e da abolição se justifica por apontar valores comuns às lutas democráticas do contexto de redemocratização do século XX.

Conclui-se, portanto, que coexistem na cidade outras memórias que atuam num campo de disputas, apropriações, continuidades e ruptura, resultando em um fenômeno intrínseco à dinâmica da lembrança e do esquecimento e às relações de poder.

4.2.3 Imagens urbanas de Vassouras

Séc./Déc.	XIX	XX	XX	XX	XX	XX	XXI	Sem data	Total
Tipologia		10/20	30/40	50/60	70/80	90/2000	2010		
Busto		1-1917	1-1931 1-1941	1-1952		1-1999 1-2008			06
Equipamento urbano	1-1846 1-1849 1-1869								03
Estátua							1-2010		01
Ícone									
Escultura				1-1957					01
Marco			1-1933			1-1991 1-1996			03
Conjunto monumental									
Placa						1-1991			01
Cabeça									
Efígie				1-1954					01
Total	03	01	03	03		05	01		16

A cidade de Vassouras possui uma coleção de 16 peças erigidas entre os séculos XIX, XX e XXI, período de tempo que corresponde a 164 anos. Em relação à data do erguimento das peças, todas foram identificadas. No século XIX, foram erigidas três peças. No século XX, na década de 1920, tem-se apenas uma peça; nas décadas de 1950/60, foram erigidas três peças e, em 1970 e 1980, não consta nenhuma. Na década de 1990, tem-se cinco peças e, em 2010, apenas uma. O total de peças erigidas de 1846 a 1980, período de 134 anos, corresponde ao universo de 10 peças. Após a década de 1980 até o ano de 2010, foram erigidas seis peças,

num intervalo de tempo de apenas 30 anos. Dessa forma, há um aumento significativo após o período de redemocratização do país, tendo em vista o número de peças erigidas em relação ao tempo em que houve tais promoções.¹⁸⁵ Em outros termos, podemos dizer que, em 134 anos, antes da década de 1980, foram erigidas 10 peças, apresentando uma taxa de 0,07 peças por ano. Depois dessa década, temos um período de 30 anos em que são erigidas seis peças, o que corresponde a uma taxa de 0,2 peças por ano. Neste último período, houve um aumento expressivo, em torno de 195%, na taxa de construção de peças por ano após o período de redemocratização do país. Ao lado disso, tem-se a valorização de peças relacionadas a temas e figuras antes desprestigiadas e/ou excluídas do tecido social urbano, como, por exemplo, o Memorial de Manuel Congo [ver em Anexo III] e o Memorial Judaico [ver em Anexo III].

Em relação à tipologia, tem-se a supremacia dos bustos, que soma um total de seis peças e é acompanhada pela predominância de personalidade política como tema, que equivale a um total de seis peças. Logo em seguida, tem-se o evento enquanto tema relacionado à cidade, com duas peças. [Anexo IV /Tabela 6].

Para a aquisição e a iniciativa, tem-se um total de 12 peças, que foram erigidas pelo poder público [Anexo IV/Tabela 7]. Em relação a aquisição e tema, a predominância está para obras públicas com temas de personalidades, somando um total de seis peças, seguidas pela obra pública com o tema evento, com duas peças, como em personalidade/evento, também com duas peças. [Anexo IV/Tabela 8]. Em relação a tipologia e material, tem-se a supremacia dos bustos em bronze com base em concreto num total de seis peças, seguidos da cantaria, que corresponde a três peças. Logo em seguida, tem-se a combinação de materiais, com duas peças. Em relação a tipologia e logradouro, tem-se a predominância dos bustos erigidos nas praças com um total de cinco peças, seguidos dos marcos nas ruas, com três, e do equipamento urbano, com duas peças erigidas em praças.

¹⁸⁵ Fato que colabora com nossa hipótese. Obs: os cálculos ainda precisam passar pela avaliação de um especialista da área.

4.2.4 Vassouras, imagens urbanas e construção da memória

Do universo da coleção de imagens urbanas que corresponde a 16 peças, sete estão relacionadas a figuras da República [ver em Anexo III]. Temos duas peças que fazem homenagem à cidade, e apenas uma que se refere à religião. Seis (das 16 peças) fazem referência ao tempo do Império, três, a equipamentos urbanos, e uma, a personalidade: 1) o chafariz monumental, 2) o chafariz D. Pedro II, 3) o chafariz cabeça de frade, 4) o busto de Eufrásia Teixeira Leite. Temos, ainda, duas peças que, embora se reportem ao tempo do Império, são representativas dos valores democráticos: 1) o Memorial Judaico, 2) o Memorial de Manuel Congo.

Conforme é possível observar no quadro acima, a distribuição de imagens urbanas teve início no século XIX, momento em que foram erigidas três peças de imaginária que correspondem a equipamentos urbanos, caracterizados como obras públicas: o chafariz monumental, o chafariz D. Pedro II e o chafariz cabeça de frade. [ver em Anexo III]. Essas peças eram comuns na cidade para abastecimento de água. Das três peças, apenas o chafariz D. Pedro II é representativo da sociedade aristocrata e foi construído para celebrar o aniversário do Imperador, por ocasião de sua visita à cidade. A peça não tem nenhuma inscrição que identifique o seu conteúdo narrativo à figura do Imperador. Nesse sentido, podemos inferir que se restringe à disseminação de conteúdo narrativo da peça, que seria um suporte de memória para a relação simbólica entre a cidade e o personagem da história nacional.

Outra peça que faz referência ao tempo do Império trata-se do busto em homenagem a Eufrásia Teixeira Leite (peça 04) [ver em Anexo III, o banco de dados]. Apesar de pertencer à aristocracia por condição social, ela não representa a sociedade de sua época, conforme sublinha Marilda Corrêa Ciribelli:

Eufrásia não pode ser considerada como figura representativa da Aristocracia Cafeeira porque se destacou das demais mulheres da época, ou melhor, contrastou-se com elas por sua mentalidade progressista que fugia a qualquer padrão que pudesse tolher seus passos e sua vontade. (Ciribelli, 2003, p.7)

Eufrásia teve um romance com Joaquim Nabuco,¹⁸⁶ porém não se casou nem teve filhos. Ao morrer, deixou em testamento sua fortuna para fins filantrópicos destinados a criar instituições assistencialistas de educação e saúde pública em sua cidade natal. Uma de suas propriedades, em Vassouras, a casa de seus pais onde residiu, transformou-se em museu (Museu Casa da Hera) e foi tombada pelo Iphan em 1952.

Figura 15 - Busto de Eufrásia Teixeira Leite



Foto 15 - Fonte: autora

O busto em homenagem a Eufrásia foi erigido em 1941 e está no jardim do Colégio Sul-Fluminense de Aplicação. O lugar fica um pouco distante do centro histórico da praça que leva o nome de Eufrásia.¹⁸⁷

Ainda da coleção da cidade de Vassouras, temos duas peças de imaginária erigidas após a década de 1980, que tratam de temas relacionados aos valores democráticos: 1) Memorial Judaico e 2) Memorial Manuel Congo. Embora essas peças de imaginária não se relacionem

¹⁸⁶ Ver em Anexo III.

¹⁸⁷ Além da praça, tem um hospital que leva o nome de Eufrásia.

do ponto envolve do conteúdo narrativo, ambas têm em comum o tempo do Império e se relacionam a aspectos de exclusão social.

Figura 16 - Memorial Manuel Congo

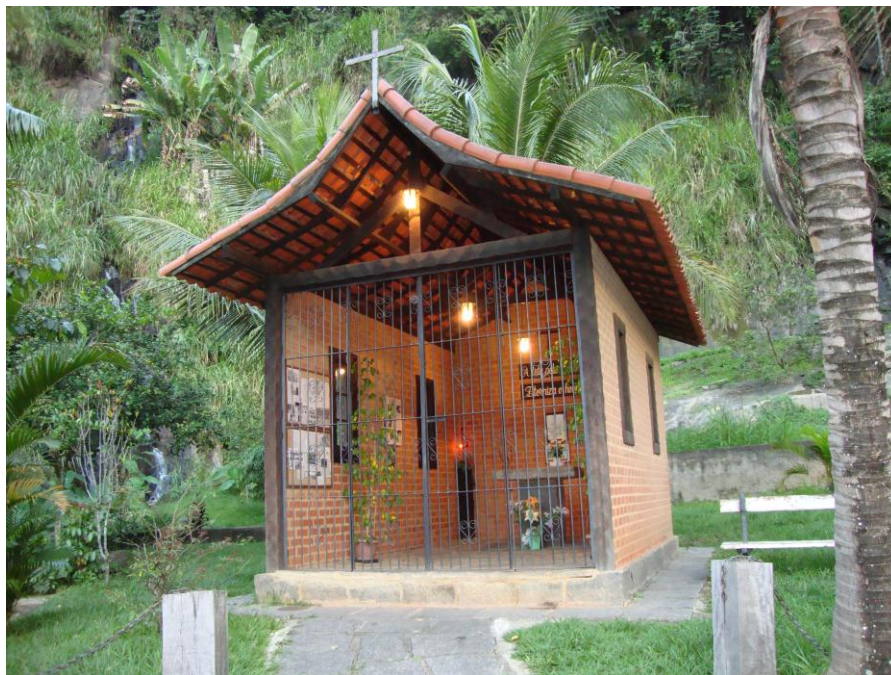


Foto 16 - Memorial Manuel Congo. Fonte: autora

O memorial foi erigido em 1996 e é mantido pela Prefeitura de Vassouras e pelo Centro Espírita *Pai Manuel Congo*. Está localizado no Largo da Pedreira, no final de uma rua sem saída. Ocupa uma pequeno espaço de área verde, que tem aproximadamente 200 m², com duas nascentes d'água. O memorial é composto por uma casa de alvenaria com tijolos vermelhos aparentes, janelas em madeira, grades de ferro e telhado de cerâmica, além de placas do lado de fora que identificam o memorial. No espaço interno da casa, no centro, encontra-se um altar parecido com o de uma igreja, uma cruz no alto, uma placa em madeira com a frase “A luta pela liberdade eterniza o homem”, flores brancas, plantas, velas acesas, quadros com fragmentos do documento da sentença de morte de Manuel e jornais contemporâneos com trechos que fazem referência a Manuel como herói. Além disso, outros

objetos em ferro símbolos da escravidão decoram o ambiente. Do lado de fora, na entrada da casa, outra cruz em madeira no alto.

Figura 17 - Placa em pedra/bronze do Memorial Manuel Congo



Foto 17 - Fonte: autora

Figura 18- Placa em metal do Memorial Manuel Congo



Foto 18 - Fonte: autora

Cinco anos após o erguimento do memorial, no dia 13 de maio de 2001,¹⁸⁸ o jornal *O Dia* traz a seguinte manchete: “Relíquias do ciclo do café - **200 anos** de história, que estavam às traças, começaram a ser **recuperados** no centro de documentação da **Fundação Severino Sombra**.” As relíquias que a manchete menciona são 750 caixas, contendo documentos que foram encontrados nos porões de fóruns, cartórios, prefeituras e igrejas, sobre processos criminais, civis e comerciais dos séculos XVIII, XIX e XX, referentes à região do Vale do Paraíba do Sul.¹⁸⁹ Com base nos estudos desses documentos, que trouxeram informações importantes sobre a insurreição escrava de Vassouras ocorrida em 1938, pesquisadores,

¹⁸⁸ É interessante verificar que, com emergência do Movimento Negro em 1982, as comemorações do dia 13 de maio (dia da abolição da escravidão negra no Brasil) foram substituídas pelo dia 20 de novembro, aniversário da morte de Zumbi. “o Movimento Negro reivindica uma efetiva liberdade para os negros e denuncia os limites da abolição, comemorando o Dia Nacional da Consciência Negra”. (Soares, 1999, p. 117)

¹⁸⁹ Cf. Jornal *O Dia*, 13 de maio de 2001.

autoridades políticas e outros segmentos da sociedade começaram a reivindicar um lugar na história para Manuel Congo, bem como seu reconhecimento como herói nacional.¹⁹⁰

Em julho de 2001, o *Jornal do Brasil* traz a seguinte manchete: “Herói: Manuel Congo, um lugar na história para o líder negro”. A matéria do jornal apresenta um breve resumo sobre insurreição e ressalta a liderança de Manuel Congo. Além disso, traz uma série de entrevistas com pesquisadores e personalidades políticas, como Isabel Rocha, Arnaldo Cesar, Joaquim Falcão, Manolo Florentino e Fernando Henrique Cardoso.¹⁹¹ Apesar das diferenças que separam as posições tomadas pelos entrevistados em relação à história de Manuel Congo, todos trazem em comum, em seus discursos, a importância do reconhecimento do líder negro para a História do Brasil. Essa perspectiva se insere no contexto democrático de mudanças sociais¹⁹² e confronta-se com a história dominante, cuja memória dos barões do café marca a identidade da cidade de Vassouras na História do Brasil.

Conforme as fontes consultadas,¹⁹³ Manuel Congo teria sido um dos líderes da insurreição escrava junto com Epifânio Moçambique, ocorrida em Vassouras em 1838, que envolveu centenas de escravos de várias etnias.¹⁹⁴ Dos integrantes do grupo que participaram da

¹⁹⁰ A história de Manuel Congo e a insurreição escrava em Vassouras estavam em processo de estudos no Iphan para o possível reconhecimento dele como herói nacional. Em 2009, Manuel Congo foi reconhecido como herói fluminense. Ele terá seu nome no livro dos heróis do estado do Rio de Janeiro. Além disso, outras homenagens foram organizadas. O PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 340/2011, concede medalha Tiradentes a Manuel Congo. (ver em Apêndice VII).

¹⁹¹ Cf. *Jornal do Brasil*, 2ª edição, 22 de julho 2001, p. 10.

¹⁹² É importante lembrar, conforme pontua Domingues Petrônio que o ano de 2001, ocorreu a III Conferência Mundial contra o Racismo, a Xenofobia e as Intolerâncias Correlatas (CMR), em Durban, África do Sul. Nesta conferência foi aprovado um plano de ação que, entre outras medidas, recomendava que os Estados desenvolvessem “ações afirmativas ou medidas de ação positivas, para promoverem o acesso de grupos de indivíduos que são ou podem vir a ser vítimas de discriminação racial” Domingues, Petrônio. *Ações afirmativas para negros no Brasil: o início de uma reparação histórica*. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n29/n29a13.pdf>> Acesso em 24 fev. 2013.

¹⁹³ Processo-crime de insurreição. Centro de Documentação Histórica, Universidade Severino Sombra (CDH). Ver também em Relatório do presidente da província do Rio de Janeiro, o conselheiro Paulino José Soares de Souza, na abertura da 2ª sessão da 2ª legislatura da Assembleia Provincial, acompanhamento do orçamento da receita e despesa para o ano de 1839 a 1840. Segunda edição. Niterói: Typ. De Amaral & Irmão, 18514. Disponível em< www.crl.uchicago.edu> Acesso em 20 de fev. 2013.

¹⁹⁴ Cf. FARIA, Sheila de Castro. *Identidade e comunidade escrava: um ensaio*. Rio de Janeiro, outubro de 2005. Disponível em:<<http://www.google.com.br/academico>> Acesso em 09 de jan. de 2012. A insurreição na cidade de Vassouras havia envolvido um grande número de escravos de diferentes etnias. Quando o inventário do Capitão Mor Manoel Francisco Xavier (fazendeiro proprietário de Manuel Congo) foi aberto constava “uma

insurreição, apenas Manuel foi condenado oficialmente à morte, outros foram condenados ao açoite de 650 chicotadas, sendo que as mulheres foram absolvidas. Pesquisas comprovaram que os negros submetidos a tal castigo suportavam entre 300 e 500 chicotadas, mais do que isso seria a condenação à morte (Líbano, 2011).

Segundo a tradição histórica, Manuel Congo foi enforcado no local onde foi erigido o memorial que leva o seu nome, no dia 6 de setembro de 1839. Todos os anos, nessa data, a comunidade encarregada de preservar o memorial promove uma celebração ecumênica com missa e outros rituais religiosos, além de atividades culturais. Essa celebração certamente contribui para o processo de construção e disseminação da memória de Manuel Congo e de grupos sociais que, durante muito tempo, ficaram à margem da memória oficial.

Outra imagem urbana que traz valores democráticos corresponde ao Memorial Judaico, erigido em Vassouras, em 1991, e localizado no jardim do Asilo Barão do Amparo (antiga Santa Casa de Misericórdia), no centro histórico da cidade de Vassouras, em frente à Praça Barão de Belo Campo.

De acordo do Luiz Benyosef,¹⁹⁵ os pesquisadores Egon e Frieda¹⁹⁶ descobriram a presença de dois judeus que viveram na cidade de Vassouras no século XIX e uma história singular sobre o sepultamento desses judeus, que foram enterrados no jardim da Santa Casa de Misericórdia, uma instituição eminentemente católica.¹⁹⁷ As pesquisas revelaram que, nesse local, foram

escravidão de 440 pessoas, composta majoritariamente por escravos de origem africana (89 %) e um extremo desequilíbrio entre homens e mulheres. Quanto à origem, 87, 2% deles eram da costa centro-ocidental e 11% da África oriental, de variadas etnias, imperando benguelas, congos, cabindas e moçambicanos, portanto, grande maioria de língua banto. (Castro, 2005). De acordo com a autora, a língua e a experiência do cativo nesta “região do Sudeste” teria sido um fenômeno que promoveria uma certa unidade aos grupos de diferentes etnias e até mesmo inimigos históricos, o que certamente teria contribuído com a insurreição.

¹⁹⁵ Entrevista aberta com o professor Luiz Benyosef (Pesquisador titular do Ministério da Ciência e Tecnologia e Presidente do Memorial Judaico de Vassouras), concedida em 20 de fevereiro de 2013.

¹⁹⁶ Egon Wolff e Frieda Palidowa Wolff nasceram em Berlim, se casaram e, com o advento do Nazismo, o casal deixou a Alemanha em 1935, vindo a se estabelecer no Brasil. Aqui iniciaram uma vida dedicada a pesquisar sobre os judeus no Brasil, desde o período colonial. Eram sócios titulares do IHGB (Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro). Egon faleceu em 1991, Frieda faleceu aos 96 anos, em 2008. Ver em Arquivo Maaravi: Revista Digital de Estudos Judaicos da UFMG. Belo Horizonte, v. 2, n. 3, out. de 2008, uma entrevista feita por Sofia Débora Levy a Frieda Wolff. A descoberta sobre os dois judeus em Vassouras se deu em 1986.

¹⁹⁷ Para além da natureza do problema do sepultamento de um judeu (ou não católico), neste período do Império no Brasil, questão que implicava a perspectiva religiosa, o falecimento de um judeu gerava outros problemas

sepultados Benjamim Benatar e Levy Morluf,¹⁹⁸ ambos de nacionalidade marroquina, falecidos em 1859 e 1878, respectivamente. A seguir, a imagem da pedra tumular de Levy encontrada no jardim em 1986.

Figura 19 – Pedra tumular (*matzeiva*) de Levy Morluf (antes da construção memorial)



Foto 19 - fonte - Luiz Benyosef (acervo particular) 1986.

De acordo com a historiografia,¹⁹⁹ Benatar havia chegado à cidade de Vassouras por volta de 1840 e, como rico comerciante, casou-se com Brites Maria da Costa Galvão, filha de um

para as famílias, como, por exemplo: quem não fosse católico não podia ser legalmente casado, o que implicaria a herança, pois todos os registros de nascimento, casamento e óbito eram feitos pela Igreja Católica. Desde 1850, o incremento os projetos de regulamentação de legislação civil previam a realização de registros civis, entretanto isso só ocorreu de fato com a República. (Grinberg, 2005)

¹⁹⁸ Segundo Luiz Benyosef, sobre Levy não foram encontrados registros, apenas a pedra tumular (*matzeiva*) no terreno da Santa Casa com uma inscrição em Hebraico e a data da morte, 1878. A pedra tumular de Benatar não foi encontrada. Luiz contou que, ao ir visitar o lugar pela primeira vez, encontrou um chiqueiro de porcos. Fato que ele contou aos amigos, inclusive a Burle Max, que ficou consternado. Curioso, na narrativa de Luiz, teria sido o fato impressionante de que, ao voltar, no outro dia, com outras pessoas no local, os porcos já não estavam mais por lá. Disse também que tem certeza de que a presença dos porcos naquele local não era proposital, deveria simplesmente ter sido falta de conhecimento (conforme a tradição religiosa judaica, os porcos são animais impuros).

oficial do Império, numa cerimônia religiosa católica por procuração. Consta que eles viveram como católicos e participaram intensamente da vida social da cidade. Todos os seus oito filhos tiveram como padrinhos pessoas influentes da sociedade local, como Joaquim Teixeira Leite (pai de Eufrásia), Francisco Peixoto de Lacerda Werneck (Barão do Paty do Alferes), Laureano Correa e Castro (Barão de Belo Campo), entre outros.

Isabel Rocha pontua que, em 1858, Benatar, então com 50 anos, ficou muito doente e, nessa ocasião, teria confessado aos mais íntimos que era judeu. “Isso é certo, pois até o momento, nenhum documento a ele se refere como judeu, pelo contrário, no batizado do sobrinho o encontramos dentro da religião católica, a religião do Brasil no séc. XIX”. (Rocha, 2002, p. 21). Segundo Keila Grinberg (2005), quando Benatar estava à beira da morte, disse ao vigário da cidade que ao morrer queria ser enterrado num ritual judaico. Essa revelação criou um grande problema para o vigário e os amigos mais próximos de Benatar, que tentaram convencê-lo a renegar o judaísmo e aceitar o catolicismo como sua religião. “A questão era que ser enterrado como judeu não era tão simples. Benatar provavelmente sabia disso.” (Grinberg, 2005, p. 10). Entretanto, ele se negou a aceitar o catolicismo.

Uma dos aspectos mais difíceis da vida cotidiana dos judeus no Brasil do século 19 era a morte. [...] A dificuldade maior estava no fato de os cemitérios públicos construídos a partir da década de 1850, serem de uso exclusivo dos católicos. (Grinberg, 2005, p. 8)

De acordo com os registros históricos, no dia 23 abril de 1859, Benatar faleceu, gerando um problema para a família, os amigos e as autoridades locais. Seu corpo ficou embalsamado durante uma semana, esperando a decisão de onde seria sepultado, fato que ocorreu no jardim da Santa Casa de Misericórdia.²⁰⁰ Inácio Raposo traz uma referência ao acontecimento:

¹⁹⁹ Cf. Rocha, Isabel. *Benjamin Benatar- um pouco da vida social em Vassouras*. Graficarte Editora, Vassouras, 2002, ver em Raposo, Ignácio. *História de Vassouras*. Fundação 1º de Maio, Vassouras, 1935. Ver também em WOLFF, Egon & Frida Wolff. 1975. *Os Judeus no Brasil Imperial*. São Paulo: Centro de Estudos Judaicos/USP.

²⁰⁰ Benatar, além de rico comerciante era membro benemérito da Irmandade da Santa Casa de Misericórdia. A primeira referência de judeus em Vassouras, encontrada pelo casal de pesquisadores Egon e Frieda, teria sido o nome de Benatar na lista de membro da Maçonaria, no livro de Inácio Raposo, outra referência traz o lugar de onde Benatar teria sido enterrado: “marca a sepultura desse hebreu [Benatar] uma pedra retangular de duas

Diz um antigo prolóquio que há males que vêm para o bem. Foi o que se deu com os últimos despojos do israelita [Benatar]. Fossem eles metidos num cemitério, e já teriam sido há muito tempo incinerados. Ali naquele cantinho da Santa Casa ficará para sempre, ao abrigo das mãos sacrílegas dos coveiros, sempre cercados de flores, na primavera da morte. (Raposo, 1978, p.81)

A singularidade dessa história se traduz pelo fato de que a Santa Casa de Vassouras deu “morada eterna” para dois judeus. Numa entrevista para o *Jornal do Brasil*, Frieda Wolff diz: “É o único memorial judaico do mundo mantido por uma instituição católica”. Numa outra reportagem do mesmo jornal, Frieda afirma o seguinte: “Conseguimos juntar um grupo de pessoas interessadas em preservar a memória independente de qualquer religião.” Nessa ocasião, Frieda estava se referindo às pessoas que ajudaram na recuperação do jardim e na construção do memorial para homenagear os judeus. Foi organizada uma comissão para o projeto, que se denominou Sociedade Amigos do Memorial Judaico de Vassouras. Com a morte de Egon, Frieda e Luiz deram prosseguimento ao projeto, que foi fundado por quatro instituições: Comunidade Judaica, Universidade Severino Sombra (com a participação direta do Severino Sombra), Irmandade da Santa Casa de Misericórdia (professor Azulil Lasneaux) e Cemitério Comunal do Caju. O projeto do jardim foi feito pelo paisagista Burle Marx. O jardim é composto de plantas nativas, flores e pinheiros, formando nove canteiros iguais que ocupam uma área construída de 256 metros quadrados, sendo que, no centro, erguem-se as pedras tumulares com inscrições em hebraico em homenagem os judeus. Esses túmulos não estão exatamente no local onde foram sepultados os judeus. De acordo com Luiz, não se sabe exatamente o ponto do terreno no jardim onde Benatar e Levy foram sepultados. A sugestão de simbolizar o lugar do sepultamento no centro do jardim foi proposta por Burle Marx.

polegadas de grossura, um metro de comprimento e meio de largura, tudo isso aproximadamente colocado em sentido vertical, com uma pequena inscrição em caracteres hebraicos e toda cercada de arbustos re floridos que vários funcionários daquele nobre instituto piedosamente conservam.” (Raposo, 1978, p. 81). Dezenove anos se passaram da morte de Benatar, e outro judeu foi enterrado no mesmo jardim, Levy Morluf, mas não foram encontrados registro da história dele.

Figura 20 - Imagem do Memorial Judaico no dia da inauguração (1991)



Foto 20 - Fonte: Luiz Benyosef (acervo particular)

Figura 21 - Memorial Judaico



Foto 21- Fonte: Luiz Benyosef (acervo particular)

O memorial certamente colocou em evidência a memória dos judeus e abre possibilidades para (re) leituras do passado.²⁰¹

Tanto o Memorial de Manuel Congo quanto o Memorial Judaico²⁰² parecem se relacionar não só à temporalidade. Guardadas as devidas diferenças e singularidades que separam as histórias, ambas carregam tributos comuns no que se refere à exclusão social.²⁰³ Quando erigida no espaço citadino, esse tipo de imagem urbana:

[...] ganha um alcance específico que se associa a uma determinada categoria de cidadãos. Paradoxalmente, a partir desse recurso simbólico, o grupo ou a comunidade particular consegue projetar-se no ambiente urbano, inscrevendo-se no tecido social da cidade. (Knauss, 1999, p. 10)

Podemos dizer que o enunciado de exclusão²⁰⁴ que, em princípio, evidenciou-se na narrativa que fundamenta o erguimento do memorial ao negro escravizado e o memorial aos judeus marca a promoção de grupos sociais antes desprestigiados e/ou excluídos do tecido social urbano. Podemos inferir que acontece também a emergência de memórias, antes, *marginalizadas*²⁰⁵ e excluídas que entram em evidência e, por conseguinte, em disputa, coexistindo no mesmo espaço urbano onde existem outras memórias (dos grupos

²⁰¹ Em 2007, o Asilo Barão do Amparo (antiga Santa Casa de Misericórdia) onde está o Memorial Judaico sofreu um incêndio. Os moradores foram deslocados, e o memorial, fechado. O memorial consta do roteiro turístico da cidade que conta com visita orientada por guia turístico. Quando estive pesquisando na cidade, em 2010 e 2011, não pude entrar no local, pois estava fechado para reformas. A reabertura do Memorial está prevista para o final de 2013. Luiz Benyosef falou sobre um pré-projeto que ele apresentou para o Iphan de revitalização do memorial. Na proposta está prevista a criação do **Centro de Memória da Imigração Judaica, no século XIX, Egon e Frieda Wolff**. Segundo Luiz, o centro será uma referência para estudos da memória dos judeus para o Brasil.

²⁰² Partimos do princípio de que o caso Benatar só foi possível na medida em que se verifica em sua história que viveu numa posição social privilegiada, no meio da alta sociedade vassourense, além disso, como católico. Só revelou ser judeu no leito de morte, fato que promoveu sua exclusão, naquele contexto cultural.

²⁰³ Em 2011, o Memorial Judaico e o Conselho dos Direitos dos Negros (CEDINE) organizaram conjuntamente as solenidades do Dia Universal dos Direitos Humanos, evento que aconteceu em Vassouras, nos dias 9 e 10 de dezembro de 2011. O evento apresentou diversas palestras e um debate sobre o filme “Pequena Anne – Memórias do Campo”. A organização do evento contou com a participação das professoras Gláucia Flores e com a colaboração da professora Celeste Guberfain, ambas da UNIRIO (Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro).

²⁰⁴ Cf Knauss, Paulo. (coord.) *Cidade vaidosa : imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro. Sette letras, 1999.

²⁰⁵ Usamos o termo memórias *marginalizadas* conforme Michael Pollack em seu texto: *Memória, esquecimento e Silêncio*. Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3 1989, p. 3-1155.

dominantes). Algumas vezes, ao lado desse fenômeno, acontece um processo de luta por reconhecimento e (re) construção de identidades. Michael Pollack sublinha que:

A memória é um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual como, coletiva, na medida em que ela é também um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (Pollack, 1992, p.5).

Michael Pollack, ao falar sobre as memórias coletivas impostas e definidas pelo trabalho especializado de *enquadramento da memória* [memória nacional ou oficial] e de outras *memórias* que ele chama de *marginalizadas*, adverte que:

Nenhum grupo social, nenhuma instituição, por mais estável e sólida que possa parecer, têm sua perenidade assegurada. Sua memória, contudo, pode sobreviver e seu desaparecimento, assumindo em geral a forma de um mito que, por não poder se ancorar na realidade política do momento, alimenta-se de referências culturais, literárias ou religiosas. O passado longínquo pode então se tornar promessa de futuro e, às vezes, desafio lançado à ordem estabelecida. Quando elas se integram bem na memória nacional dominante, sua coexistência não coloca problemas. [...] (Pollack, 1989, pp.10-11) (*grifos nossos*)

A tradição historiográfica atribui à cidade de Vassouras uma identidade imperial, na qual se evidenciam alguns aspectos de poder da sociedade escravocrata e conservadora do século XIX, momento em que se desenvolveu o prestígio dessa aristocracia, que teve sua proeminência econômica, social e política procedente, sobretudo, da agricultura cafeeira baseada no regime escravista. Curiosamente, a imaginária urbana afirma a preponderância de figuras relacionadas à República. Nesse sentido, a imaginária urbana apresenta a cidade com uma identidade republicana. É nesse ambiente, construído socialmente, que a materialização do passado pela imaginária urbana traz novas referências, relacionando outras leituras do passado e possibilitando a emergência de memórias, antes, *marginalizadas* que podem se integrar à própria memória nacional e/ou (re) construí-la. O estudo da imaginária urbana da cidade de Vassouras contribuiu para afirmar essa nova conjuntura política, que pulsa articulada pelas transformações sociais iniciadas com o processo de redemocratização do país.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No Brasil contemporâneo, é usual que as cidades apresentem uma coleção de imagens urbanas erigidas em seus espaços públicos. Apesar do grande número de imagens disseminadas (em praças, parques, ruas e jardins), elas, muitas vezes, não são percebidas no que concerne às bases de seu conteúdo narrativo. Esta invisibilidade simbólica, para o senso comum, se constitui um fenômeno digno de nota. Podemos dizer que, muitas vezes, tais imagens são naturalizadas pela sociedade no reconhecimento destes objetos apenas pela sua materialidade que demarca e ocupa o espaço concreto. Como foi possível perceber no decorrer desta pesquisa, a observância da prática de erigir e promover tais objetos de imaginária urbana se constitui como parte integrante de um poder simbólico que atravessa temporalidades diversas, realizando conexões entre o passado, o presente e o futuro. Como instrumento de poder, a imaginária urbana se articula num campo de disputas e embates de forças onde se constrói a memória social.

Esta pesquisa de tese se dedicou a promover uma discussão sobre a construção de memória social no campo do Patrimônio Cultural no Brasil contemporâneo, tendo como objeto de análise o estudo de caso das imagens urbanas de Campos dos Goytacazes e Vassouras no estado do Rio de Janeiro. Este estudo pretende contribuir para ampliar o debate acerca do poder simbólico desses objetos escultóricos, compreendendo-os como produto das relações sociais e podendo se constituir, para o pesquisador, em importantes ferramentas que possibilitam investigar o passado pela construção de memórias.

Para compreendermos o processo histórico que levou à configuração desse Patrimônio Cultural, fizemos um percurso pela história do Patrimônio Nacional no Brasil, começando pelo contexto do final da década de 1930, e pontuando alguns aspectos da relação entre o Estado, a sociedade e a cultura. Desse modo, foi possível percebermos algumas características e estratégias do Estado que garantiram o discurso de unidade nacional promovido entre outras esferas, pela identificação da memória materializada no Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. E durante um longo período o Estado centralizou o poder na construção da memória, dando pouco espaço às ações dos estados e municípios. Tanto o Estado Novo quanto o Regime Militar promoveram políticas culturais centralizadas, na tentativa de construir uma unidade nacional ancorada, entre outros aspectos, pelo reconhecimento da

identidade nacional. Nesse sentido, as imagens urbanas erigidas nas cidades tinham como conteúdo narrativo personagens relacionados à história nacional, como, por exemplo, o Soldado e a figura do estadista Getúlio Vargas. Constatamos que, no Rio de Janeiro, assim como em quase todas as cidades brasileiras, há esse tipo de imagem urbana erigida durante esses períodos. Ao lado disso, as imagens se fundamentam pelo princípio de gratidão, enunciado que estabelece uma relação simbólica e evocativa de gratidão da sociedade para com o Estado, reafirmando o discurso de unidade nacional.

Passado esse período de centralização e unidade, percebemos mudanças significativas na estrutura de poder e de forças políticas no país, o que refletiu na perspectiva conceitual do campo da cultura na construção da memória e, por conseguinte, no campo do patrimônio. Tem-se o alargamento do conceito de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional para Patrimônio Cultural, categoria que iria oxigenar o campo, incluindo novas dimensões do patrimônio coletivo. Tem-se, então, o reconhecimento, do ponto de vista constitucional, da importância das referências culturais ligadas às diversidades e às singularidades locais e regionais. Tal reconhecimento ocasionou mudanças na relação entre o Estado, a sociedade e a cultura.

Com o processo de redemocratização do país, os estados e os municípios começaram a se organizar, pensando na articulação de políticas no âmbito local, em diversas áreas, inclusive na cultura. Embora de forma incipiente, a sociedade começou a se expressar nos conselhos e fóruns consultivos e de deliberação coletiva no campo da cultura e do patrimônio cultural. Os municípios ganharam autonomia com a Constituição de 1988 e passaram a gerir o seu patrimônio cultural local. É nesse contexto de transformações políticas e sociais que tanto Campos dos Goytacazes quanto em Vassouras ocorre um aumento expressivo no erguimento e na promoção de imagens urbanas. Com isso, aparece, nos espaços públicos dessas cidades, uma diversidade temática de imagens urbanas com temas e personalidades antes excluídas do tecido social urbano, como, por exemplo, o índio, o negro e os judeus. O princípio de exclusão, que historicamente se liga a essas temáticas, traça um caminho oposto a partir do erguimento dessas imagens, que colabora para promover esses grupos sociais no ambiente urbano. Percebem-se, portanto, a emergência e a visibilidade de múltiplas memórias.

Dentro desse recorte cronológico, ao analisarmos os inventários das imagens urbanas das duas cidades à luz de textos históricos e de outras fontes, deparamo-nos com duas questões que nos parece interessante pontuar.

A primeira diz respeito a Campos dos Goytacazes, que aparece na historiografia como a cidade mais proeminente do país, desde o período do Império. Considerada um centro comercial importante da economia açucareira, o município se destacava pela modernização urbana em função, sobretudo, da riqueza e do prestígio político de sua aristocracia agrária, que se afirmava pela construção de uma identidade política republicana no município. O que nos parece surpreendente, entretanto, é a significativa presença de elementos imperiais que marcam a imaginária urbana da cidade, conforme apontamos no decorrer deste texto, a imagem do Conjunto Monumental da Abolição, a imagem do Soldado e o busto do Barão do Rio Branco, reconhecido socialmente como Barão da Lagoa Dourada. Essas imagens parecem dialogar, fazendo uma interseção com temas e personalidades relacionadas ao Império. Por outro lado, as imagens urbanas do índio, o busto de Zumbi dos Palmares e a escultura representando uma família de escravos, que foram erigidas e removidas, indica a presença de objetos de imaginária relacionados aos valores democráticos. Entretanto, ao serem removidas, tais imagens deixam espaço para a afirmação e a permanência da configuração de elementos imperiais na construção da identidade urbana de Campos.

A segunda se relaciona a Vassouras. A tradição historiográfica atribui à cidade uma identidade imperial, na qual se evidenciam alguns aspectos de poder da sociedade escravocrata e conservadora do século XIX, momento em que se desenvolveu o prestígio dessa aristocracia que teve sua proeminência econômica, social e política procedente, sobretudo, da agricultura cafeeira baseada no regime escravista. Curiosamente, a imaginária urbana afirma a preponderância de figuras relacionadas à República e às transformações e aos valores sociais do contexto democrático; o Memorial de Manuel Congo e o Memorial Judaico, entre outras imagens, apresentam a cidade como uma identidade urbana republicana.

Como foi possível observar, nas duas cidades fluminenses, a imaginária urbana aparece marcada por características distintas e singulares. Entretanto, um fato aproxima as duas cidades: no contexto de redemocratização do país, houve um aumento no erguimento e na

promoção das imagens urbanas nos espaços públicos e, além disso, tem-se uma diversidade de temática nas peças, incluindo temas antes desprestigiados do tecido social urbano. Tal prática se expressa como uma afirmação social do poder local, num contexto nacional de autonomização política da municipalidade.

Em resumo, na contemporaneidade, o Patrimônio Cultural expresso na imaginária urbana das duas cidades trazem elementos da memória local e regional, que podem trazer novas leituras do passado e sua integração à construção da memória nacional. Ao lado disso, as imagens urbanas erigidas nos espaço públicos dessas cidades, enquanto lugar e suporte de memórias evidenciam um contexto onde coexistem múltiplas memórias, que atuam num campo de disputas, contradições, conflitos, apropriações, continuidades e também de rupturas, resultando em um fenômeno intrínseco à dinâmica da lembrança e do esquecimento e às relações de poder. Contudo, é importante destacar que esse quadro polifônico de memórias só é possível onde o poder na sociedade se configura, por excelência, numa atribuição democrática.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo. *Coleção urbana: imaginária e identidade da cidade*. Angra dos Reis: LABHOI PPGH-UFF/SME, 2001.

ABREU, Regina. *A fabricação do imortal: memória, história e estratégias de construção no Brasil*. Rio de Janeiro: Lapa/Rococó, 1996.

ABREU, Regina. *Patrimônio cultural: tensões e disputas no contexto da nova ordem discursiva*. 2007. Disponível em:
<<http://www.abant.org.br/conteudo/livros/PatrimonioCultural.pdf#page=251>>.

ABREU, Regina; CHAGAS, Mário (Orgs.). *Memória e patrimônio: ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A Editora, 2003.

ALVES, Heloisa Manhães. *A sultana do Paraíba: reformas urbanas e poder político em Campos dos Goytacazes, 1890-1930*. Rio de Janeiro: Arquivo Público do Estado do Rio de Janeiro, 2009.

ANDRADE, Mário. *Cartas de trabalho, correspondência com Rodrigo Mello Franco de Andrade, 1936-1945*. Brasília: Secretaria do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional: Fundação Pró-Memória, 1981.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *Brasil: monumentos históricos e arqueológicos*. México, DF: Instituto Pan-americano de Geografia e História. Comissão de História, 1952.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. *O SPHAN*. Rio de Janeiro: Ministério da Cultura, Fundação Pró-Memória, 1987. p. 48.

ANDRADE, Rodrigo Melo Franco de. Palestra proferida por Rodrigo M. F. de Andrade, em Ouro Preto, a 1-7-68. *Revista IPHAN*, n. 17, p. 11.

ARGAN, Giulio Carlo. *História da arte como história da cidade*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.

ARQUIVO Central do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). *Correio de Vassouras*. 1948..

ARQUIVO HISTÓRICO JUDAICO BRASILEIRO (AHJB, nº 42) 2010. Disponível em<http://www.ahjb.org.br/pdf/Boletim%20AHJB_42.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2013.

BALLANDIER, Georges. *O poder em cena*. Brasília: Uneb, 1982.

BENEVIDES, Maria Victoria de Mesquita. *O governo Kubitschek: desenvolvimento econômico e estabilidade política (1956-1961)*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

BEOZZO, José O. A Igreja entre a Revolução de 1930, o Estado Novo e a Redemocratização. In: FAUSTO, Boris (Org.). *O Brasil republicano (1930-1964)*. São Paulo: Difel/Difusão Editorial, 1984. p. 273.

BERGSON, Henry. *Matéria e memória: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito*. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BOTELHO, Isaura. *Romance de formação: Funarte e política cultural, 1976-1990*. Rio de Janeiro; Minc /FCRB, 2000.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Rio de Janeiro: Bertrand do Brasil, 1998. p. 41.

BRASIL. Decreto-lei nº 25, de 30 de janeiro de 1937. Organiza a Proteção do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Capítulo I. Artigo I. *Do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*.

BRASIL. Decreto-lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940. *Código Penal Brasileiro*. 18. ed. São Paulo: Saraiva, 2003. p. 99.

BRITO, Enio José Costa da. *Liberdade ressignificada no coração do Império: a escravidão em Vassouras (século XIX)*. São Paulo: Projeto História. . 2012. n. 44.

CALABRE, Lia. *Encontro de Estudos Multidisciplinares de Cultura*. 2007. Trabalho apresentado no III ENECULT, Faculdade de Comunicação/UFBA, Bahia, 2007.

CALABRE, Lia. O Conselho Federal de Cultura. 1971-1974. *Estudos Históricos*, n. 37, p. 81-98, 2006.

CALABRE, Lia. Políticas culturais no Brasil: balanços e perspectivas. In: RUBIM, Antônio Albino Canelas; BARBALHO, Alexandre (Orgs.). *Políticas culturais no Brasil..* Coleção Cult. Salvador: Edufba, 2007.

CALVINO, Ítalo. *As cidades invisíveis*. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

CARVALHO, Francismar Alex Lopes de. O conceito de representações segundo Roger Chartier. *Diálogos*, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 149, 2005. Disponível em: <www.dialogos.uem.br/include/getdoc.php?id=535&article=183.pdf> Acesso em: 22 mar, 2011.

CARVALHO, José Murilo de. *A formação das almas: o imaginário da República no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CARVALHO, Waldir P. *Gente que virou nome de rua*. Biografia, a vida e a obra dos homens e mulheres que fizeram a história de Campos. Campos dos Goytacazes, 1985. v. 1.

CASTORIAD, Cornelius. *A instituição imaginária da sociedade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

CHARTIER, Roger, *A história cultural entre práticas e representações*. 2. ed. Rio de Janeiro: Difel, 2002.

CHAUÍ, Marilena. Brasil. Mito fundador e sociedade autoritária. 1. ed. São Paulo: Editora Perseu Abramo, 2005 (Coleção História do povo Brasileiro).

CHOAY, Françoise. *A alegoria do patrimônio*. Tradução de Luciano Vieira Machado. 3. ed. São Paulo: Edições Liberdade. UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia Regina Romero. *Fundando a nação: a representação de um Brasil barroco, moderno e civilizado*. Disponível em: <http://www.revistatopoi.org/numeros_anteriores/Topoi%2007/topoi7a4.pdf>. Acesso em: 09 ago. 2012.

CHUVA, Márcia Regina Romero. *Os arquitetos da memória: sociogênese das práticas do patrimônio cultural no Brasil (anos 1930-1940)*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2009.

CIRIBELI, Marilda Corrêa. Uma visão histórica sobre Eufrásia Teixeira Leite. Disponível em: <<http://anpuh.org/anais/wp-content/uploads/mp/pdf/ANPUH.S22.493.pdf>>. Acesso em: 22 mar 2013.

COHN, Gabriel. A concepção oficial da política cultural nos anos 70. In. MICELI, Sérgio (Org.). *Estado e cultura no Brasil: anos 70*. São Paulo: Difel, 1984. 240 p.

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 10 DE NOVEMBRO DE 1937). Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao37.htm>. Acesso em: 21 mar. 2011.

CONSTITUIÇÃO DOS ESTADOS UNIDOS DO BRASIL (DE 18 DE SETEMBRO DE 1946) <Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao46.htm>. Acesso em: 19 out. 2011.

COSTA, João Bosco A. da *A resignificação do local: o imaginário político brasileiro pós-80*. Disponível em <http://www.seade.gov.br/produtos/spp/v10n03/v10n03_14.pdf>. Acesso em: 22 jan. 2013.

CULTURA EM NÚMEROS: *Anuário de Estatísticas Culturais*. Fundação Nacional das Artes FUNAT. Rio de Janeiro [Brasília: Minc, 2009.]. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/site/2009/09/08/minc-divulga-primeiro-anuario-de-estatisticas-culturais-do-pais/>>. Acesso em: 26 jun. 2012.

DODEBEI, Vera. Construindo o conceito de documento. In: LEMOS, Tereza; MORAES, Nilson (Orgs.). *Memória e construção de identidades*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2001.

DODEBEI, Vera. Memória, circunstância e movimento. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria do Programa de Pós-graduação em Memória Social da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, 2005.

DULCE, Pandolfi. (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Ed.Fundação Getulio Vargas, 1999. 345 p.

ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA CULTURAL: Documentos Ouro Preto/Belo Horizonte. 21 a 24 de abril de 1984. Palácio das Artes. Secretaria de Cultura de Minas Gerais.

FARIA, Sheila de Castro. *Identidade e comunidade escrava: um ensaio*. Disponível em: <<http://www.google.com.br/academico>>. Acesso em: 09 jan. de 2012.

FAUSTO, Boris. *A Revolução de 30*. Historiografia e história. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1976.

FAUSTO, Boris. *História concisa do Brasil*. São Paulo: Edusp, 2002. p. 208.

FERREIRA, Marieta M. de (Org.). *João Goulart: entre a memória e a história*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

FEYDIT, Julio. *Subsídios para a história de Campos dos Goytacazes desde os tempos coloniais até a Proclamação da República*. 1900.

FEYDIT, Julio. *Subsídios para a história dos Campos dos Goytacazes desde os tempos coloniais até a proclamação da república*. Campos: J. Alvarenga & Companhia, 1900.

FICHAS DE INVENTÁRIOS VI. Projeto Inventário de Bens Culturais Imóveis. Desenvolvimento Territorial dos Caminhos Singulares do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em: [http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/FB66CDBD09F54D038325735C004D4EA4/\\$File/NT00036126.pdf](http://www.biblioteca.sebrae.com.br/bds/BDS.nsf/FB66CDBD09F54D038325735C004D4EA4/$File/NT00036126.pdf)>. Acesso em: 24 jan. 2013.

FIGUEIREDO, Pedro Américo de. *Relatório apresentado ao governo imperial pelo representante do Brasil no congresso internacional de monumentos*. Paris, 1889. Disponível em: http://objdigital.bn.br/acervo_digital/div_manuscritos/literatura/mss_I_07_09_038.pdf>. Acesso em: out. 2011.

FONSECA, Maria Cecília Londres. *O patrimônio em processo: trajetória da política federal de preservação no Brasil*. Rio de Janeiro: UFRJ/IPHAN, 1997.

FONSECA, Maria Cecília Londres. Para além da pedra e cal: por uma concepção ampla de patrimônio cultural. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mario (Orgs.). *Memória e patrimônio ensaios contemporâneos*. Rio de Janeiro: DP&A, 2003.

FRANÇA, Andréa. Foucault e o cinema contemporâneo. *ALCEU*, v. 5, n. 10, p. 30-9, , 2005.

FURTADO, Celso. *Formação econômica do Brasil*. 8. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1968.

GIL, Gilberto. *Discurso do Ministro da Cultura Gilberto Gil*. Brasília: Ministério da Cultura, 2003.

GINZBURG, Carlo. *Olhos de madeira: novas reflexões sobre a distancia*. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2001.

GOLDENBERG, Mirian. *A arte de pesquisar*. 10. ed. Rio de Janeiro: Record, 2007.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. *A retórica da perda: os discursos do patrimônio cultural no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/IPHAN, 1996. p. 37.

GONDAR, Jô. Quatro proposições sobre memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera (Orgs.). *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 2005.

GUIMARÃES, Manuel Luiz Salgado. *Nação e civilização nos trópicos: o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro e o projeto de uma história nacional*. *Estudos Históricos*, n. 1, 1988.

HÁ 65 anos, os Expedicionários eram homenageados em Campos. *Jornal Ururau*. Disponível em: <<http://www.ururau.com.br/cidades14646>>. Acesso em: 28 jan. 2013.

HALBWCHAS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006.

HARERMAS, Jurgén. O Estado-nação europeu frente aos desafios da globalização. *Novos estudos CEBRAP*, 1995.

HERÓI Manuel Congo, um lugar na história para o líder negro. *Jornal do Brasil*, 2011

HOBBSAWM, Eric J. *Sobre história*. São Paulo: Companhia das Letras: 1997.

HOBBSAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

HOBBSAWM, Eric; RANGER, Terence O. *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

IANNI, Octavio. *A organização da cultura*. In: IANNI, Octavio. *Ensaio de sociologia da cultura*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

IBGE. *Sinopse estatística do município de Vassouras*. Estado do Rio de Janeiro, 1948. p. 3.

INEPAC. Campos dos Goytacazes. Disponível em: <<http://www.inepac.rj.gov.br/arquivos/CamposdosGoytacazes.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2011.

INSTITUTO DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO NACIONAL. O Registro do Patrimônio Imaterial: Dossiê final das atividades da Comissão e do Grupo de Trabalho do Patrimônio Imaterial. Brasília: IPHAN, 2000.

KNAUSS, Paulo (Coord.) *Cidade vaidosa: imagens urbanas do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 1999.

KNAUSS, Paulo. *Imagens urbanas e poder simbólico nas cidades do Rio de Janeiro e de Niterói*. 1998. Tese (doutorado em História Social). Universidade Federal Fluminense, Centro de Estudos Gerais, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Programa de Pós-Graduação em História, Niterói, 1998.

KNAUSS, Paulo. O desafio de fazer história com imagens arte e cultura visual. *Arte e Cultura UFF*. v. 8. p.97-116, 2006.

KNAUSS, Paulo. *O sorriso da cidade: imagens urbanas e história política de Niterói*. Niterói: Fundação de Arte de Niterói, 2003.

LACERDA, Carlos. O quilombo de Manuel Congo. Rio de Janeiro: Perspectiva, 1998.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a restinga*. 2. Ed. Rio de Janeiro: Lidador Ltda, 1974.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O homem e a serra*. 2. ed. IBGE. Conselho Nacional de Geografia, 1963.

LAMEGO, Alberto. *A terra Goytaca á luz de documentos inéditos*. L' Édition 'd art Paris, 45. rue de 'L échiquier. Bruxelas. 1913. 2º volume. Livro I 1500-1674.

Laus, Egeu. Memorial Manuel Congo. Disponível em: <<http://www.overmundo.com.br/guia/memorial-manuel-congo>>. Acesso em: 12 out. 2012.

LE GOFF, Jaques. *Memória e história*. Campinas: Unicamp, 1990.

LIVRO do Tombo de bens materiais e imateriais de Campos dos Goytacazes. Disponível em<<http://culturacamposrjtombo003.blogspot.com.br/2012/01/placa-em-homenagem-aos-voluntarios-da.html>>. Acesso em: 03 ago. 2012.

LORAUX, Nicole. De la amnistía y su contrario. In: YERUSHALMI, Y. Reflexiones sobre el olvido. In: Usos del olvido. Buenos Aires: Ediciones Nueva Vision, 1989. Tradução do original francês – *Usages de l' oubli*. Édition du Seuil, Paris, 1988. In: FELIX, L. O. *História e memória: a problemática da pesquisa*. Passo Fundo: Ediupf, 1988.

MACHADO, Lielza Lemos. *Vassouras, recanto histórico do Brasil*. Vassouras, RJ: [s.n.], 2000.

MAGALHÃES, Aline Monteiro. A curta trajetória de uma política de preservação: a Inspetoria dos Monumentos Nacionais. *Anais do Museu Histórico Nacional*, v. 36, 2004.

MAGALHÃES, Aline Monteiro. *Colecionando relíquias: um estudo sobre a Inspetoria de Monumentos Nacionais (1934-1937)*. 2004. Dissertação (Mestrado em História Social) - Instituto de Filosofia e Ciências Sociais. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

MAGALHÃES, Aloísio. *E triunfo?: a questão dos bens culturais no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Roberto Marinho, 1997.

MAGALHÃES, Luiz Otávio de. *O herói dissimulado: a narrativa tucidideana e as modalidades poéticas de apreensão das ações humanas*. 2002. Tese (Doutorado em História Social). 2002. Centro de Ciências Humanas e Filosofia da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2002.

MATTOS, João Baptista de. Os monumentos nacionais. A Força Expedicionária no Bronze. *Revista Militar Brasileira*, n. 1 e 2, 1960.

MATTOS, João Baptista de. Os monumentos nacionais. *Revista Militar Brasileira*, 1949/1952.

MICELI, Sergio. *Estado e cultura no Brasil*. São Paulo: Difel, 1984.

MICELI, Sergio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. Rio de Janeiro: Difiel: 1979.

MIRANDA, Araújo Elias. Cidades do petróleo: *royalties*, cultura e planejamento. *Políticas Culturais em Revista*, v. 2, n. 4), p. 87-101, 2011. Disponível em: < www.tce.rj.gov.br>. Acesso em: 10 jan. 2011.

MORAIS, Gerlane Rodrigues. *Monumentos de Vitória da Conquista: Patrimônio Cultural e Discursos de Memórias*. 2009. Dissertação (Mestrado em Memória Social, Patrimônio e Linguagem). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

MOTTA, Marly Silva da. *A nação faz cem anos: a questão nacional no centenário da independência*. Rio de Janeiro: Editora FGV: CPDOC, 1992. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br>>. Acesso em: 12 ago. 2011.

MUMFORD, Lewis. *A cidade na história*. São Paulo: Martins Fontes, 1991.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. *Projeto História*, n. 10, 1993.

OLIVEIRA, Brandão Cláudio de (Org.). A Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. 11. ed. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2007.

OLIVEIRA, Domingos L. Dante de. *Diretas já: 15 meses que abalaram a ditadura*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

ORTIZ, Renato. *A moderna tradição brasileira*. São Paulo: Ed. Brasiliense, 2001.

ORTIZ, Renato. *Cultura brasileira e identidade nacional*. 3. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985. p. 148.

ORTIZ, Renato. *Mundialização da cultura*. 2. ed. São Paulo: Editora Brasiliense, 1996.

OSCAR, João. *Escravidão & engenhos*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1985.

PAVIANI, A. *Brasília no contexto local e regional: urbanização e crise*. *Revista Território*, ano VII, n. 11, 12 e 13, 2003. Disponível em: <http://www.laget.igeo.ufrj.br/territorio/pdf/N_11_12_13/brasil.pdf>. Acesso em: 10 out. 2011.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. Seis interpretações sobre o Brasil. *Revista de Ciências Sociais*, v. 25, n. 3, p. 269-306, 1982. Disponível em: <<http://www.bresserpereira.org.br/papers/1982/82-SeisInterpretacoes.p.pg.pdf>>. Acesso em: 10 mar. 2011.

PIMENTEL, João. Liceu das Humanidades. Disponível em <<http://camposfotos.blogspot.com.br/search?updated-min=2011-01-01T00:00:00-02:00&updated-max=2012-01-01T00:00:00-02:00&max-results=50>>. Acesso em 31 jan. 2013.

PINTO, Jorge Renato Pereira. *O ciclo do açúcar em Campos*. Campos: Edição do autor., 1995.

PLANO NACIONAL DE CULTURA. Diretrizes gerais. Ministério da Cultura, 2008. Disponível em: <<http://www.cultura.gov.br/cnpc/2008/02/07/plano-nacional-de-cultura/>>. Acesso em: 19 out. 2012.

POLLAK, Michael. Memória e identidade social. *Revista Estudos Históricos*, v. 5, n. 10, 1992.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento e silêncio. *Revista Estudos Históricos*, n. 3. 1989.

POMIAN, Krzystof. Coleção. In: *Enciclopédia Einaudi*. Lisboa v. 1. Memória – História, Edição portuguesa, Imprensa Nacional / Casa da Moeda, 1984.

POULOT, Dominique. *Uma história do Patrimônio no Ocidente, séculos XVIII-XIX: do monumento aos valores*. São Paulo: Estação Liberdade, 2009.

RAPOSO, Inácio. *História de Vassouras*. 2. ed. Niterói: SEEC, 1978..

RIEGEL, Alöis. *O culto moderno dos monumentos: sua essência e sua gênese*. Goiânia: Editora da UGG, 2006.

RODRIGUES, Hervé Salgado. *Campos: na taba dos Goytacazes*. Niterói: Imprensa Oficial, 1988.

SÁ, Roberto Novaes de. *Contribuição para uma leitura mítica da psicanálise*. 1987. Dissertação (Mestrado) Instituto de Psicologia da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1987.

SAINT-HILAIRE, Augusto de. *Viagens pelo distrito dos diamantes e litoral do Brasil*. São Paulo: Nacional, 1941.

SANTOS, Afonso Carlos Marques dos. *A invenção do Brasil: ensaios de história e cultura*. Rio de Janeiro: Editora URRJ, 2007.

SANTOS, Myrian Sepúlveda dos. *A escrita do passado em museus históricos*. Rio de Janeiro: Garamond; Minc/IPHAN/DEMU, 2006 (Coleção museus, memória e cidadania).

SECRETARIA de Cultura de Campos dos Goytacazes. Disponível em: <<http://culturacamposrj.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 06 ago. 2012.

SERABRA, Cristina. Eleições em Vassouras: a dinâmica eleitoral entre 1980 e 2000. Vassouras: USS, 2006.

SIMONDO, M. *La mémoire et l'oubli*: dans La penssée grecque jusqu'à La fin Du Ve siècle avant J.- C. Paris: Les Belles Lettres, 1982.

SOUZA, Alan Carvalho de. Sublevação escrava: reflexo da desordem senhorial. *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH*. São Paulo, 2011.

STEIN, Stanley. *Grandeza e decadência do café no Vale do Paraíba*. São Paulo: Brasiliense, 1961.

STEIN, Stanley. *Vassouras*. Um município brasileiro do café, 1850-1900. 1. ed.. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1990.

TABASCO, J. C. Vargens. *A vila de Vassouras e as freguesias do Tinguá: uma abordagem social e econômica dos tempos da colonização*. Vassouras: Edição do autor, , 2004.

TABASCO, J. C. Vargens. *A vila de Vassouras e o vale do médio Paraíba: a conquista da terra e a formação das bases agrícolas (1780-1833)*. Vassouras: Edição do autor, , 2007.

TAVARES; MIRANDA. *Políticas culturais em revista*. Disponível em: <www.politicasculturaisemrevista.ufba.br>. Acesso em: 20 out. 2012.

TOLEDO, Caio Navarro de. 1964: O golpe contra as reformas e a democracia *Revista Brasileira de História*, v. 24, n. 47, 2004.

UNESCO. Declaração Universal da Diversidade Cultural. Disponível em: <<http://unesdoc.unesco.org/images/0012/001271/127160por.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2011.

VALVERDE, Orlando. A fazenda de café escravocrata, no Brasil. *Revista Brasileira de Geografia*, v. 29, n.1, 1967.

VELLOSO, Mônica Pimenta. O Modernismo e a questão nacional. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Brasil republicano: o tempo do liberalismo excludente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.) *O Brasil republicano: o tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

VERNANT, Pierre Jean. *Mito e pensamento entre os gregos*. São Paulo: Difel, 1973.

WEFFORT, Francisco. *A cultura e as revoluções da modernidade*. Cadernos do nosso tempo. Rio de Janeiro: Fundo Nacional de Cultura, 2000.

FONTES

Fundos Arquivísticos:

Arquivo do Iphan (Rio de Janeiro)

Arquivo do Iphan (Vassouras, Rio de Janeiro)

Arquivo do Inepac

Casa as Cultua (Vassouras)

Fundação Severino Sombra (Vassouras)

Documentação Avulsa: Biblioteca Nacional

Acervos particulares

Periódicos:

Jornal do Brasil

Jornal do Comércio

Jornal O Dia

Jornal Correio de Vassouras

Jornal Uruaru

Jornal O Diário

Jornal da Tarde

APÊNDICES

I-II-II-III-IV-V-IV-VIII

Apêndice I
RESOLUÇÃO Nº 001/2011

Determina o Registo de Patrimônio Cultural e Imaterial do Município de Campos dos Goytacazes e dá outras providências. O presidente do Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal - COPPAM - no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Lei 7.527, de 19 de dezembro de 2003, alterada pela Lei 8.151, de 26 de março de 2010, e em cumprimento o que estabelece o Artigo 172, inciso II, letra “f”, da Lei Orgânica do Município, e o Artigo 30, inciso IX da Constituição da República,

Artigo 2º - Fica a cargo da Secretaria Municipal de Cultura e do COPPAM - Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal -, de acordo com o Artigo 226 e 229 da Lei Municipal 7972, de 31/03/2008, o desenvolvimento de projetos, (através da Fundação Cultural Jornalista Oswaldo Lima; Fundação Teatro Municipal Trianon e Fundação Cultural Zumbi dos Palmares, das casas de cultura e centros culturais e demais instituições do Sistema Municipal de Cultura) de valorização cultural pertinentes a este ato. § Único - Sejam os incisos do artigo anterior lançados no Livro de Tombos.

Artigo 3º - Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Doce Chuvisco
Samba de Terreiro
Folias de Reis
Quadrilha da Roça
Lenda do Ururau da Lapa
Bois Pintadinhos
Cavallhada
Mana Chica do Caboio
Jongo

Campos dos Goytacazes, 27 de Dezembro de 2011.

ORAVIO DE CAMPOS SOARES

- Presidente do COPPAM -

Apêndice II

Apêndice II

RESOLUÇÃO Nº 002/2011

O presidente do Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal - COPPAM - no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Lei 7.527, de 19 de dezembro de 2003, alterada pela Lei 8.151, de 26 de março de 2010, e em cumprimento o que estabelece o Artigo 172, inciso II, letra “f”, da Lei Orgânica do Município, e o Artigo 30, inciso IX da Constituição da República,

RESOLVE

Artigo 1º - Ficam registradas como Patrimônio Cultural do Município de Campos dos Goytacazes, as seguintes entidades promotoras de arte e cultura, consideradas de grande expressão cultural e histórica e referências dos foros de civilização dos munícipes:

Academia Campista de Letras

Academia de Ritmos Mocidade Louca

Academia Pedralva de Letras e Artes

Associação de Imprensa Campista - AIC

Associação Regional de Teatro Amador - ARTA

Centro Cultura Musical de Campos

Clube do Choro & Cia

Corporação Musical Lira Guarany

Grêmio Recreativo Escola de Samba União da Esperan...

Grupo Boa Noite Amor

Jongo de Noinha

Loja Maçônica Atalaia do Sul

Loja Maçônica Dignidade e Justiça

Loja Maçônica Francisco de Assis

Loja Maçônica Fraternidade Campista

Loja Maçônica José do Patrocínio

Loja Maçônica Progresso

Núcleo de Arte e Cultura de Campos

Orfeão de Santa Cecília
Sociedade Musical Euterpe Sebastianense
Sociedade Musical Lira Conspiradora
Sociedade Musical Lira de Apolo
Sociedade Musical Lira Santo Amaro
Sociedade Musical Lira São José
Sociedade Musical Nossa Senhora da Penha
Sociedade Musical Nossa Senhora das Dores
Sociedade Musical Operários Campista.

Artigo 2º - Fica a cargo da Secretaria Municipal de Cultura e do COPPAM - Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal -, de acordo com o Artigo 226 e 229 da Lei Municipal 7972, de 31/03/2008, o desenvolvimento de projetos de valorização cultural pertinentes a este ato.

§ Único - Sejam os incisos do artigo anterior lançados no Livro de Tombos.

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Campos dos Goytacazes, 27 de Dezembro de 2011.

ORAVIO DE CAMPOS SOARES

Presidente do COPPAM

Apêndice III

RESOLUÇÃO Nº 003/2011

Determina o Tombamento de Patrimônio Material do Município de Campos dos Goytacazes e dá outras providências.

O presidente do Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal - COPPAM - no uso das atribuições que lhe confere o Artigo 3º da Lei 7.527, de 19 de dezembro de 2003, alterada pela Lei 8.151, de 26 de março de 2010, e em cumprimento o que estabelece o Artigo 172, inciso II, letra “f”, da Lei Orgânica do Município, e o Artigo 30, inciso IX da Constituição da República,

RESOLVE

Artigo 1º - Ficam Tombados como Patrimônio Material do Município de Campos dos Goytacazes, os seguintes **Bustos, Estátuas, Efigies, Marcos Comemorativos e Monumentos**, consideradas de grande expressão cultural e histórica e referências dos foros de civilização dos munícipes:

Busto de Antônio Nunes Viana

Busto de Azevedo Cruz

Busto de Bartolomeu Lysandro de Albernaz

Busto de Benedito Gonçalves Pereira Nunes

Busto de Celso Peçanha

Busto de Francisco de Paula Carneiro

Busto de Francisco Ribeiro da Mota Vasconcelos

Busto de Gastão Machado

Busto de Getulio Dorneles Vargas

Busto de José Alves de Azevedo

Busto de José Carlos Pereira Pinto

Busto de José do Patrocínio

Busto de José Gomes Pinheiro Machado

Busto de Lacerda Sobrinho

Busto de Ludovico Lázaro Zamenhof

Busto de Roberto Teixeira da Silveira

Busto de Saldanha da Gama

Busto de Tancredo Saturnino Teixeira de Melo

Busto do Barão do Rio Branco

Busto do Monsenhor João de Barros Uchoa

Busto do Pastor João Barreto da Silva

Chafariz Belga

Chafariz da Beneficência Portuguesa

Chafariz e lago da Praça Barão do Rio Branco

Cripta de Mariana Barreto

Efígie de Benta Pereira

Efígie de Gerardo Maria Ferraïoule - Patesko

Estátua de Nilo Peçanha

Estátua de Oswaldo Aranha

Farol de São Tomé

Farolzinho de São Tomé

Marco da Fundação da Vila de São Salvador

Monumento à Bíblia

Monumento ao Expedicionário

Monumento ao Pelourinho

Obelisco da Avenida 15 de Novembro

Placa a Dom Carlos Alberto Navarro

Placa de Inauguração do Jardim São Benedito

Placa em Homenagem aos Voluntários da Pátria

Artigo 2º - Fica a cargo da Secretaria Municipal de Cultura e do COPPAM - Conselho de Preservação do Patrimônio Municipal -, de acordo com o Artigo 226 e 229 da Lei Municipal 7972, de 31/03/2008, o desenvolvimento de projetos de valorização cultural pertinentes a este ato.

§ Único - Sejam os incisos do artigo anterior lançados no Livro de Tombos.

Artigo 3º - Esta Resolução entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Campos dos Goytacazes, 27 de Dezembro de 2011.

Orávio de Campos Soares

Presidente do COPPAM

Apêndice IV

Imagens escultóricas urbanas de Campos

Imagem do índio de Campos dos Goytacazes que se encontra no chão do quintal Arquivo Público do Município. Fotos de Victor Tinoco Delgado, 2013.

Figura 1- Índio



Figura 2 - Índio



Figura 3 - Índio



Figura 4 - Família de escravos (demolida)



Foto 4- Fonte: Campos dos Goytacazes em fotos Disponível em
<<http://camposfotos.blogspot.com.br/2011/01/corredor-cultural-campos-dos-goytacazes.html>> Consultado
em 07 de fev. 2013.

Apêndice V

Texto sobre os voluntários da Pátria escrito por Julio Feydit em 1900.

Transcrito conforme a fonte.

“Em 28 de janeiro de 1865, partiram de Campos pelo vapor *Galgo* para tomar o *Cires* que seguiria de São João da Barra para o Rio de Janeiro, cinco voluntários da Pátria. Eram alguns delles guardas nacionaes, que haviam sido designados a seguirem para a guerra do Paraguay.

O comendador José Martins Pinheiro, que era extremamente orgulhoso, deu, como consta do acto da camara de 2 de Março dalleque ano, 10 contos de réis, para serem distribuídos com 100 voluntários, a 100\$000 cada um.

A maior parte daquelles que se alistaram como voluntários não passavam de pobres perseguidos pelos mandões da terra, e caçados pelos fazendeiros, desde que não se sujeitassem a trabalhar quase de graça.

O pobre artista, que precisava trabalhar hoje para comer amanhã, via esse trabalho interrompido, amiudadas vezes, para ir fazer a guarda da cadêa, nas revistas, delegacias, ou levar presos recrutados para o Rio de Janeiro.

Nas officinas, os operários estrangeiros eram sempre preferidos aos nacionaes, porque o trabalho delles era affectivo, por não estarem sujeitos às interrupções occacionadas pela guarda nacional. Pelo mesmo motivo, o caixeiro nacional difficilmente achava emprego; por essa forma o commercio e a industria se tornavam o monopólio dos estrangeiros!

Em 9 de outubro de 1866, desceram da cadêa oito homens, algemados e acorrentados, como era o costume: logo depois mais nove que, por não serem recrutados, mais sim guardas nacionaes, iam apenas seguros pelas roupas, das quaes lhes haviam arrancados os botões, por algumas praças que lhes iam ao lado!E assim seguiram até a bordo do vapor *Agente*, que os ai conduzir a seu destino.

Quantos escravos não foram comprados por bom preço, contanto que tivessem boa dentadura para rasgar o cartucho, que continha pólvora que carregava a espingarda?!

Quantos escravos não foram levados ao *açougue*, e offerecidos ao governo para defender a Patria, que para elles era madrasta, pelos senhores que só visavam um baronato, comprado à custa das vidas daquelles desgraçados!?

E qual o resultado, qual a gloria do Brasil aliando-se a duas republicas, das quais a menor era maior que o Paraguay, o qual só tinha 800, 000 habitantes, e, com essa inferioridade numérica, resistiu cinco annos?

Sejamos imparciaes: durante a guerra do Paraguay houve muito patriotismo, rasgos de coragem que admiraram a velha Europa, porém poucos foram os *voluntários* que foram voluntariamente !... o maior número eram guardas nacionaes designados que se diziam voluntários, porque não podiam fugir, e assim encurtavam o tempo de serviço. A maior parte dos *voluntários* haviam entrado preso para a cadêa, e seguiram algemados para o Rio de Janeiro, como se fossem criminosos.

Muitos guardas nacionaes, designados para seguirem para a guerra, compravam um homem, e o substituíam por si; é por isso que haviam *voluntários* que se vendiam, e se annunciavam como qualquer mercadoria!

Se o leitor percorrer os jornais contemporâneos, achará nelles annuncios eguaes ao que se acha publicado no *Monitor Campista* de 3 de Janeiro de 1867. cujos dizeres eram os seguintes:

‘ Voluntários- Quem precisa de um homem para substituir algum designado, dirija-se à rua Direita, n. 158, que se informará qual a pessoa que se propõe a seguir, por preço rasoavel.’

Esse voluntario, quem o comprou foi o negociante que tinha uma pequena venda na Coroa, chamado João Quirós, o qual retirado do negocio a quantia para compra do voluntario que o substituiu, ficou sem capital para negociar, e foi empregar-se depois como porteiro da Beneficencia Portuguesa, onde esteve por muitos annos.

Por decreto de 9 de janeiro de 1867, foi agraciado José Martins Pinheiro, com o titulo de Barão da Lagoa Dourada, por ter despendido mais de dez contos de réis, pagando 100\$000 a cada voluntario da pátria.

O barão de Itabopoana, conforme se lia no ‘ Paiz’ Jornal que se publicava em Campos à rua da Constituição n. 11 e substituído pelo ‘ Independente’ de 3 de fevereiro de 1867, deu a noticia de que o barão havia *libertado* quatro escravos e os apresentou para se alistarem no exercito, recebendo nessa occação os agradecimentos do governo imparial.

Na partida dos voluntários para o Paraguay, havia sempre discursos, poesias que enthusiasmavam e eletrizavam a multidão.

Entre as poesias houve uma que commovia. Era o autor o capitão Joaquim Ribeiro da Silva Peixoto.

Despedida

‘ Adeus, Campos, adeus que vou deixarte
Deixo tudo que amei, tudo que amo:
A Patria, a mãe, a irmã, a esposa e amigos;
E meus filhos que embalde agora chamo!

Ao sol do Paraguay se cervo em sangue,
O carneirinho e audaz Lopes segindo,
Horda de Canibaes sem brio e honra
Teu crime e atrocidade espanta o mundo!

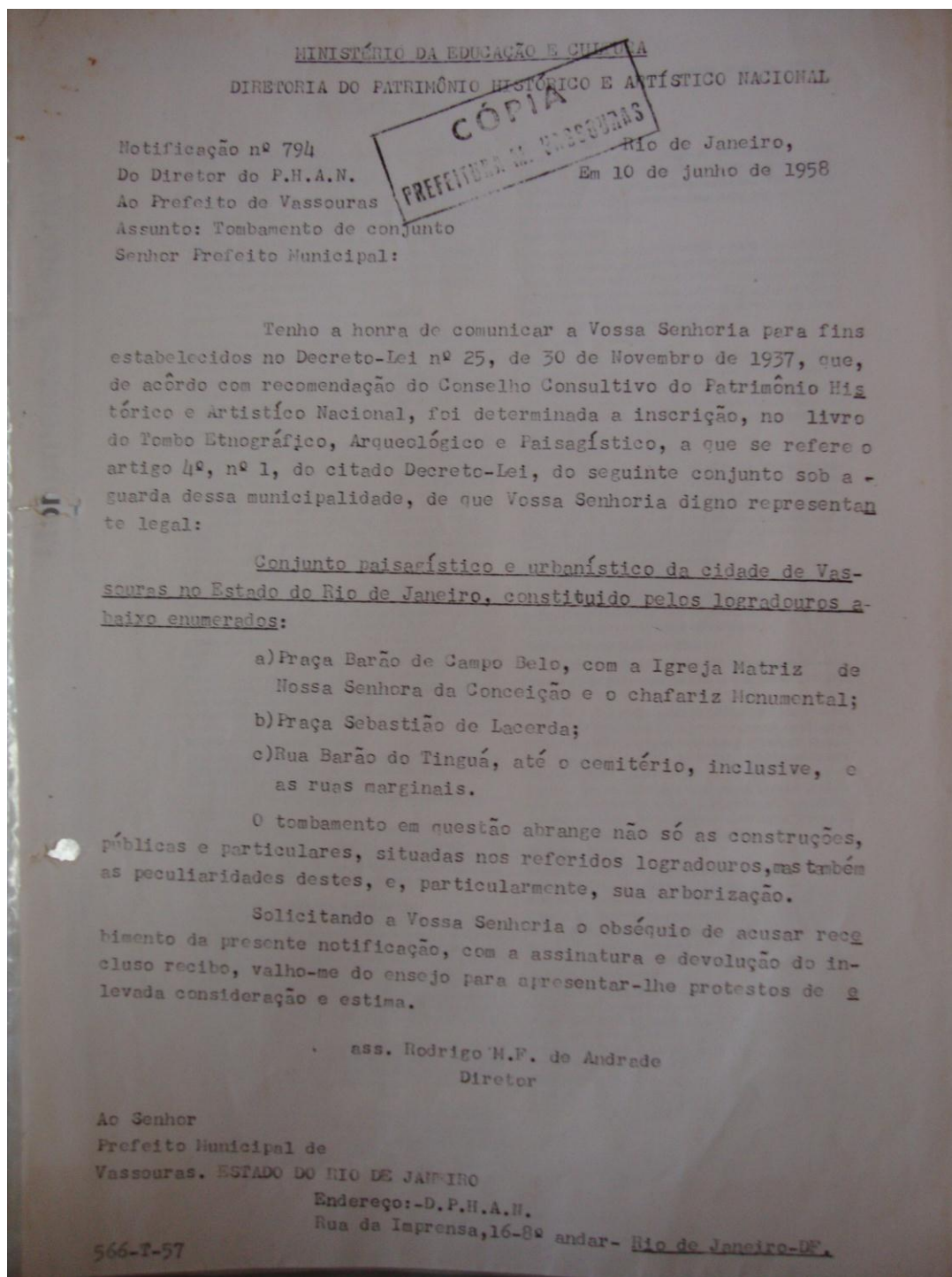
Eu vou ao Paraguay! aos meus irmãos
Vou levar o meu braço e o meu socorro,
E com elles vingarei injurias tantas
Ou se não pela Patria alegre morro!
Campistas, se algum dia à vossa porta
Um filho meu chegar pedindo pão,
Não deixeis ir mais longe o coitadinho,
Abri o peito ao dó, à compaixão!

Quando eu voltar me curvarei às plantas
Dos que dos filhos meus forem amigos,
Eu que a troco que fora de um império,
Adeus, Campistas! Adeus tudo que amo:
Esposa, filhos, mãe e amigos meus;
Um dia voltarei cantando glorias,
Ou então, para sempre, adeus, adeus!

Segundo uma carta do general conara, publicada pela ‘ Nacion’ Lopes não quiz render-se e disse: ‘que morreria com sua espada na mão, e por sua patria’. Assim morreu Lopes a 1º de março de 1870, chegando à noticia à Campos a 18 duaquelle mez. Festejou-se durante três dias sucessivos a terminação da guerra, occacionada por aquella morte.” (FEYDIT, 1900, p, 480-81).

Apêndice VI

Registo de tombamento de Vassouras de 1958



Apêndice VII**PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 340/2011****EMENTA:**

“CONCEDE A MEDALHA TIRADENTES E RESPECTIVO DIPLOMA POST MORTEM AO HERÓI DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO, ESCRAVO MANUEL CONGO.”

Autor (es): Deputado BRUNO CORREIA

A ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

RESOLVE:

Art. 1º- Fica concedida a Medalha Tiradentes e respectivo Diploma Post Mortem, ao Herói do Estado do Rio de Janeiro Escravo Manuel Congo.

Art. 2º- Esta resolução entrará em vigor na data de sua publicação.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 25 de agosto de 2011.

BRUNO CORREIA

DEPUTADO ESTADUAL-PDT

JUSTIFICATIVA

O presente projeto de resolução visa conceder a Medalha Tiradentes e respectivo Diploma POST Mortem, ao Herói do Estado do Rio de Janeiro, Escravo Manuel Congo.

Desempenhou brilhante papel na historia fluminense, ao se rebelar contra os desmandos dos Barões de café contra seus escravos na região.

Manuel Congo, fugitivo da Fazenda freguesia (atual Aldeia Arcozelo) sonhava construir na região o maior Quilombo do local, coisa que em razão de ter sido capturado não lhe foi possível concretizar, pois não conseguiu resistir as tropas da Guarda Nacional, enviadas por determinação do Imperador e comandada pelo Barão de Paty de Alferes, Francisco Peixoto de Lacerda Werneck.

Manuel Congo lutou muito, como guerreiro que era, mas acabou capturado e levado para a cadeia pública de Vassouras, mais tarde foi julgado e condenado à força por insurreição e pela morte de dois guardas. No dia 06 de setembro de 1839, ele foi enforcado no lugar denominado Pedreira, cidade de Vassouras, onde existe um memorial em sua homenagem.

Teve merecidamente seus esforços reconhecidos pelo Estado do Rio de Janeiro através da lei de Nº5898/2011 de autoria da deputada Inês Pandeló, quando foi reconhecido como herói de nosso Estado.

Pelas razões acima descritas proponho aos meus pares ser dada por esta casa de leis em honraria meritória a Medalha Tiradentes Post Mortem, pelo seu grande papel desempenhado na História Fluminense e Nacional.

Plenário Barbosa Lima Sobrinho, 25 de agosto de 2011.

BRUNO CORREIA

DEPUTADO ESTADUAL- PDT

Fonte disponível em > <http://erickfigueiredo.wordpress.com/2011/09/13/justa-homenagem-a-um-heroi-nacional/>> Acesso em 01 de mar. 2013.

ANEXOS
I-II-III-IV

Anexo I

Inventário (banco de dados/resumo) das imagens urbanas da cidade de Campos dos Goytacazes, Rio de Janeiro.²⁰⁶ (em 2011, a prefeitura de Campos tombou as imagens escultóricas urbanas e outros bens de natureza material e imaterial [ver as Resoluções em Anexo])

Imagem 1

Título:	Tiradentes		
Autor:	Desconhecido	Tipologia:	Estátua
Data:	1989	Logradouro:	Praça
Imagem:			
	Aquisição:	Obra Pública	
	Iniciativa:	Governo	
	Material:	Combinação de Materi	
	Tema:	Personalidade	
	Tipo de Personalidade:	Políticos	
	Tempo:	Passado Distante	
	Representação Formal:	Figurativa	
	História:	Nacional	
	Observações:		

Figura 1 - Tiradentes (Joaquim José da Silva Xavier)²⁰⁷

²⁰⁶ A pesquisa [inventário com banco de dados e as tabelas com os relatórios] tanto da cidade de Campos dos Goytacazes, quanto de Vassouras foi organizada no Microsoft Access, conforme apresentamos anteriormente, a partir do procedimento metodológico trabalhado pelos professores Marcelo Abreu e Paulo Knauss.

²⁰⁷ Fonte da imagem: autor da fotografia Gerlane Rodrigues (todas as imagens apresentadas neste inventário foram fotografadas pela autora da tese).

A peça encontra-se erigida na Praça Batalhão Tiradentes. Aqui havia um “Corredor Cultural” com outras imagens urbanas. A estátua está com as mãos amarradas, possui uma estatura média e porte elegante. A cena narra o momento do julgamento de Tiradentes à morte, porém não retrata dor ou decepção. Ao contrário, a imagem introduz uma perspectiva de consagração da figura de Tiradentes, anunciada pelo semblante sereno, e ao mesmo tempo firme, que reafirma a consagração do mito personificado pela República.

Imagem 2

Fichas	
Título:	Chafariz Belga
Autor:	Desconhecido
Data:	
Imagem:	
Tipologia:	Equipamento Urbano
Logradouro:	Praça
Aquisição:	Doação
Iniciativa:	Particular
Material:	Cantaria
Tema:	Sem Tema
Tipo de Personalidade:	Sem Informação
Tempo:	Passado Recente
Representação Formal:	Abstrata
História:	Local
Observações:	

Figura 2 - Chafariz Belga

Este chafariz está localizado na Praça das Quatro Jornadas. Segundo Ronaldo Linhares,²⁰⁸ este é um *lugar de memória* marcado pela história de Benta Pereira, heroína que expulsou os Assecas²⁰⁹ da região de Campos dos Goytacazes.²¹⁰

²⁰⁸ Arquiteto responsável pela “reforma urbana” da cidade de Campos dos Goytacazes, em 1990/2001.

Imagem 3

Fichas	
Título:	Monumento ao Soldado
Autor:	Modestino Kanto
Data:	1947
Imagem:	
Tipologia:	Estátua
Logradouro:	Praça
Aquisição:	Obra Pública
Iniciativa:	Governo
Material:	Combinação de Mater
Tema:	Personalidade/Evento
Tipo de Personalidade:	Militares
Tempo:	Passado Recente
Representação Formal:	Figurativa
História:	Nacional
Observações:	

Figura 3 - Monumento ao Expedicionário/Soldado

A peça encontra-se erigida na Praça do Santíssimo Salvador, em 1947. Presta homenagem aos campistas que lutaram na Guerra do Paraguai e na II Guerra Mundial. A peça tem sete metros de altura e quatro de largura. Apresenta a figura de um soldado, em bronze, que tem três metros sob uma base de granito. Na face lateral, há alto relevo alusivo ao embarque dos campistas, *voluntários* da pátria, que foram para a Guerra do Paraguai. A obra de arte é do

²⁰⁹ Segundo Jorge Renato, esta família aristocrata usurpou as terras de Campos e dominou a região por mais de 100 anos, conforme já mencionamos.

²¹⁰ Ver em CARVALHO, Waldir P. *Gente que é nome de rua*. A vida e a obra dos homens e mulheres que fizeram a história de Campos. Biografias. Volume I. Campos dos Goytacazes, 1985.

escultor campista Modestino Kanto.²¹¹ No dia da inauguração do monumento, foi celebrada uma missa aos mortos; cerca de três mil soldados, na ocasião, diversas autoridades do município e do estado estiveram presentes.²¹²

Imagem 4

Título:	Bartolomeu Lisandro		
Autor:	Desconhecido	Tipologia:	Busto
Data:		Logradouro:	Rua
Imagem:			
	Aquisição:	Obra Pública	
	Iniciativa:	Governo	
	Material:	Bronze e Concreto	
	Tema:	Personalidade	
	Tipo de Personalidade:	Políticos	
	Tempo:	Passado Recente	
	Representação Formal:	Figurativa	
	História:	Local	
	Observações:		

Figura 4 - Busto em Homenagem a Bartolomeu Lisandro

²¹¹ Modestino Kanto nasceu na cidade de Campos dos Goytacazes, no estado do Rio de Janeiro, em 1889. Em 1908, ingressou na Escola Nacional de Belas Artes, onde estudou escultura com Rodolfo Bernadelli. Foi premiado, em 1908, com a viagem de estudos à Europa no Salão Nacional de Belas Artes. Na França, estudou no ateliê de Paul Landowsky, que viria posteriormente a esculpir o monumento do Cristo Redentor. De volta ao Brasil, lecionou no Liceu de Artes e Ofícios do Rio de Janeiro. Destacam-se em sua produção o monumento a Deodoro da Fonseca, erguido na Praça Paris, e as alegorias da Independência e da República no Palácio Tiradentes, realizadas em parceria com Magalhães Correia. Foi membro do Conselho Superior de Belas Artes. Faleceu em 1967. Esta imagem foi fotografada em agosto de 2011, o monumento havia passado por uma restauração. Ao seu redor, foi construído um jardim cercado por grades.

²¹²Cf.MATTOS, João Baptista. *Os Monumentos Nacionais*. Estado do Rio de Janeiro. Revista Militar Brasileira, 1952.

Busto em bronze de Bartolomeu Lisandro de Albernaz. Ele foi deputado federal e usineiro. A peça encontra-se erigida na Avenida Bartolomeu Lisandro, que fica na periferia da cidade. A peça não possui nenhuma placa de identificação, apenas vestígios de que foram arrancadas. É importante destacar que, na praça principal da cidade (Santíssimo Salvador), havia outro busto em homenagem a Bartolomeu Lisandro. Por ocasião da reforma da praça, o monumento foi retirado (outros monumentos também foram deslocados).²¹³

Imagem 5



Título:	José Carlos Pereira Pinto		
Autor:	Desconhecido	Tipologia:	Busto
Data:	1961	Logradouro:	Rua
Imagem:			
	Aquisição:	Obra Pública	
	Iniciativa:	Governo	
	Material:	Bronze e Concreto	
	Tema:	Personalidade	
	Tipo de Personalidade:	Políticos	
	Tempo:	Passado Recente	
	Representação Formal:	Figurativa	
	História:	Local	
	Observações:		

Figura 5 - Busto em Homenagem a José Carlos P. Pinto²¹⁴

José Carlos foi Senador da República e usineiro. O busto em bronze sobre um pedestal de granito encontra-se em frente à Santa Casa de Misericórdia (hospital doado pelo

²¹³ Segundo Eugênia, não se sabe onde foi colocado o busto. Ela me disse que ficou muito consternada com a atitude do poder público. Ao narrar a história de seu avô, disse que ele havia doado o terreno para a construção do Aeroporto de Campos, que leva o seu nome, e que havia feito inúmeras obras de doação para a cidade. Disse ela emocionada: “a cidade não tem memória.”

²¹⁴ José Carlos Pereira Pinto era tio do Sr. Jorge Renato Pereira Pinto e tio-avô do marido de Eugênia Lisandro, o Sr. José Carlos (conforme já pontuei, esta família me hospedou em sua casa. Além disso, me ajudou muito com a pesquisa de campo, não só com as “entrevistas”, mas com documentos e fontes sobre a cidade).

homenageado. De acordo com a família, ele doou o terreno e fez a construção). Traz a seguinte inscrição: *Homenagem de Campos a José Carlos Pereira Pinto o filho benemérito, 26 -11-1961.*

Imagem 6

Fichas

Título: João Batista Lacerda Sobrinho

Autor: Desconhecido

Data:

Imagem:



Tipologia: Busto

Logradouro: Praça

Aquisição: Obra Pública

Iniciativa: Governo

Material: Combinação de Mater

Tema: Personalidade

Tipo de Personalidade: Intelectuais/Artistas

Tempo: Passado Recente

Representação Formal: Figurativa

História: Local

Observações:

Figura 6 - Busto em Homenagem a João Batista Lacerda Sobrinho

A peça está edificada na Praça de República, é um busto em bronze sobre um pedestal em pedra, formado por várias camadas sobrepostas, com aproximadamente três metros de altura. A peça tinha cinco placas em bronze, uma foi retirada. Seguem as inscrições das placas: “Jornalismo. Ciência. Literatura. A Lacerda Sobrinho. O povo. 1906-1955”.

Imagem 7

Fichas		ΣΣ	
Título:	Nilo Peçanha	Tipologia:	Busto
Autor:	Desconhecido	Logradouro:	Praça
Data:	1931	Aquisição:	Obra Pública
Imagem:		Iniciativa:	Governo
		Material:	Bronze e Concreto
		Tema:	Personalidade
		Tipo de Personalidade:	Políticos
		Tempo:	Passado Recente
		Representação Formal:	Figurativa
		História:	Nacional
		Observações:	

Figura 7 - Busto em Homenagem a Nilo Peçanha

Busto em bronze sobre um pedestal de concreto, edificado na Praça Nilo Peçanha. Nilo Procópio Peçanha nasceu em Campos dos Goytacazes, no dia 2 de outubro de 1867, e faleceu no Rio de Janeiro, em 31 de março de 1924. Assumiu a Presidência da República após o falecimento de Afonso Pena, em 14 de junho de 1909, e governou até 15 de novembro de 1910. O busto foi inaugurado em 13 de maio de 1931. A peça foi deslocada para o Jardim da Academia Campista de Letras, em 2003, e traz a seguinte inscrição: “Gratidão do Povo Campista. V-XI-MCM XVI”.

Imagem 8

Fichas

Título: Gastão Machado

Autor: Desconhecido

Data: 1964

Imagem:



Tipologia: Busto

Logradouro: Praça

Aquisição: Obra Pública

Iniciativa: Governo

Material: Bronze e Concreto

Tema: Personalidade

Tipo de Personalidade: Intelectual

Tempo: Passado Recente

Representação Formal: Figurativa

História: Regional

Observações:

Figura 8 - Busto de Gastão Machado

Busto em bronze inaugurado primeiramente na Praça São Salvador, em 1964. Foi deslocado para a Praça Nilo Peçanha, para o jardim da Academia de Letras de Campos. Traz a inscrição: “Homenagem do Povo a Gastão Machado. 25-03-1899-26-03-1964”. Gastão Machado se tornou uma figura ilustre em Campos como jornalista e teatrólogo.

Imagem9

Fichas	
Título:	Teixeira de Mello
Autor:	Bernadelli
Data:	1912
Imagem:	
Tipologia:	Busto
Logradouro:	Praça
Aquisição:	Obra Pública
Iniciativa:	Governo
Material:	Bronze e Concreto
Tema:	Personalidade
Tipo de Personalidade:	Intelectual
Tempo:	Passado Recente
Representação Formal:	Figurativa
História:	Regional
Observações:	

Figura 9 - Busto em Homenagem a Teixeira de Mello

O busto foi inaugurado em 14 de setembro de 1912, na Praça São Salvador. Foi deslocado para a Praça Nilo Peçanha, no jardim da Academia Campista de Letras. Autoria do escultor Bernardelli. Teixeira de Mello foi um personagem marcante na história de Campos. Intelectual, médico e poeta. Foi sócio do Instituto Histórico Brasileiro e diretor da Biblioteca Nacional. Morreu aos 74 anos, em 1907.

Imagem 10

Fichas		Σ3	
Título:	José do Patrocínio		
Autor:	Desconhecido	Tipologia:	Busto
Data:	1931	Logradouro:	Praça
Imagem:			
	Aquisição:	Obra Pública	
	Iniciativa:	Governo	
	Material:	Bronze e Concreto	
	Tema:	Personalidade	
	Tipo de Personalidade:	Políticos	
	Tempo:	Passado Recente	
	Representação Formal:	Figurativa	
	História:	Nacional	
	Observações:		

Figura 10 - Busto em Homenagem a José do Patrocínio

O busto do campista José do Patrocínio foi erigido na Praça Nilo Peçanha, no jardim da Academia de Letras de Campos, no dia 13 de maio de 1931. Traz a seguinte inscrição: "José do Patrocínio que inscreveu na pele do tempo a igualdade entre os homens e a justiça social, a homenagem de sua terra. Sequincentenário de nascimento 2003".

Imagem 11

Fichas	
Título:	Benta Pereira
Autor:	Desconhecido
Data:	2010
Imagem:	
Tipologia:	Efígie
Logradouro:	Praça
Aquisição:	Obra Pública
Iniciativa:	Governo
Material:	Bronze e Concreto
Tema:	Personalidade
Tipo de Personalidade:	Sujeito Coletivo - Cida
Tempo:	Passado Distante
Representação Formal:	Figurativa
História:	Local
Observações:	

Figura 11 - Benta Pereira

Esta efígie de Benta Pereira está localizada na Praça Nilo Peçanha, no jardim da Academia Campista de Letras, edificada lá em 2010. Traz a seguinte inscrição: “As grandes histórias são escritas não com palavras, mas com ações. Por isso, os ventos que impulsionam nossa Planície Goytacaz, em inflamantes notas musicais, orquestram, em uníssono: Benta Pereira (1675-1760). “Só a saudade é capaz de estancar o fluxo do esquecimento” Arlete Sedro. Monumento à heroína recuperado pelo Governo Rosinha Garotinho. Secretário Municipal de Cultura Orávio de Campos Soares. Maio de 2010”.²¹⁵

²¹⁵ É importante destacar que, em minha primeira pesquisa de campo na cidade (2010), a peça não estava erigida neste local. Pesquisei sobre a possibilidade da existência de um monumento a Benta Pereira, mas não descobri nada. Conforme já mencionei anteriormente, ao retornar a cidade (em agosto de 2011), encontrei a peça erigida e com uma placa escrita “obra restaurada no governo de Rosinha Garotinho”. Descobri que a peça tinha sido erigida na Av. Hélio Póvoa. Foi removida e colocada neste novo local.

Imagem 12

Fichas	
Título:	Azevedo Cruz
Autor:	Desconhecido
Data:	1914
Imagem:	
Tipologia:	Busto
Logradouro:	Praça
Aquisição:	Obra Pública
Iniciativa:	Governo
Material:	Bronze e Concreto
Tema:	Personalidade
Tipo de Personalidade:	Intelectual
Tempo:	Passado Recente
Representação Formal:	Figurativa
História:	Local
Observações:	

Figura 12 - Busto em Homenagem a Azevedo Cruz

Busto em bronze sobre um pedestal de granito. Erigido na Praça Nilo Peçanha, em 1914. Escultor da obra Bernadelli. Azevedo Cruz nasceu em Campos, no ano de 1870, e morreu em 1905, na cidade de Friburgo. Foi jornalista, poeta e deputado estadual. Atualmente, o busto faz parte da coleção do Jardim da Academia de Letras.

Imagem 13

Fichas		Σ3	
Título:	Monsenhor Uchôa		
Autor:	Modestino Kanto	Tipologia:	Busto
Data:	1947	Logradouro:	Praça
Imagem:			
	Aquisição:	Obra Pública	
	Iniciativa:	Governo	
	Material:	Bronze e Concreto	
	Tema:	Personalidade	
	Tipo de Personalidade:	Eclesiásticos	
	Tempo:	Passado Recente	
	Representação Formal:	Figurativa	
	História:	Local	
	Observações:		

Figura 13 - Busto em Homenagem ao Monsenhor Uchôa

Busto em bronze sobre um pedestal de granito. Foi erigido na Praça São Salvador, em 1947. Foi deslocado para o lado da igreja onde está situada a mesma praça. Escultor Modestino Kanto. A peça traz a seguinte inscrição: “Monsenhor João Barros Uchôa construtor da Catedral- Homenagem do Povo de Campos”. Monsenhor João Uchôa nasceu em 1889, fez carreira como clérigo, escreveu e publicou vários livros no campo religioso. Foi vice-presidente da Academia de Letras de Niterói.

Imagem 14

Fichas			
Título:	Barão do Rio Branco		
Autor:	Desconhecido	Tipologia:	Busto
Data:		Logradouro:	Praça
Imagem:			
	Aquisição:	Obra Pública	
	Iniciativa:	Governo	
	Material:	Bronze e Concreto	
	Tema:	Personalidade	
	Tipo de Personalidade:	Aristocracia	
	Tempo:	Passado Distante	
	Representação Formal:	Figurativa	
	História:	Nacional	
	Observações:		

Figura 14 - Busto em Homenagem ao Barão do Rio Branco

Busto em bronze erigido na Praça Barão do Rio Branco. A peça se apresenta na frente da casa que foi construída pelo Barão da Lagoa Dourada, em 1864. O busto não tem placa de identificação.²¹⁶ José Maria da Silva Paranhos Júnior (Barão do Rio Branco) era filho de José Maria Paranhos, o Visconde do Rio Branco. Nasceu no Rio de Janeiro, em 20 de abril de 1845, e faleceu na mesma cidade, em 10 de fevereiro de 1912. O barão exerceu funções

²¹⁶ Ao fazer a pesquisa (na qual fiquei, por dois dias, algumas horas na praça, em frente ao busto), perguntei aos transeuntes que cruzavam a praça se eles conheciam quem estava representado no busto. Nenhuma das pessoas conhecia a figura representada pelo busto, mesmo aquelas que me disseram andar todos os dias pelas imediações da praça. Porém, quando fiz a mesma pergunta sobre a imagem para uma família herdeira da antiga aristocracia de Campos, prontamente eles falaram que a imagem do busto representava o Barão da Lagoa Dourada (um barão da aristocracia campista). Os discursos se potencializavam, parecia que eles haviam vivido a época do barão. O personagem da história local (barão) ganhou vida, detalhes do cotidiano daquela sociedade eram recuperados, em instantes, narrativas acaloradas e, algumas vezes, contraditórias. Parecia que eles estavam falando de alguém muito próximo e de uma época muito recente.

importantes no governo brasileiro, como diplomata e ministro, professor e escritor. Em 1907, foi eleito presidente do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro.

Imagem 15

Fichas	
Título:	Monumento -Liberdade
Autor:	Desconhecido
Data:	2006
Imagem:	
Tipologia:	Marco
Logradouro:	Rua
Aquisição:	Obra Pública
Iniciativa:	Governo
Material:	Bronze e Concreto
Tema:	Evento
Tipo de Personalidade:	Grupo Social
Tempo:	Passado Distante
Representação Formal:	Figurativa
História:	Nacional
Observações:	

Figura 15 - Monumento à Liberdade

O monumento foi erigido no Boulevard de Paula Carneiro, em 2006, e traz a seguinte inscrição: “Campos dos Goytacazes possui dois pelourinhos, instrumentos de suplício dos escravos e marca de grandeza da cidade. O primeiro foi instalado em 1757 neste local e o segundo no Largo do Capim à (Rua Barão de Cotegipe) em 1795, segundo registra o historiador Julio Frydit. Este monumento é representado pela segunda peça arrancada em 1875 por ordem da Câmara Municipal e erguida no Cemitério do Cajú. Agora ocupa este espaço como referência do passado com seu significado na contemporaneidade. Que as novas gerações possam, olhando este marco, entender o colonialismo como uma força ainda viva,

ensejando que a luta pela liberdade do ser humano deve ser constante e permanente. Campos dos Goytacazes, 20 de novembro de 2006. Alexandre Mocaiber, prefeito.”²¹⁷

Imagem 16

Título:	Marco - (UENF)		
Autor:	Oscar Niemayer	Tipologia:	Marco
Data:	1990	Logradouro:	Rua
Imagem:			
	Aquisição:	Obra Pública	
	Iniciativa:	Governo	
	Material:	Concreto	
	Tema:	Evento	
	Tipo de Personalidade:	Sem Informação	
	Tempo:	Passado Recente	
	Representação Formal:	Abstrata	
	História:	Local	
	Observações:		

Figura 16 - Marco da UENF

O marco foi erigido pelo governo do Estado do Rio de Janeiro, na Avenida Alberto Lamago, na década de 1990. Esta peça celebra a inauguração da Universidade Estadual Norte Fluminense Darcy Ribeiro (UENF), no governo de Darcy Ribeiro. Autor: Oscar Niemayer.

²¹⁷ Como se pode depreender pelo texto, a peça foi edificada em outra localidade e, depois, removida para ser edificada neste local. Essa prática de deslocamento das imagens urbanas é recorrente na cidade.

Imagem 17

Fichas	
Título:	Marco-Vila São Salvador de Campos
Autor:	Desconhecido
Data:	1985
Imagem:	
Tipologia:	Marco
Logradouro:	Rua
Aquisição:	Obra Pública
Iniciativa:	Governo
Material:	Mármore
Tema:	Evento
Tipo de Personalidade:	Sujeito Coletivo - Cida
Tempo:	Passado Distante
Representação Formal:	Abstrata
História:	Local
Observações:	

Figura 17 - Marco Comemorativo de ELevação da Vila à Categoria de Cidade

Este marco está erigido na Rua 13 de Maio – Adro da Igreja de São Francisco, edificado em 1985. Traz a inscrição: “Em 28 de março de 1885, por ato da Assembleia Legislativa Provincial do Rio de Janeiro, a Villa de São Salvador dos Campos foi elevada à categoria de cidade de Campos dos Goytacazes. Homenagem àqueles que pelo trabalho contribuíram para o progresso desta terra. Campos 1885-1985. Traz outra placa com a seguinte inscrição: Fundador General Salvador Correia de Sá e Benevides 1594- 1688”.

Imagem 18

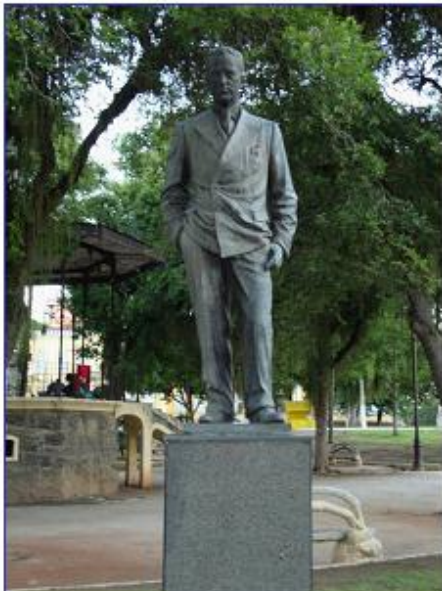
Fichas	
Título:	Oswaldo Aranha
Autor:	Desconhecido
Data:	1942
Imagem:	
Tipologia:	Estátua
Logradouro:	Praça
Aquisição:	Obra Pública
Iniciativa:	Governo
Material:	Bronze
Tema:	Personalidade
Tipo de Personalidade:	Políticos
Tempo:	Passado Recente
Representação Formal:	Figurativa
História:	Nacional
Observações:	

Figura 18 - Oswaldo Aranha

Estátua em bronze sobre um pedestal de granito em homenagem a Oswaldo Aranha. Foi erigido em 1942, na Praça Barão do Rio Branco. Oswaldo Euclides de Sousa Aranha nasceu em 15 de fevereiro de 1894, em Alegrete-RS e faleceu no Rio de Janeiro, em 1960. Ele se destacou como uma figura política importante para a Revolução de 1930. Ocupou cargos públicos importantes na República, como, por exemplo, Embaixador do Brasil em Washington. Como é do nosso conhecimento, Oswaldo Aranha foi chefe de delegação da recém-criada Organização das Nações Unidas (ONU), sendo importante sua participação na criação do Estado de Israel, depois do término do conflito mundial. A peça escultórica não tem qualquer tipo de identificação. Segundo o texto escrito por João Baptista de Mattos (1952), a peça não tinha nenhum tipo de inscrição, por ocasião de sua pesquisa na década de 1950. Não descobrimos o motivo do erguimento desta estátua. Suposições foram levantadas, mas não temos provas. Algumas pessoas dizem que a estátua foi erigida pela comunidade

judaica de Campos, outras dizem que a homenagem foi devido à proximidade dele com Getúlio Vargas.

Imagem 19

The image shows a screenshot of a web-based database interface. The window title is 'Fichas'. The entry is for 'Assis Chateaubriand'. The fields are organized into two columns. The left column contains 'Título:', 'Autor:', 'Data:', and 'Imagem:'. The right column contains 'Tipologia:', 'Logradouro:', 'Aquisição:', 'Iniciativa:', 'Material:', 'Tema:', 'Tipo de Personalidade:', 'Tempo:', 'Representação Formal:', 'História:', and 'Observações:'. The 'Imagem:' field contains a photograph of a bronze bust of Assis Chateaubriand. The 'Observações:' field is empty.

Título:	Assis Chateaubriand	Tipologia:	Cabeça
Autor:	Desconhecido	Logradouro:	Rua
Data:	1992	Aquisição:	Obra Pública
Imagem:			
	Iniciativa:	Governo	
	Material:	Bronze e Concreto	
	Tema:	Personalidade	
	Tipo de Personalidade:	Políticos	
	Tempo:	Passado Recente	
	Representação Formal:	Figurativa	
	História:	Nacional	
	Observações:		

Figura 19 - Assis Chateaubriand

Francisco de Assis Chateaubriand Bandeira de Melo nasceu em 05 de outubro de 1892, em Umbuzeiro, na Paraíba, e morreu em 04 de abril de 1968, em São Paulo. Foi uma figura de destaque no mundo das telecomunicações nas décadas de 1940 e 1950, como empresário. Exerceu a função de Senador da República e foi membro da Academia Brasileira de Letras. Promoveu a visibilidade de alguns escritores e artistas de sua época, como Cândido Portinari Di Cavalcante, Millôr Fernandes, entre outros. Além de mecenas, ficou conhecido como um colecionador de arte. A imagem urbana que faz homenagem a ele é uma cabeça em bronze sob um pedestal de concreto, erigida em 1992, no Largo da Imprensa. Traz a seguinte inscrição: “1892-1992 fundador dos Diários Associados. 5-10-92”.

Imagem 20

Fichas	
Título:	Abolição dos escravos no Brasil
Autor:	Desconhecido
Data:	2008
Imagem:	
Tipologia:	Conjunto Monumental
Logradouro:	Praça
Aquisição:	Obra Pública
Iniciativa:	Governo
Material:	Bronze
Tema:	Personalidade/Evento
Tipo de Personalidade:	Políticos
Tempo:	Passado Distante
Representação Formal:	Figurativa
História:	Nacional
Observações:	

Figura 20 - Conjunto Monumental em Homenagem à Abolição

O conjunto monumental é feito em bronze sobre um piso de granito. Foi deslocado do Palácio da Cultura, onde havia sido erigido em 2003, para a Praça do Canhão, edificado em 2008. A cena representa o momento em que a Princesa Isabel assinou o documento de abolição da escravidão no Brasil.

Imagem 21

Fichas	
Título:	Revolução de 1930
Autor:	Desconhecido
Data:	2008
Imagem:	
Tipologia:	Marco
Logradouro:	Praça
Aquisição:	Obra Pública
Iniciativa:	Governo
Material:	Bronze e Concreto
Tema:	Evento
Tipo de Personalidade:	Políticos
Tempo:	Passado Recente
Representação Formal:	Figurativa
História:	Nacional
Observações:	

Figura 21 - Marco Histórico da Revolução de 1930

Este marco se constitui de um canhão *La-Hite* sobre um pedestal de granito. Foi erigido na Praça Galvão Batista. Hoje, a praça é chamada de Praça do Canhão. Traz a seguinte inscrição: “Este canhão é uma réplica histórica que lembra a Revolução de 1930, cujas tropas aqui passaram em 25 de outubro daquele ano, nos deixando esta herança. Restauração de novembro de 2008. Prefeitura Municipal de Campos dos Goytacazes. governo de paz e conquista. Alexandre Mocaiber.”

Imagem 22

Fichas	
Título:	Dez Mandamentos
Autor:	Desconhecido
Data:	1985
Imagem:	
Tipologia:	Marco
Logradouro:	Rua
Aquisição:	Doação
Iniciativa:	Instituição
Material:	Mármore
Tema:	Religioso
Tipo de Personalidade:	Eclesiásticos
Tempo:	Passado Distante
Representação Formal:	Abstrata
História:	Universal
Observações:	

Figura 22 - Dez Mandamentos

Peça em mármore, erigida na Av. Beira Rio, que traz a inscrição dos Dez Mandamentos da Bíblia Sagrada Cristã.

Imagem 23

Fichas	
Título:	Virgem Maria
Autor:	Desconhecido
Data:	1986
Imagem:	
Tipologia:	Ícone
Logradouro:	Rua
Aquisição:	Doação
Iniciativa:	Instituição
Material:	Bronze e Concreto
Tema:	Religioso
Tipo de Personalidade:	Santos
Tempo:	Passado Distante
Representação Formal:	Figurativa
História:	Universal
Observações:	

Figura 23 - Virgem Maria

Peça em mármore e granito, que se encontra erigida na Avenida Beira Rio e traz a seguinte inscrição: “Monumento da Comunidade Católica à Virgem Maria, na celebração dos seus 2000 anos de nascimento. Agosto de 1986. No pontificado de João Paulo II.”

Imagem 24

Fichas			
Título:	Monumento -Deus		
Autor:	Desconhecido	Tipologia:	Ícone
Data:	2010	Logradouro:	Rua
Imagem:			
	Aquisição:	Obra Pública	
	Iniciativa:	Governo	
	Material:	Combinação de Materi	
	Tema:	Religioso	
	Tipo de Personalidade:	Santos	
	Tempo:	Passado Distante	
	Representação Formal:	Figurativa	
	História:	Universal	
	Observações:		

Figura 24 - Monumento a Deus

A peça está erigida na Avenida Nilo Peçanha. Próximo desse local havia sido ergida uma imagem escultórica que homenageava os índios goytacazes. (ver imagem em Apêndice IV)

Imagem 25

Fichas

Título: Marco da Luz Elétrica

Autor: Ronaldo Linhares

Data: 1990

Imagem:



Tipologia: Marco

Logradouro: Rua

Aquisição: Obra Pública

Iniciativa: Governo

Material: Combinação de Mater

Tema: Evento

Tipo de Personalidade: Sujeito Coletivo - Cida

Tempo: Passado Recente

Representação Formal: Figurativa

História: Local

Observações:

Figura 25 - Marco da Inauguração da Luz Elétrica

O marco foi erigido na Avenida Beira Rio, em 1990, pelo arquiteto Ronaldo Linhares. Traz a seguinte inscrição: “Em 1883 Campos era a primeira cidade da América Latina e a terceira do mundo a receber luz elétrica, este poste remanescente daquela época é símbolo da grandeza da nossa história, perpetuada pelo tempo”.²¹⁸

²¹⁸ Ronaldo Linhares acrescentou, no momento em que estávamos observando e fotografando o marco, que “Campos era para ser Capital do Estado do Rio, pois Campos já se constituiu na maior economia do país.”

Imagem 26

Fichas	
Título:	Nilo Peçanha
Autor:	Desconhecido
Data:	
Imagem:	
Tipologia:	Estátua
Logradouro:	Rua
Aquisição:	Obra Pública
Iniciativa:	Governo
Material:	Bronze e Concreto
Tema:	Personalidade
Tipo de Personalidade:	Políticos
Tempo:	Passado Recente
Representação Formal:	Figurativa
História:	Nacional
Observações:	

Figura 26 - Nilo Peçanha

Estátua em homenagem a Nilo Procópio Peçanha, em bronze, sobre um pedestal de granito, que está localizada na Avenida Nilo Peçanha. O homenageado nasceu em Campos dos Goytacazes, no dia 2 de outubro de 1867, e faleceu no Rio de Janeiro, em 31 de março de 1924. Figura política assumiu a Presidência da República após o falecimento de Afonso Pena, em 14 de junho de 1909, e governou até 15 de novembro de 1910.

Imagem 27

Fichas	
Título:	Monumento da Aliança
Autor:	Desconhecido
Data:	1916
Imagem:	
Tipologia:	Marco
Logradouro:	Rua
Aquisição:	Doação
Iniciativa:	Particular
Material:	Concreto
Tema:	Evento
Tipo de Personalidade:	Sujeito Coletivo - Cidad
Tempo:	Passado Recente
Representação Formal:	Abstrata
História:	Local
Observações:	

Figura 27 - Monumento da Aliança

Esta peça foi erigida em 5 de novembro de 1916. Marca a inauguração de parte do trecho da Avenida Beira Rio. Foi doada pelos usineiros e erigida pelo poder público municipal. Trata-se de uma demonstração de aliança ou parceria entre o governo municipal e os usineiros. Traz a inscrição: “lei nº 1037 de 11 de Novembro de 1911 manda arrecadar a taxa sobre o assucar oferecida ao Município de Campos para custear as obras de saneamento e melhoramento da cidade”.

Imagem28

Fichas			
Título:	Sem denominação	Tipologia:	Marco
Autor:	Ronaldo Linhares	Logradouro:	Rua
Data:	1990	Aquisição:	Obra Pública
Imagem:		Iniciativa:	Governo
		Material:	Combinação de Mater
		Tema:	Evento
		Tipo de Personalidade:	Políticos
		Tempo:	Passado Recente
		Representação Formal:	Abstrata
		História:	Local
		Observações:	

Figura 28 - Marco de Inauguração da Avenida Neusa Brizola

A peça, que foi erigida na década de 1990, é uma obra do arquiteto Ronaldo Linhares. Está localizada na Avenida Neusa Brizola (a 100 metros do marco construído por Oscar Niemayer).

Imagem 29

Fichas	
Título:	Benedito Gonçalves Nunes
Autor:	Desconhecido
Data:	1966
Imagem:	
Tipologia:	Busto
Logradouro:	Rua
Aquisição:	Obra Pública
Iniciativa:	Governo
Material:	Bronze e Concreto
Tema:	Personalidade
Tipo de Personalidade:	Políticos
Tempo:	Passado Recente
Representação Formal:	Figurativa
História:	Local
Observações:	

Figura 29 - Busto de Benedito Gonçalves Pereira Nunes

O busto em homenagem ao Dr. Benedito Gonçalves Pereira Nunes, encontra-se erigido na Av. 28 de Março. Pereira Nunes nasceu em Campos dos Goytacazes, em 06 de dezembro de 1864, formou-se em Medicina na capital do Rio e retornou à sua cidade natal, onde exerceu sua profissão. Entrou para a política e esteve à frente do município de Campos de 1901 a 1903, quando essa sociedade se viu às voltas com a epidemia conhecida como “peste bubônica”. Elegeram-se deputado federal e, posteriormente, foi prefeito de Niterói. Em 1928 e 1929, elegeram-se novamente como prefeito do município de Campos. Faleceu no dia 15 de dezembro de 1934.

Imagem 30

Fichas

Título:	Roberto Teixeira	Tipologia:	Busto
Autor:	Desconecido	Logradouro:	Rodoviária
Data:	1962	Aquisição:	Obra Pública
Imagem:			
	Iniciativa:	Governo	
	Material:	Bronze e Concreto	
	Tema:	Personalidade	
	Tipo de Personalidade:	Políticos	
	Tempo:	Passado Recente	
	Representação Formal:	Figurativa	
	História:	Regional	
	Observações:		

Figura 30 - Busto de Roberto Teixeira da Silveira

O busto está erigido na Rodoviária de Campos. Roberto Teixeira nasceu em Bom Jesus de Itabapoana (1923-1961). Na década de 1940, ingressou na Faculdade de Direito de Niterói. Em 1947, elegeu-se deputado estadual. Reeleito deputado estadual em 1950, foi nomeado secretário estadual do Interior e Justiça no governo de Amaral Peixoto. Em 1954, foi eleito vice-governador do estado, com apoio da coligação PTB-PSD, na chapa de Miguel Couto Filho. Nesse mesmo ano, tornou-se presidente do PTB fluminense. Em outubro de 1959, venceu as eleições para o governo do estado. Apoiou alguns projetos da Prefeitura de Campos, entre eles o terminal rodoviário que leva o seu nome.

Imagem 31

Fichas	
Título:	José de Azevedo
Autor:	Desconhecido
Data:	1962
Imagem:	
Tipologia:	Busto
Logradouro:	Rodoviária
Aquisição:	Obra Pública
Iniciativa:	Governo
Material:	Bronze e Concreto
Tema:	Personalidade
Tipo de Personalidade:	Políticos
Tempo:	Passado Recente
Representação Formal:	Figurativa
História:	Regional
Observações:	

Figura 31 - Busto de José Alves de Azevedo

O busto está erigido na Rodoviária de Campos. José Alves de Azevedo nasceu em 28 de dezembro de 1910 e faleceu em 1991. Formou-se em Direito e, em de 1950, foi prefeito de Campos. Em 1955, elegeu-se deputado federal. Posteriormente, elegeu-se novamente para a prefeitura, onde permaneceu de 1959 a 1962.

Imagem 32

Fichas	
Título:	Monumento -Bíblia
Autor:	Desconhecido
Data:	1998
Imagem:	
Tipologia:	Marco
Logradouro:	Praça
Aquisição:	Obra Pública
Iniciativa:	Governo
Material:	Concreto
Tema:	Religioso
Tipo de Personalidade:	Eclesiásticos
Tempo:	Passado Distante
Representação Formal:	Abstrata
História:	Universal
Observações:	

Figura 32 - Monumento à Bíblia

O monumento encontra-se erigido na Praça 05 de Julho e foi construído no governo de Anthony Garotinho. A peça tem uma forma de estrutura cilíndrica, de aproximadamente 3,5 m de altura por 1,5 m de largura e 1,5 m de comprimento, com citações bíblicas. No momento em que foi fotografado, o monumento encontrava-se em ruínas, sem as placas de identificação.

Imagem 33

Fichas	
Título:	Placa de inauguração do Jardim na Praça
Autor:	Desconhecido
Data:	1916
Imagem:	
Tipologia:	Placa
Logradouro:	Praça
Aquisição:	Obra Pública
Iniciativa:	Governo
Material:	Bronze e Concreto
Tema:	Evento
Tipo de Personalidade:	Políticos
Tempo:	Passado Recente
Representação Formal:	Abstrata
História:	Local
Observações:	

Figura 33 - Placa de Inauguração do Jardim na Praça Nilo Peçanha

Em 1842, este local era uma fazenda de café de José Francisco da Cruz Miranda. O município indenizou o proprietário pelas terras e, por volta de 1850, construiu uma Praça Municipal. Em 1865, próximo a este local, começou a ser construída a Igreja de São Benedito e, por conta dessa construção, o povo começou a chamar a praça pelo nome do santo. Em abril de 1904, o poder público municipal mudou o nome da praça para Praça Nilo Peçanha. Em 1916, foi inaugurado um jardim em volta da praça, e as pessoas começaram a chamar o local de Jardim São Benedito. Neste local, encontra-se a Academia Campista de Letras.²¹⁹

²¹⁹ Informações fornecidas por Jorge Renato Pereira Pinto, 2011.

A placa traz a seguinte inscrição: “1916 – Sendo Presidente do Estado do Rio de Janeiro – o Exmo. Snr. Dr. Nilo Peçanha e Secretário Geral o Exmo. Snr. Cel. José Mattoso Maia Forte a Comissão de Saneamento Inaugurou este Jardim”.

Imagem 34

Fichas	
Título:	Sem informação
Autor:	Ronaldo Linhares
Data:	1999
Imagem:	
Tipologia:	Marco
Logradouro:	Rua
Aquisição:	Obra Pública
Iniciativa:	Governo
Material:	Bronze e Concreto
Tema:	Evento
Tipo de Personalidade:	Sujeito Coletivo - Cidad
Tempo:	Passado Recente
Representação Formal:	Abstrata
História:	Local
Observações:	

Figura 34 - Sem Informação

A peça foi erigida em 1999, pelo arquiteto Ronaldo Linhares. Traz a seguinte inscrição: “Obra de Reurbanização da Rotatória do ‘Beco’. Dr. Arnaldo França Vianna-Prefeito. Apoio FUNDERJ- 28 de março de 1999”. De acordo com o arquiteto, a imagem representa duas mãos em oração. Segundo o arquiteto, neste lugar, aconteceram acidentes e mortes por conta da avenida, antes da reforma.

Imagem 35

Fichas	
Título:	Sem informação
Autor:	Ronaldo Linhares
Data:	2002
Imagem:	
Tipologia:	Placa
Logradouro:	Rua
Aquisição:	Obra Pública
Iniciativa:	Governo
Material:	Bronze e Concreto
Tema:	Evento
Tipo de Personalidade:	Sujeito Coletivo - Cidad
Tempo:	Passado Recente
Representação Formal:	Figurativa
História:	Local
Observações:	

Figura 35 - Placa de reinauguração da Av. Alberto Lamego

A placa traz a seguinte inscrição: “Em 28 de março de 2002, abriu-se o trânsito da nova Av. Alberto Lamego, que ao longo de seus 3.36 km urbanizados e duplicados demonstra o compromisso de seus governantes em construir para todos uma cidade mais feliz, onde não haja fronteiras para o nossos sonhos. Governo do Estado do Rio de Janeiro-Prefeitura de Campos dos Goytacazes-convênio FUNDERJ/PNCG”.

Imagem 36

Fichas	
Título:	"Monumento de inauguração da Ciclovia"
Autor:	Ronaldo Linhares
Data:	1999
Imagem:	
Tipologia:	Efígie
Logradouro:	Rua
Aquisição:	Obra Pública
Iniciativa:	Governo
Material:	Bronze e Concreto
Tema:	Evento
Tipo de Personalidade:	Sujeito Coletivo - Cidad
Tempo:	Passado Recente
Representação Formal:	Figurativa
História:	Local
Observações:	

Figura 36 - Monumento de Inauguração da Ciclovia

A imagem traz o retrato de Geraldo Maria Ferraiuoli (Patesko), um ex-pracinha que se tornou ciclista. A peça foi erigida pelo poder público, por ocasião da inauguração da ciclovia, em 1999.

Imagem 37

Fichas	
Título:	Monumento Lions Clube
Autor:	Desconhecido
Data:	1982
Imagem:	
Tipologia:	Marco
Logradouro:	Rua
Aquisição:	Particular
Iniciativa:	Instituição
Material:	Mármore
Tema:	Evento
Tipo de Personalidade:	Grupo social
Tempo:	Passado Recente
Representação Formal:	Abstrata
História:	Local
Observações:	

Figura 37 - Monumento Lions Clube

O monumento encontra-se erigido na Avenida Beira Rio, são três colunas em mármore com algumas placas de bronze. Tem aproximadamente 5 metros de altura, com algumas placas de identificação.

Imagem 38

Fichas

Título: Sem informação

Autor: Ronaldo Linhares

Data: 1999

Imagem:



Tipologia: Escultura

Logradouro: Rua

Aquisição: Obra Pública

Iniciativa: Governo

Material: Concreto

Tema: Sem Tema

Tipo de Personalidade: Sem Informação

Tempo: Passado Recente

Representação Formal: Abstrata

História: Local

Observações:

Figura 38 - Monumento sem Identificação

Imagem39

Fichas

Título:	Sem identificação	Tipologia:	Escultura ▼
Autor:	Ronaldo Linhares	Logradouro:	Rua ▼
Data:	1999	Aquisição:	Obra Pública ▼
Imagem:		Iniciativa:	Governo ▼
		Material:	Concreto ▼
		Tema:	Sem Tema ▼
		Tipo de Personalidade:	Sem Informação ▼
		Tempo:	Passado Recente ▼
		Representação Formal:	Abstrata ▼
		História:	Local ▼
	Observações:		

Figura 39 - Peça Escultórica Decorativa

Imagem 40

Fichas	
Título:	Placa aos Voluntários da Pátria
Autor:	Desconhecido
Data:	1965
Imagem:	
Tipologia:	Placa
Logradouro:	Rua
Aquisição:	Doação
Iniciativa:	Instituição
Material:	Bronze
Tema:	Evento
Tipo de Personalidade:	Militares
Tempo:	Passado Recente
Representação Formal:	Abstrata
História:	Nacional
Observações:	

Figura 40 - Placa em Homenagem aos Voluntários da Pátria

Placa em bronze erigida na Avenida Rui Barbosa, pelo Lios Clube de Campos dos Goytacazes, em 1964.

Anexo II

Tabelas com o relatório das imagens urbanas da cidade de Campos dos Goytacazes

[Tabela 1 Tema Tipo de Personalidade]

Tema	Tipo de Personalid	Quantidade		
Evento	Grupo Social	2		
Evento	Instituição	1		
Evento	Militares	2		
Evento	Políticos	2		
Evento	Sujeito Coletivo - Cida	6		
Personalidade	Aristocracia	1		
Personalidade	Eclesiásticos	1		
Personalidade	Intelectuais/Artistas	1		
Personalidade	Intelectual	3		
Personalidade	Políticos	11		
Personalidade	Sujeito Coletivo - Cida	1		
Personalidade/Evento	Militares	1		
Personalidade/Evento	Sujeito Coletivo - Cida	1		
Religioso	Eclesiásticos	2		
Religioso	Santos	2		
Sem Tema	Sem Informação	3		

[Tabela 2 Aquisição/Iniciativa]

Aquisição Iniciativa				
Descrição da Aquisição	Iniciativa	Quantidade		
Doação	Instituição	2		
Doação	Particular	2		
Obra Pública	Governo	35		
Particular	Instituição	1		

[Tabela 3 Aquisição/Tema]

Aquisição Tema			
Descrição da Aquisição	Tema	Quantidade	
Doação	Evento	1	
Doação	Religioso	2	
Doação	Sem Tema	1	
Obra Pública	Evento	11	
Obra Pública	Personalidade	18	
Obra Pública	Personalidade/Evento	2	
Obra Pública	Religioso	2	
Obra Pública	Sem Tema	2	
Particular	Evento	1	

[Tabela 4 Tipologia/Material]

Descrição da Tipologia	Material	Quantidade	
Busto	Bronze e Concreto	12	
Busto	Combinação de Mate	1	
Cabeça	Bronze e Concreto	1	
Conjunto Monumental	Bronze	1	
Efígie	Bronze e Concreto	2	
Equipamento Urbano	Cantaria	1	
Escultura	Concreto	2	
Estátua	Bronze	1	
Estátua	Bronze e Concreto	1	
Estátua	Combinação de Mate	2	
Ícone	Bronze e Concreto	1	
Ícone	Combinação de Mate	1	
Marco	Bronze e Concreto	3	
Marco	Combinação de Mate	2	
Marco	Concreto	3	
Marco	Mármore	3	
Placa	Bronze	1	
Placa	Bronze e Concreto	2	

[Tabela 5 Tipologia /Logradouro]

Tipologia Logradouro			
Descrição da Tipologia	Logradouro	Quantidade	
Busto	Praça	8	
Busto	Rodoviária	2	
Busto	Rua	3	
Cabeça	Rua	1	
Conjunto Monumental	Praça	1	
Efígie	Praça	1	
Efígie	Rua	1	
Equipamento Urbano	Praça	1	
Escultura	Rua	2	
Estátua	Praça	3	
Estátua	Rua	1	
Ícone	Rua	2	
Marco	Praça	2	

Anexo III

Inventário (banco de dados/resumo) das imagens urbanas de Vassouras - Rio de Janeiro

Imagem1

Fichas	
Título:	Monumento ao Centenário
Autor:	Desconhecido
Data:	1933
Imagem:	
Tipologia:	Marco
Logradouro:	Rua
Aquisição:	Obra Pública
Iniciativa:	Governo
Material:	Combinação de Mater
Tema:	Evento
Tipo de Personalidade:	Sujeito Coletivo - Cida
Tempo:	Passado Recente
Representação Formal:	Abstrata
História:	Loca
Observações:	

Figura 1 - Monumento ao centenário²²⁰

A peça foi construída em homenagem ao centenário de elevação de Vassouras à categoria de vila, em 15 de janeiro de 1933, na gestão do prefeito Mauricio de Lacerda.²²¹ Trata-se de uma obra de referência *art déco*. Está erigida na Avenida Prefeito Henrique Borges Filho, no alto do Rio Bonito.

²²⁰ Fonte da imagem: autor da fotografia, Gerlane Rodrigues (todas as imagens apresentadas neste texto foram fotografadas pela autora da tese, exceto a foto do Memorial Judaico).

²²¹ Em frente ao monumento, encontra-se uma placa lembrando a data do início de Paty do Alferes.

Imagem 2

Fichas

Título: Eufrásia Teixeira Leite

Autor: Desconhecido

Data: 1941

Imagem:



Tipologia: Busto

Logradouro: Jardim

Aquisição: Sem Informação

Iniciativa: Sem Informação

Material: Bronze e Concreto

Tema: Personalidade

Tipo de Personalidade: Aristocracia

Tempo: Passado Recente

Representação Formal: Figurativa

História: Local

Observações:

Figura 2 - Busto em homenagem a Eufrásia Teixeira Leite²²²

Este busto foi erigido em 1941, na Praça Félix Machado, mas atualmente se encontra no jardim do Colégio Sul-fluminense de Aplicação. Eufrásia Teixeira Leite (1850-1930) nasceu em Vassouras, filha mais nova de Joaquim José Teixeira Leite e Ana Esméria Correia e Castro, neta paterna do barão de Itambé e neta materna do barão de Campo Belo, sobrinha do Barão de Vassouras e sobrinha-neta do Barão de Airuoca. Em 1873, quando tinha 23 anos, foi morar na França e por lá ficou até a década de 1920. Eufrásia não se casou nem teve filhos.²²³

²²² Em Vassouras, há outro busto em homenagem a Eufrásia, erigido no jardim da Santa Casa de Misericórdia. O material desse busto é diferente, construído em mármore branco. Não encontrei a data da edificação.

²²³ Segundo as fontes consultadas, Eufrásia teve um romance com Joaquim Nabuco que durou de 1873 até 1887, eles se correspondiam por cartas e, algumas vezes, encontraram-se na Europa e no Brasil. Conta-se que as cartas amorosas que Eufrásia recebeu de Joaquim Nabuco foram encerradas no caixão de Eufrásia a pedido dela. Já as

Quando morreu, deixou em testamento uma fortuna para ser distribuída entre algumas instituições assistenciais e educacionais das cidades de Vassouras e Niterói.

Imagem 3

Fichas

Título: Chafariz Monumental

Autor: Garcia de La Veja

Data: 1846

Imagem:

Tipologia: Equipamento Urbano

Logradouro: Praça

Aquisição: Obra Pública

Iniciativa: Governo

Material: Cantaria

Tema: Sem Tema

Tipo de Personalidade: Sujeito Coletivo - Cida

Tempo: Passado Distante

Representação Formal: Figurativa

História: Local

Observações:

Figura 3 - Chafariz Monumental

O chafariz foi erigido em 1846, encontra-se no centro da Praça Barão do Campo Belo. O projeto foi feito por D. Joaquim de Soto Garcia de La Veja, que residia em Valença.

Imagem 4

Fichas

Título: Gen. Severino Sombra

Autor: Desconhecido

Data: 1999

Imagem:



Tipologia: Busto

Logradouro: Praça

Aquisição: Obra Pública

Iniciativa: Governo

Material: Bronze e Concreto

Tema: Personalidade

Tipo de Personalidade: Políticos

Tempo: Passado Recente

Representação Formal: Figurativa

História: Local

Observações:

Figura 4 - Busto em homenagem ao Gen. Severino Sombra

Erigido em 1999, o busto em homenagem ao Gen. Severino Sombra é construído em bronze, com pedestal de granito, e está localizado na praça que leva o seu nome. Severino Sombra fundou uma Universidade em Vassouras que também leva o seu nome. Ele era cearense e chegou à cidade em 1974.

Imagem 5

Fichas	
Título:	Severino Ananias Dias
Autor:	Desconhecido
Data:	2008
Imagem:	
Tipologia:	Busto
Logradouro:	Praça
Aquisição:	Obra Pública
Iniciativa:	Governo
Material:	Bronze e Concreto
Tema:	Personalidade
Tipo de Personalidade:	Políticos
Tempo:	Passado Recente
Representação Formal:	Figurativa
História:	Local
Observações:	

Figura 5 - Busto em homenagem a Severino Ananias Dias

O busto em homenagem a Severino Ananias Dias²²⁴ encontra-se erigido na Praça Severino Sombra. Tem uma placa de bronze com a seguinte inscrição: “Memorial Ananias Dias, prefeito de 1988 a 1992. Dedicou seu mandato ao progresso do município de Vassouras, justa homenagem à sua pessoa, nesta data, quando completaria 72 anos, 22 de maio de 2008, com dedicação. Maria Aurora Santos Cordovil. Apoio: Prefeitura Municipal de Vassouras”.

²²⁴ Severino Ananias Dias nasceu na Paraíba, na cidade de Alagoa Grande, em 1936. Veio morar no Rio de Janeiro em 1950, segundo as fontes consultadas, em busca de oportunidades de trabalho. No Rio de Janeiro, trabalhou como cozinheiro para Adolpho Bloch, contexto em que conheceu Juscelino Kubitschek. Em 1989, Severino se candidata a prefeito de Vassouras. Sendo eleito, contrariou as expectativas aristocráticas, pois, pela primeira vez na história de Vassouras, a cidade teve à frente do Poder Executivo uma pessoa que não era do meio aristocrático. Severino foi morto a tiros numa estrada quando vinha de um culto evangélico.

Imagem 6

Fichas		ΣΣ	
Título:	Raul Fernandes	Tipologia:	Busto
Autor:	Leão Veloso	Logradouro:	Praça
Data:	1952	Aquisição:	Obra Pública
Imagem:		Iniciativa:	Governo
		Material:	Bronze e Concreto
		Tema:	Personalidade
		Tipo de Personalidade:	Políticos
		Tempo:	Passado Recente
		Representação Formal:	Figurativa
		História:	Regional
		Observações:	

Figura 6 - Busto em homenagem a Raul Fernandes

Raul Fernandes foi governador do Rio de Janeiro em 1920. O busto foi erigido em 1952 e está situado em uma das extremidades da Praça Barão do Campo Belo. Autor: Leão Veloso.

Imagem 7

Fichas	
Título:	Monumento -Bíblia
Autor:	Desconhecido
Data:	1991
Imagem:	
Tipologia:	Marco
Logradouro:	Rua
Aquisição:	Doação
Iniciativa:	Instituição
Material:	Bronze e Concreto
Tema:	Religioso
Tipo de Personalidade:	Eclesiásticos
Tempo:	Passado Recente
Representação Formal:	Abstrata
História:	Universal
Observações:	

Figura 7 - Monumento - Bíblia

Este monumento foi construído pelas Igrejas Evangélicas de Vassouras. Traz a inscrição: “As Igrejas Evangélicas de Vassouras agradecem ao vereador Josias Ferreira Filho da Silva com aprovação da Câmara Municipal na gestão do Exm. Sr. Renato Severino Ananias Dias, em erigir esse monumento”. O monumento foi erigido no centro comercial da cidade, em 08-12-1991. A manutenção da peça é de responsabilidade da prefeitura.

Imagem 8

Fichas	
Título:	Maurício de Lacerda
Autor:	Frances Heise
Data:	1931
Imagem:	
Tipologia:	Busto
Logradouro:	Praça
Aquisição:	Obra Pública
Iniciativa:	Governo
Material:	Bronze e Concreto
Tema:	Personalidade
Tipo de Personalidade:	Políticos
Tempo:	Passado Recente
Representação Formal:	Figurativa
História:	Regional
Observações:	

Figura 8 - Busto em homenagem a Maurício de Lacerda

O busto foi erigido em homenagem a Maurício Paiva de Lacerda, em 1931: vassourence (1888 -1959) que foi uma figura política importante no cenário nacional, era também escritor e jornalista.²²⁵ A obra foi feita pelo alemão Frances Heise. Está erigido na Praça Barão do Campo Belo.

²²⁵ Filho de Sebastião Eurico Gonçalves de Lacerda (1864-1925), deputado federal, ex-ministro da Viação e Obras Públicas e ministro do STF. Maurício seguiu a carreira política do pai, foi deputado federal pelo estado do rio de Janeiro, eleito para as legislaturas de 1912, 1915 e 1918. Prefeito de Vassouras de 1915 a 1920, e de 1932 a 1935. Foi dirigente do Partido Comunista Brasileiro, tendo sido preso em 1936, acusado de participar da Intentona Comunista de 1935. Contudo, quando houve a redemocratização do país em 1945, vinculou-se à União Democrática Nacional (UDN), partido anticomunista. Era pai de Carlos Frederico Werneck de Lacerda, que viria a ser também uma figura importante no cenário político nacional.

Imagem 9

Fichas	
Título:	Monumento ao Pracinha
Autor:	Desconhecido
Data:	1954
Imagem:	
Tipologia:	Efigie
Logradouro:	Praça
Aquisição:	Obra Pública
Iniciativa:	Governo
Material:	Bronze e Concreto
Tema:	Personalidade/Evento
Tipo de Personalidade:	Militares
Tempo:	Passado Recente
Representação Formal:	Figurativa
História:	Nacional
Observações:	

Figura 9 - Monumento ao Pracinha

Peça erguida em homenagem ao Pracinha Cândido da Luz Paiva, vassourense desaparecido na Segunda Guerra Mundial. Está localizada na Praça Eufrásia Teixeira Leite. Inscrição da placa: “1916- 1945. Cândido da Luz Paiva, de condição humilde, nasceu neste 1º Distrito, no dia 2 de fevereiro de 1916. Incorporado ao Regimento Sampaio. Pertenceu às Forças Expedicionárias Brasileiras, em 1944, tendo sido morto na Região de Queurciola (Itália), no dia 29 de março de 1945, quando o Brasil combatia, ao lado de seus aliados, pelas liberdades democráticas. O povo de Vassouras, homenageando o seu ex- pracinha, fez erguer este pequeno monumento entregando-o à posteridade. Vassouras, 24 de outubro de 1954”.

Fichas				
Título:	Sebastião Lacerda			
Autor:	Desconhecido	Tipologia:	Busto	
Data:	1917	Logradouro:	Praça	
Imagem:		Aquisição:	Obra Pública	
		Iniciativa:	Governo	
		Material:	Bronze e Concreto	
		Tema:	Personalidade	
		Tipo de Personalidade:	Políticos	
		Tempo:	Passado Recente	
		Representação Formal:	Figurativa	
		História:	Regional	
		Observações:		

Figura 10 - Busto em homenagem a Sebastião Lacerda

O busto em homenagem a Sebastião Lacerda foi inaugurado em 1917, na praça que leva o seu nome. O monumento encontra-se nos fundos da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição e se apresenta de costas para o prédio. “A imagem traz a seguinte inscrição: Vassouras ao seu Grande Filho e notável Ministro. Compareceu Sereno perante a Justiça de Deus, por não ter querido deixar na terra a Justiça dos homens como uma palavra vã e sem sentido. Supremo Tribunal Federal, 25 de junho de 1925. Sebastião Lacerda”.

Imagem 11

Fichas

Título: Chafariz Cabeça de Frade

Autor: Desconhecido

Data: 1869

Imagem:



Tipologia: Equipamento Urbano

Logradouro: Rua

Aquisição: Obra Pública

Iniciativa: Governo

Material: Cantaria

Tema: Sem Tema

Tipo de Personalidade: Sem Informação

Tempo: Passado Distante

Representação Formal: Abstrata

História: Local

Observações:

Figura 11 - Chafariz Cabeça de Frade

O chafariz foi inaugurado em 1869 e está localizado próximo à Matriz Nossa Senhora da Conceição, na Praça Barão do Campo Belo. Possui bicas de pedra em formato cabeça de frade. Essas bicas eram utilizadas como bebedouros e havia algumas espalhadas pela cidade. Na atualidade, ainda existem algumas dessas peças pela cidade desativadas.²²⁶

²²⁶ Essas bicas não existem em Campos dos Goytacazes. Modelo de paisagem urbana diferente.

Imagem 12

Fichas			
Título:	Monumento de Elevação de Vassouras a Cidade		
Autor:	Augusto Silva Telles	Tipologia:	Escultura
Data:	1957	Logradouro:	Praça
Imagem:			
	Aquisição:	Obra Pública	
	Iniciativa:	Governo	
	Material:	Combinação de Mater	
	Tema:	Evento	
	Tipo de Personalidade:	Sujeito Coletivo - Cida	
	Tempo:	Passado Recente	
	Representação Formal:	Abstrata	
	História:	Local	
	Observações:		

Figura 12 - Monumento de Elevação de Vassouras a Cidade

O monumento foi erguido na Praça Barão do Campo Belo, para a comemoração do centenário de elevação de Vassouras à categoria de cidade, em setembro de 1957. Autor: Augusto Silva Telles.

Imagem 13

Fichas

Título: Memorial Judaico

Autor: Desconheico

Data: 1991

Imagem:



Tipologia: Placa

Logradouro: Jardim

Aquisição: Doação

Iniciativa: Particular

Material: Mármore

Tema: Personalidade

Tipo de Personalidade: Judeus

Tempo: Passado Recente

Representação Formal: Abstrata

História: Universal

Observações:

Figura 13 - Memorial Judaico

Esse memorial foi pensado por Egon e Frieda Wolff e inaugurado em 1991. Está localizado no terreno da antiga Santa Casa de Misericórdia de Vassouras, na Rua Luis Pinheiro Werneck, 64, no centro da cidade.

Imagem 14

Fichas	
Título:	Chafariz D. Pedro II
Autor:	Desconhecido
Data:	1849
Imagem:	
Tipologia:	Equipamento Urbano
Logradouro:	Praça
Aquisição:	Obra Pública
Iniciativa:	Governo
Material:	Cantaria
Tema:	Personalidade/Evento
Tipo de Personalidade:	Políticos
Tempo:	Passado Distante
Representação Formal:	Abstrata
História:	Nacional
Observações:	

Figura 14 - Chafariz D. Pedro II

O chafariz D. Pedro II é uma peça em cantaria lavrada, vertical, sobre um pedestal de granito. Foi erigido na Praça Sebastião de Lacerda, em 1849. De acordo com a tradição memorialista, o chafariz foi inaugurado para comemorar o aniversário de D. Pedro II, que sugeriu a sua construção quando esteve visitando a cidade de Vassouras.

Imagem 15

Fichas

Título: Memorial Manuel Congo

Autor: Desconhecido

Data: 1996

Imagem:



Tipologia: Marco

Logradouro: Rua

Aquisição: Doação

Iniciativa: Associações Cívicas

Material: Combinação de Materiais

Tema: Personalidade/Evento

Tipo de Personalidade: Povo Africano

Tempo: Passado Distante

Representação Formal: Figurativa

História: Universal

Observações:

Figura 15 - Memorial Manuel Congo

O memorial foi inaugurado em 1996, é mantido pelo Centro Espírita Pai Manuel Congo e pela Prefeitura. Está localizado no Largo da Pedreira, no final de uma rua sem saída. Dentro do memorial, há uma placa com os dizeres: “A luta pela liberdade eterniza o homem”. Dentro do espaço, há textos organizados em painéis que narram a história de Manuel Congo. Ao lado da construção, há um pedestal de granito com uma placa de bronze em homenagem a Manuel Congo e, ao fundo, uma grande área verde, regada por uma queda d’água.²²⁷

²²⁷ De acordo com o costume local, os visitantes devem levar um pouco dessa água para casa, pois a água traz alguns benefícios àqueles que beberem dela.

Fichas	
Título:	Mauricio Lacerda
Autor:	Desconhecido
Data:	2010
Imagem:	
Tipologia:	Estátua
Logradouro:	Rua
Aquisição:	Obra Pública
Iniciativa:	Governo
Material:	Combinação de Mater
Tema:	Personalidade
Tipo de Personalidade:	Políticos
Tempo:	Passado Recente
Representação Formal:	Figurativa
História:	Local
Observações:	

Figura 16 - Estátua em homenagem a Maurício Lacerda

A peça se encontra erigida na Rua Maria Augustinha. Tem aproximadamente o tamanho natural de um homem. Foi erigida em 2010. Há no pedestal a seguinte inscrição: “Homenagem de admiração e respeito ao senhor Maurício de Lacerda, Prefeito de Vassouras, nos períodos de 1915-1920-1932-1935, cargo que desempenhou com competência e honradez. Renan Vinícius Santos de Oliveira, prefeito Terezinha Salvador Nunes, vice-prefeita. Vassouras, junho de 2010”.

Anexo IV

Tabelas com o relatório das imagens urbanas da cidade de Vassouras²²⁸

[Tabela 6/Tema Tipo de Personalidade]

Tema	Tipo de Personalid	Quantidade	
Evento	Sujeito Coletivo - Cida	2	
Personalidade	Aristocracia	1	
Personalidade	Judeus	1	
Personalidade	Políticos	6	
Personalidade/Evento	Militares	1	
Personalidade/Evento	Políticos	1	
Personalidade/Evento	Povo Africano	1	
Religioso	Eclesiásticos	1	
Sem Tema	Sem Informação	1	
Sem Tema	Sujeito Coletivo - Cida	1	

[Tabela 7/Aquisição e Iniciativa]

Aquisição Iniciativa			
Descrição da Aquisição	Iniciativa	Quantidade	
Doação	Associações Civas	1	
Doação	Instituição	1	
Doação	Particular	1	
Obra Pública	Governo	12	
Sem Informação	Sem Informação	1	

²²⁸ Pesquisa organizada no Microsoft Access.

[Tabela 8/ Aquisição e Tema]

Aquisição Tema			
Descrição da Aquisição	Tema	Quantidade	
Doação	Personalidade	1	
Doação	Personalidade/Evento	1	
Doação	Religioso	1	
Obra Pública	Evento	2	
Obra Pública	Personalidade	6	
Obra Pública	Personalidade/Evento	2	
Obra Pública	Sem Tema	2	
Sem Informação	Personalidade	1	

[Tabela 9/ Tipologia Material]

Tipologia Material			
Descrição da Tipologia	Material	Quantidade	
Busto	Bronze e Concreto	6	
Efígie	Bronze e Concreto	1	
Equipamento Urbano	Cantaria	3	
Escultura	Combinação de Mate	1	
Estátua	Combinação de Mate	1	
Marco	Bronze e Concreto	1	
Marco	Combinação de Mate	2	
Placa	Mármore	1	

[Tabela 10/Tipologia Logradouro]

Tipologia Logradouro			
Descrição da Tipologia	Logradouro	Quantidade	
Busto	Jardim	1	
Busto	Praça	5	
Efígie	Praça	1	
Equipamento Urbano	Praça	2	
Equipamento Urbano	Rua	1	
Escultura	Praça	1	
Estátua	Rua	1	
Marco	Rua	3	
Placa	Jardim	1	